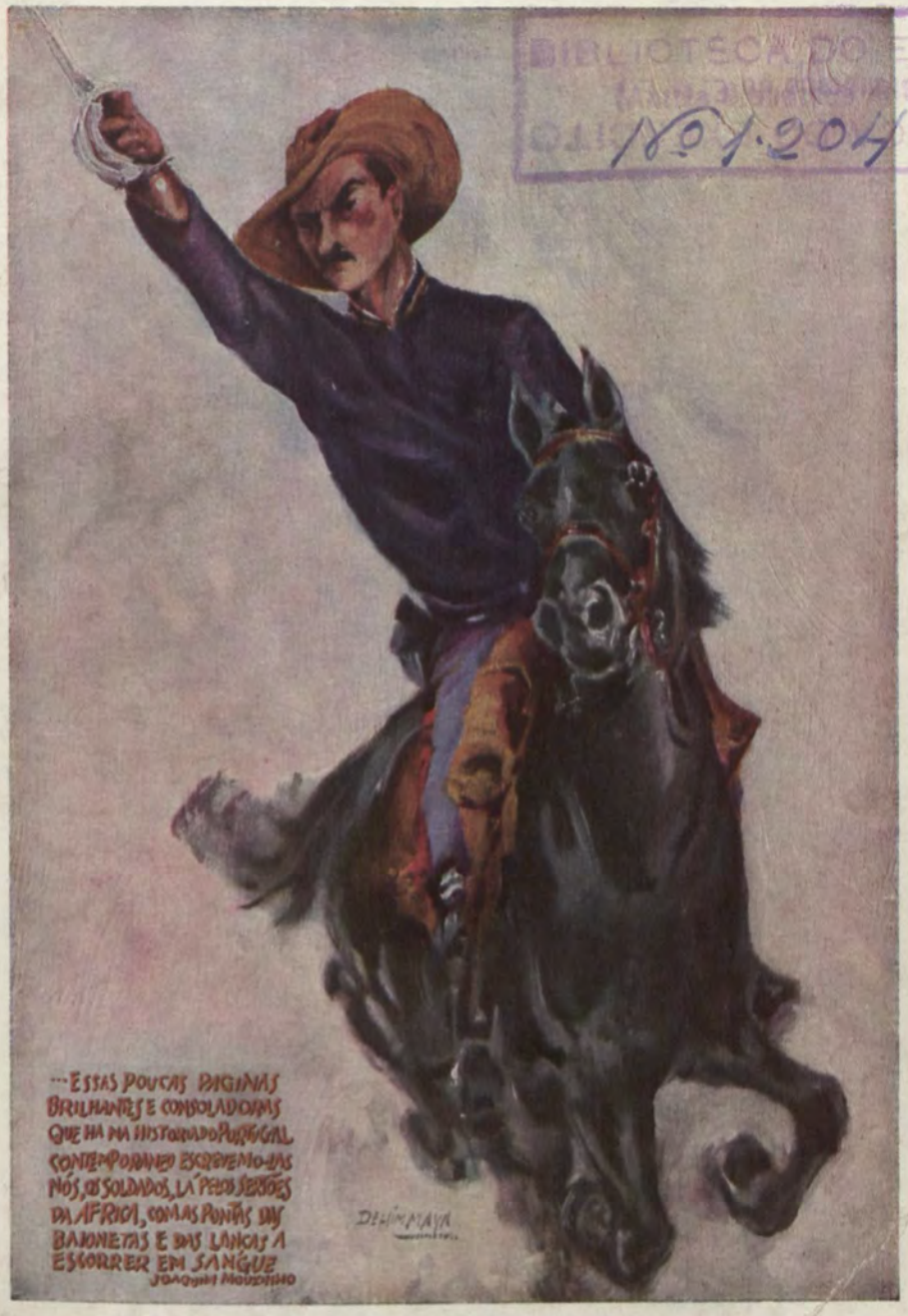
Revista da Cavalaria

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
18º 1.204



ANO DE 1963

Se tanto me orgulho de ser Oficial do Exército..... é por ter a certeza de que na Corporação Militar..... ainda predominam os sentimentos de brio e dignidade, prontos a patentear-se desde que para isso se lhes ofereça ensejo.

MOUSINHO

Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

FUNDADORES

I Época — 1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha e Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

II Época — 1939

Capitão João E. Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu de Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António Sebastião Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F. C.

Revista da Cavalaria

(Propriedade da Cavalaria Portuguesa)

DIRECTOR

General António Augusto de Sousa Dias Ribeiro de Carvalho

(Director da Arma de Cavalaria)

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Brigadeiro Joaquim Rodrigues Gomes Júnior

Coronel António Ramalho Xavier

Ten.-Coronel do C. E. M. José João Henriques de Avellar

SECRETÁRIO GERAL

Capitão Res. Manuel de Sousa Victoriano

ADMINISTRADOR

Alferes Américo Alves Martins

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — LISBOA

Composto e impresso na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Preço: 35$00
(Subsidiado pelo Ministério do Exército)

F. C.

SUMÁRIO

— A Cavalaria em Angola 7
— General *Venâncio Deslandes* — A Luta em África 9
— Brigadeiro *Peixoto da Silva* — Exemplo de Bem Servir 14

Historial, Tradição e Culto da Arma:

— Direcção da Arma de Cavalaria 23
— Coronel *António de Spínola* — Dia da Cavalaria em 1963 25
— Quadro de Honra 34
— Aspirante Mil.º *Nogueira dos Santos* — Macontene 36
— Tributo de Sangue — Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha no ano de 1963 39
— *Homenagem:*
Valor Militar 53
Cruz de Guerra 69
Serviços Distintos 127
Condecorações e Louvores Colectivos 149

— Tenente-Coronel *Miranda Dias* — Naquela Madrugada 155
— Resumo da Acção em Campanha das Unidades Regressadas em 1963 159
— Coronel *Costa Salema* — Unidades de Cavalaria de 3.ª Linha 168

O Ano de 1963 nas Tropas da Arma:

— Major *Alves Morgado* — Notícias da EPC 175
— Capitão *Pessoa de Amorim* — R. C. 3 — Apresentação do Guião da Unidade aos Recrutas 185
— Capitão Mil.º *Vieira da Rocha* — O «345» em Angola 187
— Dragões de Angola 198
— O «149» em Angola 203
— Brigadeiro *Louro de Sousa* — A Cavalaria na Guiné 205

Doutrina e Cultura Militares:

— Tenente-Coronel *Miranda Dias* — Preparação moral para a guerra 223
— Capitão Mil.º *Rocha Pinto* — Uma batida 237
— Tenente *Barão da Cunha* — Disciplina em Campanha 249
— Capitão *Dias Machado* — Guerra Moderna 251
— Capitão *Ricardo Durão* — Patrulha de Abertura no Ultramar 257
— Tenente Mil.º *Santos Vale* — Ética Militar 264
— Coronel *Reymão Nogueira* — Blindados de Cavalaria 269
— Major *Sousa Costa* — Instrução Individual do Combatente 279
— Aspirante a Oficial *Lima Félix* — Embarque em Caminho de Ferro de um Carro de Combate M47 284
— Capitão *Ferrand de Almeida* — Cavalaria a Cavalo em Angola? 289
— Capitão *Gomes da Silva* — Polícia Militar 293
— Furriel Mil.º *Victor Sabino* — História de uma noite de chuva 299
— Sistema Rociarpa para travessia de viaturas sobre vãos 303

O Ano Hípico de 1963:

— Coronel *Souza Coutinho* — Coronel Mena e Silva 309
— Coronel *Souza Coutinho* — Comentário noticioso 310
— Galeria dos Vencedores 320
— Festival Militar em Lourenço Marques 324
— Capitão *Jorge Mathias* — Hipismo no Ultramar 329

Jornais, Revistas, Livros:

— Campanha do Sangue 339
— Referências 340
— Dragões 341
— Reflexões sobre a Arma Blindada 342
— A Guerra do Helicóptero no «South Viet Nam» 350

Almanaque:

— I – Ingresso nas Fileiras 360
— II – Promoções 360
— III – Condecorações 367
— IV – Louvores em Campanha 370
— V – Transferências 374
— VI – Abates às Fileiras 376

BIBLIOTÉCA DO EXERCITO
(Antiga Biblioteca do E. M. E.)

Revista da Cavalaria

ANAIS DA CAVALARIA PORTUGUESA Ano de 1963

A Cavalaria em Angola

a grave conjuntura que a Nação atravessa, consequência da guerra que lhe foi imposta, tem a Cavalaria Portuguesa mantido, no conjunto das Forças Armadas Nacionais, posição harmónica com a sua tradição histórica.

De facto, logo que em Angola irrompeu o surto insurreccional, instigado do exterior, entre as Unidades que acorreram a deter a avalanche da subversão que ameaçava afogar em sangue todo o norte do território, tiveram actuação destacada Unidades de Reconhecimento de Cavalaria.

Para salvar grande parte das populações ameaçadas, essas Unidades tiveram de se defrontar com hordas de insurrectos embriagados de fanatismo e dos seus instintos ancestrais, até então adormecidos, e que, embora ainda mal armadas, tinham possibilidade de tudo esmagar pela desproporção assustadora do seu número. Outras Unidades garantem a defesa da cidade de Luanda, então ameaçada pelo perigo latente da subversão dos «muceques» dos arrabaldes.

Mais tarde, decidida superiormente a vantagem do emprego de Unidades «tipo caçadores» na subsequente campanha de pacificação, fàcilmente a Arma se adaptou a essa nova modalidade de guerra, aliás com grandes afinidades ao seu tradicional ambiente de actuação. Na verdade, era-lhe familiar a actuação nos grandes espaços, o isolamento, a constante necessidade de informação e

segurança em todas as direcções e em todas as circunstâncias, dificuldades em reabastecimentos, etc.

Na Metrópole, todos os elementos da Arma logo se empenharam na preparação das primeiras Unidades destinadas ao Ultramar, instruindo-as e endoutrinando-as convenientemente para a campanha especial a que se destinavam.

Em consequência, essas Unidades, de organização heterogénea quanto à proveniência do seu pessoal, logo a partir das escolas de quadros começaram a criar o seu espírito próprio, «o espírito cavaleiro» que sempre tem sido a nossa melhor «arma».

E, na ocasião dos embarques, fácil tem sido verificar, no sereno aprumo das atitudes e na expressão dos olhares, o orgulho da Arma e a firme determinação de cumprir o Dever até ao fim.

Assim, realmente, tem sido e vem sendo comprovado pelas citações oficiais, louvores e condecorações individuais e colectivos que não têm sido regateados.

Através das páginas da nossa Revista, tem sido revelado em detalhe a firmeza e o brilho da sua actuação no combate.

Neste momento, damos a palavra ao Comandante da Região Militar de Angola, General Reverendo da Conceição, que, referindo-se à actuação da nossa Arma em Angola, afirmou:

> **«Os rapazes da Cavalaria em tudo e em todas as situações se têm mostrado dignos representantes daqueles seus camaradas de Arma que na MÔNGUA tão alto elevaram o nome da Cavalaria Portuguesa».**

E, para fechar, a nossa Revista orgulha-se com a transcrição da autorizada opinião do antigo e prestimoso Comandante Chefe de Angola, General Venâncio Deslandes, acerca da actuação da Arma na presente campanha:

> **«Creio bem que uma Arma que pode apresentar no seu historial (e apenas à maneira de exemplo em cada um dos principais escalões de combate) unidades como os Pelotões A. M. Fox 42 e 888, as Companhias de Cavalaria 122 e 149, e o Batalhão de Cavalaria 345, tem o direito de se sentir orgulhosa e a ser apontada como exemplo de ter sabido cumprir o seu dever e bem merecer da Pátria nestes graves momentos».**

A LUTA EM ÁFRICA

Especiais circunstâncias têm-me permitido seguir a par e passo o desenvolvimento das operações nos nossos T. O. Africanos, vivê-las diàriamente no desenrolar da actividade do inimigo e na acção esforçada das nossas forças em busca do seu aniquilamento.

Esta luta sem quartel, de pesado gastamento a todos os níveis, extremamente onerosa e difícil pelas especialíssimas características de que se reveste, merece bem que de tempos a tempos nos debrucemos na sua análise e, em face dos resultados obtidos, ponderemos qual o valor efectivo para o combate (para este combate) dos meios e métodos que vamos pondo em acção.

Este simples apontamento ao correr da pena, forçado pela simpática insistência com que me foi solicitada colaboração para a *Revista da Cavalaria*, não tem outro objectivo que não seja deixar correr ideias sobre algumas observações pessoais, em busca de uma conclusão lógica — que nem sequer é original, mas se mantém há muito arreigada ao meu espírito.

*

A Guerrilha é uma forma diabólica de guerra.

O que é o inimigo? Uns quantos grupos de uns tantos homens, sem dúvida decididos e conhecendo bastante bem o «metier» (aliás simples),

a maioria das vezes invisíveis, com um profundíssimo conhecimento do terreno e uma ausência quase total de necessidades, que bate de surpresa onde e quando escolhe e foge sem deixar rasto. Tem evidentemente as suas bases, os seus locais de refúgio; mas não se trata de organizações visíveis e estáveis, constituindo objectivos definidos como os estacionamentos de unidades normais. Se os alcançarmos e destruirmos criarão outros mais adiante sem qualquer dificuldade e com pouco trabalho. Mas mesmo assim, para se alcançarem os locais onde se obteve a certeza de se acoitar, esgota-se a capacidade física do assaltante e dá-se no vazio. É este o inimigo. Não admira, portanto, que a tropa clássica encontre as maiores dificuldades neste tipo de luta. A maioria das vezes ela poderá criar um vácuo em redor do seu centro de gravidade, quando for activa e bater com persistência todos os trilhos que conduzem aos possíveis locais de refúgio do inimigo dentro do seu raio de acção.

No entanto, a detecção dos seus mínimos movimentos, a partir muitas vezes do próprio momento da saída dos acantonamentos, impede que obtenha o contacto e possa aplicar a sua superioridade de meios de fogo. O inimigo foi porventura afastado temporàriamente — mas continua a existir (e incólume), apto a criar novos obstáculos.

*

Se assim é, não custa concluir que a contra-guerrilha, como fórmula de guerra que se tem de opor à guerrilha, tem de ela própria organizar-se da mesma forma ligeira e extremamente flexível e usar os mesmos métodos.

O ideal seria, por isso, que as forças se constituissem em pequenos grupos idênticos aos do inimigo, dispondo da mesma capacidade de movimento e simulação, de igual rusticidade e fortemente adaptadas a áreas definidas para nelas exercerem acções de espera e de caça aos grupos inimigos. Porque não se pode privar com este método o adversário de dispor da iniciativa de actuar onde e no momento que escolhe, uma contra-guerrilha organizada nos moldes da própria guerrilha terá de dispor de um número consideràvelmente superior de grupos e, mesmo assim, de um sistema de detecção das actividades inimigas que permita uma definição aceitável das áreas prováveis onde o inimigo actua.

Isto é: na melhor das hipóteses a contra-guerrilha necessita de bastantes maiores efectivos do que a própria guerrilha e não prescinde

de um sistema de informações desenvolvido que possa orientar o seu desencadeamento. Do mesmo modo poderemos concluir que a contra-guerrilha não pode ser generalizada a uma vasta área (porque cria problemas de efectivação insolúveis) e, por consequência, tem de ser realizada por áreas sucessivas onde, por saturação de grupos, crie as condições indispensáveis ao seguro encontro do inimigo. Um conhecimento exacto do terreno e da capacidade de acção dos grupos anti-guerrilhas, completados com o possível conhecimento da presença do inimigo ou indícios que a tornem altamente provável, permitirão conceber-se uma manobra visando o efectivo aniquilamento da guerrilha em áreas sucessivas.

*

O que se disse teve por base a possível constituição de grupos anti-guerrilha de características em tudo idênticas aos da própria guerrilha. É esta identidade alcançável utilizando-se especialmente tropas metropolitanas? Parece-me evidente que não. Muito longe que a instrução especializada possa ser levada, nunca será possível chegar-se a um grau de adaptação às condições naturais do próprio guerrilheiro autóctone, mesmo ao fim de um largo período de campanha. Conclui-se, assim, que teremos de encontrar num equipamento superior, que nos é permitido e negado ao inimigo, as condições necessárias para suprirmos as nossas próprias deficiências de adaptação.

A guerrilha só de facto existe quando o inimigo actua; isto é, quando pode impedir as nossas actividades ou manter um estado de insegurança que as perturbe. Não existe guerrilha quando, apesar da existência potencial de guerrilheiros, o adversário não dispõe de iniciativa e está inibido de actuar.

No mínimo, portanto, uma área ou zona em estado de pré-subversão ou de subversão passiva implica a existência de um dispositivo de protecção que garanta a segurança das nossas actividades de todo o género, dispositivo que, evidentemente, tem de ser dinâmico e operante porque, se o não for, deixará largos intervalos convidando o inimigo à acção.

Mas a guerrilha pressupõe actuação e, contra esta, só a existência de meios de intervenção é susceptível de garantir uma contra-guerrilha eficaz. Se o inimigo, pela própria natureza da guerrilha, se revela é porque existe e o caso está portanto em nos mantermos aptos a desen-

cadear a contra-guerrilha (isto é, a intervenção) com a rapidez suficiente para que ele não tenha tempo de iludir a nossa presença, furtando-se da área onde actuou.

*

Informação — Rapidez de intervenção, o binómio em que tem de assentar a contra-guerrilha.

Informação significa o conhecimento preciso de todas as áreas possíveis de refúgio, de todos os trilhos de aproximação e de retirada que os ligam com as áreas exteriores, das condições que oferecem ao inimigo não apenas como refúgio pròpriamente dito, incluindo a sua dissimulação, mas também à criação de obstáculos ou de reacções à aproximação. É interessante verificar-se até que ponto a observação aérea pode e tem contribuído para a descoberta e reconhecimento destas áreas, até pela simples observação à vista. A verificação de indícios da presença inimiga através dos traços mesmos indeléveis que a actividade deixa marcados no terreno, para um piloto experimentado e profundo conhecedor do terreno excede tudo quanto se podia prever. A montagem de operações terrestres sobre estas áreas necessitará, porém, muitas vezes que o estudo executado do ar seja completado por certos reconhecimentos terrestres especialmente lançados sobre os trilhos de acesso e retirada. Esta acção de pesquisa das áreas prováveis de refúgio e do seu reconhecimento pormenorizado tem de ser trabalho permanente do dispositivo de protecção, para que o Comando disponha em qualquer momento dos elementos de base essenciais a um oportuno desencadeamento da contra-guerrilha a cargo dos meios de intervenção.

A necessidade de desencadear a acção de intervenção poderá ter origem em duas situações diferentes: ou por se ter dado o «enchimento» de determinada área de refúgio, embora por vezes sem imediatas manifestações de actividade ofensiva do inimigo, consequência até de uma operante actuação do dispositivo de protecção; ou por «reacção» contra estas manifestações de actividade adversa sem o conhecimento preciso e bem localizado das suas bases de partida.

A diferença fundamental entre estas duas situações está em que no primeiro caso é possível conceber e estruturar uma operação, enquanto no segundo caso se terá de ou generalizar a batida do terreno visando todos os locais de refúgio dentro da área considerada ou actuar directamente contra o grupo ou grupos que em determinado momento se revelaram.

Porém, em qualquer dos casos, cai-se sempre na necessidade de actuar em velocidade de modo a impedir que o inimigo se dilua no mato e desapareça — o que, em última instância, significa ter de se dispor de uma mobilidade superior à sua. É este o problema fundamental. Julgo que os Comandos e as tropas estarão fartas de destruir cubatas e lavras e, no final de esforços inauditos, verificarem que o inimigo alcançou furtar-se a tempo ao contacto.

O único processo (em meu entender, como opinião puramente pessoal) de se alcançar esta mobilidade que, só ela, facultará que se actue com a rapidez indispensável à obtenção segura da surpresa, ou, pelo menos, à fixação do inimigo numa área de saídas controladas, é a generalização do uso dos helitransportados, a par de uma considerável melhoria das transmissões para exploração imediata da informação e para a coordenação operacional.

A alguma experiência que vamos tendo do assunto, com uma capacidade aliás mais que insuficiente porque ínfima, parece corroborar amplamente a opinião expressa. Direi mesmo que é minha convicção profunda que se conseguíssemos multiplicar por 6 ou por 8 as nossas actuais possibilidades neste campo, poderíamos certamente reduzir em larga percentagem o quantitativo de forças empenhadas e, o que ainda é mais importante diminuir substancialmente o tempo necessário à obtenção de uma vitória total.

Helicópteros — com a imprescindível garantia de uma manutenção operacional de alto rendimento; transmissões — transistorizadas, porque um equipamento de mais de uma dezena de quilos rouba toda a ligeireza e mobilidade à tropa que o utiliza; informação — preocupação constante em todos os níveis e pagando todos os sacrifícios que forem precisos para a obter; a meu ver, as três linhas de esforço que, no campo militar em África, interessa explorar com o maior empenho.

Isto a par, evidentemente, de uma adoptação orgânica das tropas à utilização extensiva destes meios. Uma Cavalaria do Ar...

*

Desculpem os meus camaradas da *Revista da Cavalaria* o arrazoado... Diria, à maneira do Padre António Vieira: é que não tive tempo para ser mais curto!

General VENÂNCIO DESLANDES

Exemplo de Bem Servir

O Batalhão de Cavalaria n.º 350 actuou sob as minhas ordens, no extinto Sector 3 na Zona de Intervenção Norte de Angola, de Março a Junho de 1962. Neste curto período de três meses em que esteve subordinado ao Comando de Agrupamento n.º 3, o B. Cav. 350 desenvolveu, sob o comando do saudoso Tenente-Coronel de Cavalaria José Costa Gomes, na área que lhe foi atribuída, uma actividade operacional muito interessante e promissora que me deixou uma excelente impressão que tive ocasião de manifestar, em devido tempo, no seguinte louvor colectivo que foi publicado na *O. S.* n.º 72, de 17 Jun. 63, do Cmd. Agr. 3:

«Louvo o Batalhão da Cavalaria 350 porque durante o período que decorreu entre Março e Junho de 1962, em que esta Unidade actuou, em operações de guerra, na ZIN, na área do Sub-Sector Nambuangongo, do antecedente atribuída ao Batalhão de Caçadores 96, e não obstante o desconhecimento que tinha do terreno e do inimigo, ràpidamente se adaptou e familiarizou com o ambiente, não deixando por falta de experiência ou de continuidade de acção que o inimigo recrudescesse a sua actividade, antes pelo contrário, revelou um nível de imaginação e de objectividade da parte dos seus quadros no planeamento das operações e da parte de todos um grau de preparação, interesse, entusiasmo e iniciativa tal na execução das missões recebidas que, depressa, se começaram a sentir os resultados da sua benéfica presença naquela região, a qual, até à data em que o Comando de Agrupamento n.º 3 deixou o Sector não só permitiu que a vida económica do Concelho de Nambuangongo continuasse a processar-se em boas condições de segurança e rendimento, como também que os deslocamentos ao longo dos itinerários se fizesse com grande à-vontade conforme foi con-

firmado várias vezes por elementos do Comando e por entidades de destaque que percorreram o Sector por via terrestre.

Desta forma, o esforço desenvolvido durante aquele período pelo Batalhão de Cavalaria 350, na redução dos bandos de terroristas existentes na área, através de inúmeras operações de contra-guerrilha levadas a efeito no âmbito das Companhias — o que não

Tenente-Coronel José Costa Gomes

impediu que o próprio Comandante de Batalhão tomasse parte nalgumas delas —, o precioso contributo dado pelo Batalhão na Operação «Lua Nova» levado a efeito no âmbito do Comando de Agrupamento e a reduzida actividade do inimigo verificada em consequência, e da qual são fiel testemunho os «SITREP» difundidos até à extinção do Sector 3, merecem que, o Comando de Agrupamento n.º 3, dê aos serviços assim prestados pelo Batalhão de Cavalaria 350 o seu justo relevo».

Concedendo-me a *Revista da Cavalaria*, neste momento, uma oportunidade para concretizar, nalgumas palavras, o que foi a acção de Comando do Tenente-Coronel Costa Gomes, enquanto me esteve subordinado, creio que deverei começar com a certeza de que traduzirei o sentir de todos aqueles que foram seus companheiros de armas na selva dos Dembos e que tão bem o conheceram em todas as suas facetas — incluindo a sua participação em acções de combate — e sabem quantos sacrifícios fez ao serviço da Pátria dando por ela, embora de forma indirecta, a sua própria vida, por interpretar, em sentida homenagem perante a Arma que se orgulha de o ter tido como um dos oficiais que mais abnegadamente a serviu, quão saudosa nos é a memória deste Oficial por quem todos nutríamos uma profunda admiração pelas brilhantes e excepcionais qualidades que revelou possuir e que dele fizeram um camarada muito estimado e de eleição e um grande e prestigioso Comandante.

Como seu Chefe directo, constitui para mim grande honra poder referir-me em termos elogiosos à acção daquele que foi Comandante do B. Cav. 350, enquanto esta Unidade actuou sob a orientação do Cmd. Agr. 3, tanto mais que não faltam factos e documentação a corroborar a honestidade do procedimento deste Oficial, do seu bom senso, o seu saber e competência, a sua extrema dedicação e a dignidade do seu comportamento na defesa da parcela de território nacional que lhe foi confiada.

Foi na área do Concelho de Nambuangongo que o Tenente-Coronel Costa Gomes desenvolveu toda a sua actividade até ao momento em que foi obrigado a regressar à Metrópole por motivo de doença que lhe causou a morte.

Trata-se duma região bem conhecida pela aspereza do clima, do terreno, vegetação e pelas dificuldades de acesso que por isso sempre ofereceu precaríssimas condições de vida às tropas. Por outro lado, por aquelas mesmas razões e ainda pela tradicional rebeldia dos povos que a habitam, esta área foi e talvez ainda seja hoje, uma das mais assediadas pelos bandoleiros sendo por isso também uma das mais perigosas.

Estruturalmente sério no desempenho de todas as missões de que era encarregado o Tenente-Coronel Costa Gomes, ao assumir o Comando do Sub-Sector Nambuangongo, procurou imediatamente por-se ao corrente da maior parte dos problemas que ele e a sua tropa teriam de enfrentar naquela área. Fê-lo porém de forma insofismável, daquela forma contra a qual não há argumentos. Quis ver para crer e quis

viver as dificuldades da sua tropa para se poder pronunciar sobre elas com conhecimento de causa.

Assim, sabemos que frequentemente se incorporou, como simples soldado, nas forças que saíam para o mato em missão de Combate. Por exemplo, esteve presente, acompanhando a tropa desde a saída do estacionamento, na acção de surpresa levada a efeito por uma pequena força sobre um importante acampamento inimigo que havia sido localizado na região da Posse, entre Muxaluando e Nambuangongo (Vila General Freire), acção que se realizou poucos dias decorridos de ter assumido o Comando do Sub-Sector.

Actuando pelo exemplo, sujeitando-se aos mesmos riscos dos executantes; sofrendo como eles as inclemências do calor, do frio ou da chuva e o martírio das longas marchas a pé, executadas de noite sem a menor visibilidade, por simples trilhos gentílicos ou através de terreno virgem; privando-se, conjuntamente com as tropas, dos alimentos indispensáveis à saúde e à boa conservação do seu físico e renunciando ao mínimo conforto e comodidade que, pelo seu posto e função, lhe era acessível, o Tenente-Coronel Costa Gomes ràpidamente adquiriu aquela experiência que lhe era indispensável para bem comandar o seu Batalhão, na situação em que este se encontrava.

Era pois com profundo conhecimento das realidades e portanto seguro de si, que o Tenente-Coronel Costa Gomes apresentava os problemas que se punham à sua tropa, no que revelava possuir uma nítida percepção dos reflexos que as várias deficiências existentes tinham sobre ela e da medida exacta em que essas deficiências afectavam o seu rendimento operacional. Assim, não admira que lhe não tivesse sido difícil grangear o prestígio de que gozava e, da minha parte, que se tornasse imediatamente extensiva à sua Unidade, a confiança que sempre nele depositei.

Graças à inteligente acção de Comando do Tenente-Coronel Costa Gomes, ao cuidadoso planeamento das operações que levou a efeito, ao óptimo aproveitamento que fez da iniciativa e da liberdade de acção que sempre dispôs enquanto esteve subordinado ao Comando de Agrupamento n.º 3 e ao facto de se tratar dum Oficial que não alienava ou endossava responsabilidades que lhe cabiam, nunca os seus subordinados se viram em situações dúbias que levassem a registar momentos críticos ou factos desagradáveis ou que o inimigo alcançasse êxitos onde quer que fosse.

Daqui resultou que o ambiente de segurança na área do Sub-Sector Nambuangongo, embora já fosse bastante satisfatório à data da rendi-

ção do B. Caç. 96 pelo B. Cav. 350, tivesse melhorado consideràvelmente com a actuação desta última Unidade nos três meses que precederam a extinção do Sector 3. Sem esse ambiente decerto não teria sido possível devolver à economia da região o ritmo de trabalho que se verificou e, à vida administrativa dar as possibilidades que deu. Permitiu, por exemplo, que o Ex.mo Coronel do CEM Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares, então Governador do Distrito de Luanda ao qual pertencia, entre outros, o Concelho de Nambuangongo, percorresse toda a área deste Concelho, numa caravana de apenas três viaturas (uma civil e duas militares com alguns elementos do Cmd. Agr. 3), parasse onde teve interesse nisso para estudar as possibilidades de reconstrução de postos administrativos e localidades destruídas, sem a preocupação do perigo que alguns meses antes ofereciam certas dessas regiões, como a região de Pedra Verde onde, por motivo de avaria de uma das viaturas esteve parado durante cerca de 3 horas.

Outros factos a atestar a eficiência da actividade operacional do B. Cav. 350 e doutras unidades do Sector 3 poderiam ser aqui referidas, mas julgo que este que se acabou de mencionar só por si chega — por ser suficientemente elucidativo — para se tirarem conclusões.

Coube ainda ao B. Cav. 350, dentro do planeamento geral das operações propostas pelo Cmd. Agr. 3 ao QG/RMA, levar a efeito na época do cacimbo de 1962 tal como se havia feito para as épocas do cacimbo de 1961 e das chuvas de 1961/62, em cumprimento de directivas que por mim haviam sido dadas, planear as operações «Zebra Veloz» e «Gato Bravo», documentos operacionais que atestam bem a forma conscienciosa como eram trabalhados os problemas desta natureza no Comando daquela Unidade. Nem estas operações nem as outras que haviam sido planeadas pelas restantes unidades do Sector 3 foram postas em execução por, entretanto, o Sector ter sido extinto e o Cmd. Agr. 3 atribuído a outro Sector — o Sector A.

Com a extinção do Sector 3 verificada em 12 Jun. 62, o Tenente-Coronel Costa Gomes deixou, com grande mágoa minha, de me estar subordinado e jamais tive ocasião de o tornar a ter sob as minhas ordens.

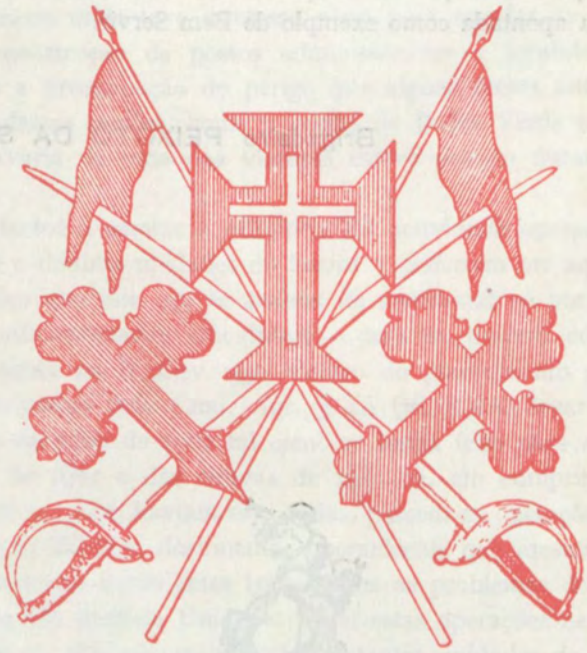
No ambiente de boa colaboração e compreensão que sempre caracterizou as relações entre o Cmd. Agr. 3 e as Unidades que lhe estiveram subordinadas estou certo que se o Tenente-Coronel Costa Gomes tivesse continuado sob o meu comando teria tido oportunidade de explorar a orientação, quanto a mim a única acertada, que imprimiu à acção

desenvolvida pelo B. Cav. 350, no Sub-Sector Nambuangongo, acção que se revelou logo de início, como disse, muito promissora.

Não quis porém o Destino que tal acontecesse colocando-o, primeiro, em posição de não poder actuar com inteira liberdade de acção que lhe era indispensável para dar largas ao seu grande espírito de iniciativa e, depois, prostando-o com a grave doença que lhe foi fatal.

É mister que a sua figura de militar pundonoroso e competente não caia no esquecimento, o que constituiria grave injustiça. Daí a razão destas minhas palavras, que sòmente têm por finalidade contribuir para que a actuação em campanha do Tenente Coronel José Costa Gomes seja apontada como exemplo de Bem Servir.

Brigadeiro PEIXOTO DA SILVA



Historial

Tradição

e

Culto

da Arma

Direcção da Arma de Cavalaria

Pela mais recente reorganização do Ministério do Exército (Dec.-Lei n.º 42 564 de 7-10-959) a Direcção da Arma de Cavalaria ficou assim constituída:

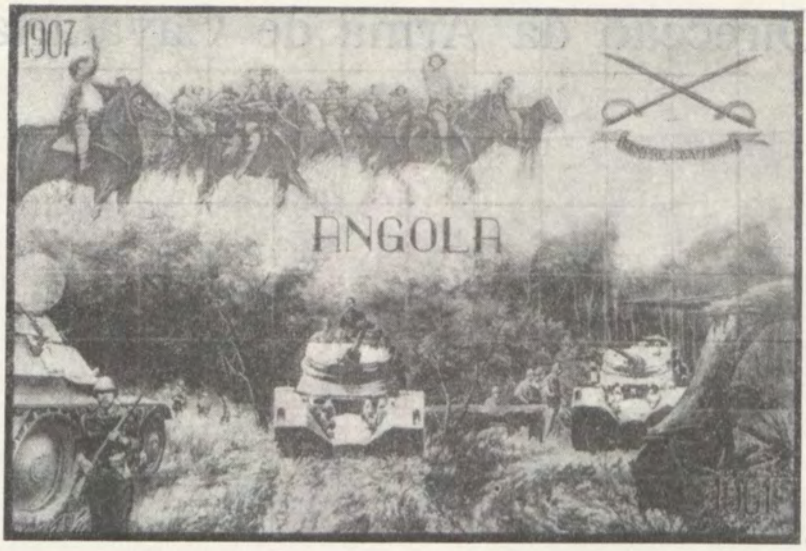
— Director
— Inspectores
— Repartição de Estudos Gerais e Planeamento da Instrução
— Secção de Expediente e Arquivo.

Uma feliz oportunidade da execução de obras no seu edifício na Calçada da Ajuda, permitiu modificar a sua planta, adaptando-a à nova Orgânica, pelo que resultou ficar a sua sede completamente funcional e satisfazendo inteiramente à missão para que é destinada.

O mobiliário e a decoração, sem o mais pequeno luxo, reveste-se todavia de apreciável dignidade militar.

Verifica-se a preocupação de reviver o historial e tradição da Arma, através de evocações das campanhas Ultramarinas antigas e recentes, e de dignificar a Escola Prática e as Unidades através dos seus emblemas e quadros. A sua situação na Calçada da Ajuda continua a ser considerada como a mais própria pela sua vizinhança de duas magníficas Unidades de Cavalaria (R. L. 2 e R. C. 7) que lhe emprestam a viva marcialidade da sua activa presença.

Enquanto se realizaram as obras a DAC esteve instalada no Quartel da Graça de 4 de Setembro de 1961 a 30 de Agosto de 1963.



Painel, em azulejo, colocado na parede exterior da DAC

Átrio de entrada das novas instalações da Direcção da Arma de Cavalaria

Dia da Cavalaria em 1963

No «Quadrado de Môngua»

Em final de comissão, o Grupo de Cavalaria 345 passou a segunda linha e foi integrado na Zona de Intervenção Sul de Angola, que engloba regiões històricamente ligadas às campanhas do sul da Província.

Porque forças da nossa Arma tiveram acção valorosa no combate de Môngua, o Grupo de Cavalaria 345 celebrou o Dia da Cavalaria — 21 de Julho — com uma cerimónia evocativa daquele combate.

A cerimónia teve lugar no «quadrado de Môngua» e concretizou-se no seguinte:

— formatura de uma força militar constituída pelo Esquadrão de Cavalaria 295, aquartelado na vila Pereira de Eça, e por Pelotões representativos das outras sub-unidades do Grupo;

— revista às forças militares pelo Comandante do Grupo;

— hastear da bandeira nacional com honras militares;

— alocução proferida pelo Comandante do Grupo;

— missa na Capela local, por intenção dos combatentes de Môngua;

— romagem ao cemitério local, onde se encontram depositadas as ossadas dos militares mortos em Môngua.

Da Ordem de Serviço n.º 164, do Grupo de Cavalaria 345, publicada em 21 de Julho de 1963, se transcreve o seguinte passo, que constituíu o primeiro acto comemorativo do Dia da Cavalaria.

DIA EVOCATIVO DA CAVALARIA

Mais um ano passou!...

Mais um DIA DA CAVALARIA se comemora em solo Pátrio de além-mar.

Quis o destino que a zona de acção da nossa Unidade englobasse regiões do Sul de Angola, que se encontram sublimadas pelo sangue generoso de tantos e tantos portugueses que, em excelso sacrifício, garantiram a nossa presença em África.

Naulila!... Môngua!... Cuanhama!... Cuamato!... Gambos!... são terras que, conjuntamente com os nomes de Pereira de Eça, Alves Roçadas, Paiva Couceiro, João de Almeida, Vieira da Rocha e os de tantos outros militares ilustres, passaram à História como símbolos das mais altas virtudes da raça lusíada.

E, porque forças de CAVALARIA tiveram acção valorosa no combate de Môngua, hoje ali se reunirão deputações das nossas sub-unidades, para, em momento de superior espiritualidade, glorificarmos, no próprio local do combate, a memória daqueles que, perante o respeito do Mundo, souberam consolidar a nossa presença em África, desenhando nos fastos da História iluminuras dos mais valorosos feitos de que se pode orgulhar uma Pátria.

Formados no «quadrado de Môngua», evocando a memória do Patrono da CAVALARIA PORTUGUESA — Major Joaquim Mousinho de Albuquerque — ratificaremos a nossa firme determinação de continuar a honrar a nossa querida PÁTRIA e a Arma de CAVALARIA, a que tanto nos orgulhamos de pertencer.

Às 10 horas do dia 21 de Julho, realizaram-se em Môngua as cerimónias atrás enunciadas, que tiveram a assistência das autoridades e da população civil — branca e autóctone — do Posto Administrativo de Môngua, e de outras entidades que, para o efeito, se deslocaram da vila Pereira de Eça. Fez parte do programa uma alocução proferida de improviso pelo Comandante do Grupo, que posteriormente foi reconstituída com destino a esta revista.

Perante as forças militares formadas em quadrado, o Comandante do Grupo de Cavalaria 345 disse:

«É verdadeiramente emocionado, como cavaleiro e como português completamente dominado pelo fervor patriótico da hora que passa e pelo local onde nos encontramos, que me dirijo aos soldados do «345», no dia evocativo da CAVALARIA.

Antes de tudo, quero explicar-vos o significado do dia de hoje: O DIA DA CAVALARIA.

Tal como nas vossas aldeias celebrais o dia de festa da terra, dia de festa que, geralmente, coincide com o dia do Santo Padroeiro; tal como em vossas casas festejais o aniversário de vossos pais e de vossos avós, aproveitando esses dias para reunir toda a família em volta do seu elemento mais representativo; nós que, além de sermos soldados de Portugal, somos soldados de CAVALARIA, reunimo-nos hoje — dia 21 de Julho — em volta do nosso Padroeiro, o Major Mousinho de Albuquerque, para evocar a memória de quem, através de todos os tempos, foi a primeira figura de cavaleiro português, figura que ficou eternamente brilhando como estrela galvanizadora de todas as nossas vontades de bem servir a Arma de Cavalaria e a nossa Pátria. Assim, o seu espírito de exemplar português e cavaleiro paira nesta histórica «Chana de Môngua», consubstanciado no bater unís-sono dos nossos corações de soldados de CAVALARIA.

Soldados!

Pertencemos a uma Arma que, desde a fundação da nossa nacionalidade, e ao longo de todos os tempos, actuando a cavalo, em viaturas ou a pé, se revelou sempre diferente de todas as outras, situando-se em plano verdadeiramente destacado, quer no campo da sua superior espiritualidade, quer no campo do seu excepcional vigor e desembaraço físico e mental, qualidades estas que sempre caracterizaram a actuação fulminante da tropa de Cavalaria, que atingiu, em tempos passados, tal nível de glória que alguém, em hora feliz de fervor cavaleiro, afirmou:

> **«Se não tiverdes a força do leão, a agilidade do tigre e a vista da águia, afastai-vos porque não sois dignos de pertencer à tempestade da Cavalaria.»**

Os tempos foram passando, as condições de luta foram-se modificando, o cavalo — o elemento base da antiga cavalaria — desapareceu

do campo de batalha, mas o velho espírito cavaleiro permanece na nossa Arma. E, para que esse espírito reviva na hora que passa e perdure através dos tempos, se instituíu o DIA DA CAVALARIA, o dia da nossa festa, dia que, mais do que festivo, deve ser para nós um dia de meditação, um dia evocativo de glórias passadas, um dia de juramento cavaleiro.

Se o dia do vosso juramento de bandeira é um dia de solene compromisso para com a Pátria, o dia de hoje deve ser um dia de compromisso para com a gloriosa Arma a que nos orgulhamos de pertencer.

Soldados!... Ides reviver, no dia evocativo das glórias da CAVALARIA, uma fase heróica das nossas campanhas de África.

No local histórico onde nos encontramos, travou-se, em Agosto de 1915, um grande combate entre forças expedicionárias portuguesas e forças indígenas coligadas do Ovampo Português e de regiões vizinhas.

Para melhor vos integrar no ambiente em que decorreram as campanhas da época, passo a descrever-vos os factos que antecederam o combate de Môngua.

Desde os primeiros dias da Guerra Mundial de 1914 que Portugal se vinha empenhando, em África, na defesa dos seus territórios e do prestígio da sua soberania, sensìvelmente abalada com invasões e ataques realizados pelos Alemães nas zonas fronteiriças, nomeadamente em Moçambique no rio Rovuma, e em Angola nos rios Cubango e Cunene.

Em Angola, após o acidente de Naulila, em Outubro de 1914, e sequentes ataques aos fortes da linha do Cubango e ao posto de Naulila, na Hinga, em 18 de Dezembro, as nossas forças foram obrigadas a retirar para a região de Gahana — Gambos, mais ao norte. Em face da situação, o Governo Português deliberou organizar uma nova expedição militar, dando o seu comando a um dos mais brilhantes e prestigiosos militares da época: — o General Pereira de Eça.

A esta força militar competia recuperar a zona abandonada pelas nossas forças e as regiões revoltadas, na margem direita do Cunene, estabelecendo sobre este rio uma base de operações que permitisse ocupar a fronteira, punir as rebeldias resultantes da retirada de Naulila e, em fase ulterior, atravessar a fronteira, penetrar no Ovampo Alemão e atacar as forças alemãs. Seria deste modo vingado o insucesso dos combates de Naulila, realizados meses atrás, em que parte

das nossas forças sofrera sensíveis perdas e outra parte fora aprisionada.

O General Pereira de Eça articulou as suas forças em quatro destacamentos independentes, com as seguintes missões:

Destacamento do Umbe — em serviço de etapas, no Umbe.

Destacamento de Cuamato — atrair os Cuamatos ao seu território, batê-los, ocupar os velhos postos, instalar as novas autoridades indígenas e retirar em seguida o grosso das suas forças para o Umbe.

Destacamento do Evale — bater os povos gentios entre Mulondo e Cafú, ocupar a região de Evale, guarnecer os postos da região e organizar a sua administração.

Destacamento do Cuanhama — penetrar no território de além-Cunene, a fim de atacar os aguerridos nativos Cuanhamas.

O General Pereira de Eça assumiu o Comando directo da coluna do Cuanhama, formada pelas seguintes unidades: um batalhão de marinha, um batalhão de infantaria, um grupo de dois esquadrões de cavalaria, duas baterias de artilharia de campanha e três de metralhadoras pesadas, uma companhia indígena de Moçambique, 230 carregadores, tudo somando o efectivo de 2400 homens, 1400 solípedes, 16 metralhadoras pesadas, 8 peças e 210 viaturas. Da coluna faziam parte nomes que a História já consagrou, nomeadamente Pereira de Eça, Afonso Cerqueira, Vieira da Rocha, Bento Roma, Humberto Ataíde, Pires Monteiro e Ortigão Peres. A esta força competia enfrentar os Cuanhamas que, juntamente com os Cuamatos e Evales, totalizavam para cima de 60 000 homens, dos quais 30 000 dispunham de armamento moderno fornecido pelos alemães, formando um conjunto aguerrido e altamente moralizado pelo desastre de Naulila e pela nossa ulterior retirada.

As colunas do Cuanhama e do Cuamato separaram-se na manhã de 12 de Agosto, tendo a coluna do General Pereira de Eça passado o Cunene, no vau da Chimboa, e, sem oposição de maior, atingido a «Chana de Môngua» em 17 de Agosto, penetrando assim em território Cuanhama.

O destacamento formou «quadrado», cavando abrigos sob as vistas e o fogo do inimigo. As cacimbas encontravam-se quase secas, e muito gado tinha já morrido de sede e de fadiga, o que impusera

o abandono de muitos carros e das respectivas cargas. A uns dois quilómetros do «quadrado», situavam-se algumas cacimbas com água, mas o inimigo dispunha-se a defendê-las a todo o custo.

As tropas encontravam-se extenuadas pela marcha, e o General resolveu dar-lhes descanso no dia 18 e, seguidamente, apoderar-se das cacimbas necessárias à abeberação do gado. Porém, o inimigo, às 8,30 h de 18, ataca em força, com redobrada intensidade nos lados oeste e norte do «quadrado». Apesar do fogo intenso das nossas tropas, os bravos Cuanhamas, a coberto do arvoredo e dos morros de salalé, conseguem aproximar-se do «quadrado». Os seus tiros certeiros ferem o Capitão do E. M. Henrique Pires Monteiro — pai do Coronel Pires Monteiro, que foi nosso Comandante de Sector em São Salvador — que se mantinha a cavalo, transmitindo ordens sob intensa fuzilaria. Outros oficiais foram feridos, bem como várias praças.

A pressão do inimigo aumenta e, às 11,30 h, o General ordena ao Grupo de Esquadrões de Cavalaria que carregue o gentio. O Grupo de Esquadrões sai do «quadrado», e o campo inimigo é varrido pela carga da Cavalaria, conduzida pelo Major Vieira da Rocha. Da carga, não volta o Alferes Damião Peres, e o Alferes Mateus regressa ferido.

A 15.ª Companhia Indígena de Moçambique, que, sob o comando do Tenente Humberto Ataíde de Oliveira, também carregara o inimigo na mesma ocasião, regressa ao «quadrado» com os soldados vibrantes de emoção. Vêm ensanguentados e trazem consigo 15 praças e um oficial mortos, e 24 praças e 6 oficiais feridos, mas a missão fora plenamente cumprida, pois os aguerridos Cuanhamas, que chegaram a aproximar-se a 50 metros do «quadrado», tinham rompido o combate e retirado.

As tropas continuam os trabalhos de entrincheiramento, tudo se dispondo para atacar as cacimbas no dia seguinte.

Em 19, à mesma hora da véspera, o inimigo torna a atacar com o mésmo ímpeto. Morre um Capitão Comandante de Companhia, e é ferido um subalterno, que morre pouco depois. Às 15 horas, a coluna inicia a marcha para as cacimbas, debaixo de fogo intenso, e com o gado agonizante de sede. Aqueles dois quilómetros levam cerca de duas penosas horas a percorrer, mas o objectivo é atingido, logo se iniciando a fortificação das faces do «quadrado».

Um cuanhama, que se apresentou ao cair da noite, anuncia que o Soba do Cuanhama se aproxima à frente de 60 000 guerreiros, bem armados e municiados, dispostos a atacar as nossas forças na manhã do dia imediato.

A noite de 19 para 20 é perturbada apenas por um pequeno alarme, cerca da meia-noite. A manhã rompe tranquila e mantém-se silenciosa até às 7,30 horas, momento em que estoira intensa fuzilaria, que se prolonga por quase todo o dia.

A Cavalaria permanece a cavalo no meio do «quadrado» e, às 15 horas, restam apenas quatro cavalos. Às 16 horas, o tiroteio continua, e o gentio aperta o ataque, supondo talvez o «quadrado» reduzido a um cemitério. O General Pereira de Eça apercebe-se da oportunidade de mandar carregar de novo a Cavalaria, mas esta encontra-se sem cavalos e fortemente dizimada pelo tiroteio do dia; em face da situação, e na falta da Cavalaria, resolve mandar carregar meio Batalhão de Marinha, um Pelotão de Infantaria 17 e outro da 15.ª Companhia Indígena.

É o próprio Chefe do Estado-Maior, Ortigão Peres, que, sob fogo intensíssimo, consegue atingir a parte do «quadrado» onde se encontram os marinheiros. Meio Batalhão de Marinheiros, com o seu heróico Comandante Afonso Cerqueira, salta fora do «quadrado» e avança, carregando. O inimigo, surpreendido e atónito, suspende o fogo depois de uma primeira resistência, que embaraçou os nossos marinheiros e os obrigou a reter a carga.

Segunda investida se segue, sendo a Marinha acompanhada por um Pelotão de Infantaria 17 e outro da 15.ª Companhia Indígena, que carregam noutra face do «quadrado». Os bravos negros cedem terreno, ficando a chana coberta de mortos.

Quando o meio Batalhão de Marinha regressa ao «quadrado», não traz terno de clarins para lhe marcar o ritmo da marcha, mas com a velha «Kropatchek», em posição de continência, os bravos marinheiros marcham altivamente, em passo normal, sob o tiroteio que recomeça.

Tinham tombado 15 mortos e 18 feridos, dos quais três oficiais. Dos solípedes, tinham morrido 235, e os restantes encontravam-se quase todos bastante feridos. O combate durara 10 horas. Os bravos Cuanhamas tinham retirado, mas os verdadeiros inimigos das nossas forças — a sede e a fome — continuavam invencidos.

A coluna de reabastecimento não tinha chegado, e em vão fora esperada durante a noite de 20 para 21. Entretanto, as viaturas mandadas, em 21, ao rio Cunene não tinham voltado, e nada se sabia da sua sorte. Foram tomadas medidas drásticas de racionamento, reduzindo-se a ração diária a 1/4 de lata de atum ou sardinha. Não havia cavalos, a Infantaria encontrava-se incapaz de marchar, e o envio

de qualquer força à retaguarda poderia moralizar o gentio, na suposição de que as nossas forças iniciavam a retirada.

Às 22 horas, sem que as praças se apercebessem, reúne-se o Conselho de Oficiais num recanto do «quadrado». A opinião é unânime: manter a posição a todo o custo, e esperar o reabastecimento e os reforços da retaguarda.

O dia 23 passa-se no mesmo ambiente de confiança, mas com as mesmas restrições de água e de víveres. À meia-noite, entra no «quadrado» um preto Cuanhama, com uma mensagem anunciando que no dia seguinte, às 15 horas, estaria no local a coluna do Cuamato, transportando víveres, água e munições.

Com o pessoal completamente exausto, após penosa marcha sob sol ardente e fogo inimigo, a heróica coluna do Cuamato, realizando uma das mais brilhantes marchas da nossa epopeia ultramarina, atinge o «quadrado» com a sua guarda avançada, às 15 horas da tarde do dia 24. Os bravos soldados do «quadrado de Môngua» puseram-se de pé nas improvisadas trincheiras e, com os olhos postos na Pátria, descerraram as suas bocas sedentas. E, assim, na chana de Môngua, os bravos Cuanhamas, que tão valentemente se bateram pela sua terra, ouviram, atónitos e desmoralizados, os acordes do Hino Nacional.

O «quadrado de Môngua» cumprira o seu dever, e as forças militares portuguesas tinham escrito mais uma página da História das nossas campanhas ultramarinas.

Soldados!... Recordei-vos, neste lugar històricamente sagrado, uma fase da vida heróica dos nossos soldados de há 40 anos.

Acabastes de fazer uma campanha militar no Norte de Angola, pelo que, melhor do que ninguém, bem podeis avaliar toda a extensão do inultrapassável espírito de sacrifício e valentia dos soldados das gerações passadas, que actuaram em condições totalmente diferentes daquelas em que, mercê do progresso, se desenvolve a actual campanha militar de Angola. Para além do legítimo orgulho no passado histórico da Pátria, deveis sentir-vos orgulhosos da vossa qualidade de soldados de Portugal, orgulhosos porque, ao longo da actual campanha, já destes provas de serdes iguais aos soldados do «quadrado de Môngua». É o mesmo o sangue que vos corre nas veias, e revelais, nos grandes momentos, o mesmo generoso espírito de sacrifício e a mesma indómita valentia. Orgulhosos, ainda, da certeza de virmos demonstrando ao Mundo que os Portugueses de hoje são da mesma têmpera dos de antanho, e que os anima, na defesa do solo

Pátrio, o mesmo ardor que os animou sempre que a integridade da Pátria foi ameaçada. Finalmente, orgulhosos, porque constituís, na hora que passa, garantia de transmissão às gerações vindoiras de uma Pátria eterna e engrandecida.

Para tanto, é mister que o espírito da velha Cavalaria perdure, através dos tempos e se funda com o da própria Pátria.

Viva PORTUGAL!»

Coronel ANTÓNIO DE SPÍNOLA

O Comandante do Grupo de Cavalaria 345, falando aos soldados no «Quadrado de Môngua»

Nota: O presente trabalho elaborado com base na reconstituição de um «improviso» proferido em 21-7-63, foi estruturado na descrição do combate de Môngua constante da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* única documentação de que se dispunha no momento.

Quadro de Honra

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu aprumo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento receberam, no Dia da Cavalaria do ano de 1963, a **Placa Comemorativa do Patrono da Arma**

Escola Prática de Cavalaria

Esq. Com.
Soldado n.º 33/62
Lopes

Esq. Ser.
Soldado n.º 111/62
Luisa

Esq. C. C.
1.º Cabo n.º 992/61
Silva

Esq. Rec.
1.º Cabo n.º 403/EP
Pereira

Esq. Int. — 1.º Cabo n.º 15/61 — **Duarte**

Regimento de Lanceiros de Elvas

Formação — 1.º Cabo n.º 84/Rd — **Pereira**
Formação — 1.º Cabo n.º 43/Rd — **Casimiro**

Regimento de Dragões de Olivença

Formação — 1.º Cabo n.º 257/EP — **Travelas**
Formação — Soldado n.º 321/62 — **Gaspar**
Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 49/62 — **Fernando**
Esq. Rec. — Soldado n.º 280/62 — **Marques**

Regimento de Cavalaria do Cais

1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 57/62 — **Freire**
1.º E. C. C. — Soldado n.º 197/62 — **Gregório**
Formação — 1.º Cabo n.º 127/Rd — **Barão**
Formação — Soldado n.º 588/61 — **Carvalho**

Quadro de Honra

Grupo de Carros de Combate de St.ª Margarida

1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 421/61 — **Mendes**
2.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 133/62 — **Pedrosa**
3.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 99/61 — **Dias**

Regimento de Lanceiros da Glória ou Morte

1.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 666/62 — **Serras**
2.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 1071/62 — **Silva**
Formação — Soldado n.º 206/62 — **Castro**

Regimento de Dragões de Entre-Douro e Minho

Com. Cav. — 1.º Cabo n.º 101/62 — **Jorge**
Formação — Soldado n.º 620/62 — **Abade**
Esq. CIACA — 1.º Cabo n.º 499/62 — **Morais**

Regimento dos Cavaleiros da Beira

Esq. Rec. — Soldado n.º 353/62 — **Tavares**
Formação — Soldado n.º 736/62 — **Almeida**

Grupo Divisionário de Carros de Combate

E. C. S. — 1.º Cabo n.º 219/61 — **Silva**
E. C. S. — Soldado n.º 220/61 — **Moreno**
1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 149/Rd — **Véstia**
3.º E. C. C. — Soldado n.º 28/62 — **Marques**

G. D. C. C.

MACONTENE

Comemora-se hoje o dia da nossa Arma — 21 de Julho.

Foi há precisamente 66 anos, que em terras de Moçambique soldados de Cavalaria cometeram grande feito que pelo seu valor mereceu ser escolhido para no seu aniversário se festejar a Arma de Cavalaria.

Em Gaza, região do Sul de Moçambique.

Gungunhana, o célebre e poderoso régulo que tanto incomodara os Portugueses, já fora preso num extraordinário golpe de bravura de Mousinho de Albuquerque.

Mas o mal tinha raiz. Maguiguana, o aguerrido cabo de guerra de Gungunhana, escapara e já reunira à sua volta um poderoso grupo que após realizar várias correrias, atacou de emboscada um pequena patrulha de 9 homens comandada pelo Alferes Chamusca, que caiu nessa traiçoeira cilada.

Gomes da Costa com alguns cavaleiros dirige-se então para a vila de Chibuto. Aí estabelece um reduto. Seguidamente toma contacto com a situação realizando uma série de patrulhamentos num raio de 10 quilómetros.

Sabe então que os rebeldes estão em Macontene, colinas que constituem excelente posição.

Reune 52 praças apeadas, 15 a cavalo, 93 angolanos e juntando a estes alguns auxiliares, ao alvorecer de 22 de Maio de 1897, dirige-se para o inimigo.

Ao chegar a Macontene forma quadrado.

Então hordas sem fim de guerreiros vátuas, em trajes de guerra, com grandes penachos brancos na cabeça, começam a surgir em ondas sucessivas e aos milhares a envolverem as forças Portuguesas. Do lado dos angolanos o arvoredo permite uma certa aproximação. Estes fraquejam e é a custo que se consegue disciplinar o tiro.

Nisto, Gomes da Costa divisa no meio do gentio, Heine, um dos aventureiros estrangeiros causadores da rebelião. Manda que se faça

fogo sobre ele. Ao ver-se alvo de tão incómoda atenção, Heine perde o gosto pela aventura e foge em debandada. Por sua vez, os indígenas hesitam e logo lhe seguem os passos.

Procuram então os cavaleiros carregar sobre as hostes em fuga, seria o desbaratamento do inimigo. Mas a escassez das munições e o estado de esgotamento a que se chegara devido à desproporção de forças aconselha recolher ao Chibuto.

Mas Mousinho, o grande Mousinho hoje nosso Patrono, está atento. Sai de Lourenço Marques com uma força de 51 cavalos, 1 companhia de Infantaria e 1 pelotão de Cavalaria. Em marchas forçadas chega ao Chibuto. Reune-se a Gomes da Costa que comanda agora 1 companhia de Cipaios de Gaza e no dia 21 de Julho de 1897, às 3 da manhã, arranca em direcção às colinas de Macontene.

Novamente o quadrado se vê cercado pelas numerosíssimas hordas vátuas. O inimigo estava preparado e era forte pelo número. A breve trecho já havia nas nossas fileiras 10 feridos, alguns mortos e a meia lua inimiga transformava-se num ameaçador círculo. A 200 metros aquela massa humana parece hesitar e então «Mousinho, que ardia por mostrar aquilo que a sua Arma podia fazer em África, mandou cessar fogo, saiu para fora do quadrado com o seu Estado-Maior, mandou sair a cavalaria, e, logo que apanhou fora do quadrado uns 20 cavaleiros, dispô-los em forrageadores, e, de chicote em punho, como Murat, atirou-se contra os pretos numa carga fulgurante. O capitão Gomes da Costa com os seus cipaios e os auxiliares carregou também, impetuosamente. As cargas tiveram o efeito de um raio, o inimigo debandou em fuga precipitada. A cavalaria lançou-se em sua perseguição, logo seguida pelos auxiliares, e Mousinho, depois de a ter orientado sobre as direcções a seguir, voltou ao quadrado, enquanto cavaleiros e auxiliares atingiam o acampamento inimigo, que incendiaram.»

Era o fim, Maguiguana foge.

Poucos dias depois Mousinho recebe informações sobre o seu paradeiro. Reune os seus cavaleiros, dirige-se para o local e pessoalmente dirige o cerco.

Maguiguana tenta fugir. Fere com um tiro de carabina o Alferes Vieira da Rocha e o ferrador da Polícia de Maputo, mas este apeia-se e vara o resistente guerreiro.

Esta morte foi o fecho da campanha.

*

Mais uma vez o nome da Cavalaria soou alto causando admiração tal como em Naulila, Chaimite, Magul e mais recentemente com Nanbuangongo, Pedra Verde e todo o Norte de Angola.

Pois bem: Vós pertenceis a esta gloriosa Arma e sois vós que a constituis.

É uma honra que tendes que fazer por merecer como a mereceram ainda há bem pouco tempo os homens do Grupo de Reconhecimento de Angola, B. de Cavalaria 345 e 350, os soldados das Companhias de Cavalaria 122, 148 e 149 e tantas outras em missão de soberania na nossa Província de Angola.

Levantai bem alto, mais uma vez, o nome da Cavalaria Portuguesa.

Asp. Mil.º NOGUEIRA DOS SANTOS

TRIBUTO DE SANGUE

Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha no Ano de 1963

MORTOS EM COMBATE

19- 1-63 — Soldado **António José Jacinto**
25- 1-63 — Soldado **Fernando João das Dores**
15- 2-63 — Alf. Mil. **Joaquim José Machado Ferrão**
3- 3-63 — 2.º Sarg. **José Pinto de Fontes Guedes**
14- 3-63 — Capitão **António Lopo Machado do Carmo**
5- 4-63 — 1.º Cabo **José Figueiredo Costa**
5- 4-63 — Soldado **Bento Rebocho da Silva**
5- 4-63 — Soldado **Luís de Almeida Bondoso**
5- 4-63 — Soldado **António José da Conceição Botelho**
5- 4-63 — Soldado **Manuel Lourenço de Oliveira**
14- 6-63 — Soldado **Adriano Martins Fernandes**
29- 6-63 — Soldado **Constantino António L. Abelha**
16- 8-63 — Soldado **Manuel Glória da Silva**
29- 8-63 — Soldado **Emílio António Catalão Sampaio**
19-10-63 — Soldado **Manuel dos Santos Domingos**
22-10-63 — Soldado **António Ruivo Navarro**
2-11-63 — 1.º Cabo **Adosindo Carvalho de Brito**
18-12-63 — Soldado **António José Almeida Silva**
28-12-63 — 1.º Cabo **Manuel Ramalho Capela**
28-12-63 — Soldado **António Arês Carrusca**
— Soldado **Narciso Manuel Marques Destapado**

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

31- 1-63 — Soldado **João Moura**
2- 2-63 — Soldado **João Nogueira Marques**
21- 2-63 — 1.º Sarg. **Jorge Nuno Moura Leite**
2- 6-63 — Soldado **Fernando José Cerqueira**
24- 7-63 — 1.º Cabo **Manuel dos Santos Rodrigues**

27- 7-63 — 1.º Cabo **Joaquim António Mendes Lopes**
2- 8-63 — Soldado **Manuel Reis Mateus Costa**
28- 8-63 — Soldado **António da Silva Pereira**
— Soldado **Bruno Esquibate Rino**
21- 9-63 — Soldado **Francisco do Céu Bernardo**
17-10-63 — Soldado **João Rosário**
8-11-63 — Capitão **Fernando Trindade Rei**
8-11-63 — 1.º Cabo **António da Costa Lopes Cardoso**
10-11-63 — 1.º Cabo **António Fernandes Ramos**
11-11-63 — 1.º Cabo **Domingos Luís Neto Correia**
19-11-63 — Soldado **Idalino Santinho Pernita**

Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate no Ano de 1963

277/61 — 1.º Cabo **António Maria Filipe**
305/61 — Soldado **Inácio Alberto Júlio**
317/61 — Soldado **Lucílio Henrique da Silva Rosa**
338/61 — Soldado **José da Silva Fernandes Pelixo**
563/61 — Soldado **Diamantino Lopes Benvindo**
6- 3-63 — 1.º Cabo **Mário Matias Martins**
6- 3-63 — 1.º Cabo **Gabriel Pereira Coelho**
6- 3-63 — 1.º Cabo **Manuel Rodrigues Curado e Silva**
6- 3-63 — 1.º Cabo **João da Rosa Manuel**
6- 3-63 — Soldado **Belarmino Pereira Lopes**
5- 4-63 — Soldado **Joaquim José da C. Oliveira**
5- 4-63 — Soldado **Florival Álvaro Horta**
5- 4-63 — Soldado **Manuel Tavares Mendes**
5- 4-63 — Soldado **Guilhermino António Lamancha**
5- 4-63 — Soldado **Franklin Candeias Bárbaro**
5- 4-63 — 1.º Cabo **Ângelo dos Santos**
5- 4-63 — Soldado **Mário da Silva Reis**
5- 4-63 — Soldado **Álvaro dos Santos Miguel**
5- 4-63 — Soldado **Romão da Conceição Carrilho**
5- 4-63 — 1.º Sarg. **Joaquim Gonçalves Valente**
2-10-63 — Alf. Mil. **Fernando António da Silva Correia**
8-10-63 — Alf. Mil. **António Norberto Coelho Brasil**
12-10-63 — Soldado **Teodomiro Gomes da Conceição**
12-10-63 — Soldado **José da Silva Pexeira**
12-10-63 — Soldado **Joaquim Meia Lavada Silva**
22-10-63 — Soldado **João Firmino Martins Correia**

MORTOS EM COMBATE

Soldado António José Jacinto
R. C. 3

Filho de José Jacinto e de Mariana Boiça. Natural da freguesia de Coruche, concelho de Coruche. Nasceu a 11 de Junho de 1941. Faleceu a 19 de Janeiro de 1963.

Soldado Fernando João das Dores
R. C. 3

Filho de João Gregório e de Francisca das Dores. Natural da freguesia de Panoias, concelho de Ourique. Nasceu a 5 de Fevereiro de 1941. Faleceu a 25 de Janeiro de 1963.

Alferes Mil.º Joaquim José Machado Ferrão
R. C. 3

Filho de Horácio Fróis da Silva Gil Ferrão e de Maria da Graça Campeão Machado Ferrão. Natural da freguesia de Santo Estêvão, concelho de Alenquer. Nasceu em 29 de Abril de 1933. Faleceu em 15 de Fevereiro de 1963.

Soldado Narciso Manuel Marques Destapado
R. C. 3

Filho de Francisco Manuel Destapado e de mãe incógnita. Natural de N.ª Sr.ª da Tourega, concelho de Évora. Nasceu em 16 de Março de 1938. Faleceu em 10 de Março de 1963.

Capitão António Lopo Machado do Carmo
R. C. 3

Filho de Carlos Maria do Carmo e de Maria Helena Mendes Leite Machado do Carmo. Natural da freguesia da Sé Nova, concelho de Coimbra. Nasceu em 6 de Outubro de 1933. Faleceu em 14 de Março de 1963.

Soldado José da Conceição Botelho
R. C. 3

Filho de Jacinto Colaço Botelho e de Maria José (falecida). Nasceu na freguesia da Sr.ª da Graça dos Padrões, concelho de Almodovar. Nasceu em 6 de Março de 1940. Faleceu em 5 de Abril de 1963.

Soldado Manuel Lourenço de Oliveira
R. C. 3

Filho de Henrique Simões de Oliveira e de Maria de Jesus Lourenço. Natural da freguesia de Vila Nova de Ceira, concelho de Góis. Nasceu a 10 de Outubro de 1940. Faleceu a 5 de Abril de 1963.

1.º Cabo José Figueiredo Costa
R. C. 3

Filho de Mário Henriques da Costa e de Irene de Figueiredo da Costa. Natural da freguesia de Castelões, concelho de Tondela. Nasceu a 28 de Julho de 1940. Faleceu a 5 de Abril de 1963.

Soldado Bento Rebocho da Silva

R. C. 3

Filho de José Francisco da Silva e de Maria do Carmo Rebocho. Natural da freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa. Nasceu em 22 de Dezembro de 1940. Faleceu a 5 de Abril de 1963.

Soldado Luís de Almeida Bondoso

R. C. 3

Filho de Abel Bondoso e de Carolina de Almeida. Natural da freguesia de Moimenta da Beira, concelho de Moimenta da Beira. Nasceu a 4 de Julho de 1940. Faleceu a 5 de Abril de 1963.

Soldado Adriano Martins Fernandes

R. C. 3

Filho de Adriano Fernandes e de Maria Custódia. Natural da freguesia de Vaqueiros, concelho de Alcoutim. Nasceu a 28 de Setembro de 1941. Faleceu a 14 de Junho de 1963.

Soldado Constantino António L. Abelha

R. C. 3

Filho de Joaquim Teotónio Abelha e de Coleta das Dores Glória Lambranca. Natural da freguesia de Matriz, concelho de Borba. Nasceu em 12 de Dezembro de 1941. Faleceu a 29 de Junho de 1963.

Soldado Manuel Glória Silva
R. C. 3

Filho de José Carlos da Silva e de Catarina da Glória. Natural da freguesia de Estômbar, concelho de Lagôa. Nasceu a 2 de Fevereiro de 1941. Faleceu a 16 de Agosto de 1963.

Soldado Emílio António Catalão Sampaio
R. C. 3

Filho de Henrique José Sampaio e de Fortunata de Jesus Sampaio. Natural da freguesia de N.ª Sr.ª da Vila, concelho de Montemor-o-Novo. Nasceu a 7 de Junho de 1940. Faleceu a 29 de Agosto de 1963.

Soldado Manuel dos Santos Domingos
R. C. 7

Filho de Custódio Domingos e de Mariana dos Santos. Nasceu em 10 de Maio de 1942. Faleceu em 19 de Outubro de 1963. Natural da freguesia e concelho da Moita.

Soldado António Ruivo Navarro
R. C. 3

Filho de Manuel dos Santos Navarro e de Ana Catarina Ruivo. Natural da freguesia de Ficalho, concelho de Serpa. Nasceu a 24 de Janeiro de 1940. Faleceu a 22 de Outubro de 1963.

1.º Cabo Adosindo Carvalho de Brito
R. C. 3

Filho de Bruno de Brito e de Olivia de Jesus Carvalho. Natural da freguesia de Penacova, concelho de Penacova. Nasceu a 19 de Junho de 1941. Faleceu a 2 de Novembro de 1963.

Soldado António José de Almeida e Silva
G. R. A. (Dragões)

Filho de Militino da Encarnação e Silva e de Dalila de Almeida Moniz e Silva. Natural de Luanda, freguesia de S. Paulo. Nasceu em 5 de Setembro de 1942. Faleceu em 18 de Dezembro de 1963.

1.º Cabo Manuel Ramalho Capelas
R. C. 3

Filho de Francisco Ramalho Capelas e de Lourença Maria Ramalho Conchinhas. Natural da freguesia de Cosval, concelho de Reguengos de Monsaraz. Nasceu em 25 de Fevereiro de 1942. Faleceu em 28 de Dezembro de 1963.

Soldado António Arês Carrusca
R. C. 3

Filho de António de Sousa Carrusca e de Felicidade Gomes Arês. Natural da freguesia de Boliqueima, concelho de Loulé. Nasceu a 1 de Julho de 1942. Faleceu a 28 de Dezembro de 1963.

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

Soldado João Moura

R. L. 2

Filho de Avelino de Moura e de Maria Marinho. Natural da freguesia de Seidões, concelho de Fafe. Nasceu a 30 de Abril de 1940. Faleceu em 31 de Janeiro de 1963.

Soldado João Nogueira Marques

R. L. 2

Filho de Manuel Marques e de Adelaide da Anunciação Nogueira. Natural da freguesia de S. João da Boavista, concelho de Tábua. Nasceu a 27 de Dezembro de 1940. Faleceu a 2 de Fevereiro de 1963.

1.º Sargento Nuno Moura Leite

R. C. 3

Filho de Joaquim de Oliveira Leite e de Ida Alice Rosa de Moura Leite. Natural da freguesia de Vendas Novas, concelho de Montemor-o-Novo. Nasceu a 12 de Janeiro de 1928. Faleceu a 21 de Fevereiro de 1963.

Soldado Bruno Esquivate Rino

C. T. I. (Macau)

Filho de António Francisco Rino e de Maria Luisa. Natural da freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós. Nasceu a 24 de Abril de 1940. Faleceu a 10 de Março de 1963.

Soldado Fernando José Cerqueira
R. C. 8

Filho de Bento de Jesus Cerqueira e de Maria José. Natural da freguesia de Massarelos, do 2.º Bairo do Porto. Nasceu a 12 de Outubro de 1941. Faleceu a 1 de Junho de 1963.

1.º Cabo Manuel dos Santos Rodrigues
R. C. 3

Filho de António Rodrigues de Sousa e de Ludovina de Jesus dos Santos. Natural da freguesia de Seiça, concelho de Vila Nova de Ourém. Nasceu a 31 de Agosto de 1941. Faleceu em 24 de Julho de 1963.

1.º Cabo Joaquim António Mendes Lopes
R. C. 3

Filho de António João Lopes e de Adozinda Virtuosa Mendes. Natural da freguesia de Santa Maria, concelho de Estremoz. Nasceu a 17 de Dezembro de 1937. Faleceu a 27 de Julho de 1963.

Soldado Manuel Reis Mateus Costa
R. C. 3

Filho de Manuel Mateus Costa e de Ana Reis Grenhas. Natural da freguesia de Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa. Nasceu a 30 de Novembro de 1940. Faleceu a 2 de Agosto de 1963.

Soldado António da Silva Pereira
R. C. 3

Filho de António Pereira e de Maria de Jesus Silva. Natural da freguesia de Ausetriz, concelho de Torres Novas. Nasceu a 11 de Maio de 1942. Faleceu a 28 de Agosto de 1963.

Soldado Francisco do Céu Bernardo
R. C. 3

Filho de Manuel Bernardo e de Maria do Céu. Natural da freguesia de Lousã, concelho de Lousã. Nasceu a 26 de Março de 1940. Faleceu a 21 de Setembro de 1963.

Soldado João Rosário
R. C. 3

Filho de pai incógnito e de Alice Maria Rosário. Natural da freguesia de Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde. Nasceu a 16 de Junho de 1941. Faleceu a 17 de Outubro de 1963.

Capitão Fernando Trindade Rei
QG/RMA

Filho de Manuel Custódio Rei e de D. Celeste Trindade. Natural da freguesia de Alvados, concelho de Porto de Mós. Nasceu a 12 de Novembro de 1934. Faleceu a 8 de Novembro de 1963.

1.º Cabo António da Costa Lopes Cardoso
R. L. 2

Filho de Arlindo Lopes Cardoso e de Maria de Campos Costa. Natural da freguesia de Fão, concelho de Esposende. Nasceu a 14 de Outubro de 1940. Faleceu a 8 de Novembro de 1963.

1.º Cabo António Fernandes Ramos
QG/RMA

Filho de Clara de Jesus Ramos. Nasceu em 11 de Janeiro de 1941. Natural da freguesia de Aldeia do Bispo, concelho de Penamacor. Faleceu em 10 de Novembro de 1963.

1.º Cabo Domingos Luís Neto Correia
R. C. 3

Filho de Luís Correia Valente e de Maria Martins Neto. Natural da freguesia de S. Bartolomeu de Messines, concelho de Silves. Nasceu a 18 de Outubro de 1940. Faleceu em 11 de Novembro de 1963.

Soldado Idalino Santinho Pernita
G. R. A. (Dragões)

Filho de Adelino Pernita e de Maria do Carmo Santinho. Natural da freguesia da Fuseta, concelho de Olhão. Nasceu em 29 de Janeiro de 1939. Faleceu em 19 de Novembro de 1963.

HOMENAGEM

VALOR MILITAR

Ten.-Coronel **António Sebastião Ribeiro de Spínola**

Capitão **Ricardo Fernando Ferreira Durão**

Tenente **Jorge Manuel Cabeleira Filipe**

Tenente Mil.º **Álvaro Manuel Alves Cardoso**

1.º Cabo **Armando Joaquim Paradela**

Soldado **José Fernandes Martins**

Soldado **Florentino José dos Santos**

António Sebastião Ribeiro de Spínola

Ten.-Coronel de Cavalaria

Por portaria de 25 de Junho de 1963:

CONDECORADO, com a **medalha de prata de valor militar, com palma,** nos termos do § 1.º do artigo 51.º, com referência ao artigo 7.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o **Tenente-Coronel de Cavalaria António Sebastião Ribeiro de Spínola,** pela forma verdadeiramente notável, brilhante, eficiente e dinâmica como comandou o Batalhão de Cavalaria n.º 345 em campanha. Este oficial actuou nos sub-sectores de Bessa Monteiro e de S. Salvador, conseguindo mentalizar e conduzir o pessoal do seu batalhão para a conquista dos melhores resultados nas acções em que tomou parte e criar um estado de insegurança nos terroristas que infestavam as referidas regiões de forma a alcançar brilhantes vitórias na luta que as forças do Exército enfrentaram em Angola.

Por portaria de 25 de Junho de 1963:

LOUVADO o Tenente-Coronel de Cavalaria António Sebastião Ribeiro de Spínola, pela forma verdadeiramente notável, brilhante, eficiente e dinâmica como comandou o Batalhão de Cavalaria n.º 345 em campanha, durante a sua permanência na zona de intervenção do Norte, desde Janeiro de 1962 a Maio de 1963, em que actuou nos sub-sectores de Bessa Monteiro, quando pertencia ao extinto sector 4 de S. Salvador, do actual sector F, conseguindo, com os seus conhecimentos profissionais, altos dotes de comando e oportunidade na condução das operações, mentalizar e conduzir o pessoal do batalhão para a conquista dos melhores resultados nas acções em que tomou parte, ao mesmo tempo que criou, pela persistência da actuação, um estado de insegurança nos terroristas que infestavam as referidas regiões, de forma a alcançar brilhantes vitórias na luta que as forças do Exército enfrentaram em Angola. Comandando directamente grandes e pequenas forças em nomadizações prolongadas, o Tenente-Coronel Spínola deu a todos os seus subordinados o exemplo permanente da sua abnegação, da sua coragem, da sua firmeza e da sua decisão, com o que contribuiu para que a missão que foi confiada ao Batalhão de Cavalaria n.º 345 fosse cumprida, excedendo tudo quanto de normal seria de esperar. Na região de Bessa Monteiro foi desmantelada a organização terrorista regional, fazendo perder a iniciativa ao inimigo, que a mantinha antes de para ali ter sido destacado; no sub-sector de S. Salvador conseguiu desarticular a cadeia de reabastecimentos inimiga pela destruição de treze quartéis e numerosos acampamentos e locais de passagem, dos quais é de salientar o quartel da direcção dos serviços de organização e administração do Fuesse e o depósito terrorista do Quindualo, pela repercussão que certamente tiveram na diminuição da actividade inimiga na zona. Muitas vezes sob o fogo inimigo, como na última das acções citadas e nos assaltos aos quartéis de Banza Pango e de rio Coco, soube sempre manter o excelente moral das suas tropas e conduzi-las com serenidade ao cumprimento da missão. Através de toda a sua brilhante acção o Tenente-Coronel Spínola revelou as nobres virtudes e qualidades que caracterizam a grandeza do dever militar, contribuindo para a honra e glória do Exército em Angola, pelo que bem merece a citação que lhe é feita para conhecimento e agradecimento da Nação.

(O. E. n.º 7 — 2.ª série — de 1 de Julho de 1963)

Ricardo Fernando Ferreira Durão

Capitão de Cavalaria

Por portaria de 29 de Outubro de 1963:

CONDECORADO com a **medalha de prata de valor militar, com palma,** nos termos do § 1.º do artigo 51.º, com referência ao artigo 7.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o **Capitão de Cavalaria Ricardo Fernando Ferreira Durão,** da Companhia de Cavalaria n.º 122 (Escola Prática de Cavalaria), porque, como comandante da sua Companhia, que organizou e dirigiu de modo a torná-la uma unidade muito eficiente e particularmente disciplinada em todas as situações, actuou em operações de Junho a Dezembro de 1962 de forma a revelar excepcionais qualidades de comando, de abnegação e de valor militar aliadas a rara coragem física e moral, particularmente

quando manteve a sua Companhia no total cumprimento da missão que lhe havia sido confiada, não obstante a deflagração de uma mina lhe ter causado na fase inicial das operações alguns mortos e feridos graves.

(O. E. n.º 14 — 2.ª série — de 15 de Dezembro de 1963)

Por portaria de 26 de Novembro de 1963:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar, para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 8, de 3 de Dezembro de 1962, do Comando Operacional «C», ao **Capitão de Cavalaria Ricardo Fernando Ferreira Durão,** porque, no desempenho das funções de Comandante da Companhia de Cavalaria n.º 122, (Escola Prática de Cavalaria), em operações na área deste sector de Junho a Dezembro de 1962, revelou possuir excepcionais qualidades de abnegação e de valor militar, aliadas a rara coragem física e moral.

Comandante em toda a acepção do termo, o Capitão Ricardo Durão organizou e dirigiu a sua Companhia de Cavalaria de modo a torná-la uma unidade muito eficiente e particularmente disciplinada em todas as situações, permitindo a este comando considerá-la e empregá-la como verdadeira unidade de «élite», que é.

Dotado de elevado espírito militar, particularmente realçado quando manteve a sua Companhia no total cumprimento da missão que lhe havia sido confiada, não obstante na fase inicial da operação a deflagração de uma mina lhe ter causado alguns mortos e feridos graves; de grande serenidade debaixo de fogo, muito especialmente demonstrada na operação «Furriel Dantas», levada a efeito na região do Inga, o Capitão Ricardo Durão tem constituído para os seus oficiais, sargentos e praças um grande exemplo de chefe militar.

À sua excepcional acção de comando e à agressividade imprimida à Companhia de Cavalaria n.º 122 se devem em grande parte os êxitos militares alcançados na região do Bembe, que libertou da pressão que há muito o inimigo ali vinha exercendo.

Oficial muito sensato, leal e tècnicamente esclarecido, totalmente dedicado ao cumprimento do dever militar, prestou em campanha serviços que devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos, contribuindo assim para o prestígio e valorização do Exército e da Nação Portuguesa.

Jorge Manuel Cabeleira Filipe

Tenente de Cavalaria

Por portaria de 18 de Dezembro de 1962:

CONDECORADO, a título póstumo, com a **medalha de prata de valor militar, com palma,** nos termos dos artigos 7.º, 8.º e § 1.º do artigo 51.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o **Tenente de Cavalaria Jorge Manuel Cabeleira Filipe.**

Por portaria de 18 de Dezembro de 1962:

LOUVADO, a título póstumo, o Tenente de Cavalaria Jorge Manuel Cabeleira Filipe, da Companhia de Polícia Militar do Quartel-General da Região Militar de Angola, morto em combate à frente dos seus homens na região de Mussungo, porque durante a sua breve mas gloriosa carreira militar se evidenciou sempre como militar extraordinàriamente desembaraçado e de forte personalidade, bem como possuidor de exemplar espírito militar e de um temperamento irrequieto, que o levava a oferecer-se constantemente para todas as missões da sua Companhia, soube ser sempre um verdadeiro chefe, leal, compreensivo, generoso, heróico e destemido, qualidades bem demonstradas nas acções de restabelecimento da paz e da ordem pública nos muceques de Luanda e na captura de indivíduos altamente colocados nas forças inimigas. A ele se deve uma grande parte da organização da polícia militar daquele Quartel-General, onde deu o melhor do seu entusiasmo e esforço e toda a sua competência profissional, conseguindo transmitir a todos os seus camaradas e subordinados uma vontade forte de vencer e um elevado espírito de justiça em todas as causas em que interviesse a polícia militar. Obreiro infatigável da paz, demonstrou, com o exemplo e o sacrifício da sua vida, as suas invulgares qualidades de chefe e camarada. Pela prática destes actos de rara abnegação, valentia e coragem, pelo decidido e bravo espírito de bem servir, pela generosa doação de todas as suas forças no cumprimento da sua missão e ainda pelo mérito das suas qualidades extraordinárias de comando, o Tenente Cabeleira Filipe prestou serviços invulgarmente relevantes e impôs-se como alto exemplo de militar brioso, firme e plenamente devotado à profissão das armas, acrescentando glória e prestígio ao exército e à Pátria portugueses.

(O. E. n.º 1 — 2.ª série — de 1 de Janeiro de 1963)

Álvaro Manuel Alves Cardoso

Tenente de Cavalaria

Por portaria de 30 de Setembro de 1963:

CONDECORADO, com a **medalha de prata de valor militar, com palma,** nos termos do § 1.º do artigo 51.º, com referência ao artigo 7.º, do Regulamento da Medalha Militar de 28 de Maio de 1946, o **Tenente Miliciano de Cavalaria Álvaro Manuel Alves Cardoso,** da Companhia de Cavalaria n.º 351, do Batalhão de Cavalaria n.º 350 (Regimento de Cavalaria n.º 3), por ter tomado parte, muitas vezes por oferecimento, em inúmeras acções de combate.

Por portaria de 15 de Outubro de 1963:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar, para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido ao **Tenente Miliciano de Cavalaria Álvaro Manuel Alves Cardoso,** da Companhia de Cavalaria n.º 351, do Batalhão de Cavalaria n.º 350 (Regimento de Cavalaria n.º 3), pela *Ordem de Serviço* n.º 42, de 11 de Fevereiro de 1963, do Batalhão de Cavalaria n.º 350:

LOUVADO por, ao longo de um ano de permanente actividade operacional, ter demonstrado inexcedíveis qualidades de coragem, decisão e valentia, revelando-se um excepcional condutor de homens, sabendo levar os soldados sob as suas ordens a cumprirem integralmente a sua missão.

Tomou parte, muitas vezes por oferecimento, em inúmeras acções de combate importantes, actuando sempre com pequenos efectivos, que, decididamente, costuma ainda reduzir a cinco ou seis homens nos momentos de ataque, conseguindo a tão necessária surpresa à custa de audácia e indiferença pelo perigo.

Com esta actuação, em golpes inesperados, após profundas e difíceis penetrações nocturnas, tem causado muitas perdas ao inimigo, contando-se entre elas a morte de alguns perigosos chefes.

Conseguiu dar aos militares sob o seu comando uma perfeita disciplina, total espírito de unidade e completa preparação não só militar, como também psicológica, tão necessária ao tipo de luta que temos de desenvolver.

Com o seu valoroso grupo de combate destruiu elevado número de acampamentos e quartéis, apreendendo copioso armamento, valiosos documentos, medicamentos e grande quantidade de víveres, levando a insegurança ao inimigo, obrigando-o a permanecer em constante alerta.

Revelou sempre um profundo conhecimento do tipo de guerra que temos de enfrentar, forte personalidade de autêntico chefe, alto espírito de sacrifício, sendo sempre o primeiro na hora do perigo.

Assim, o Tenente Alves Cardoso tem demonstrado extraordinária firmeza, decisão, grande coragem moral e física, desprezo pelo perigo e arrojo em frente do inimigo, tendo já prestado à Nação, ao Exército e à Região Militar de Angola serviços que devem ser considerados, relevantes e distintos.

(O. E. n.º 11 — 2.ª série — de 1 de Novembro de 1963)

Armando Joaquim Paradela

1.º Cabo de Cavalaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a **medalha de cobre de valor militar, com palma,** nos termos do artigo 7.º, com referência ao parágrafo 1.º do artigo 51.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o **1.º Cabo de Cavalaria n.º 732/58 Armando Joaquim Paradela** da Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Cavalaria n.º 350 — Regimento de Cavalaria n.º 3 porque se revelou em Angola, combatente de raras e excepcionais qualidades em quase todas as acções de combate da sua Companhia.

São dignos do maior realce os seguintes actos heróicos:

Ofereceu-se para ser apontador de bazooka, sabendo que nesse lugar seria alvo predilecto do inimigo. Na região de Zanga, em Março de 1962, quando o grupo de combate de que fazia parte, já exausto por 18 horas de internamento na mata, sofreu uma emboscada violenta, escolheu debaixo de fogo de pistola metralhadora o melhor local para tiro certeiro com que conseguiu aniquilar os elementos inimigos evitando assim que o seu grupo sofresse baixas.

Também em Outubro seguinte, na região do Quijão, numa emboscada nocturna com rebentamento simultâneo de minas apercebeu-se que o inimigo tentava a abordagem à viatura atingida com o intuito de capturar armamento. Então pediu a um condutor que acendesse os faróis e iluminasse a zona suspeita o que lhe permitiu ver a proximidade do inimigo e abrir fogo com que contribuiu para o seu aniquilamento, sabendo que seria atingido pelos estilhaços do seu próprio fogo.

Ainda, na estrada Maxaluando-Onzo em Janeiro de 1963, numa forte emboscada, localizou o inimigo a menos de trinta metros da estrada que era varrida com rajadas de armas automáticas, mandou abrigar os camaradas e indo com a sua bazooka para o meio da estrada fez fogo a essa tão curta distância tornando a ficar ferido na cara e nos braços pela proximidade dos rebentamentos, mas neutralizando o inimigo.

O cabo Paradela pelos seus feitos distintos, demonstrativos de alta e heróica compreensão da grandeza do Dever Militar e da disciplina, rara abnegação, valentia e coragem com grave risco de vida, mostrou em campanha as nobres qualidades do Soldado Português. — Ministério do Exército, 17 de Setembro de 1963. O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha.*

(O. E. n.º 28 — 3.ª série — de 10 de Outubro de 1963)

José Fernandes Martins

Soldado de Cavalaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a **medalha de cobre de valor militar, com palma,** por ter sido considerado ao abrigo do artigo 7.°, com referência ao parágrafo 2.° do artigo 8.° do Regulamento da Medalha Militar de 28 de Maio de 1946, o **soldado n.° 529/60 da Companhia de Cavalaria n.° 122, José Fernandes Martins** que, na madrugada de 16 de Agosto de 1962, ao sofrer queimaduras gravíssimas, em consequência de rebentamento duma mina sob a viatura em que era transportado, na estrada Toto-Bembe, queimaduras tão graves que determinaram a sua evacuação para a Metrópole, procurou incutir e manter a calma nos

seus camaradas contribuindo em muito para que estes, verificando o seu exemplo, se sentissem amparados, e evitassem reacções desesperadas. Demonstrou, assim, possuir um moral elevadíssimo e uma presença de espírito verdadeiramente invulgar. Pela sua atitude, rara abnegação, valentia e coragem, patenteou as mais altas virtudes militares dum verdadeiro soldado português, ganhando jus ao público reconhecimento pelos seus sacrifícios em terras de Angola. — Ministério do Exército, 12 de Fevereiro de 1963. O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha.*

(O. E. n.º 9 — 3.ª série — de 30 de Março de 1963)

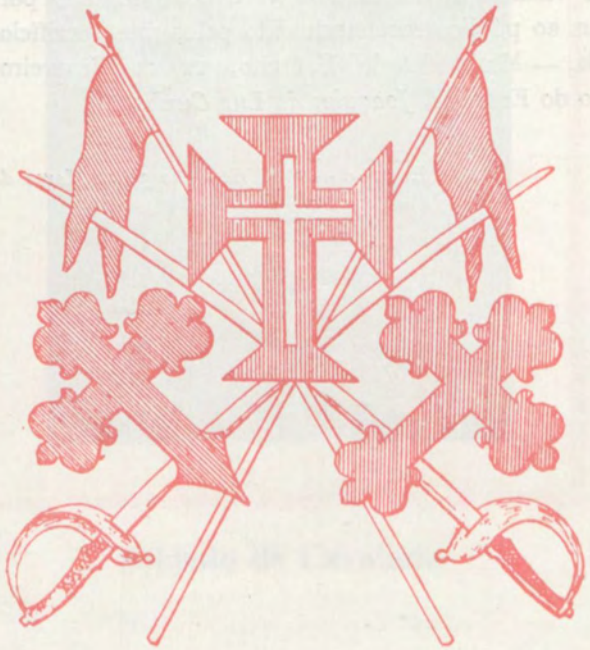
Florentino José dos Santos

Soldado de Cavalaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a **medalha de cobre de valor militar, com palma,** por ter sido considerado ao abrigo do artigo 7.º, com referência ao parágrafo 2.º do artigo 8.º do Regulamento da Medalha Militar de 28 de Maio de 1946, o **soldado n.º 419/60 da Companhia de Cavalaria n.º 122, Florentino José dos Santos,** que na madrugada de 16 de Agosto de 1962, ao ser gravemente ferido pelo rebentamento de uma mina sob a viatura em que era transportado, na estrada Toto-Bembe, demonstrou um sangue frio extraordinário e um moral elevadíssimo encorajando os seus camaradas menos animosos e contribuindo, com o seu

extraordinário espírito de abnegação e sacrifício, para a rápida normalização da situação. Deitado na estrada, com ambas as pernas fracturadas, no meio de gritos e lamentos das vítimas do engenho inimigo, proferiu, entre outras as seguintes frases: «Coragem, é preciso ter coragem, isto ainda podia ser pior» e «as pernas já estão, mas ficam as mãos». Posteriormente, após ter-lhe sido amputado um pé, continuou a manter um moral e uma força de ânimo tais, que verdadeiramente impressionaram, tanto os seus superiores como os próprios camaradas. Por estes actos de rara abnegação, valentia e coragem, patenteou as mais altas virtudes militares dum verdadeiro soldado português, ganhando jus ao público reconhecimento pelos seus sacrifícios em terras de Angola. — Ministério do Exército, 12 de Fevereiro de 1963. O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha.*

(O. E. n.º 9 — 3.ª série — de 30 de Março de 1963)



CRUZ DE GUERRA

Furriel	**Carlos Fontes de Carvalho**
Soldado	**Manuel José Teodoro**
Soldado	**Ramiro Ferreira Pereira**
Capitão	**Fernando Alberto Cardoso Pinto Xavier de Brito**
Capitão	**Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes**
Capitão	**António Lopo Machado do Carmo**
Capitão	**Joaquim Rodrigo Nest Arnaut Pombeiro**
Capitão	**Rui Mamede Monteiro Pereira**
Tenente	**Eduardo Roque da Cunha**
Alferes	**Rúben de Almeida Neves Domingues**
Alferes	**José Manuel Júdice Pontes**
Alferes	**Jorge Manuel Ribeiro de Aragão**
Alferes	**Ruy Manuel Machado da Cruz**
Alferes	**Luís Amaral de Morais Ramos da Silva**
Soldado	**Joaquim Rodrigues Gonçalves**
Furriel	**Fernando da Conceição Nunes**
Furriel	**Vicente Esteves Ribeiro Dias**
1.º Cabo	**José Alexandre de Castro Soares**
1.º Cabo	**Elisiário Guerreiro Candeias**
1.º Cabo	**Gabriel Pereira Coelho**
1.º Cabo	**João de Jesus Belchior**
1.º Cabo	**Artur Nunes Barreto**
Soldado	**António Zeferino Alves Carneiro**
Soldado	**Júlio Afonso Gonçalves Pereira**
Soldado	**Francisco Anacleto António**
Soldado	**Joaquim Repolho Carvide**
Soldado	**Marcelino Cardoso Dias**
Soldado	**José Artur Machadinho da Silva Neto**

Carlos Fontes de Carvalho

Furriel de Cavalaria

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

Despacho de Sua Ex.ª o Ministro do Exército
de 26 de Novembro de 1963
O. E. n.º 36 — 3.ª Série — de 30 de Dezembro de 1963
e
Portaria de 26 de Novembro de 1963

ADOPTADO, pelo Ministro do Exército, para todos os efeitos legais, o louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 10 de Outubro do corrente ano, do Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, porque em 21 de Setembro de 1963, sendo comandante da escolta de uma coluna de viaturas que procedia ao levantamento de abatizes na estrada de Binar-Bissorã, região de Biambi, e tendo descoberto um grupo inimigo que se preparava para emboscar a coluna, não hesitou em, apenas com três soldados, atacar o referido grupo, causando-lhe pesadas baixas. Tendo depois recebido reforços voltou a atacar o inimigo, sendo então ferido com certa gravidade. Este Furriel demonstrou uma valentia e uma coragem pessoal digna do maior louvor e confirmou novamente as excelentes qualidades que já lhe haviam sido reconhecidas e que dele fizeram um excepcional comandante de secção, em tudo merecedor da confiança nele depositada.

Manuel José Teodoro

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

Despacho de Sua Ex.ª o Ministro do Exército
de 26 de Novembro de 1963
O. E. n.º 36 — 3.ª Série — de 30 de Dezembro de 1963
e
Portaria de 26 de Novembro de 1963

LOUVADO, por, em 21 de Setembro de 1963, fazendo parte da escolta de uma coluna de viaturas que procedia ao levantamento de abatizes na estrada Binar-Bissorã, região de Biambi, ter demonstrado excepcional valentia no ataque a um grupo inimigo que se preparava para emboscar a coluna, abatendo pelo menos um inimigo e apreendendo uma espingarda a outro, contribuindo assim pessoalmente e de forma valorosa para o êxito alcançado e dando uma nova prova de desembaraço e de bravura que já lhe haviam sido reconhecidos e que dele fizeram um dos melhores soldados da sua Unidade.

Ramiro Ferreira Pereira

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

Despacho de Sua Ex.ª o Ministro do Exército
de 26 de Novembro de 1963
O. E. n.º 36 — 3.ª Série — de 30 de Dezembro de 1963
e
Portaria de 26 de Novembro de 1963

ADOPTADO, pelo Ministro do Exército, para todos os efeitos legais, o louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 10 de Outubro do corrente ano, do Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, por, em 21 de Setembro de 1963, fazendo parte da escolta de uma coluna de viaturas que procedia ao levantamento de abatizes na estrada Binar-Bissorã, na região de Biambi, ter demonstrado excepcional valentia no ataque a um grupo inimigo que se preparava para emboscar a coluna, penetrando voluntàriamente no mato, de onde trouxe um morto inimigo e armamento, e recusando-se depois de ferido, a abandonar a coluna, participando até final na acção subsequentemente empreendida.

Fernando Alberto Cardoso Pinto Xavier de Brito

Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

Portaria de 8 de Junho de 1963
e
O. E. n.º 2 — 2.ª Série — de 1 de Fevereiro de 1963

LOUVOR concedido em 16-11-962, por Sua Ex.ª o General Comandante Chefe das Forças Armadas de Angola, publicado na *O. S.* n.º 1 de 26-11-962, e transcrito na *O. S.* n.º 5 do R. C. 3 de 7-1-963:

«Por, durante cerca de 5 meses de actividade operacional, ter sido um inestimável colaborador do comando da sua Unidade e ter revelado as mais altas virtudes militares. Oficial do mais puro idealismo Pátrio, de vincada personalidade militar e de carácter de excepção, comandou em campanha com grande brilhantismo a Companhia de Cavalaria 253 do seu Batalhão, nomeadamente no dia 25 de Abril, na região de Quidilo, tendo revelado em combate excepcional coragem e notável decisão, quando numa marcha através do mato à cabeça da coluna que comandava no momento crítico em que os guias nativos, ao se aperceberem da existência do inimigo, se negaram a continuar a marcha. Pouco depois a coluna foi violentamente atacada, tendo sofrido, acto imediato, para cima de duas dezenas de baixas, entre mortos e feridos, e entre os quais se encontrava o próprio Comandante Capitão Xavier de Brito, que apesar dos graves ferimentos recebidos num braço nunca deixou de comandar a coluna, até ao momento de ser evacuado por virtude desses mesmos ferimentos. Nesta acção este Oficial demonstrou exuberantemente excepcionais qualidades de coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue frio.

Manuel Joaquim Martins Engrácia Antunes

Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

Portaria de 21 de Março de 1963
e
O. E. n.º 4 — 2.ª Série — de 1 de Abril de 1963

LOUVADO o comandante do Esquadrão de Reconhecimento n.º 2 do Estado Português da Índia durante a invasão das forças armadas da União Indiana, pela forma acertada, dinâmica e audaciosa como orientou e conduziu as manobras de retardamento, previstas no plano de defesa, levadas a efeito pela sua unidade até atingir a ponte de Usgão. Com a sua referida actuação revelou possuir em alto grau decisão, valentia, arrojo e uma noção exacta do cumprimento dos deveres militares, demonstrando ser um oficial muito competente, digno do maior apreço e admiração.

António Lopo Machado do Carmo

Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

Portaria de 30 de Abril de 1963
e
O. E. n.º 6 — 2.ª Série — de 1 de Junho de 1963

CONDECORADO com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, a *título póstumo*, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO na *O. S.* n.º 4 do Comando Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa de 27 de Março de 1963, por despacho de 27 do corrente: a título póstumo, pelas altas qualidades de bravura, energia e decisão demonstradas no ataque a numeroso grupo de terroristas, poderosamente emboscados nas proximidades de S. Domingos.

Não obstante as diminutas forças de que dispunha, não hesitou em se lançar ao ataque, constituindo-se num óptimo exemplo dos seus subordinados pela coragem, serenidade e desprezo pelo perigo demonstrados durante a operação em que as forças terroristas foram quase completamente destroçadas.

As suas excepcionais qualidades de comando e carácter permitiram-lhe imprimir às forças do seu comando elevado espírito de corpo que as creditam entre as melhores tropas da Guiné, o que o torna digno de ser apontado como oficial de real mérito.

Paralelamente, desenvolveu saliente acção psicossocial, em especial entre as crianças da escola do comando do Batalhão, a quem distribuiu vestuários e artigos desportivos arranjados por sua própria iniciativa, tornando-se assim estimado não só no meio militar como no meio civil.

Os serviços acima referidos prestados por este oficial ao Exército e à Nação devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.

Joaquim Rodrigo Nest Arnaut Pombeiro

Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 2 de Julho de 1963
e
O. E. n.º 8 — 2.ª Série — de 1 de Agosto de 1963

CONDECORADO com a cruz de guerra de 3.ª classe, ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na província de Angola.

LOUVOR concedido em 13-3-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 34 de 26-4-963, e transcrito na *O. S.* n.º 123 do Bat. Cav. n.º 345 de 3-5-963:

Porque no dia 15 de Fevereiro do corrente ano, durante um ataque sofrido por uma coluna sob o seu comando, em que foi morto o Alferes Miliciano de Cavalaria Joaquim José Machado Ferrão, após ter conduzido a sua Força para fora da zona de Morte e depois de tomadas as necessárias providências para a defesa da reacção da mesma, ter, com coragem, audácia, rara decisão e excepcional desprezo pelo perigo, percorrido com serena energia acompanhado apenas por 2 soldados, cerca de 50 metros de terreno descoberto debaixo de fogo, com evidente risco de vida, a fim de trazer o corpo e a arma do seu subalterno, evitando todos os inconvenientes de ordem moral e psicológica que traria o facto de os mesmos cairem em poder do inimigo. Revelou uma vez mais a sua forte personalidade de verdadeiro Chefe e condutor de homens. A sua atitude constitui um alto exemplo de valor, heroismo e camaradagem, digno das melhores tradições do Exército Português».

Rui Mamede Monteiro Pereira

Capitão de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 17 de Setembro de 1963
e
O. E. n.º 10 — 2.ª Série — de 1 de Outubro de 1963

LOUVOR concedido em 4-6-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 47 do Comando da R. M. A. de 7-6-963, e transcrito na *O. S.* n.º 136 do Bat. Cav. n.º 345 de 19-6-963:

«Pela dedicação e elevada aptidão com que comandou a sua companhia durante o período de permanência do Batalhão na ZIN, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre 19 de Janeiro de 1962 e 30 de Abril de 1963. Este oficial, dotado de elevado sentimento de dignidade, de forte vontade e de vincada personalidade, mentalizou bem a sua Companhia, impondo-se à consideração e estima dos seus homens, pelo exemplo da sua conduta, pela rudeza, honestidade e justiça do seu procedimento e, ainda, pelo seu exemplo de serena energia e coragem ao ocupar sempre, em frente do inimigo, os lugares de maior risco. O Capitão Monteiro Pereira, que em todas as acções de internamento no mato, marchou sempre na vanguarda da sua Companhia, esteve várias vezes sob o fogo inimigo, sempre revelando exemplar serenidade e coragem, sendo de destacar a sua acção na operação «Amigos da Onça», em 17 de Janeiro de 1963, ao lançar-se isoladamente em perseguição de um grupo inimigo. A Companhia de Cavalaria que comanda, salientou-se especialmente no campo operacional, onde sempre cumpriu todas as suas missões com assinalado espírito combativo. Assim, este oficial deu incontestáveis provas da sua elevada aptidão para o comando de forças de cavalaria em campanha, tendo contribuído com a sua acção para a eficiência operacional do Bat. Cav. n.º 345, pelo que é de toda a justiça conferir-lhe o presente louvor e considerar os serviços que prestou à Pátria e ao Exército relevantes e distintos».

Eduardo Roque da Cunha

Tenente de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 8 de Janeiro de 1963

e

O. E. n.º 2 — 2.ª Série — de 1 de Fevereiro de 1963

LOUVADO pelo Comandante do Grupo de Reconhecimento de Angola (Dragões): «pela forma inexcedivelmente leal, extremamente zeloso e competente como sempre desempenhou todas as funções de que foi incumbido durante o seu tempo de comissão em Angola, onde se revelou, nestes últimos meses em que a Unidade teve de entrar em operações de guerra, um modelar Comandante de Pelotão para combate, evidenciando-se pela forma corajosa e tenaz com que, na área de Nambuangongo, reuniu e protegeu, em terreno infestado pelo inimigo, uma centena e meia de colonos, já de antemão condenados e, ainda, pelo exemplo de perfeito espírito de sacrifício de chefe, demonstrado quando, em uma outra acção nas margens do Lifune, ficou ferido pelo rebentamento prematuro e muito próximo de uma granada de mão utilizada para a destruição de uma canoa e que lhe ocasionou ferimentos provenientes de estilhaços, o que não obstou a que, durante 5 dias, continuasse a sua missão até ao seu cumprimento integral». *(O. S. n.º 247 do G. R. A. de 20-10-961).*

Rúben de Almeida Neves Domingues

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 8 de Janeiro de 1963
e
O. E. n.º 2 — 2.ª Série — de 1 de Fevereiro de 1963

LOUVOR concedido, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* do Q. G. da R. M. A., n.º 72 de 1962:

«Porque nas operações de guerra em que esta Unidade tomou parte, nomeadamente operação «Viriato» para a abertura do eixo Ambriz — Nambuangongo — Quipedro e operação «Esmeralda» para a limpeza da Região da Pedra Verde, no período que decorreu entre 25 de Julho e 23 de Setembro de 1961, demonstrou nas inúmeras situações de perigo em que teve de enfrentar o inimigo, grande coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue frio que muito o honram como militar. É sobretudo notável a acção deste oficial durante a progressão de Zala para Nambuangongo, em que, não obstante o estado de fadiga do pessoal, das enormes dificuldades a vencer, mormente a resistência oposta por um inimigo numeroso, conseguiu, pelo seu exemplo e sem diminuir a confiança em si próprio, imprimir ao pessoal sob as suas ordens, o entusiasmo, a rapidez de progressão e a persistência tão necessária à missão a desempenhar. O mesmo espírito e a mesma indiferença ao perigo foram sobejamente confirmadas na acção sobre a Pedra Verde em que, oferecendo-se para comandar a força de intervenção fornecida pelo E. Cav. 149, obteve por completo a confiança dos seus camaradas e subordinados e o prestígio de que goza». *(O. S. do Q. G. da R. M. A., n.º 72 de 1962).*

José Manuel Júdice Pontes

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 8 de Janeiro de 1963
e
O. E. n.º 2 — 2.ª Série — de 1 de Fevereiro de 1963

LOUVADO por Sua Ex.ª o Brigadeiro Comandante do Sector Operacional n.º 3 em Angola: «por, nas operações de guerra em que o Esquadrão de Cavalaria n.º 149 tomou parte no período que decorreu entre 25 de Julho e 23 de Setembro de 1961, nomeadamente na operação «Viriato» para abertura do eixo Ambriz — Nambuangongo — Quipedro e operação «Esmeralda» para a limpeza da região da Pedra Verde, demonstrou, nas inúmeras situações de perigo em que teve de enfrentar o inimigo, grande coragem, decisão, serena energia debaixo de fogo e sangue frio que muito o honram como militar. É sobretudo notável a acção deste oficial durante a progressão de Ambriz para Zala em que não obstante as baixas que sofreu, o estado de fadiga do pessoal e as enormes dificuldades a vencer mormente a resistência oposta por um inimigo numeroso, conseguiu pelo seu exemplo e sem desfalecimento, imprimir ao pessoal sob as suas ordens a rapidez e tenacidade de progressão tão necessárias ao cumprimento da missão. O mesmo espírito e a mesma indiferença ao perigo foram sobejamente confirmadas sobre a Pedra Verde, onde, não obstante o reduzido efectivo de que dispunha, não hesitou em atravessar uma zona densamente infestada pelo inimigo rechaçando com ímpeto e energia todos os ataques que sofreu para atingir nos prazos marcados, o objectivo que lhe tinha sido fixado». *(O. S. n.º 60 do Comando Operacional n.º 3, de 19-5-962).*

Jorge Manuel Ribeiro de Aragão

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 17 de Setembro de 1963
e
O. E. n.º 10 — 2.ª Série — de 1 de Outubro de 1963

LOUVOR concedido em 8-7-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 59 do Comando da R. M. A. de 12-7-963, e transcrito na *O. S.* n.º 206 do Bat. Cav. n.º 399 de 25-7-963:

«Pelo seu comportamento notável quando a força que comandava, na região do rio Quilolo, foi violentamente atacada pelo inimigo em 1 de Junho de 1963. Atingido sèriamente numa perna, aos primeiros tiros, continuou imperturbável, a exercer o comando e orientou com muita inteligência e energia, a reacção das N. T. que provocou a debandada do inimigo. Quando em ligação rádio com o Comando do Bat. Cav. n.º 399 fez ligeira referência ao seu ferimento e afirmou não ser necessária a sua evacuação até ao completo cumprimento da missão de que tinha sido incumbido, mantendo-se muito animoso, gracejando e suportando com todo o estoicismo a dor que o ferimento lhe causava. Com esta atitude, o Alferes Aragão, que se tem distinguido nas muitas acções, em que tem tomado parte, confirmou o elevado conceito em que é tido e evidenciou as suas qualidades de coragem, decisão, sangue frio e serena energia debaixo de fogo».

Ruy Manuel Machado da Cruz

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 17 de Setembro de 1963
e
O. E. n.º 10 — 2.ª Série — de 1 de Outubro de 1963

LOUVOR concedido em 4-6-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 47 do Comando da R. M. A. de 7-6-963, e transcrito na *O. S.* n.º 136 do Bat. Cav. n.º 345 de 19-6-963:

«Pelas elevadas qualidades militares que revelou, como Comandante de Pelotão, durante o período de permanência do B. Cav. n.º 345 na ZIN, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre 19 de Janeiro de 1962 e 30 de Abril de 1963, onde o Pelotão que comandou se salientou pelo espírito combativo com que cumpriu todas as missões que lhe foram atribuídas. Este Oficial, que já se destacava como óptimo subalterno em tempo de paz, em todas as acções de combate em que comparticipou, revelou, além de admirável serenidade e espírito de decisão, qualidades de valentia e sangue frio, que o impuseram à consideração de todos os seus homens, para quem se constituiu em permanente exemplo. Entre todas as acções de guerra em que tomou parte, destacam-se a operação «Mata Sanga» realizada em 18 de Abril de 1962, na região de Bessa Monteiro, em que revelou serenidade debaixo de fogo ao ter sido ferido quando atravessava uma zona perigosa, o comando de uma emboscada realizada em 6 de Fevereiro de 1962, na região de Bessa Monteiro, de que resultaram perdas para o inimigo, e, ainda, o comando de um dos Pelotões que comparticiparam na ocupação da grande «Base Terrorista do Fuesse» e na conquista do «Depósito Terrorista do Quindualo», respectivamente a 4, 26 e 27 de Julho de 1962, onde mais uma vez pôs à prova a sua elevada aptidão para o comando de unidades elementares de Cavalaria em campanha. Assim, o Alferes Machado da Cruz, pela perfeita e consciente noção da alta missão que foi chamado a cumprir e pela afirmação constante da sua serena coragem em frente do inimigo, mostrou-se sempre digno de ocupar os postos de maior risco, prestando à Pátria e ao Exército serviços de real mérito, pelo que é de toda a justiça apontá-lo ao respeito e à consideração pública».

Luís Amaral de Morais Ramos da Silva

Alferes de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Portaria de 17 de Setembro de 1963

e

O. E. n.º 10 — 2.ª Série — de 1 de Outubro de 1963

LOUVOR concedido em 8-7-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 59 do Comando da R. M. A. de 12-7-963, e transcrito na *O. S.* n.º 206 do Bat. Cav. n.º 399 de 25-7-963:

«Pela forma notável como se houve quando a força que comandava na região do rio Quilolo foi cercada e violentamente atacada por inimigo muito superior em número. Atingido na mão direita aos primeiros tiros, a sua acção de comando não sofreu qualquer quebra e imediatamente determinou e conduziu uma manobra, com que conseguiu desalojar alguns elementos inimigos que ocupavam uma posição favorável no terreno, na qual as N. T. se instalaram em seguida e de onde pararam o ímpeto do ataque do inimigo, obrigando-o a retirar com muitas baixas. Indiferente à dor que o ferimento lhe causava, manteve o comando perfeitamente esclarecido da situação, que encarou com toda a naturalidade e o mais elevado moral. Esta acção permitiu que fossem realçadas as qualidades de coragem, decisão e sangue frio e serena energia debaixo de fogo, que o Alferes Ramos da Silva, já havia demonstrado em várias situações.

Joaquim Rodrigues Gonçalves

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

Despacho de Sua Ex.ª o Ministro do Exército
de 2 de Julho de 1963
e
O. E. n.º 21 — 3.ª Série — de 3 de Julho de 1963

LOUVOR concedido, em 13-5-963, por sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 34 de 26-4-963, e transcrita na *O. S.* n.º 123 do Bat. Cav. n.º 350.

«Por, durante o ataque sofrido por uma coluna da sua Unidade em 15 de Fevereiro do corrente ano, se ter oferecido voluntàriamente para trazer o corpo do Alferes Joaquim José Machado Ferrão, morto em combate, para o que teve de percorrer, sob violento tiroteio inimigo, sempre fazendo fogo, a fim de proteger o seu Comandante de Companhia, cerca de 50 metros em terreno descoberto. Revelou além de grande presença de espírito, extraordinária decisão, coragem e lealdade».

Fernando da Conceição Nunes

Furriel de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Abril de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 12 — 3.ª Série — de 30 de Abril de 1963

LOUVADO, porque numa batida levada a efeito no dia 10 do corrente, na região de Combo, comandando um pequeno grupo de combate, se embrenhou decididamente na mata onde havia informações da existência de bandos de terroristas fortemente armados, conseguindo depois de mais de 10 horas de marcha a pé, de noite e sempre através da mata e debaixo de chuva, chegar às primeiras horas da madrugada do dia seguinte ao acampamento inimigo, surpreendendo elevado grupo de terroristas sobre quem actuou enérgica e ràpidamente causando-lhe 20 mortos, vários feridos e 3 prisioneiros e apreendendo seguidamente vários documentos e material bélico inimigo. Revelou assim possuir espírito de sacrifício, muita coragem e arreigado sentimento do dever, que não o deixou vacilar perante as dificuldades e os sacrifícios que teria de vencer e de fazer vencer os homens que comandava, qualidades estas que são de toda a justiça salientar e apontar como exemplo. *(O. S. n.º 19 de 1963 da R. M. A. — Comandante da R. M. A. em 29-9-963).*

Vicente Esteves Ribeiro Dias

Furriel de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 17 de Junho de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 23 — 3.ª Série — de 20 de Agosto de 1963

LOUVOR concedido em 6-4-962, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 29 de 11-4-962, e transcrito na *O. S.* n.º 70 do Bat. Cav. n.º 345 de 17-4-962:

«Porque, tendo a viatura que transportava a sua secção sido atacada em 9 do corrente na Ponte do Tuco, e caído da mesma um Soldado que ficara inanimado e sob o fogo duma arma automática inimiga, imediatamente foi socorrer esse soldado, que transportou para a viatura, não obstante o fogo inimigo se encontrar dirigido contra si. Este graduado deu provas de muita abnegação e de serena coragem, o que muito me apraz registar e apontar como exemplo a seguir por todos aqueles que têm responsabilidades de comando em combate.

José Alexandre de Castro Soares

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Abril de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 12 — 3.ª Série — de 30 de Abril de 1963

LOUVADO, em 29-9-962, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, «porque no dia 10 do corrente, fazendo parte de um pequeno grupo de combate que levou a efeito uma batida na região do Combo, depois de uma marcha violenta de mais de 10 horas, de noite e sempre debaixo de chuva, revelou muita coragem e sangue frio ao entrar sòzinho numa cubata isolada dum acampamento inimigo a que chegaram às primeiras horas da manhã do dia seguinte, tendo ali feito um prisioneiro a quem imediatamente dominou e obrigou a indicar o local onde se encontrava alojado o bando de terroristas que infestava aquela Região. A pequena força de que fazia parte pôde assim cair de surpresa sobre o referido bando abatendo 20, causando vários feridos e fazendo 3 prisioneiros.

Já no regresso ao Aquartelamento, teve ainda esta praça acção digna de realce ao ser o seu pequeno grupo de combate surpreendido por uma emboscada inimiga. Dois terroristas armados de espingarda Mauser surgiram a poucos metros de distância quando se preparavam para fazer fogo, este Cabo puxou ràpidamente pela sua arma e, em tiro instintivo, alvejou os dois terroristas que se puseram em fuga, lançando-se seguidamente e sem hesitações em sua perseguição que só não foi coroada de êxito por, na corrida, ter caído e ficado sèriamente ferido». *(O. S. n.º 19 da R. M. A. de 1963, transcrita na* O. S. *n.º 68 da C. C. 107 de 21-3-963).*

Elisiário Guerreiro Candeias

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Abril de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 12 — 3.ª Série — de 30 de Abril de 1963

LOUVOR concedido em 28-2-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 20 de 8-3-963, e transcrito na *O. S.* n.º 68 da C. C. n.º 107 de 21-3-963:

«Destacado na fazenda de Pumbassai, por ter revelado muita coragem, elevado espírito de sacrifício e grande serenidade numa batida feita por um pequeno grupo de combate de que fazia parte, que depois de mais de 10 horas de marcha a pé, através da mata, de noite e sempre debaixo de chuva conseguiu surpreender um numeroso bando de terroristas de que abateram 20, causaram vários feridos, fizeram 3 prisioneiros e capturaram vários documentos e material bélico inimigo.

Gabriel Pereira Coelho

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Maio de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 15 — 3.ª Série — de 30 de Maio de 1963

LOUVOR concedido em 24-4-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 34 de 26-4-963, e transcrita na *O. S.* n.º 122 do Bat. Cav. n.º 350 de 2-5-963:

«Porque no ataque a uma coluna em Março do corrente ano no Luica, no Norte de Angola, com risco da própria vida e desprezo pelo perigo, conseguiu proteger o condutor da G. M. C. fazendo fogo do estribo da mesma impedindo a acção do inimigo que só logrou lançar uma segunda granada quando a referida praça teve de mudar o carregador da Arma. Após o ataque embora ferido insistiu para que o autorizassem a seguir na viatura da frente. Revelou além de grande presença de espírito, extraordinária decisão, coragem e lealdade».

João de Jesus Belchior

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 17 de Junho de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 23 — 3.ª Série — de 20 de Agosto de 1963

LOUVOR concedido em 28-5-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 45 de 31-5-963, e transcrito na *O. S.* n.º 127 do Bat. Cav. n.º 345 de 6-6-963:

«Porque, durante o período de permanência do Bat. Cav. n.º 345 no Norte de Angola, nomeadamente nas Regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre 19 de Janeiro de 1962 e 30 de Abril de 1963, se destacou pelo seu desembaraço, espírito de sacrifício, sangue frio, coragem e serena energia, largamente demonstrados ao longo de inúmeras acções de guerra em frente do inimigo. Salienta-se em especial o seu comportamento na operação «Mata Sanga» em 17 de Abril de 1962, na Região de Bessa Monteiro, ao comandar, voluntàriamente, uma secção que envolveu, debaixo de fogo, uma posição inimiga; a sua destacada acção na operação «Seke», quando do ataque ao quartel terrorista de M'Pambala e na subsequente perseguição do inimigo; e, ainda, a sua comparticipação nas operações «Fim de Semana», «Monte Cubata» e «Capitão Godinho», em que o inimigo se mostrou particularmente aguerrido. Para além do seu notável comportamento em campanha, este graduado impôs-se, ainda, à especial consideração dos seus superiores e estima dos seus camaradas, pelas suas óptimas qualidades morais e extraordinárias qualidades de trabalho. Assim, o 1.º Cabo Belchior, pelo conjunto de qualidades militares que nele se cruzam e pelo seu notável comportamento em frente do inimigo, é digno de ser apontado como exemplo das ancestrais qualidades do Soldado Português».

Artur Nunes Barreto

1.º Cabo de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 9 de Agosto de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 33 — 2.ª Série — de 30 de Novembro de 1963

LOUVOR concedido em 18-3-963, pelo Ex.mo Comandante do Batalhão de Cav. n.º 399, publicado em *O. S.* n.º 77 do Bat. Cav. n.º 399 de 18-3-963:

«Louvo o 1.º Cabo n.º 695/62, Artur Nunes Barreto, da C. C. S., porque no dia 15 de Março de 1963, durante uma série de ataques sofridos pela coluna de que fazia parte como apontador da metralhadora ligeira, ter revelado debaixo de fogo uma calma e sangue frio dignos de menção, conseguindo num desses ataques isolado sobre a viatura, substituir o percutor da sua arma, que se partira, indiferente ao fogo intenso que o Inimigo sobre ele fazia, continuando impàvidamente a cumprir com firmeza a sua missão, mostrando desta forma uma bravura tão notável que o impõe ao respeito e à consideração de todos».

António Zeferino Alves Carneiro

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Abril de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 12 — 3.ª Série — de 30 de Abril de 1963

LOUVADO, em 29-9-962, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, «por ter revelado muita coragem, elevado espírito de sacrifício e grande serenidade numa batida feita por um pequeno grupo de combate de que fazia parte, que depois de mais de dez horas de marcha a pé, através da mata, de noite e sempre debaixo de chuva, conseguiu surpreender um numeroso bando de terroristas de que abateram vinte, causaram vários feridos, fizeram três prisioneiros, capturaram vários documentos e material bélico diverso». *(O. S. n.º 19 da R. M. A. de 1963, transcrita na* O. S. *n.º 68 da C. C. 107 de 21-3-963).*

Júlio Afonso Gonçalves Pereira

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Abril de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 12 — 3.ª Série — de 30 de Abril de 1963

LOUVADO, em 29-9-962, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, «porque fazendo parte de um pequeno grupo de combate que no dia 10 do corrente surpreendeu um grupo de terroristas, de que abateram 20 e feriram vários, no acampamento na região do Combo, onde chegaram depois de mais de 10 horas de marcha a pé através da mata, de noite e sempre debaixo de chuva, revelou além de elevado espírito de sacrifício exacta noção dos seus deveres, evidenciadas ao longo da marcha, muita coragem e grande serenidade quando, ao ser atacado por dois terroristas, conseguiu em luta corpo-a-corpo, abater um e aprisionar outro». *(O. S. n.º 19 da R. M. A. de 1963, transcrita na* O. S. *n.º 68 da C. C. 107 de 21-3-963).*

Francisco Anacleto António

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 3 de Maio de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 15 — 3.ª Série — de 30 de Maio de 1963

LOUVOR concedido em 12-2-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 16 de 22-2-963, e transcrita na *O. S.* n.º 98 do Bat. Cav. n.º 350 de 4-3-963:

«Porque desde o início até ao final do ataque sofrido pelas NT em 22 do corrente, soube galharda e valentemente manter-se no seu posto de apontador da metralhadora «Breda» apesar do fogo intenso de que a viatura era alvo. Tendo ficado ferido numa das mãos e sem municiador por este ter sido atingido, continuou incansàvelmente a municiar e a alvejar fortemente o inimigo. Simultâneamente, em alta voz e de tal forma que se conseguia fazer ouvir acima das detonações, ia desafiando os atacantes entusiasmando, assim, os companheiros de luta e desalentando o agressor. Foi uma figura que do alto da viatura se agigantou aos olhos de todos num exemplo vivo de rara valentia, extraordinário sangue frio e grandeza de ânimo».

Joaquim Repolho Carvide

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 17 de Junho de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 23 — 3.ª Série — de 20 de Agosto de 1963

LOUVOR concedido em 6-4-962, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 29 de 11-4-962, e transcrito na *O. S.* n.º 70 do Bat. Cav. n.º 345 de 17-4-962:

«Porque no dia 27 de Janeiro, quando o seu Esquadrão marchava sobre um acampamento terrorista na região de Quidilo, ao ser ferido mortalmente um guia nativo, imediatamente e por iniciativa própria, tomou o seu lugar na frente da coluna, prosseguindo na marcha, no que revelou qualidades de desembaraço e serena valentia, de que, aliás, sempre dera provas de possuir através da sua actuação nas acções em que tomara parte. Este soldado, que vinha do antecedente sendo notado por estar sempre presente nas situações de perigo, foi ferido no dia 16-2-962 quando perseguia o inimigo, tendo juz a ser apontado como exemplo vivo das excepcionais qualidades rácicas do Soldado Português».

Marcelino Cardoso Dias

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 17 de Junho de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 23 — 3.ª Série — de 20 de Agosto de 1963

LOUVOR concedido em 25-5-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 44 de 29-5-963, e transcrito na *O. S.* n.º 126 do Bat. Cav. n.º 345 de 5-6-963:

«Porque, durante o período de permanência do Bat. Cav. n.º 345 na ZIN, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre 8 de Fevereiro de 1962 e 30 de Abril de 1963, se destacou pelo seu desembaraço, espírito de sacrifício, sangue frio, coragem e serena energia, largamente demonstrados ao longo de inúmeras acções de guerra em frente do inimigo. Salienta-se, em especial, a sua acção na operação «Quidilo I» em 24 de Abril de 1962, em que marchando na testa da coluna agiu com serena energia num encontro de surpresa com um grupo terrorista, que se deslocava em sentido contrário; e, ainda, o seu destacado comportamento no dia 24 de Maio de 1962 em que, encontrando-se a sua secção em situação muito crítica, sem domínio do terreno, cercada, debaixo de fogo intenso do inimigo e com um camarada agonizante, revelou excepcionais qualidades de energia e serenidade, não só através da sua acção de fogo como, ainda, pela forma como encorajou os seus camaradas, gritando que ainda tinha muitas munições, quando na realidade estas se encontravam na eminência de se acabarem, contribuindo, assim, para a manutenção do moral da sua secção em momento crítico. Para além do seu notável comportamento em campanha, este Soldado impôs-se, ainda, à especial consideração dos seus superiores e estima dos seus camaradas, pelas suas óptimas qualidades morais. Assim, este Soldado, pelo conjunto de qualidades militares que nele se cruzam e pelo seu notável comportamento em frente do inimigo, é digno de ser apontado como exemplo das ancestrais qualidades do Soldado Português.

José Artur Machadinho da Silva Neto

Soldado de Cavalaria

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 17 de Junho de 1963 de Sua Ex.ª o General Comandante em Chefe das Forças Armadas de Angola

e

O. E. n.º 23 — 3.ª Série — de 20 de Agosto de 1963

LOUVOR concedido em 25-5-963, por Sua Ex.ª o General Comandante da Região Militar de Angola, publicado na *O. S.* n.º 44 de 29-5-963:

«Porque, tendo a viatura que transportava a sua secção sido atacada, em 9 de Março de 1962, na Ponte do Tugo, região de Bessa Monteiro, e caído da mesma um soldado que ficara inanimado e sob o fogo de uma arma automática inimiga, foi voluntàriamente ajudar o seu comandante de secção a transportar o seu camarada para a viatura, não obstante o fogo inimigo se encontrar dirigido para o local onde o mesmo se encontrava. Este soldado deu provas de muita abnegação, de coragem e de serena energia debaixo de fogo, pelo que é digno de ser apontado como exemplo das ancestrais qualidades do Soldado Português.

SERVIÇOS DISTINTOS

Brigadeiro	**Manuel Ferreira Peixoto da Silva**
Ten.-Coronel	**Joaquim dos Santos Alves Pereira**
Major	**Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira**
Capitão	**Henrique Bernardino Godinho**
Capitão	**João Ramiro Alves Ribeiro**
Capitão	**José Maria de Mendonça Júnior**
Capitão	**Alexandre Gonçalves Dias de Lima**
Furriel Mil.º	**Rodolfo dos Santos Domingos**
Furriel	**Adelino Januário Marques Mandriana**
Soldado	**José Joaquim Antunes Lourenço**

Manuel Ferreira Peixoto da Silva

Brigadeiro de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 17 de Setembro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o brigadeiro Manuel Ferreira Peixoto da Silva pelas notáveis qualidades evidenciadas no comando do agrupamento n.º 3 no decurso da sua actividade na região militar de Angola. Tendo-lhe sido confiado inicialmente o difícil sector dos Dembos, ali planeou, orientou e conduziu operações de grande influência na evolução da situação no Norte da província. Assumindo, depois, a responsabilidade do sector litoral do Norte, com características bastante diversas do anterior, ràpidamente se apercebeu o brigadeiro Peixoto da Silva dos aspectos mais relevantes da actividade a desenvolver, promovendo inteligentes e bem concebidas medidas tendentes à captação e *contrôle* das populações e fixando e desenvolvendo um esquema de acção que lhe permitiu coordenar perfeitamente as operações de repressão com os processos de recuperação das populações transviadas. Designado, finalmente, para o comando da zona leste da província, soube tirar partido da organização já existente, mantendo-lhe o impulso inicial, revigorando-a e aperfeiçoando o que nela se mostrava ainda susceptível de ser melhorado, por forma a extrair dos meios ao seu dispor todo o rendimento possível. Continuou, assim, o brigadeiro Peixoto da Silva a dar plena confirmação da sua flexibilidade intelectual, que, aliada à sua competência, carácter e espírito de missão, lhe mereceu a confiança do Comando da Região Militar de Angola e conduziu a que os serviços prestados ao Exército e à Nação sejam, muito justamente, considerados extraordinários, relevantes e distintos.

(O. E. n.º 10 — 2.ª Série — de 1 de Outubro de 1963)

Joaquim dos Santos Alves Pereira

Ten.-Coronel de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 30 de Setembro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO pela forma dinâmica e eficiente como impulsionou, orientou e empregou em operações no subsector DN da zona de intervenção norte em Angola o batalhão de cavalaria n.º 399, do qual foi indiscutìvelmente a primeira figura.

Conhecendo profundamente a zona confiada à sua responsabilidade, desembaraçado, valente e acompanhando as suas tropas em muitas das quase diárias acções em que tomaram parte, conseguiu incutir nelas um salutar espírito de corpo, elevado moral, comunicativo entusiasmo e vincada agressividade, que lhes permitiu não só enfrentar com a maior calma e confiança todas as situações de combate, inclusive as de cerco, e de levar sempre de vencida o mais numeroso, mais aguerrido, mais bem armado e mais bem municiado inimigo de todo o sector D, mas também suportando com a maior abnegação e estoicismo as deficientes condições de instalação, de falta de espaço e de isolamento a que durante mais de sete meses estiveram sujeitos.

A serena confiança com que planeou e desenvolveu durante três dias consecutivos a importante operação «Até Choras», apesar de ter então todos os subalternos do seu batalhão feridos ou doentes; a indiferença com que suportou por quatro vezes alvejamentos inimigos nos aviões e helicóptero, de bordo dos quais orientava em posto de comando avançado as suas tropas; o alto nível atingido no seu subsector pela cooperação aeroterrestre, e o alegre e bom espírito que fez de Nambuangongo a «sala de visitas» do sector são outros tantos factores positivos que levam a considerar os serviços por este oficial prestados no sector D à zona de intervenção norte e à Arma a que pertence como extraordinários, relevantes, distintos e merecedores da mais elevada recompensa.

(O. E. n.º 11 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1963)

Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira

Major de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 11 de Outubro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o major de cavalaria Bernardo Raposo Coelho de Sá Nogueira, do batalhão de cavalaria n.º 345, por, no desempenho das funções de 2.º comandante e presidente do conselho administrativo do batalhão de cavalaria n.º 345, nomeadamente de 4 de Dezembro de 1961 a 19 de Julho de 1963, ter demonstrado invulgares qualidades de trabalho, que, aliadas ao alto espírito de bem servir, entusiasmo pela sua arma, acentuado aprumo, carácter e muito zelo, o creditam como oficial distinto da arma de cavalaria e um óptimo colaborador do seu comandante.

Profissional dotado de esclarecida inteligência, culto, competente e organizador, estruturou e accionou com reconhecida eficiência os serviços logísticos do batalhão, que em todas as ocasiões, e não obstante as inúmeras dificuldades a vencer, corresponderam plenamente às exigências de ordem operacional, permitindo, assim, libertar completamente o seu comandante de preocupações de natureza logística. Neste campo destaca-se a sua acção na instalação do bivaque no campo militar do Grafanil, quando da chegada do batalhão a Luanda, nos deslocamentos do batalhão de Bessa Monteiro para a região de S. Salvador e, ùltimamente, desta região para a zona de intervenção sul, onde dirigiu, com assinalada proficiência, as secções de quartéis das companhias e planeou o desembarque do batalhão em Moçâmedes e o seu ulterior deslocamento para os locais de estacionamento.

Para além das suas funções de estado-maior, e não obstante o seu precário estado de saúde, que conseguiu superar pelo alto conceito do dever, o major Sá Nogueira nunca se poupou a situações de perigo, antes, pelo contrário, sempre as procurou, insistindo, quase que permanentemente, junto do seu comandante no sentido de comparticipar em operações ou em serviços de maior risco. Tomou parte, a seu pedido, em algumas operações, entre as quais se destaca a notável proficiência com que orientou, do posto de comando avançado, o deslocamento das forças terrestres que comparticiparam na 2.ª fase da operação «Três Mosqueteiros», realizada de 18 de Outubro a 1 de Novembro de 1962.

Este distinto oficial, através da meritória acção que desenvolveu no quadro das suas funções, concorreu acentuadamente para a manutenção da eficiência operacional do batalhão de cavalaria n.º 345 e para o êxito da sua actuação na zona de intervenção norte, pelo que é de inteira justiça conferir-lhe o presente louvor pelos serviços relevantes e distintos que prestou ao Exército e à Pátria.

(O. E. n.º 11 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1963)

Henrique Bernardino Godinho

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 2 de Julho de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º, com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO o capitão de cavalaria e oficial de operações do batalhão de cavalaria n.º 345 — regimento de cavalaria n.º 3, Henrique Bernardino Godinho, porque, durante todo o tempo de permanência do batalhão no Norte de Angola, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, de 7 de Janeiro de 1962 a 30 de Abril de 1963, se revelou em campanha um «oficial de operações» de excepcional mérito.

Este oficial, técnica e profissionalmente muito competente, equilibrado, dotado de esclarecida inteligência, de elevada capacidade de observação e análise e de especial aptidão para observação aérea, concorreu, dentro da sua esfera de acção, para a eficiência operacional do batalhão, quer na referenciação de núcleos inimigos por observação aérea como na análise crítica de notícias e declarações de prisioneiros e no planeamento e ulterior desenvolvimento das respectivas operações.

Com um profundo conhecimento de toda a zona de acção atribuída ao batalhão, o capitão Godinho, que voou cerca de 500 horas, em missão de reconhecimento, de posto de comando avançado e de reabastecimento, orientou, do posto de comando avançado, com notável proficiência, quase todas as operações realizadas pelo batalhão, conduzindo as forças terrestres aos seus objectivos.

Para além das suas funções de estado-maior, comparticipou voluntàriamente em operações terrestres, destacando-se o comando de uma força internada, em 25 de Abril de 1962, na operação «Quidilo III», realizada imediatamente a seguir a um ataque sofrido pelas nossas tropas, revelando, assim, possuir, para além da sua excepcional aptidão profissional, qualidades de coragem e decisão para bem servir nas diferentes situações de campanha.

Este distinto oficial, através da sua meritória acção, contribuiu notória e directamente para o bom êxito das operações realizadas pelo batalhão de cavalaria n.º 345 na zona de intervenção norte, pelo que é de toda a justiça conferir-lhe o presente louvor e considerar os seus serviços relevantes e distintos.

(O. E. n.º 8 — 2.ª Série — de 1 de Agosto de 1963)

João Ramiro Alves Ribeiro

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 30 de Setembro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO pelas suas excepcionais qualidades de comando, espírito de sacrifício e desprezo pela vida, pois impulsionou a tropa sob o seu comando no período de 12 de Julho a 5 de Outubro de 1962 por forma a obter uma actividade operacional ofensiva constante e intensa de que resultou: ataque e destruição de 10 quartéis inimigos, tendo feito 16 mortos, 13 feridos, 29 prisioneiros e tomado aos terroristas material de guerra e copiosos documentos de informação que muito têm elucidado o desenvolvimento das operações neste sub-sector, sem que as suas tropas sofressem qualquer baixa. Oficial disciplinado, disciplinador e com forte personalidade, impôs-se aos seus subordinados e superiores como um verdadeiro chefe, prestando à Nação serviços que se podem considerar relevantes e distintos.

(O. E. n.º 11 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1963)

José Maria de Mendonça Júnior

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 30 de Setembro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO pela maneira extraordinàriamente esforçada, entusiástica, dedicada e colaborante como tem comandado o 1.º Esquadrão de Reconhecimento, do Grupo de Reconhecimento de Angola, destacado em Luanda.

Tendo sido em 1959 encarregado da organização desta subunidade, o capitão Mendonça Júnior, muito para além das suas obrigações regulamentares, com todo o seu idealismo de cavaleiro, dedicou-se inteira e apaixonadamente aos seus dragões, procurando formá-los à sua imagem e semelhança, instruindo-os, endurecendo-os e preparando-os, militar e psicològicamente, para os dias duros que previa; emprestando-lhes todo o seu entusiasmo, conferiu-lhes elevado espírito de corpo. Devido a esta cuidadosa preparação pôde o 1.º Esquadrão de Reconhecimento, do Grupo de Reconhecimento de Angola, imediatamente após o início da sublevação, entrar directamente no combate, cumprindo as difíceis tarefas de que foi encarregado de uma forma que, oficial e pùblicamente, foi já classificada de «altamente eficiente e esforçada até ao inconcebível» e que se deve atribuir à actividade do seu comandante. Na sequência desta preparação para o combate, o capitão Mendonça Júnior comandou directamente as operações mais difíceis em que o seu esquadrão, total ou parcialmente, tomou parte, revelando-se muito especialmente na primeira acção de fogo na área de Nambuangongo, em 16 de Março de 1961, um oficial empreendedor, corajoso, decidido e ousado, cujo impulso e exemplo pessoal temperou os seus homens e permitiu a recolha dos colonos da área, submersos pela rebelião em curso.

Concorrentemente com as suas tarefas de comando, dedicou-se também este oficial, com o entusiasmo habitual, aos problemas das informações, colaborando de maneira construtiva com o quartel-general da Região Militar de Angola neste capítulo, tal como no âmbito das operações, o já fizera de maneira notável.

Noutro aspecto da sua actividade de comando, consagrou o maior interesse aos problemas pessoais dos seus homens, procurando criar-lhes condições para se fixarem em Angola como elementos prestantes no desenvolvimento da província.

Por todos estes motivos, considero o capitão Mendonça Júnior como um oficial de cavalaria de elevado mérito, devendo os serviços que prestou à Região Militar de Angola ser classificados de relevantes, extraordinários e distintos, por haverem prestigiado as instituições militares, em geral, e a Região Militar de Angola, em particular.

(O. E. n.º 11 — 2.ª Série — de 1 de Novembro de 1963)

Alexandre Manuel Gonçalves Dias de Lima

Capitão de Cavalaria

Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 19 de Novembro de 1963:

CONDECORADO com a medalha de prata de serviços distintos, com palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do artigo 17.º com referência ao § 2.º do artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Por no desempenho das funções de oficial de operações e informações do batalhão de cavalaria n.º 399 (regimento de cavalaria n.º 3), ter sido um óptimo colaborador do comando, demonstrando possuir as mais elevadas qualidades militares.

Oficial inteligente, de grande nível cultural, de impecável correcção nas relações com camaradas e subordinados e de absoluta noção das responsabilidades que lhe competiam no desempenho da sua missão, tornou-se assim um elemento credor das mais honrosas referências dentro do seu batalhão.

Actuando a sua unidade numa zona em que a actividade do inimigo mais se fez sentir e tendo sido ferido quando de avião acompanhava o desenrolar de uma operação, nem mesmo assim o capitão Dias de Lima mostrou o mais leve desânimo, mas, antes pelo contrário, demonstrou ser possuidor de grande coragem e sangue frio.

Extremamente leal e de um brio exemplar, bom camarada, possuidor de excepcionais qualidades de organização e trabalho, a par de um aprumo e dignidade inexcedíveis, muito honra a unidade onde serve e a Arma a que pertence. Colaborou com a sua competência, ponderação e espírito esclarecido em muitos êxitos alcançados em campanha pelo Batalhão de Cavalaria n.º 399, nomeadamente nas operações «Bom Dia», «Sem Nome» e «Até Choras», pelo que os seus serviços devem ser considerados de extraordinários, relevantes e distintos.

(O. E. n.º 14 — 2.ª Série — de 15 de Dezembro de 1963)

Rodolfo dos Santos Domingos

Furriel de Cavalaria

Medalha de Cobre de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 2 de Julho de 1963:

Furriel Miliciano Rodolfo dos Santos Domingos, da Companhia de Cavalaria n.º 296 — Batalhão de Cavalaria n.º 345 — Regimento de Cavalaria n.º 3, porque, durante o período de permanência do Batalhão de Cavalaria n.º 345 na zona de intervenção norte, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre 8 de Fevereiro

de 1962 e 30 de Abril de 1963, revelou, nas inúmeras acções de guerra em que tomou parte, excepcionais qualidades militares em frente do inimigo, contribuindo com o seu exemplo para elevar o espírito combativo dos seus subordinados.

Destaca-se a sua acção nas operações «Alferes Viana», «Capitão Godinho» e «Três Mosqueteiros», em que o inimigo se revelou particularmente agressivo, e muito especial as qualidades de exemplar serenidade, reveladas debaixo de fogo inimigo, nas operações «Alferes Viana» e «Capitão Godinho».

Em todas as acções de guerra em que comparticipou, o Furriel Santos Domingos, revelou exemplar coragem, sangue frio, decisão e serena valentia, qualidades que muito o honram como militar em frente do inimigo, e o tornam digno de ser apontado pelas suas altas virtudes e qualidades militares.

Os seus serviços prestados em campanha devem ser considerados extraordinários e importantes.

(O. E. n.º 21 — 3.ª Série — de 30 de Julho de 1963)

Adelino Januário Marques Mandriana

Furriel de Cavalaria

Medalha de Cobre de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 2 de Julho de 1963:

Furriel de Cavalaria Adelino Januário Marques Mandriana, da Companhia de Cavalaria n.º 295 — Batalhão de Cavalaria n.º 345 — Regimento de Cavalaria n.º 3, porque durante o tempo de permanência do Batalhão de Cavalaria n.º 345 na zona de intervenção norte, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador, entre

19 de Janeiro de 1962 e 30 de Abril de 1963, revelou, nas inúmeras acções de Guerra em que tomou parte, excepcionais qualidades militares em frente do inimigo, contribuindo com o seu exemplo para elevar o espírito combativo dos seus subordinados.

Destaca-se o seu permanente espírito de abnegação e sacrifício no transporte de feridos e de material, de pessoal fisicamente mais inferiorizado, a sua acção nas operações «Monte Cubata» e «Fim de Semana» na região de Bessa Monteiro nas operações «Capitão Godinho» e «Três Mosqueteiros» na região de S. Salvador, onde o inimigo se mostrou particularmente aguerrido, e, ainda o seu comportamento na operação «Seke», ao conduzir a sua secção no ataque ao quartel terrorista de M'Palmala e subsequente perseguição do inimigo, operação para cujo êxito muito contribuiu com a sua acção pessoal.

Em situações de perigo, a presença do Furriel Marques Mandriana foi sempre notada na primeira linha e nos lugares de maior risco.

Em todas as acções de Guerra em que comparticipou, revelou exemplar coragem, sangue frio, decisão e serena valentia, qualidades que muito o honram como militar em frente do inimigo, e o tornam digno de ser apontado pelas suas altas virtudes e qualidades militares.

Os seus serviços em campanha devem ser considerados extraordinários e importantes.

(O. E. n.º 21 — 3.ª Série — de 30 de Julho de 1963)

José Joaquim Antunes Lourenço

Soldado de Cavalaria

Medalha de Cobre de Serviços Distintos com Palma

Por Portaria de 2 de Julho de 1963:

Soldado n.º 1062/61 José Joaquim Antunes Lourenço da Companhia de Cavalaria n.º 296 — Batalhão de Cavalaria n.º 345 — Regimento de Cavalaria n.º 3, porque durante o período de permanência do Batalhão de Cavalaria n.º 345 na zona de intervenção norte, nomeadamente nas regiões de Bessa Monteiro e de S. Salvador entre 8 de

Fevereiro de 1962 e 30 de Abril de 1963, se destacou pelo seu desembaraço, espírito de sacrifício, sangue frio, coragem e serena energia, largamente demonstrados ao longo de inúmeras acções de guerra em que tomou parte.

Salienta-se especialmente a sua comparticipação nas operações «Alferes Viana», «Capitão Godinho» e «Três Mosqueteiros», em que o inimigo se mostrou particularmente aguerrido; distinguiu-se, ainda, a forma ousada como, na operação «Alferes Viana» em 28 de Julho de 1962, localizou um dos esconderijos do Depósito terrorista do Quindualo, onde se encontrava armazenado grande parte do material de guerra capturado ao inimigo nessa operação, para além do seu notável comportamento em campanha este soldado impôs-se, ainda, à especial consideração e estima de todos os seus superiores e camaradas, pelas suas óptimas qualidades morais, exemplar conduta e eficiência de acção.

Assim, este soldado, pelo conjunto de qualidades militares e morais que nele se cruzam e pelo destacado comportamento em frente do inimigo, é digno de ser apontado como exemplo das ancestrais qualidades do soldado Português.

Os serviços prestados em campanha devem ser considerados extraordinários e importantes.

(O. E. n.º 21 — 3.ª Série — de 30 de Julho de 1963)

CONDECORAÇÕES E LOUVORES COLECTIVOS

Por Portaria de 21 de Março de 1963:

Louvado o Esquadrão de Reconhecimento n.º 2 do Estado Português da Índia, pela forma acertada e audaciosa como, durante a invasão das forças armadas da União Indiana, desenvolveu as manobras de retardamento previstas no plano de defesa, até atingir a ponte de Usgão, durante as quais manteve contacto permanente com o inimigo. Todos os seus elementos deram provas da maior decisão e noção exacta do cumprimento dos seus deveres militares, tornando-se credores de apreço e admiração, que não podem deixar de ser postos em relevo.

Louvado o Esquadrão de Reconhecimento n.º 1 do Estado Português da Índia, pela forma acertada como, durante a invasão das forças armadas da União Indiana, executou as manobras de retardamento previstas no plano de defesa e efectuou a travessia do rio Mandovi, para se reunir às diversas unidades concentradas na ilha de Goa. Por tudo isto, revelaram todos os seus elementos muita decisão e noção exacta dos seus deveres militares, que importa reconhecer e realçar.

(O. E. n.º 4 — 2.ª série — de 1 de Abril de 1963)

Louvor concedido pelo Ex.mo Sr. Comandante do C. T. I. da Guiné:

«**Louvo o Esquadrão de Reconhecimento n.º 54,** subunidade destacada do Regimento de Cavalaria n.º 3 porque, durante 28 meses em que serviu em missão de soberania nesta Província, todo o seu pessoal — oficiais, sargentos e praças — soube cumprir com a melhor galhardia, espírito de sacrifício e noção exacta dos seus deveres todas as missões que lhe foram confiadas, prestigiando desta forma a gloriosa Arma a que pertence e honrando as tradições do Exército Português.

Apraz-me ainda registar as suas relações que todo o seu pessoal soube manter não só com a população nativa disfrutando de grande prestígio perante a mesma, como também perante a população Metropolitana, deixando quer nuns quer noutros grandes saudades.»

(O. S. n.º 186 de 6 de Agosto de 1962, do Batalhão de Caçadores n.º 238)

Cópia do art. 4.º da O. S. n.º 138 de 18 de Junho de 1963, da Companhia de Cavalaria n.º 107

LOUVORES:

Por despacho de 29 de Maio de 1963, de Sua Ex.ª o General Comandante da R. M. A.

Louva a Companhia de Cavalaria n.º 107, pela maneira correcta, valente, dinâmica e agressiva como se houve em todas as circunstâncias durante a sua permanência na Região Militar de Angola.

Tendo recebido a missão de garantir as comunicações entre Salazar e Camabatela numa época particularmente difícil, houve-se por forma tão abnegada e corajosa, alardeando tal espírito que, desde então, pôde ser apontada como exemplo. O elevado valor combativo, e espírito de missão, a coesão moral do pessoal e o valor dos quadros, possibilitou-lhe o desencadeamento de muitas e notáveis acções podendo citar-se, entre outras, as de Luinga, Quissembe, Rio Mandule, Rio Manduge, Cazua, Tango e Curi, onde causou pesadas baixas ao In, consequência de uma acção rápida, decidida, voluntariosa, e oportuna. A juntar aos predicados que definem a CCav. 107 como uma eficiente unidade de combate há, também, uma personalidade fortemente vincada e um alto espírito de corpo que se traduzem por um irrepreensível aprumo dos seus oficiais, sargentos e praças e uma impecável apresentação em todas as circunstâncias. Pelo valor e determinação das suas acções de campanha e pelas qualidades militares reveladas pelo seu pessoal, a CCav. 107 atingiu um alto nível entre as unidades da Região Militar de Angola, devendo a sua acção ser considerada prestigiante para a Arma de Cavalaria a que pertence e digna de ser apontada como padrão das melhores Companhias de Angola.

(Alínea b) de 2, do art. 3.º da O. S. n.º 46, de 5 de Junho de 1963, do Comandante da R. M. A.

Por despacho de 5 de Julho de 1963, de Sua Ex.ª o General Comandante da R. M. A.

Louva a Companhia de Cavalaria n.º 122, pela sua excepcional e meritória acção nesta Província. Desembarcada em Luanda em Junho de 1961, começou bem cedo a manifestar as suas elevadas qualidades de unidade de combate, que a creditam como unidade de «élite».

Revelou ser uma Companhia dotada de grande capacidade para a contra-guerrilha, capacidade que inspirou aos Comandos a quem competiu o seu emprego uma total confiança e a antecipada certeza de cumprimento das missões.

A essa elevada capacidade para o tipo de operações em curso se deve a série de êxitos militares obtidos na área do Bembe.

Ao longo da sua actuação, desempenhou missões de patrulhamento, desobstrução e manutenção de itinerários; escolta de colunas de reabastecimento e de tropas; execução de «batidas» e destruição de «quartéis» e de outras organizações de terroristas.

Dedicou-se com interesse, habilidade e grande êxito à acção psicossocial junto das populações recuperadas.

Interveio activa e persistentemente na recuperação, ocupação e defesa de povoações.

Revelou-se uma unidade possuidora de elevado brio, alto sentimento do dever, de aprumo militar e de elevado grau de disciplina de todos os seus elementos, disciplina que se manifestou em todas as situações.

À competência, desembaraço, iniciativa e espírito de sacrifício dos seus Quadros se devem atribuir as altas virtudes militares da Companhia de Cavalaria n.º 122, confirmadas até esta data com a atribuição de 2 louvores colectivos e mais de 70 louvores individuais.

Entre as virtudes militares reveladas em alto grau por esta Unidade avulta o seu elevado moral, não estruturado num feliz concurso de imunidades em combate, mas nascido e sublimado no respeito e memória dos seus 20 feridos graves e dos seus 7 mortos em combate.

No mês de Agosto de 1962, no início de uma operação que lhe fora cometida, sofreu a Companhia de Cavalaria n.º 122 cinco mortos e sete feridos graves, em resultado da explosão de um engenho de guerra; animosamente, prosseguiu a Companhia de Cavalaria n.º 122 a marcha para o objectivo que, como sempre, atingiu com êxito.

A Companhia de Cavalaria n.º 122 merece ser apontada como exemplo de unidade modelar, quer pelas virtudes militares reveladas, quer pela excepcional actuação em campanha, virtudes militares, e actuação que enobrecem as gloriosas tradições da sua Arma e do Exército a que pertence.

Louvor concedido por Sua Excelência o General Comandante da R. M. de Moçambique, quando da sua visita ao Aquartelamento da Companhia de Cavalaria n.º 181, que é do teor seguinte:

«Louvo a Companhia de Cavalaria n.º 181, aquartelada em Furancungo, pela forma como tem cumprido a sua missão de ocupação nestas distantes paragens — missão de sacrifício, quer pelas precárias condições da sua instalação, tanto na sede da Companhia como nos Destacamentos de Vila Gamito e Vila Coutinho, como ainda pelas constantes vigilâncias que lhe são impostas, vencendo, debaixo de qualquer tempo e através de estradas e caminhos tantas vezes intransitáveis todas as dificuldades que se deparam.

Ao louvar a Unidade quero também significar o reconhecimento do General Comandante e a honra por comandar Soldados em que todos tanto confiamos.

A todos concedo como prémio 5 dias de licença que serão gozadas à medida que as condições de serviço o permitam.»

(O. S. n.º 156 da Companhia de Cavalaria n.º 181, de 3 de Julho de 1963)

Louvor concedido pelo Ex.mo Sr. Comandante do C. T. I. da Guiné:

«Louvo a Companhia de Cavalaria n.º 252, porque, tendo servido na Província da Guiné durante cerca de 27 meses sempre em regiões activas e perigosas, em especial na zona fronteiriça de S. Domingos e ùltimamente nas áreas de Bula e Oio, se revelou uma Unidade extremamente decidida nas missões de grande importância que lhe foram confiadas, sempre cumpridas com uma eficiência e valentia, que as baixas sofridas em numerosos combates contra grupos subversivos atestam com honra e dignidade.

Aliando a um grande espírito de sacrifício uma notável solidariedade militar, a Companhia de Cavalaria n.º 252 criou fama no C. T. I. da Guiné e mereceu a inteira confiança do Comando-Chefe, tendo sido justamente apontada como uma Unidade de «élite», capaz de servir de exemplo a qualquer outra do Exército Português cujas tradições mais nobres procurou seguir.»

(Nota n.º 607 P.º 81.06 de 11 de Novembro de 1963, da Direcção da Arma de Cavalaria)

É com Verdadeiro Orgulho e cometendo o acto de maior justiça, pelo qual me sinto honrado, que **Louvo a Companhia de Cavalaria n.º 297,** pelo esforço operacional desenvolvido durante cerca de um ano, em que inflingiu pesadas baixas ao inimigo, mantendo-o numa permanente insegurança, fruto de acção clarividente, impulsionadora e dinâmica do seu Comandante, Capitão de Cavalaria João Ramiro Alves Ribeiro, da grande generosidade, agressividade e desejo de Bem Servir e elevado espírito de sacrifício dos oficiais, graduados e soldados.

Esta subunidade com uma ligação perfeita, espírito de disciplina e amizade entre comando e subordinados, imprescindível na guerra que nos foi imposta, forte e elevado espírito militar, bem cumpriu a sua missão de soberania e intransigente defesa do solo Pátrio.

Pelo esforço e sacrifício desenvolvido por oficiais, sargentos e soldados bem merecem os homens da Companhia de Cavalaria n.º 297, a gratidão da Pátria.

(O. S. n.º 54 de 23 de Fevereiro de 1963
Batalhão de Cavalaria n.º 350)

É com grande orgulho que **Louvo a Companhia de Cavalaria n.º 351,** deste Batalhão, pelo esforço operacional desenvolvido durante cerca de um ano em que inflingiu pesadas baixas ao inimigo, mantendo-o numa insegurança permanente, fruto da acção clarividente e impulsionadora do seu Comandante e do seu colaborador directo Tenente Miliciano de Cavalaria Álvaro Manuel Alves Cardoso, da grande generosidade, agressividade e elevado espírito de sacrifício dos graduados e soldados. Esta subunidade, com uma coesão perfeita, grande amizade entre comando e subordinados, fundamental na guerra que nos foi imposta, forte e aguerrido espírito militar, tem bem cumprido a sua missão de soberania e intransigente defesa do solo Pátrio. Pelo esforço e sacrifício desenvolvido por oficiais, sargentos e soldados, bem merecem os homens da Companhia de Cavalaria n.º 351 a gratidão da Pátria.

(O. S. n.º 51 de 20 de Fevereiro de 1963
Batalhão de Cavalaria n.º 350)

Naquela Madrugada...

Naquela madrugada
Partiam tropas para a frente.
Foi uma madrugada diferente,
Embora igual a tantas outras
Em que outros partiram também.

O tempo parecia
Que tinha parado,
Suspenso
Na emoção de cada um.

Não se parte para o combate
Sòzinho.
Leva-se algo mais
Que o próprio corpo
A própria alma,
O próprio pensamento.
Leva-se algo de estranho
Que se instala na alma
e nos fala,
Baixinho,
Como só se ouve nos momentos
Em que a vida
Tem de ser bem medida.

Andei entre vós,
E procurei saber
E viver
Tudo quanto vos passava pelo espírito.

Anseio, emoção, expectativa.
Medo, exaltação, rebeldia.
Sim,
De tudo um pouco.

Um sentimento,
Ou melhor,
Um turbilhão de sentimentos
Que nos toma e avassala.
Que nos perturba,
Exaltando e deprimindo
A pessoa inteira.
A ligeira brisa da madrugada
Parara.
Não queria vir perturbar o ambiente
Sabendo que, no ar, só cabia,
Uma ordem breve e precisa,
O ruído metálico e seco
Do carregar das armas.
E a respiração apressada
De alguém
A quem qualquer esforço
Era um pesadelo.

Sim, o silêncio pesava.
Ouvia-se.
Aquele, recordava
As palvras curtas
Mas maciças do Pai:
«Rapaz, lembra-te
Que na nossa Família
Nunca ninguém,
Fosse onde fosse,
Deixou de ser o que devia.»

O outro, repetia para si,
A maravilhosa exaltação da Mãe.
Só uma Mãe sabe falar assim:
«Meu Filho,
Como vou descansar melhor
Sabendo que o futuro de todos nós,
Está também entregue a ti».

E a Irmã, ou a noiva que lhe ciciou:
«Também podemos ter orgulho,
Como as outras,
Por terem os seus homens
A defenderem-nos a todos».

E da mulher e dos filhos
Gritando na dor das entranhas,
O seu amargor:
«Nós te acompanharemos
Cada dia e cada hora.
Estiveres onde estejas,
Estaremos nós contigo
Com a nossa oração e o nosso sacrifício.
Deus não pode,
Nem quere, separar-nos.
Que Deus esteja sempre contigo».

Tudo lembraste,
Pesando cada palavra,
Saboreando cada momento,
Recordando cada rosto.

Tudo lembraste
Para te firmares melhor
Em quem és
E o que deves.
O que podes
E para o que vens.

Naquele momento
Sentiste e mediste
A verdadeira verdade da vida.
Sentiste e mediste
Que o homem quando marcha direito
Ao fim que deve,
Não vai só.
Todos e tudo o servem.

Mesmo sem falar,
Um abraço,
Um aperto de mão.
Um pequeno gesto,
Um ligeiro aceno,
Tanto basta para que se saiba
Que não se vai só.

Aquele que parte para a batalha,
Leva no coração e na alma,
A família e os amigos,
Na vibração de cada um.
A Nação e o Povo,
Na sua História e na sua tradição.
Leva assim sentimentos
Que o amparam e acalentam,
Que o exaltam e inebriam;
Sabendo que a vida,
Quando bem vivida,
Não pode terminar na morte.

Naquela madrugada,
Senti bem
Que sentias,
Que não se parte sòzinho
Para o combate.
E tive inveja de ti;
Pois eras bem
Um pedaço de Portugal de sempre
Cumprindo os Destinos da Pátria.

Naquela madrugada
Partiram tropas para a frente.
Foi uma madrugada diferente,
Embora igual a tantas outras
Em que outros partiram também.

MIRANDA DIAS

RESUMO

DA

ACÇÃO EM CAMPANHA

DAS

UNIDADES

REGRESSADAS

EM 1963

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 107

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria, *Artur Manuel Pereira da Silva Baptista*
Depois: Capitão Mil.º de Cavalaria, *João da Silva Rocha Pinto*

Desembarcou em Luanda a 14 de Maio de 1961 e, cerca de um mês depois, encontrava-se em sector na região de Camabatela, cumprindo-lhe especialmente garantir a segurança do itinerário para S. Salvador e a vigilância do limite Leste do distrito do Quanza Norte.

Levou a cabo diversas operações, com apreciáveis resultados, nomeadamente nas regiões de Canacajungo e Quinga e dos rios Canhongo e Mambule.

Em Julho, integrada no Sector I, recebeu uma nova ZA, com a missão de assegurar a liberdade de movimentos nos seus itinerários — especialmente no de Lucala-Negage —, colaborando com as Unidades vizinhas na destruição de grupos terroristas e exercendo, simultâneamente, notável acção psicossocial.

Até ao fim do ano, operou na ZA do Batalhão de Caçadores n.º 230, tomando parte em várias acções a Leste de Camabatela e mantendo intensa actividade de patrulhamento.

No decurso do ano de 1962, a Companhia esteve, geralmente fragmentada nas suas subunidades incidindo, então, a sua actividade, principalmente, na vigilância das áreas à sua responsabilidade.

Já em 1963, tomou parte em operações realizadas no alto curso do Dange.

Deixa em Angola um morto em combate, e leva consigo cerca de duas dezenas de louvores e condecorações, contando-se, nestas, 6 Cruzes de Guerra.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 108

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *António José Proença Calixto*
Depois: Capitão de Cavalaria *Ciríaco José Mendonça Cunha*

Desembarcou em Luanda a 14 de Maio de 1961 e, cerca de 1 mês depois, toda a Companhia se encontrava instalada na região do Negage.

As suas actividades, na R. M. A., desenvolveram-se quase sempre sobre o triângulo Negage-Puri-Entre Rios, nas alturas dominantes dos cursos superiores dos rios Cuilo e Lucala.

A defesa das localidades e a segurança dos itinerários foram as suas missões principais.

Para o cumprimento de tais missões, realizou a Companhia, consoante as circunstâncias, operações em colaboração com as outras Unidades, patrulhamentos intensivos dos itinerários, reconhecimentos armados e emboscadas e acção psicossocial.

Instalada sobre um importante nó de comunicações terrestres e aéreas, pôde ainda a «108» realizar uma inteligente e devotada missão de informação e apoio logístico em relação a Unidades e elementos militares que por ele transitavam com os mais variados destinos.

No seu conjunto, a actividade da Companhia de Cavalaria n.º 108 foi assinaladamente meritória, pelo que, muito justamente, lhe foram atribuídos cerca de uma dezena de louvores e condecorações, destacando-se, nestas, 2 Medalhas de Valor Militar com Palma.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 121

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria, *José Alberto dos Santos Teixeira*
Depois: Captião de Cavalaria, *Carlos Alberto Garrido Vaz*

Desembarcou em Luanda a 9 de Junho de 1961, ficando instalada em Malange, a 23 do mesmo mês, e, em Forte República, a partir de 15 de Julho.

Aqui, realizou a Companhia diversas operações sobre a vertente W. do rio Cuango, nas áreas marginais dos rios seus afluentes, tendo

em vista assegurar a liberdade de movimentos nos itinerários convergentes naquele nó rodoviário.

A sua actividade foi tanto mais meritória quanto é certo ser a área de sua responsabilidade muito cortada de linhas de águas cuja travessia oferecia, por vezes, perigos tão sensíveis como os decorrentes do próprio combate.

Entretanto, graças ao seu espírito de missão, pôde a «121» neutralizar as tentativas adversas de subverter a região, mantendo o seu completo domínio, apesar da grande desproporção dos seus efectivos relativamente à extensão da respectiva ZA.

Em princípio de Agosto de 1962, foi a Companhia transferida para Malange, onde tem permanecido em actividade de vigilância tendente a impedir a infiltração de agentes subversivos entre as populações locais, no que se empenhou com o afinco e a eficiência anteriormente revelados, desenvolvendo, simultâneamente, uma acção psicossocial que merece ser registada.

Perdeu em acção 6 dos seus elementos, devendo os serviços prestados à R. M. A. ser considerados dignos de realce.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 122

Comandante: Capitão de Cavalaria, *Ricardo Fernando Ferreira Durão*

Desembarcou em Luanda a 11 de Junho de 1961 e bem cedo começou a manifestar a sua aptidão para a contra guerrilha e as elevadas qualidades e virtudes militares dos seus oficiais, sargentos e praças que, mais tarde, a haviam de creditar como uma Unidade de «élite» entre as tropas da Região Militar de Angola.

A primeira missão da Companhia foi a de garantir a segurança e a liberdade de utilização do itinerário Maria Tereza-Salazar-Matete para o que desenvolveu grande actividade, reconhecendo e limpando do inimigo o próprio itinerário e as regiões adjacentes. A sua acção na repressão do terrorismo e a eficiência das suas operações, valeram-lhe, então, o primeiro louvor colectivo do Comando do Sector.

Em 6 de Agosto, a Companhia seguiu para a região do Dange, na altura ainda completamente dominada pelo terrorismo onde, enquadrada no Batalhão de Caçadores n.º 132, desenvolveu uma brilhante actividade, executando missões perigosas e difíceis de patrulhamento,

desobstrução e manutenção de itinerários, escolta, batidas e golpes de mão sobre as concentrações inimigas, penetrando ousadamente em todas as matas que poderiam servir de coito aos terroristas.

Em fins de Abril de 1962, regressa esta Unidade à região de Salazar onde se manteve até princípios de Junho na dependência operacional do Batalhão de Caçadores n.º 230.

Em Junho, por força do plano Centauro Grande foi a «122», já experimentada e endurecida pela sua anterior actividade, mais uma vez transferida, para a região do Loge onde era necessária a presença de uma força com garantias de competência, desembaraço, iniciativa e elevada eficiência operacional.

No curto período de pouco mais de um mês, sofreu a Unidade três rebentamentos de minas que lhe provocaram vários mortos e muitos feridos sem que, no entanto, lhe diminuisse o ânimo e a vontade de vencer, prosseguindo, sempre animosamente, no cumprimento da sua missão e dando, assim mostras de grande valor dos seus graduados e do brio e valentia das praças que demonstraram, uns e outros, possuir uma total compreensão do dever militar.

Para além das quase ininterruptas acções de rotina — patrulhas, reconhecimentos e escoltas — a Companhia executou outras operações, isoladamente ou em cooperação com outras forças, que conduziram ao aniquilamento ou captura de elevado número de elementos inimigos, à destruição dos seus «quartéis» e acampamentos e à apreensão de grandes quantidades de armamento, material e documentos.

Após cerca de um ano e meio de actividade no Norte, foi a «122» transferida para Luanda, em meados de Dezembro de 1962. Porém, ainda antes do Natal, se provaram, uma vez mais, as suas esplêndidas qualidades de Unidade de combate. Na operação decorrida entre 19 e 25 de Dezembro para eliminação dos agressivos bandos inimigos sòlidamente instalados nos Montes Quiuenenes, a sua vigorosa intervenção foi considerada como decisiva pelo Comando das forças empenhadas na acção.

Regressada a Luanda, aqui se manteve em atenta e eficiente acção de controle da população até que, em Maio de 1963, foi, por imperativos de ordem operacional, deslocada para a região do alto Dange onde se manteve em incessante actividade operacional até Junho, em substituição de uma outra Companhia. Voltando a Luanda, retomou a sua anterior missão, sempre com a mesma eficiência.

Entre as virtudes militares reveladas em alto grau por esta Unidade avulta o seu elevado moral, não estruturado num feliz concurso de

imunidades em combate, mas nascido e sublimado no respeito dos seus 7 mortos e dos seus 20 feridos graves em combate.

O mérito da acção da Companhia de Cavalaria n.º 122 em Angola é traduzido por mais de 70 louvores e condecorações, avultando, entre estas, 3 medalhas do Valor Militar com Palma e mereceu-lhe poder ser apontada como exemplo de Unidade modelar pelas virtudes militares que demonstrou e pela excepcional actuação em campanha, enobrecendo a sua Arma e o Exército.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 148

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria, *Ricardo Ivens Ferraz Galeano Tavares*
Depois: Capitão de Cavalaria, *João de Almeida Bruno*

Esta Unidade desembarcou em Luanda a 26 de Junho de 1961 e foi logo mandada marchar para a região do Luso, onde entrou em Sector em princípios de Julho do mesmo ano.

Sendo a única Unidade metropolitana então existente na «Zona de Intervenção Leste», a sua acção estendeu-se por uma zona extensíssima onde a principal dificuldade era a dos deslocamentos, resultado do mau estado da fraca rede de estradas. Actuando eficientemente, a Companhia conseguiu detectar e neutralizar a tentativa de sublevação na área de Cazage.

Passou, depois, a reforçar o Batalhão de Caçadores n.º 279 quando esta Unidade ocupou a sua ZA, sendo transferida para o Cazombo e tomando sob a sua responsabilidade toda a região do Alto Zambeze.

Em Janeiro de 1962, a Companhia de Cavalaria deslocou-se para a região de Teixeira de Sousa, onde estabeleceu o seu PC e em Junho de 1962, reforçando o Batalhão de Caçadores n.º 114, foi mais uma vez transferido, desta vez para a área do Lumeje onde se manteve em constante actividade de patrulhamento e de controle da população até Agosto de 1962.

Endurecida por uma intensa actividade operacional, convenientemente treinada e dispondo de uma forte coesão dada por uma elevada noção de espírito de corpo, a Companhia estava então em óptimas condições para actuação numa área de terrorismo activo. Foi transferida para a Zona de Intervenção Norte em Setembro de 1962, sendo atribuída de reforço ao Batalhão de Cavalaria n.º 345, do Sector F.

Foi então que se exaltaram as suas qualidades de unidade de combate havendo tomado parte em muitas operações, entre as quais ocorre salientar «Três Mosqueteiros», «Amigos da Onça», «Bossa Nova», «Meio Slam», etc.

Simultâneamente com uma intensa e muito bem orientada actividade de patrulhamento e com a montagem de uma inteligente rede de emboscadas e armadilhas.

A sua acção brilhante levou um Comando que reforçou temporàriamente a considerá-la como uma das suas melhores Unidades, referência tanto mais elogiosa por se tratar de um comando com um elevado espírito de corpo e de Arma e, em certa maneira, avaro em referências elogiosas.

O mérito da sua actuação na R. M. A. determinou que lhe fossem atribuídos diversos louvores e propostas condecorações. Pode, pois, considerar-se que a Companhia de Cavalaria n.º 148 prestigiou as Forças da R. M. A. e honrou as tradições da sua Arma.

ESQUADRÃO DE CAVALARIA N.º 252

Comandante: Inicialmente: Capitão *Lopo do Carmo* (morto em combate)
Depois: Capitão *Moura Santos*

A bordo do Paquete *India* chegou ao Tejo, um contingente de tropas provenientes da Guiné, do qual faz parte o célebre Esquadrão 252, de Bula, que foi comandado pelo falecido Capitão Lopo do Carmo que pereceu em combate na fronteira do Senegal, há sete meses, ganhando a Cruz de Guerra. Depois da sua morte passou o Esquadrão a ser comandado pelo sr. Capitão Moura Santos que foi seu subalterno, o qual ficou agora na Guiné a acabar o seu tempo de comissão de serviço.

A obra psicossocial, desportiva e de carácter operacional desta unidade de reconhecimento, foi a todos os títulos valorosa e excepcional pelo seu admirável comportamento, espírito de combate e amizade criada pelo seu falecido comandante e que foi continuada pelo actual. Os componentes da unidade há sete meses que usam no fardamento a braçadeira de luto, que só tirarão a partir do dia da desmobilização.

O espírito de combate desta unidade de cavalaria era temível, chegando a ser considerado pela rádio de Dacar como o «Esquadrão Vagabundo» porque o mesmo lhes contrariava os seus propósitos de

terrorismo, aparecendo sempre no seu vasto sector operacional, desde Varela a Farim, passando por Mansabá. Tanto o Esquadrão como os seus oficiais, sargentos, cabos e soldados vêm aureolados de louvores, sendo os últimos do próprio comandante militar da Guiné, Sr. Brigadeiro Louro de Sousa.

No campo desportivo, através do entusiasmo do falecido Capitão Lopo do Carmo e do Alferes Joaquim Azevedo, jogadores e treinadores, realizaram através do grupo local — Nuno Tristão Futebol Clube — uma notável acção, construindo um campo desportivo cimentado e iluminado a que ùltimamente foi dado o nome de Estádio Capitão de Cavalaria Lopo do Carmo.

Nos campeonatos da província da Guiné, em 1961-62 classificaram-se em segundo lugar em andebol, em primeiro no voleibol e em quarto no basquetebol; em 1962-63 foram campeões em andebol e em voleibol. Criaram escolas de jogadores de futebol, de basquete e de ciclismo, possuindo presentemente o melhor equipamento da província. Andavam agora a tratar da construção de uma piscina para a qual já deixaram fundos monetários através de subsídios do Totobola e do actual Ministro do Ultramar.

No campo educativo criaram escolas de aprendizagem da língua materna, em colaboração com as missões, montando escolas complementares com todos os apetrechos e que eram admiradas por todos aqueles que por lá passaram e as observaram. Deixaram nas diversas tribos a maior simpatia e admiração e era interessante a harmonia ética que conseguiram realizar através da escola e do desporto. Edificaram os seus aquartelamentos em Bula e em Mansabá, a par das respectivas escolas, frequentadas por imensas criancinhas que ainda eram alimentadas, vestidas e calçadas.

O Esquadrão 252 teve uma afectuosa despedida na Guiné e em Estremoz foi-lhe preparada uma grande recepção.

(Do Jornal *O Século*)

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 150

Comandante: Capitão de Cavalaria, *António Carlos Dias Antunes*

Desembarcou em Luanda a 27 de Junho de 1961, e, duas semanas após, encontrava-se integrada no respectivo Sector, desempenhando as suas funções específicas, empenhada não só na sua actividade caracte-

rística como ainda em serviço de escolta a colunas, percorrendo, frequentemente, itinerários assediados pelos bandos terroristas.

A partir de meados de Fevereiro, foi a Companhia desmembrada nos seus Pelotões, os quais passaram às guarnições de Cabinda, S. Salvador e Lobito, onde prestaram assinaláveis serviços. Por sua vez, o Comando da Companhia com um dos seus Pelotões manteve-se em Luanda, dando a sua colaboração à Chefia do Serviço de Preboste.

Em todas as circunstâncias, a Compnhia constituiu uma subunidade merecedora de confiança da R. M. A., a quem prestou serviços dignos de realce.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 8

Comandante: Tenente de Cavalaria, *Jorge Alberto Gabriel Teixeira*

Desembarcou em Luanda a 12 de Junho de 1961, tendo sido inicialmente integrado na C. P. M. 233, com a qual colaborou na detecção de possíveis infiltrações de natureza subversiva na Capital da Província.

Em fins do referido mês, foi o Pelotão transferido para Cabinda onde se manteve no decurso de 8 meses, durante os quais desempenhou, além das suas funções características, as de segurança dos principais objectivos.

Em fins de Fevereiro de 1962, regressou a Luanda, voltando a ser empregado no serviço inicialmente desempenhado, integrado, agora, na CPM 314.

UNIDADES DE CAVALARIA DE 3.ª LINHA

Restaurada em 1640 a independência nacional procedeu-se imediatamente à organização militar do país, a fim de se poder repelir qualquer tentativa dos castelhanos para, de novo, se apoderarem de Portugal. O nosso exército fica então formado por forças regulares, pagas, permanentes, que constituiam pròpriamente o exército de campanha; por forças auxiliares, que em 1796 passaram a chamar-se milícias, forças da 2.ª linha que tinham por obrigação o acudir às fronteiras e que, enquanto estivessem ao serviço, recebiam soldo e pão de munição, como os soldados pagos; e por *Ordenanças*, forças de 3.ª linha, cujo serviço decorria nos seus distritos, podendo, em caso de necessidade, guarnecer as praças vizinhas.

Ao que parece, tanto as forças de 2.ª linha como as de 3.ª linha eram sòmente de infantaria.

Tem-se porém notícia de antes de 1668 haver em Niza, Montalvão e Alpalhão, umas companhias de *cauallos pilhantes* que os moradores *pouoarão* de soldados e cavalos, as quais parecem ser originàriamente forças de 3.ª linha a cavalo e, possìvelmente, as primeiras dessa natureza que existiram em Portugal, mas que, por ordem de El-Rei, passaram a ser pagas *como as mais* do exército (1).

Quando da Campanha de 1762 foram mandadas levantar, nas províncias do Norte e do Alentejo, algumas companhias de cavalaria ligeira, de éguas, ou companhias de ordenanças de éguas, como forças de 3.ª linha, as quais foram dissolvidas terminada a campanha, por decreto de 1 de Novembro de 1763 (2).

Contudo, nem todas são empregadas como forças de 3.ª linha; assim três das *Companhias de Éguas* levantadas no Norte vêm a fazer parte do exército de campanha, pois o *Plan General de l'armée combinée...*, documento sem data mas possìvelmente de Dezembro de 1762, dá-as como fazendo parte dos corpos existentes nas províncias do Minho e Trás-os-Mantes, sob o comando do Tenente-General Cary (3).

Sabe-se que durante a campanha foram levantadas as seguintes *Companhias de Ordenanças de Éguas:* 6 na cidade de Beja e seu termo, nota-se que foram mandadas levantar de novo (4), 2 na praça de Moura (5), 2 na praça de Serpa (6), 1 em Arronches (7), 1 na praça de Campo Maior (8), 1 na vila de Monforte (9) e, possìvelmente, outras mais (10).

Cada *Companhia de Éguas* tinha como oficiais, nomeados por decreto do Conselho de Guerra, possìvelmente por proposta das Câmaras aos Governadores das Armas da Província (11), um capitão, um tenente, um alferes e um furriel.

Julga-se ser típico da missão e actuação destas *Companhias de Éguas* a acção das duas *Companhias* da praça de Moura na madrugada de 19 de Dezembro de 1762.

Nessa madrugada *Ratoneiros de Castella* assaltaram o monte do Alemo, ou Alimo, junto à aldeia do Sovral, termo de Moura, e apoderaram-se de todo o gado do proprietário e ainda de um seu filho, estudante. Dado o alarme logo se juntaram as duas *Companhias de Éguas* e gente da Ordenança, a pé. No Sovral souberam que os *Ratoneiros* já se retiravam para Castela, na direcção de S. Mamede, pelo que perseguindo-os entraram em Espanha até os alcançarem junto à ribeira da Chansa, ou Alcarabouça, e aí conseguiram reaver, depois de luta em que morreram 4 *Ratoneiros,* entre eles o seu chefe, parte do gado e o filho do lavrador e ainda 3 vigias portugueses que também tinham aprisionado. O gado que já tinha sido passado para a outra margem não se poude recuperar, por a ribeira ir muito cheia, mas, em compensação, deixaram os castelhanos, como despojo, 9 espingardas, 1 terçado, roupas e outras coisas (12).

Em 1787 havia organizadas em Faro mais de uma *Companhia de Cavalaria das Ordenanças* (13). Ainda em 1798 havia, pelo menos, uma *Companhia* (14).

Em 1806 havia 10 *Companhias de Éguas,* com um efectivo total de 250 homens e 250 éguas.

É interessante notar que Gomes Freire de Andrade preconizava, nesse ano, no seu «Ensaio sobre o methodo de organisar em Portugal

o exercito, relativo à população, agricultura e defeza do paiz», a divisão do exército em duas classes, uma composta de corpos em efectivo serviço e outra de milícias, devendo, quanto à cavalaria, a primeira ter 13 regimentos e a segunda classe 9 regimentos de cavalaria ligeira de éguas. Estes regimentos de éguas teriam 6 esquadrões, de 2 companhias cada, e um total de 700 homens cada ([15]).

Expulso Junot e reorganizado o exército volta a haver *Companhias de Éguas*.

Numa carta de José Joaquim da Mata Coimbra Barreto, datada de Mourão, 28 de Fevereiro de 1810, dirigida ao Dr. Provedor da Comarca, Super Intendente dos Transportes da Província, se declara: *Neste instante acabo de receber por hum Sold.º d'Egoas o off.º de V. S. em data de quinze do corrente,...*» ([16]).

As antigas Ordenanças foram extintas pela organização do exército determinada pelo alvará de 21 de Fevereiro de 1816, publicado na «Ordem do Dia» de 21 de Outubro de 1816, e dissolvidas pela constituição de 1820 ([17]).

Contudo as forças liberais na ilha Terceira ainda possuem Ordenanças, e, as «Ordens do Dia publicadas nas ilhas dos Açores durante a Junta Provisória...» n.º 1 e 4, respectivamente de 20 e 30 de Outubro de 1828, referem-se à *Companhia de Cavalaria de Ordenanças da cidade de Angra*, nomeando o seu comandante, o tenente e o alferes.

Coronel COSTA SALEMA

NOTAS

([1]) — H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», nota do Marquês de Marialva lançada no decreto de 19-IV-1668 (n.º 12).

([2]) — P.e Ernesto A. Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 57 e nota a pág. 62.

([3]) — Ibidem, entre págs. 54/55.

([4]) — H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decreto de 5-VII-1762 (n.º 379).

([5]) — Ibidem, decreto de 5-VII-1762 (n.º 380).

([6]) — Ibidem, decreto de 5-VII-1762 (n.º 381).

(7) — Ibidem, decreto de 11-VIII-1762 (n.º 460).

(8) — Ibidem, decreto de 11-VIII-1762 (n.º 461).

(9) — Ibidem, decreto de 30-IX-1762 (n.º 592).

(10) — Pereira Sales, «O Conde de Lippe em Portugal», pág. 62, indica, além das relacionadas, 3 *Companhias* no Porto e 1 em Olivença e o decreto de 22-II-1772 (n.º 5), publicado por Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto C. G.», refere-se a um indivíduo que fora antes capitão da *Companhia das Éguas* da praça de Portalegre.

(11) — H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decreto de 30-IV-1762 (n.º 592).

(12) — «Cartas dirigidas pelo Conde de Lippe ao Conde de Oeiras», carta n.º 48 de 25-XII-1762, e cartas que lhe estão juntas, do Governador de Moura a Jorge Feliz da Cunha e do Capitão de Éguas João da Guerra ao Governador de Moura, em «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 5.º Volume (1935), págs. 109, 124, 125 e 126.

Para melhor esclarecimento transcrevem-se essas cartas, fazendo-se notar que em 1 de Dezembro de 1762 fora assinada a suspensão de armas entre o nosso exército e o castelhano e que a parte em francês da carta do Conde de Lippe é da sua letra.

Ill.mo e Ex.mo Sn.or

Pelo extracto da carta de Mylord Loudon que tenho a honra de por na Prezença de V. Ex.a, poderà V. Ex.a ver as queixa que elle faz...

J'ay l'honneur d'etre avec un grand Respect Monsieur de V. E.ce Le trés humble & trés obeissant Serviteur *Le Comte regnant de Schaumbourg Lippe Marechal General.*

P. S. J'ay inclus ci-joint deux copies des Lettres de Moura, & Montalvaon, j'ecriray de nouveau a Mr. d'Aranda au Sujet de l'Excés dont il est fait mention dans la 1.ere Villa Visosa X.re 25. 1762.

Extracto da carta do governador de Moura a Jorge Feliz da Cunha em 21 do corrente.

No dia sab.º que se contarão 18 do corrente vierão os Ratoneiros de Castella ao Monte do Alemo junto á Aldea do Sovral termo desta praça (de Moura) e ahi fizerão preza em todos os Gados do Labrador e em hum filho seu Estud.te Deu-se logo parte à Aldea, e desta às mais, e se ajuntarão as duas companhias de Egoas, e bastante ordenança, e os forão seguindo até os encontrarem; e de tudo o sucedido na acção o dirá a carta inclusa que recebi hontem à noite do Cap.m Mandante das duas Comp.as de Egoas, e no seguin.te que fizeram aos taes Ratoneiros encontrarão bastantes Gados, e não fizerão preza em nenhum, por se lembrarem de estarmos em cessão de armas, e se poderia avivar a guerra com aquelle procedim.to, nem eu me resolvo à facilitar a entrada nem à Miqueletes nem à Ordenanças daquellas Aldeas sem ordem positiva de V. Ex.a

Cópia da carta acima mencionada escrita pelo cap.m das Eguas João da Guerra ao governador de Moura, da Safara em 20. X.ro.

Serve esta de dar p.te à V. S. que no dia sabado amanhecente p.a o Domingo entrarão os Ratoneiros em o Monte do Alimo, e levarão os Bois todos que estavão na cabana, e logo nos veyo aviso, e fui eu e mais meu companhr.o com as nossas Comp.as, e sahimos direito ao Sovral, e achamos noticia de que os Ratoneiros hião dir.tos à S. Mamede, terras de Castella, e nos ajuntámos com algũa gente de pé, e fomos até entrarmos em Castella atras dos Ratoneiros, e hindo chegando à Ribr.a da Chansa, ou Alcarabouça chegámos e lhe tirámos p.te da Preza do Gado do Lavrador, e também tres vigias nossas, e o filho do Lavrador; o q̃. tudo restaurámos, menos parte do Gado, que já estava da outra parte, e pela Ribeira hir cheya se não foy logo buscar o outro. Porém morrerão 4 dos Ratoneiros, entre os quaes foi hum q̃. se dis era o q̃. os mandava. Deixarão 9 Espingardas, e hum Trassado, e roupa, e mais varias cousas; que agora me parece q̃. estamos em guerras por causa destes Ratoneiros; e nós lá de Castella não trousse-mos nada &.a.

(13) — H. Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra», decreto de 7-IX-1787 (n.º 66), o qual nomeia o capitão para uma das companhias.

(14) — O decreto de 12-IX-1798 (n.º 105), publicado por Madureira dos Santos, «Catálogo dos decretos do extinto C. G.», promove a capitão de 3.ª companhia do Regimento de Milícias de Faro um tenente das Ordenanças de cavalo.

(15) — Cristovão Ayres, «História de Cavalaria Portuguesa», Vol. I, págs. 188 a 191.

(16) — «Cópia de correspondência trocada entre Lord Wellington e D. Miguel Pereira Forjaz no ano de 1810», em «Boletim do Arquivo Histórico Militar», 3.º Volume (1933), documento que acompanha a carta n.º 75, págs. 157 e 178.

(17) — Carlos Selvagem, «Portugal Histórico», pág. 535.

O Ano de

1963

nas Tropas

da Arma

NOTÍCIAS DA EPC

Juramento de Bandeira dos COM / CSM 1963

A manhã do 4.º dia do mês de Outubro do ano de 1963 surgiu na Casa da Cavalaria mais soalheira e luminosa, prenúncio evidente da solenidade e grandiosidade do acto que se ia processar, grandiosidade própria dos actos simples e significativos. E tudo o que é simples e significativo, é grande. Às 10.00 prefixas, o Director da Arma, que se fazia acompanhar do Brigadeiro Inspector e de outros oficiais, foi recebido à Porta de Armas pelo Comandante da Escola e demais oficialidade.

As referidas Entidades, dirigem-se para a Parada Chaimite, emoldurada por algumas centenas de pessoas — familiares dos instruendos dos COM e CSM e os curiosos habituais em cerimónias desta natureza — e tomam lugar na tribuna, construída para o efeito.

As forças em parada, no efectivo de cerca de 1000 homens — 1 GE do QP a 3 E e 2 GE de Instrução totalizando 5 E de Instrução — sob o comando do 2.º Comandante da Escola, prestam ao Director da Arma as honras da ordenança

Vai iniciar-se a fase mais significativa das cerimónias do Juramento.

Um Pelotão, em marcha cadenciada, abandona a formatura, a fim de prestar escolta ao Estandarte.

No ar, os sons vibrantes dos clarins. Prestam-se as honras militares ao símbolo sagrado da Pátria.

O Director da Instrução profere algumas palavras alusivas ao acto. 10 minutos apenas. Segue-se a leitura dos Deveres Militares, pelo Chefe da Secretaria Escolar

O Estandarte coloca-se frente aos 2 GE de Instrução. A uma voz do Comando, os instruendos estendem o braço direito em sua direcção.

Os murmúrios da assistência cessam. Reina o silêncio absoluto.

A voz dos instruendos, olhos bem fixos no símbolo da Pátria, que uma ligeira brisa fazia ondular, ecoou por toda a Parada Chaimite:

«*Juro servir a minha Pátria e defender a Bandeira...*».

Baixam-se os braços, e sente-se na assistência como que um respirar mais forte, índice da comoção que dela se apossara e da consciência do elevado significado do momento que terminara.

A Pátria contava com mais umas centenas de verdadeiros soldados, e como tal, prontos a cumprir o Juramento feito.

O Estandarte recolheu com o cerimonial anterior.

Inicia-se o desfile de todas as forças em parada, em continência perante o General Director.

Havia terminado a primeira e mais importante fase das cerimónias do Juramento de Bandeira.

Escassos minutos volvidos, surge na Parada Chaimite, ao som dos clarins e das caixas, o Esquadrão do C. O. M. que, de forma impecável, inicia evoluções tipo «Tattoo».

Indiscutíveis o aprumo e a noção da responsabilidade revelados pelos futuros Oficiais do Exército de Portugal. A assistência, emocionada pelo espectáculo que lhe foi dado presenciar, rompe em aplausos.

A última parte das cerimónias realiza-se nos terrenos anexos da E. P. C., para onde se deslocaram as Entidades Oficiais e demais presentes.

17 pelotões de instruendos, num efectivo de cerca de 800 homens, deslocam-se intervalados, e em marcha tipo TE, para uma zona prevista, donde se iriam iniciar os exercícios de Educação Física Militar.

Os clarins surgem numa linha de alturas. Ouve-se o sinal de avançar. Os Pelotões, em vagas sucessivas, lançam-se pela encosta íngreme e ràpidamente ocupam lugar nas camionetes estacionadas para o efeito e que logo iniciam o seu movimento. Todos os instruendos saltam para o solo e imediatamente montam nas viaturas em andamento.

Seguidamente, realizam-se exercícios de ginástica de aplicação militar, combate corpo a corpo e pista de obstáculos — paliçada, declive com fogo, vala com água, arame farpado, etc. — executados por todos os pelotões, simultâneamente, e segundo um esquema pré-estabelecido.

Demonstração evidente da destreza e desmbaraço físico atingidos, ao fim de oito semanas de instrução, pelos instruendos, a maioria dos quais sem qualquer preparação física anterior. Nada de exercícios espectaculares preparados para o efeito apenas por pequenos grupos seleccionados, mas sim, o produto duma instrução, que a todos abrangeu igualmente e que de todos exigiu igual esforço.

Rolando pelas chamas...

A assistência demonstrou a sua admiração, sublinhando com aplausos o desfile final.

Terminara mais uma Cerimónia de Juramento de Bandeira.

A Casa da Cavalaria, em cumprimento de Missão Superior, dera o melhor da sua inteligência e do seu esforço no sentido de bem cumprir. Cumprir, para esta Casa, significa consciência plena da responsabilidade da Missão que lhe foi imposta: preparar homens física, técnica e tàcticamente aptos a, conscientemente, contribuirem, onde e quando lhes for determinado, para o engrandecimento desta que, «*É a ditosa Pátria nossa amada*».

Soldados Recrutas dos Cursos de Oficiais e Sargentos Milicianos:

Nesta manhã solene do 4.º dia do mês de Outubro do ano de 1963, é a vós, que eu, neste momento me dirijo.

Oito semanas passaram desde o dia em que, pela primeira vez, atravessastes os portões desta Escola, o mesmo será dizer, que a partir dessa hora, a partir desse instante, todos os problemas pessoais e sentimentalismos inoportunos, passaram a segundo plano, pois interesses mais altos se levantavam — Os Interesses Superiores da Nação.

Oito semanas essas, que vos deverão ter parecido uma eternidade, pela disciplina que vos foi imposta e que desconhecieis, pelo esforço físico que vos foi exigido e para o qual não estáveis preparados, pela resistência moral que vos foi incutida, e cujo valor, era, para a maioria de vós, desconhecido.

Quantas vezes os vossos instrutores vos terão parecido desumanos, quantas vezes os vossos familiares, alheios a um problema que, por ser Nacional, transcende o próprio indivíduo, lamentaram a vossa sorte, quando vos deveriam fazer compreender a necessidade de estardes aptos, física e moralmente, para cumprir uma missão que não é de um, mas de todos os Portugueses.

Preparar homens para a missão, nobre entre as mais nobres, de salvaguarda do património espiritual e material duma Nação, não duma Nação qualquer, mas dumas Nação que é a nossa, que é Portugal, dizíamos, preparar homens para o cumprimento de tal Missão, não se coaduna, por forma alguma, com sentimentalismos doentios que, se nenhuns reflexos exercem sobre os ânimos fortes e conscientes da sua quota de responsabilidade na resolução dos problemas que assoberbam a Pátria, tornam mais fracos, os indivíduos física ou moralmente fracos e tornam mais egoistas, os indivíduos impregnados de egocentrismos que, no momento actual, reputamos de condenáveis.

A Missão que se impõe aos futuros soldados de Portugal, é uma Missão de sacrifício;

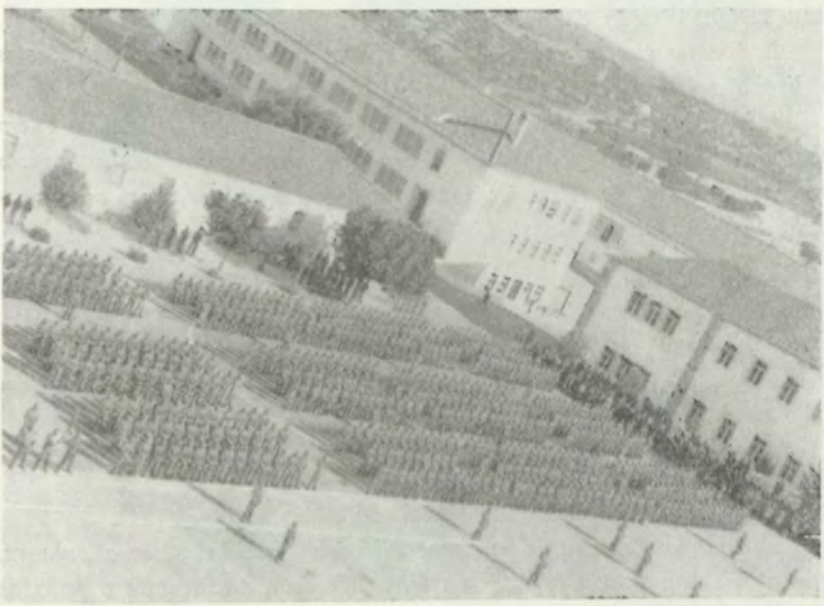
Houve, pois, que preparar esses futuros soldados, que sois vós, para bem cumprir essa Missão.

Não há que transigir, mas exigir; exigir sempre, no cumprimento duma Missão Superior que foi imposta a esta Escola, e a que esta Escola se entregou de alma e coração:

«Preparar técnica e fisicamente, e mentalizar os futuros soldados para uma luta que não procuramos, para uma luta que não

desejámos, mas à qual não voltaremos as costas, custe o que custar, seja qual for o preço que tenhamos de pagar para continuarmos a ser quem somos, Portugueses: Portugueses no Continente Europeu, Portugueses no Continente Africano, Portugueses no Continente Asiático.»

Incutir em vós, o mesmo Espírito de Sacrifício, o mesmo Espírito de Equipa, o mesmo Sentimento de Camaradagem, a mesma Decisão



Um aspecto das forças em parada

que caracterizaram todos os feitos que a Epopeia, que se chama História de Portugal, exalta a cada passo, era objectivo a atingir, era Missão.

E quando, no decorrer duma marcha ou trabalho de estrada, vos encontráveis em inferioridade física e vos era exigido que continuasseis a marchar, era o Espírito de Sacrifício que estávamos incutindo em vós.

E quando se permitia que um ou mais de vós auxiliasse um camarada mais desmoralizado pelo esforço dispendido ou incapacitado de progredir, ou mesmo o aliviasse do seu armamento, era o Espírito de Equipa e o Sentimento de Camaradagem que estávamos exaltando.

E quando exigíamos que saltásseis a vala e o galho, que tanto temieis, incutir em vós, a Decisão, era o nosso objectivo.

Hoje, cada um de vós conhece melhor as suas possibilidades, e, por isso mesmo, é mais forte; mais forte, porque sabe até onde pode ou não chegar, fazer ou não fazer, e o que é mais importante para futuros Oficiais e Sargentos, pois é esta a finalidade de toda a vossa preparação militar, é saber o que, amanhã, podeis ou não, exigir aos vossos soldados.

Foi esse o objectivo que procuramos atingir, foi isso o que visou todo o esforço dispendido por vós, pelos vossos Oficiais Instrutores e pelos vossos Sargentos monitores, e, oito semanas volvidas, uma certeza avulta: Missão Cumprida.

E porque cumpristes a Missão, e bem dura ela foi, conquistastes o direito a Jurar.

E ides Jurar, não num lugar qualquer, mas naquela Escola a quem chamam de Casa da Cavalaria, dessa Cavalaria, cujos feitos heróicos ecoam nos anais da História; não num lugar qualquer, mas numa parada que se chama Chaimite, e, Chaimite, quere dizer:

— *Coragem*
— *Decisão*
— *Bravura*
— *Espírito de Sacrifício*
— *Abnegação*

E quando Chaimite é sinónimo de tais qualidades, essa palavra, que a História Pátria regista em letras de oiro, transcende o feito da manhã tórrida do dia 28 de Dezembro do ano de 1895, como transcende o próprio gigante que foi Mousinho de Albuquerque, para significar a vitalidade duma Raça e a eternidade duma Nação.

Chaimite do passado, que já é História Pátria.

Chaimite do Presente, cuja História se está, dia a dia, escrevendo com sangue, no Ultramar Português, com sangue como o daqueles que a morte não temendo, ousaram apontar aos vivos o caminho da Honra e da Glória e cujo nome heróico a Escola Prática de Cavalaria quis perpetuar, nesta mesma parada Chaimite, para testemunho do seu orgulho pelos filhos mortos em combate e para exemplo daqueles, que, amanhã, forem chamados a cumprir o seu Juramento de fidelidade à Pátria.

Ides Jurar Bandeira, ides prestar o vosso mais solene e heróico Juramento; o mais solene, porque é feito perante o símbolo duma Pá-

tria Imortal; o mais heróico, porque é a própria vida que ofereceis a essa Pátria, que é a vossa.

Fazei esse Juramento com o maior recolhimento, fazei-o com os olhos bem fixos no símbolo duma Pátria que oito séculos de História imortalizaram, fazei-o em consciência, porque a Pátria precisa de homens conscientes do seu imperativo histórico.

Ao terminardes o Juramento sagrado que, dentro de momentos, ides fazer, não mais sereis soldados recrutas, mas soldados, verdadeiros

Vagas sucessivas lançam-se através de uma encosta íngreme...

soldados dum Portugal Eterno, aptos a, no presente, conquistarem o direito de ombrear com os bravos soldados de ontem e de hoje e a bem merecer que de vós se possa dizer:

«Essas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal Contemporâneo, escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África .....».

História dum Passado que foi Presente, História dum Presente que será Passado e que, não desmerecendo dos mortos de ontem, terá de ser escrita por vós, para Honra e Glória de Portugal, para Honra e Glória vossa e para exemplo das gerações vindouras.

Visita do Curso de Promoção a Oficial Superior da E. P. C.

De acordo com o programa pré-estabelecido e superiormente aprovado, o CPOS chegou à EPC pelas 9,30 horas do dia 4 de Dezembro de 1963, tendo sido recebido na Parada Chaimite pelo Comando e demais oficiais.

A viatura de recuperação do CE (M74) entra em acção...

Apresentados que foram os cumprimentos de boas-vindas pelo Ex.mo Coronel Comandante, na Sila de Conferências, deu-se início aos trabalhos integrados no plano da visita:

— Conferências sobre Unidades Blindadas e de Reconhecimento proferidas, respectivamente, pelo Director das Instruções e Comandante de Grupo.

— Apresentação dum ECC/GCC e dum ERec. formados na sua máxima força, nas Paradas Môngua e Chaimite, pelos respectivos Comandantes; esta apresentação constou duma breve expo-

sição sobre os aspectos técnicos e tácticos mais característicos destas subunidades e duma demonstração de «Escola de Guarnição» feita com o maior dinamismo e correcção.

Os trabalhos enumerados terminaram cerca das 12 horas, após o que se realizou uma visita às dependências escolares, para o que, os visitantes foram divididos em grupos orientados por oficiais da EPC, a quem haviam sido prèviamente fixados itinerários diferentes a fim de

Transpondo valas e taludes...

se procurar evitar aglomerações nas várias dependências a visitar. Elogiosas, as referências ouvidas.

Após o almoço que teve lugar na Messe de Oficiais e cerca das 14,30 horas, organizou-se um comboio com as viaturas do IAEM transportando o CPOS e devidamente escoltado por um Pel. Rec. — o movimento para a região de Atalaia, campo de instrução de condução de blindados da EPC, processava-se numa região onde haviam sido assinalados elementos terroristas — a fim de os visitantes assistirem a uma demonstração sobre as características técnicas e possibilidades TT do material blindado existente na Escola: CC.M47, CC.M4A1, CC.M24, M.74· EBR «Panhard».

Quando a coluna atingia a região imediatamente a *O* da Ponte de Celeiro, caiu numa emboscada terrorista, tendo os visitantes assistido à reacção do Pel. Rec., no sentido não só de garantir a protecção aos elementos escoltados, como também destruir e capturar os elementos rebeldes.

Esta acção, por inesperada, colheu de surpresa os elementos escoltados.

Retomada a marcha, a coluna atingiu Atalaia cerca das 15,30 horas, onde se deu início à demonstração atrás referida, para o que se havia estabelecido um percurso de obstáculos constituído por valas de diferentes larguras e profundidades, taludes, terreno enlameado e encharcado, etc.

A viatura de recuperação de CC (M74) entrou em acção para «safar» um CC.M24 que caiu numa vala de dimensões superiores às suas possibilidades.

Pelas 17 horas terminou a visita do CPOS à EPC, tendo os visitantes retirado directamente para o IAEM (Pedrouços).

Colaboraram nos trabalhos realizados além dos elementos orgânicos dos ECC e ERec., o adjunto da DI, e os Aspirantes Tirocinantes (TOQP).

O interesse da visita efectuada e a forma como a mesma decorreu, ressaltam das referências feitas, oficialmente, pelas Entidades Competentes:

— De Sua Ex.ª o General Director do IAEM «..... desejo manifestar a V. Ex.ª as melhores impressões colhidas ..... os meus agradecimentos pela forma atenciosa como os oficiais foram recebidos e pelo interesse que a visita teve para a instrução do Curso».

— De Sua Ex.ª o General Director da Arma «..... o seu muito agrado pelas elogiosas referências relativas à visita do CPOS a essa Escola».

Major ALVES MORGADO

R. C. 3 Apresentação do Guião da Unidade aos Recrutas

A cerimónia de hoje tem por fim apresentar-lhes, recrutas do C. I. E., o guião da Unidade, este guião que aqui vêem.

Mas, o que vem a ser um guião?

Um guião de uma unidade, neste caso, o guião do Regimento de Cavalaria n.º 3, é o símbolo que a representa, é, por assim dizer, o seu melhor retrato. Uma unidade, tal como uma pessoa, tem uma vida própria. Tem uma cara própria, uma cara que a distingue de todas as outras; tem uma maneira de ser que é, também, muito pessoal. E, tudo isto, está presente no seu retrato, este guião que vocês aqui vêem.

Quem passar pelo corredor de honra deste Regimento, e olhar com olhos de ver, verificará que, Cavalaria 3, é uma unidade antiga, que tem deixado o seu nome ligado a grandes acontecimentos através dos tempos: combates, batalhas, cercos, expedições ao Ultramar Português, expedições aos campos de batalha da 1.ª Guerra Mundial. E os nomes de todos estes acontecimentos, escritos em pequenas placas comemorativas, recordam-nos os diversos sítios por onde este Regimento se tem batido:

Fuente de Cantos — 1810; 1.º sítio da Praça de Badajoz — 1811; Aubuera — 1811; Campo de S.ta Engrácia — 1811; 2.º sítio de Badajoz — 1811; Ponte de Xévora — 1811; Talavera la Real — 1811; 3.º sítio da Praça de Badajoz — 1811; Almendralejo — 1812; Cortes de Peleas — 1812; Zarze de Alange — 1812; Ribeira — 1812; Berlenga — 1812; Vilalva — 1812; Coruche da Beira — 1827; Rilvas — 1834; Divisão Auxiliar a Espanha — 1835; Salvaterra (Espanha) — 1837; Junto a Armiñon — 1837; Viana do Alentejo — 1846; Índia — 1895; Newala — 1916; Kiwambo — 1916; Moçambique — 1916; Índia — 1959; Guiné — 1961; Angola — 1961.

E, de tal modo se tem sabido bater este Regimento que, mereceu de um estrangeiro muito ilustre, o Marechal Beresford, o seguinte louvor: «Raríssimas vezes acontece haver na guerra uma conduta mais brilhante».

Isto aconteceu em 1810, no combate de Fuentes de Cantos. E esta frase, constitui hoje a divisa do Regimento, divisa essa que está inscrita no seu guião. E, desde então, este Regimento nunca desmereceu a sua divisa. Aonde quer que se tenha batido, fê-lo sempre com valentia, honra e glória.

No guião se pode ver também uma águia, ferida por uma espada. O que quer isto dizer?

Diz-nos o seguinte: a águia negra, símbolo das forças de Napoleão, ferida pela espada dos dragões, pois Cavalaria 3 foi um dos Regimentos que conseguiu ferir gravemente a orgulhosa águia napoleónica, numa série de combates e batalhas.

Aqui têm pois, o retrato do vosso Regimento de Cavalaria 3, um retrato, isto é, o guião, para o qual podem vocês olhar com orgulho, pois ele fala-nos de um passado cheio de glória. Um passado que vem de Fuente de Cantos, 1810, até nós, os que aqui estamos, pois é um passado que se aproxima em vez de se afastar, é um passado glorioso que marcha com o Regimento e connosco, passando por aqueles lugares já famosos como Talavera la Real 1811, Vilalva 1812, Coruche da Beira 1827, Salvaterra 1837, Viana do Alentejo 1846, Índia 1895, França, Angola e Moçambique 1916, Índia 1959, Guiné 1961, Angola 1961... e eu direi ainda, 1962, 1963, 1964, hoje mesmo talvez, porque talvez, quem sabe?, haja hoje, neste momento, algum soldado, algum sargento, algum oficial deste Regimento que, nos matos da Guiné ou de Angola, se esteja batendo valentemente dando razão assim a que a divisa do nosso guião «Raríssimas vezes acontece haver na guerra uma conduta mais brilhante» não seja apenas letra morta de um passado morto, mas letra viva de um passado que vive nos dias de hoje, o que vocês, recrutas do C. I. E., hão-de continuar a fazer viver nos dias de amanhã.

Olhem pois, bem de frente, o vosso guião! lembrem-se do que ele representa e lembrem-se também que ele é um guião orgulhoso, não de si próprio, mas dos feitos de soldados iguais a vocês, que sempre se têm sabido bater e servir a Pátria com honra e valentia e que espera poder continuar a ser erguido bem alto e ser olhado pelas futuras incorporações com o mesmo orgulho com que nós agora o olhamos. De todos nós isso depende, e de todos vocês principalmente. Que cada um possa um dia dizer, com razão, que pessoalmente merece a divisa do nosso guião: «Raríssimas vezes acontece haver na guerra uma conduta mais brilhante».

Cap. PESSOA DE AMORIM

O "345" EM ANGOLA

Na carreira militar — deixou escrito Mousinho no seu famoso «Relatório de Moçambique» — não basta que um indivíduo tenha a instrução profissional, um regular comportamento e a suficiente aplicação aos objectos de serviço que o ponham ao abrigo das penas disciplinares, para que seja um bom oficial. «Se um autor contemporâneo encontra razões bastantes para chamar aos militares os Padres da Religião do Civismo, foi tão sòmente porque em ambas as carreiras se exige, mais que em qualquer outra, a abnegação levada ao ponto de sacrificar sempre o indivíduo à colectividade em que se acha fundido, o esquecimento completo dos mais caros interesses pessoais pelo fim comum que se tem em vista. E para se conseguir isto não basta a instrução e a disciplina; é necessário, sobretudo, o conjunto de qualidades, natas umas, outras resultantes de influências estranhas, que se chama a vocação. No Exército nem sempre se encontram oficiais com vocação... Pois nas sociedades latinas, atabalhoadamente democratizadas no primeiro meado do século, o Exército e o Clero passaram a ser considerados pela maioria dos políticos que monopoliza o poder, como instrumentos úteis para manter a ordem, mas instrumentos perigosos, cuja têmpera se não deve deixar apurar, e aos quais é necessário tolher os meios de alcançarem força e vitalidade, com receio que possam perturbar a actual ordem de coisas, única que lhes permite fruir os proventos do poder e gozar as vaidades do Mando...»

Estas amargas palavras não podem ter cabimento nos tempos que correm. Há que glorificar os nossos heróis, há que os tornar conhecidos , tem a Nação a obrigação absoluta de apontar à juventude os militares que em combate se distinguiram, mocidade generosa que em Angola e na Guiné rega com o seu sangue o património deixado pelos nossos antepassados. Há, como houve, militares que cumprem com mais ou menos entusiasmo o serviço no Ultramar, outros que acham

uma aborrecida interrupção no serviço de rotina a que há anos se haviam habituado. Estes últimos são militares sem vocação, os que não compreendem claramente o verdadeiro sentido das servidões e grandezas militares. O verdadeiro militar deve escolher esta profissão como um verdadeiro sacerdócio, aquele para quem o morrer de armas na mão (o seu maior desejo), o perigo (o seu verdadeiro ambiente), o conduzir homens em combate (o seu maior anseio), aquele para quem uma medalha de valor militar é a recompensa máxima para o sacrifício dispendido, por vezes, a própria vida. Todo aquele que assim não pensa errou a sua vocação, deve procurar outros caminhos por vezes mais compensadores materialmente mas sem a compensação espiritual que o dever bem cumprido faz sentir ao militar de verdade.

Há que separar o trigo do joio... há que elevar os heróis e castigar os que não cumprem, não os podemos igualar nas recepções da chegada, não os devemos também igualar na ascensão da hierarquia militar. Aos oficiais que o mereçam há que aplicar o pensamento de Mousinho:

> «... apressar-lhes a promoção, não tanto como recompensa dos serviços prestados, mas para mais cedo se lhes aproveitarem as aptidões excepcionais nos postos superiores.»

Há muito que dormíamos numa paz sonolenta; tirando os que se bateram em 14 e na guerra civil de Espanha, a maioria dos nossos oficiais nunca ouviu tiros, nunca havia arriscado a vida... assim, a guerra de Angola e Guiné tem a vantagem de despertar e confirmar vocações militares, de fazer uma verdadeira selecção entre os que, em tempo de paz, escolheram a carreira militar. Às lutas no Ultramar já há muito a Cavalaria Portuguesa se habituara e não muito longe, em fins do século XIX e meados do século XX, dera as suas provas de coragem inabalável. A história repete-se e que falem as terras do Norte de Angola e os lamaçais da Guiné...

Para Angola uma das primeiras forças de cavalaria a seguir foi o Batalhão de Cavalaria 345; a comandá-la um oficial de escolha: o tenente-coronel de cavalaria António Sebastião Ribeiro de Spínola.

Este Batalhão foi mobilizado pelo R. C. 3, em Estremoz, e desembarcou em Luanda a 4 de Dezembro de 1961, ficando instalado no C. M. do Grafanil a fim de completar a sua preparação e de satisfazer condicionamentos indispensáveis.

Entre princípios de Janeiro e meados de Maio, toda a força se encontrava em Sector na região de Bessa Monteiro, escolhido para «lim-

O Ten.-Coronel Spínola fotografado *pelo lápis de um seu subordinado, numa operação no Norte de Angola*

par» uma das áreas em que o inimigo se encontrava mais agressivo e moralizado. A firmeza, o sentimento da missão a cumprir e o espírito de corpo impressos ao Batalhão pelo seu Comandante, conferiram-lhe um temperamento de tal modo ofensivo que a organização terrorista local, até então quase incólume, se viu, em prazo relativamente curto, desmoralizada e receosa, a ponto de evitar a todo o transe o contacto com os homens do «345» e só aceitando o combate quando a ele se não podiam furtar.

Realizando guerrilhas e contra-guerrilhas, transcendendo e resolvendo inevitáveis dificuldades de apoio logístico, que, àquela data, a custo podia acompanhar o seu espírito altamente dinâmico, realizando acções muitas vezes pessoalmente conduzidas pelo ten.-cor. Spínola, as tropas do «345» jamais conheceram limitações ou condicionamentos ao seu espírito ofensivo, o que lhe permitiu reduzir o adversário às suas verdadeiras proporções, convencendo-o da sua real inferioridade.

São provas destas características, entre outras, as operações «Mata Sanga» na região a Sul da estrada Bessa-Baca; «Quidilo II» na estrada Bessa Monteiro-Ambrizete e as conduzidas na confluência dos rios Sela e Lufesse, Ina, Banza-Pango, Lubamba e N'Gozela.

Uma parte destas operações realizou-se já na região de S. Salvador, onde o Batalhão permaneceu de princípios de Junho de 1962 a princípios de Maio de 63, desenvolvendo uma acção não menos brilhante e eficiente que a de Bessa Monteiro.

São no entanto de destacar as acções levadas a cabo nas regiões de Fuesse, Quindualo, Fiauquire que mereceram aos Comandos superiores justos elogios pela forma como foram conduzidas e executadas.

Cumprida com relevo a sua missão no Noroeste da Província, foi o «345» transferido para o Sul, sendo confiado ao seu Comandante a responsabilidade da respectiva zona.

Também este não foi local de repouso para os homens. Bem afeitos à dura vida da campanha, a sua actividade em nada foi reduzida.

Patrulhando incansàvelmente a sua ZA não ao acaso, mas segundo um inteligente planeamento e uma bem definida orientação, as tropas sempre aprumadas e bem instruídas, estabeleceram proveitosos contactos, tão frequentes quanto possível, com as populações locais induzindo nelas sentimentos de confiança e simpatia, ao mesmo tempo que obtinham preciosas informações.

O «345» foi pois uma Unidade de élite, constituída por soldados que conhecem as virtudes militares e à firmeza dos quais a manutenção da integridade de Angola muito fica a dever.

Dignos sucessores dos heróicos cavaleiros seus antepassados, os homens do «345» podem ter a consciência tranquila e segura de que, pelo seu valoroso esforço, prestigiaram a Arma de Cavalaria e o Exército Português.

Aos seus oficiais pode aplicar-se um pensamento do grande administrador ultramarino António Ennes:

> «... se tivessem vivido nos séculos XV ou XVI poderiam chamar-se Duarte Pacheco ou D. Duarte de Menezes sem empanar o brilho dos seus nomes...»

Na verdade, não causou surpresa o dinamismo emanado do «345» pois tinha à sua frente um militar de invulgares qualidades profissionais e morais. O ten.-cor. Spínola, antigo aluno do Colégio Militar, se não era velho já não estava na sua primeira mocidade; os seus 52 anos e a sua posição na escala punham-no ao abrigo de qualquer mobilização para o Ultramar; no entanto não deixou fugir a oportunidade única que se lhe apresentava para cumprir os anseios a que há tanto aspirava, abandonando posições cómodas e sujeitando-se às agruras do combate. Ajeitou o seu inseparável monóculo, organizou as suas tropas com a meticulosidade que lhe é habitual e seguiu. Ainda me lembro de o ouvir dias antes da partida dizer-me, com mágoa: «já vou tarde...». Infelizmente ia o mais a tempo possível e, de tal modo se portou que, em pouco tempo, o seu nome era lendário em Angola. De farda camuflada, invariàvelmente de monóculo e de luvas, um pau comprido na mão direita, a bússola na mão esquerda, quando caminhava, com admirável serenidade nos momentos de combate, a figura do ten.-cor Spínola esteve sempre à frente dos seus soldados, quer chovesse, quer fizesse sol, animando-os com a sua presença, dando-lhes fé e esperança nas horas de desespero. No seu íntimo devia pensar no juramento do grande general Pereira de Eça:

> «O meu dever é expor-me com os meus soldados e sofrer com eles todas as privações que as circunstâncias me obrigam a impor-lhes.»

Uma marcha de cerca de 375 km, durante dias e dias consecutivos, ficou célebre. Numa passagem a vau, em que a água dava pelos ombros, vários soldados se ofereceram para o transportarem às costas mas o então ten.-cor. Spínola recusou categòricamente: «Não há problemas.

Obrigado. Eu também aparecerei na outra margem». E, na verdade, passados minutos atravessava o rio caudaloso apenas apoiado a um pau.

S. Salvador fê-lo por unanimidade cidadão honorário e, meses mais tarde, em regiões do Sul, como comandante da Zona de Intervenção do Sul, deixou ali bem marcada a sua vincada personalidade tanto de militar como de homem de carácter. A população civil adjectivou-o de «militar ímpar» e um colono, antigo cabo de Cavalaria 7, onde servira em 1937, escreveu pùblicamente:

> «Meu Coronel, deixa Angola num momento em que ela tanto precisa de militares como o meu Coronel...»

Como lhe devem ter calado fundo estas palavras, que maravilhosa recompensa para mais de 2 anos de duro labor... aquela frase resumia o pensamento das gentes simples que com ele tinham lidado. E, do mais alto magistrado da Nação, ouviu estas palavras:

> «Com a tropa como a sua, Sr. Comandante, nunca pode haver derrotados».

Esta mística, este espírito de corpo foi o Coronel Spínola quem a transmitiu aos seus homens. O General Comandante da Região, num louvor dado ao Batalhão cita a «abnegação, a valentia, a extraordinária firmeza, a rara decisão, o desprezo pelo perigo, manifestados frente ao inimigo», mas mais alto e mais claro é o louvor dado ao Coronel Spínola e inserto na O. E. n.º 7/2.ª Série de 1-7-1963 que se publica noutra secção deste número da *Revista da Cavalaria* que finda com as palavras seguintes:

> «... Através de toda a sua brilhante acção o ten.-cor. Spínola revelou as nobres virtudes e qualidades que caracterizam a grandeza do dever militar, contribuindo para a honra e glória do Exército em Angola, pelo que bem merece a citação que lhe é feita para conhecimento e agradecimento da Nação.»

A medalha de valor militar de prata, com palma, passa a figurar naquele peito valente.

Ao abandonar a região fronteiriça de S. Salvador, a cargo do «345», haviam sido percorridas todas as estradas, picadas e trilhos da região, a qual ficou completamente dominada pois a rede de quartéis terroristas

Aspectos da despedida, em Luanda, do Batalhão de Cavalaria 345

em que estes se apoiavam ficou completamente desmantelada. É certo que o Batalhão deixou sob a escaldante terra africana 2 oficiais, 4 sargentos, 11 praças e 2 guias nativos e que no total houve a registar 53 feridos mas, após 17 meses de operações, ficou provado que, por mais extensas que sejam as matas e o capim por mais alto que se encontre, isso não são obstáculos para uma tropa branca aguerrida e com bom moral; também ficou provado que, seja qual for a época do ano, as nossas tropas poderão sempre penetrar no mato aproveitando as passagens gentílicas.

No campo de colaboração com o indígena há a salientar a actuação do guia e informador Álvaro Casimiro de Água Rosada o qual, como recompensa dos altos serviços prestados, recebeu o louvor seguinte:

«Louvado o guia nativo Álvaro Casimiro de Água Rosada, pela forma leal, aberta e sobremaneira eficiente, como, no desempenho das suas funções de guia, colaborou com o Comando do Batalhão de Cavalaria 345 na repressão do terrorismo na região de S. Salvador. Homem valente, óptimo atirador, inteligente, dotado de invulgar capacidade de observação, profundamente conhecedor da região e dos costumes dos nativos, a sua colaboração foi sempre verdadeiramente meritória, não só na fase preparatória das operações como na execução das mesmas e no subsequente interrogatório de prisioneiros.

Tomou parte, como guia, em todas as operações realizadas pelo Batalhão na região de S. Salvador, tendo marchado sempre no escalão de vanguarda. Esteve várias vezes debaixo de fogo e algumas empenhado em combate, tendo sempre revelado notável serenidade e abatido vários terroristas. Este exemplar servidor contribuiu com a sua acção para o bom êxito das operações realizadas pelo Batalhão na região, nomeadamente na operação «Alferes Viana» em que foi ocupada a grande «Base terrorista do Fuesse» e conquistado o «depósito terrorista do Quindualo», respectivamente em 26 e 27JUL63, e na operação «Amigos da Onça», de 8 a 25JAN63, em que foram completamente eliminados dois núcleos de terroristas.

É ainda de salientar o facto de nunca se ter deixado intimidar com as cartas que recebia com ameaças de morte por colaborar com as Forças Armadas na repressão do terrorismo local, mantendo sempre uma linha de conduta desassombrada e intransigentemente fiel à causa nacional.

O guia Água Rosada, pela sua inexcedível dedicação e lealdade a Portugal, pela sua valentia e pela forma exemplar como colaborou com

as Forças Armadas, tem jus à gratidão de todos os bons portugueses e bem merece da Pátria, que abnegadamente serve, e a que prestou serviços relevantes.»

Que lhe seja concedida, e ràpidamente, a medalha de dedicação e mérito para que está proposto, são os votos que, decerto, fazem todos os homens do «345» a quem Água Rosada tantos serviços prestou.

Depois deste ano e meio da escola de África, oficiais, sargentos e soldados estavam aptos a tudo suportar tanto mais que muitas das operações decorreram em plena época das chuvas, no interior de matas absolutamente cerradas ou em terrenos de capim de grande altura. Os homens desta unidade, ao partirem para o sul, constituíam um autêntico escol resultante de uma selecção feita pela dura vida de mato e de guerrilha constante. O 2.º comandante do grupo, o major de cavalaria Bernardo Rapozo Botelho de Sá Nogueira — medalha de serviços distintos com palma — mostrou-se um magnífico colaborador do seu comandante, nunca se poupando a perigos, havendo que salientar especialmente a sua acção nas operações realizadas entre 18 de Outubro a 1 de Novembro de 1962; o capitão de cavalaria Fernando Alberto Cardoso Pinto Xavier de Brito, Cruz de Guerra de 2.ª classe, mostra coragem excepcional e espírito de decisão nos momentos graves. Na emboscada que sofreu em 25 de Abril de 1962, onde se verificaram numerosas baixas entre mortos e feridos, e apesar de gravemente ferido, não abandonou o comando da coluna mostrando-se um verdadeiro chefe; o capitão de Cavalaria Henrique Bernardino Godinho, medalha de serviços distintos de prata com palma, foi um distinto oficial de operações, com algumas centenas de horas de voo, em missão de reconhecimento. Fora destas funções, na operação «Quidilo III», mostrou-se altamente corajoso muito tendo contribuído para o bom êxito das acções de guerra; o infatigável capitão de cavalaria Rui Mamede Monteiro Pereira, Cruz de Guerra de 3.ª classe, de vincada personalidade, demonstrou uma excepcional capacidade para o comando, sempre à frente das suas tropas e em todas as situações, sempre mostrou uma coragem e serenidade espantosas. O seu espírito combativo e ousado reflectia-se nos seus homens que cegamente o seguiam; o capitão de cavalaria João de Almeida Bruno, medalha de serviços distintos de prata com palma, dotado de altas qualidades militares contagiava os seus homens pela sua irrepreensível conduta e espírito de sacrifício e de valentia nunca hesitou em executar as mais arriscadas operações; o jovem alferes Rui Manuel

Machado da Cruz, Cruz de Guerra de 3.ª classe, que antes de entrar em combate já se mostrava um bom subalterno veio confirmar as suas magníficas qualidades, serenidade, espírito de decisão, valentia e sangue frio. Destacou-se na operação «Mata Sanga» onde foi ferido quando, à frente dos seus homens, atravessava uma zona perigosa. Da sua acção resultaram perdas para o inimigo tendo mais uma vez posto à prova as qualidades militares que possui quando da ocupação da grande base terrorista do Fuesse e na conquista do «Depósito Terrorista do Quindualo». O seu espírito decidido não o fez hesitar em lançar-se a um rio infestado de jacarés para, com o auxílio do 1.º cabo 1055/61 Carvalho Ferreira, salvar um furriel do seu pelotão que caira ao rio Lunde completamente armado e equipado e que teria tido morte certa se não fosse tão prontamente socorrido. Não pode ficar esquecida a abnegação e grande coragem que, debaixo de fogo, demonstrou o furriel de cavalaria Vicente Esteves Ribeiro Dias. Uma Cruz de Guerra de 4.ª classe compensou-o dos esforços dispendidos. Os furriéis Mandriana, Santos Domingos, Soares de Moura, David Varela e Cristóvão Cabaco foram exemplos vivos de coragem para os homens que comandavam. Excepcional foi o comportamento do 1.º cabo n.º 1135/61, João de Jesus Belchior, Cruz de Guerra de 4.ª classe, e bem marcaram a sua posição de homens valentes os 1.ºs cabos Nobre, Pedro Fernandes, Mestre da Silva, Silva Ferreira e Gaudêncio Silvestre a quem a medalha de mérito militar de 4.ª classe foi atribuída com reconhecida justiça.

Dos soldados apenas se pode dizer que não desmereceram dos chefes que tinham e que foram dignos continuadores daqueles homens que, pela espada e sacrifícios sem conto, talharam o que hoje constitui o Portugal Ultramarino, todos mostraram uma confiança sem limites nos seus chefes, dispostos a sofrerem todas as rudezas de uma guerra traiçoeira e aniquiladora e, os que por lá ficaram para sempre, souberam morrer com uma grandeza que a todos impressionou. A Cruz de Guerra de 4.ª classe glorificou os soldados Silva Neto, Cardoso Dias e Joaquim Repolho Carvide, este último morto por ferimentos recebidos em combate. A medalha de serviços distintos de cobre com palma foi justíssimo galardão para o soldado 1062/61 José Joaquim Antunes Lourenço.

Nos soldados não quero deixar de registar os nomes de António dos Cárceres Veiga, José Antunes Alves, Francisco Vespasiano Rosa, Manuel António Narciso, Garcia Alves, António Duarte Costa, Manuel dos Santos Cepo e Joaquim José Bernardo, que, para as suas terras, como recompensa da sua acção, levaram a medalha de mérito militar de 4.ª classe.

Um grupo de homens desta têmpera não é vulgar encontrar-se, é certo que neles existiam qualidades invulgares e adormecidas mas tudo foi possível pela acção do seu Comandante que, dando o exemplo, acompanhando sempre as suas tropas como um jovem alferes, pelo exemplo e pela palavra galvanizou o Batalhão, deu-lhe coesão, espírito de corpo e um amor sem limites à Arma em que serviam.

Felizes aqueles que se podem gabar de ter pertencido ao «345», que não fiquem no esquecimento estes Homens e que amanhã, no dia da festa da Cavalaria, se reconstitua o Batalhão para desfilar Avenida abaixo, clarins a tocar e bandeiras ao alto, para ser apontado como exemplo de virilidade, de coragem, de espírito cavaleiro.

Este despretencioso trabalho teve apenas como fim exaltar alguns «cavaleiros» que se distinguiram recentemente no Ultramar elevando assim a Arma onde servi, com devoção, durante os melhores anos da minha vida e, para findar, não quero deixar de citar, por actuais, as palavras com que António Ennes finda o seu conhecido relatório sobre «A Guerra de África em 1895»:

> «Se formos uma Nação toda a acreditar no futuro das nossas províncias ultramarinas e a querer realizar esse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os Pais nos Filhos. E, provàvelmente, quando essa empresa se coroar de êxito, a Nação jubilosa repetirá outra vez: ainda somos portugueses! e haverá quem declare ter sido fácil o cometimento antes proclamado irrealizável. Pois que ainda somos portugueses, aproveitemos o único recurso que ainda resta a Portugal para continuar a ser Portugal.»

Capitão Mil. VIEIRA DA ROCHA

Dragões de Angola

O Grupo de Reconhecimento de Angola, aquartelado em Silva Porto, sob o comando do Major Paulino de Magalhães Correia, logo que soaram os primeiros actos de terrorismo, destacou para Luanda o seu 1.º Esquadrão que, incansàvelmente, acorreu a todos os pontos onde a sua presença era necessária. E este Esquadrão iniciou uma série ininterrupta de acções, todas do maior valor e do maior risco.

É ainda o 1.º Esquadrão encarregado de acorrer ao Norte da Província com a missão de castigar os terroristas e salvar todo aquele que escapara à terrível chacina que ali tivera lugar.

Mais tarde os Dragões, nas acções de campanha que se seguiram, quer com os seus blindados, quer nos seus meios auto-ligeiros e velozes quer ainda a pé, em cooperação com outras unidades, souberam sempre cumprir a sua missão, levantando bem alto o nome da sua Unidade, de Angola e de Portugal.

E na sua sequência lógica esteve alerta, na Fronteira (algures) o 3.º Esquadrão, pelo espaço de 10 longos meses, e, presentemente, lá está o 2.º a dizer aos inimigos da Pátria: «Cuidado, com os descendentes de Mousinho».

Baptismo de fogo

Foi e há-de ser sempre apanágio do 1.º Esquadrão, destacado em Luanda desde a fundação, 1959, do já glorioso Grupo de Reconhecimento de Angola, *(Dragões)*, a sobriedade e anonimato, deixando aos outros, e já não tão poucos foram, a incumbência de ver, analisar e propagar o nosso lema *«os nossos feitos responderão por nós»*.

Noite de 3-4 de Fevereiro de 1961, noite fatídica para todos aqueles que como eu amam esta imensa e portentosa Angola.

Segundos após aos primeiros tiros ouvidos na solidão daquela lêda e triste madrugada, via-se o formigar, a azáfama de rostos inexpressí-

veis, de olhares incrédulos, reagindo o mais disparmente possível; uma voz, uma ordem que se sobreleva e todos tomam contacto com a realidade, que de futuro num alerta permanente, num dealbar constante pela imensidão das estradas, picadas e matas do Norte, iria fortalecer, educar e enrijecer a vontade, a coragem e o corpo desses jovens, tornando-os mais homens, mais cônscios perante a família, a Pátria e especialmente perante o juramento que solenemente haviam realizado perante a bandeira que a alguns em breve iria cobrir.

Da tensão que foram os dias e noites seguintes, todos vós o sabeis, pois, como militares ou civis também vivestes as incertezas do amanhã.

Assim o dia que todos esperavam com um misto de receio e ansiedade, chegou...! Março...!

Povoações do Norte atacadas e destruídas, chacinas horripilantes de homens, mulheres e crianças...!

Madrugada de 16 de Março, abafada e húmida...! Sob as insígnias da Porta de Armas sai o 1.º Esquadrão a caminho de uma missão ultra-rápida e secreta; rostos crispados e armas em riste, cerca de uma centena de jovens, correndo-lhes nas artérias o orgulhoso e ardente sangue de cavaleiros, que uma preparação intensa lhes tinha insuflado, confiantes mas cônscios do perigo, prosseguiam estrada fora...

A chuva pesada e impiedosa começava a fustigar os rostos e a transformar as estradas em lamaçais... «*Onzo-Nambuangongo*», baluarte e futura dita Capital do Estado livre do Congo; o objectivo da missão depara-se: salvar os sobreviventes da primeira chacina, (muitos já tinham caído), e castigar os terroristas, tudo num espaço relativamente curto, pois a cidade de Luanda, na altura, necessitava da nossa protecção constante.

Casas destruídas e queimadas, recheios espalhados pelas ruas, chacinas, árvores derrubadas nas estradas, urros ao longe, olhares e mãos sebentas de sangue; de crime, de genocídio, espreitavam a todo o instante...! Ambiente espectral e terrífico que abalaria os nervos até dos ditos sem medo, (nada de repórteres fotográficos, nada de jornalistas...), Dragões apenas, procurando com Deus formar um só corpo e uma só alma e acompanhados da fúria dos elementos que contribuíam imensamente para o ambiente tétrido e assustador que precede e acompanha os grandes momentos.

Pés enterrados na lama, viaturas patinando e rolando a custo, assim iniciou o primeiro Esquadrão, subdividido em três núcleos, a sua espinhosa missão nas regiões limítrofes do objectivo. Picadas fora, as Fazendas aparecem... Famílias de braços abertos aproximam-se de

quem, para eles, era um enviado de Deus; rostos macilentos... aterrorizados... mulheres e crianças que choram...! Uma árvore caída na estrada... de repente... (deixo à vossa imaginação o que aconteceu, pois, não existem palavras para o relatar...); milhares de terroristas armados de catanas e canhangulos, gritando, urrando e ululando, possuídos e embebidos do demónio e narcóticos, formavam um cerco, correndo a peito descoberto...! Mãos e vontades que se crispam... metralhadoras, granadas, e espingardas lançam incessantemente a sua carga mortal... Dezenas? Centenas? Impossível calcular...! caíam varados pela tenacidade e coragem indómita do pequeno núcleo que se agigantava...

Até que, um canhangulo que se aproximou oculto pelo capim altíssimo, lançou o seu infernal amontuado de ferro, apanhando em pleno peito, em pleno coração o nosso recordado e venerado Dragão 6/60, primeiro soldado morto, na primeira missão de campanha efectuada no Norte, na guerra de Angola, como mais tarde os historiadores lhe hão-de chamar. Longe de o desânimo grassar e passado o primeiro momento de choque, uma prece aflorou a todos os lábios; armas aperradas continuaram a abater mais e mais, não com ódio, porque tal nunca nos moveu, mas sim cumprindo o dever sagrado de defender os fracos, os humildes, a família e a Pátria, das hordas selvagens e carniceiras que tudo destroem. Entretanto, como li algures, parecia que nasciam da terra, apareciam mais e mais...! Feridos mais alguns Dragões, (2.º Sargento Vitorino e Alferes Gonçalves), com certa gravidade que urgia a evacuação... E foi assim que abatendo irresponsáveis, homens fanatizados por bebidas narcotizadas, autênticas feras, se reuniu de novo o Esquadrão no objectivo, com cento e cinquenta e três vidas de portugueses salvas da chacina horrível, de que familiares e vizinhos tinham já sido vítimas.

Regresso... Armas bem junto ao coração... no interior de cada um bailava a imagem do camarada tombado, dos feridos, do seu «*Baptismo de Fogo*». Olhares no vácuo, atravessam de novo as insígnias da Porta de Armas com a noção do dever cumprido e procurando, de futuro, não chorarem, mas sim serem dignos dos seus mortos.

Seguiram-se dezenas de missões, mas para quê mais palavras, (como diz o *Jornal do Exército* no seu número de Novembro de 1961, numa reportagem sobre os Dragões), se o louvor concedido ao 1.º Esquadrão por Sua Excelência o General Comandante Militar, por seu Despacho de 3 de Outubro de 1961, traduz tudo aquilo que por palavras não é possível expor com tanta clareza...!

Cópia do art.º 3.º da O. S. n.º 71, de 11 de Outubro de 1961 do C. M. A.

Louvo o 1.º Esquadrão do G. R. A. (Dragões) pela acção relevante que teve na manutenção da ordem e paz públicas desde o início dos acontecimentos que enlutaram a Província nas noites 3-4 e 10-11 de Fevereiro de 1961, quando os terroristas desencadearam as suas criminosas acções em Luanda, foi o 1.º Esquadrão do G. R. A. (Dragões) incumbido de acorrer aos locais ameaçados, missão que cumpriu com inexcedível eficiência, perseguindo de noite os criminosos e dando-lhes o merecido correctivo.

Logo após a eclosão dos acontecimentos de Março foi a Unidade encarregada da dificílima missão de castigar os terroristas na área de Nambuangongo e salvar os europeus escapados aos primeiros atentados terroristas. Com notabilíssima eficiência, inexcedível espírito de sacrifício de todo o pessoal, desde os oficiais à mais humilde praça, à custa de esforços inauditos correndo riscos pesadíssimos a Unidade actuou na região de Nambuangongo, castigando os terroristas e conseguindo salvar e evacuar 153 civis daquela região, acção meritória e digna de tanto maior realce quanto é certo que foi desempenhada em curto espaço de tempo, pois que a defesa da cidade Luanda não permitia, nessa época que o 1.º Esquadrão de G. R. A. se mantivesse afastado dessa cidade por espaço superior a dois dias e uma noite.

Pelas missões descritas, às quais se devem somar as de escolta, emboscada e rusga, interessando especialmente as regiões de U'cua, Funda, Quibaxe e, ao Sul, Quibala e Calulo, bem mereceu da Pátria o 1.º Esquadrão do G. R. A. (Dragões), pela forma altamente eficiente e esforçada até ao inconcebível como fez face às difíceis e perigosas missões de que foi incumbido, missões em que, sem uma excepção, todos os seus oficiais, sargentos e praças demonstraram coragem e tenacidade fora do comum, o que permite classificar de Unidade de «élite», aquela em que tão devotada e esforçadamente tem servido.

Despacho de 3 de Outubro de 1961.

Carlos Miguel Lopes da Silva Freire
General

Os nossos feitos responderão por nós

É o lema de uma Unidade que pelo seu comportamento em combate justificou cabalmente a posse de tão honroso designativo. O Grupo de Reconhecimento de Angola (Dragões) desde que foi chamado a tomar parte activa na campanha contra o terrorismo, soube, mercê de inexcedíveis qualidades dos seus componentes — oficiais, sargentos e praças — ser digna das brilhantíssimas tradições da Cavalaria Portuguesa.

Nas suas fileiras tomam lugar, com o orgulho próprio e bem natural de bons Portugueses, Soldados da Metrópole e do Ultramar que, logo que a sua acção se tornou necessária, souberam responder: *Presente!!!*

E neste simples pensamento tudo se engloba. A Pátria pode contar com todos nós até à última gota de sangue!

Presentes em Luanda; presentes nos traiçoeiros matos do Norte, a sua ideia foi sempre uma: «*Por um Portugal uno e indivisível*», «*Por um Exército que poderá morrer, mas jamais se renderá!*». (Do jornal *Dragões* — Órgão do G. R. A.).

(Do Jornal *Dragões*)

O "149" em Angola

Embarcou em Lisboa em 27 de Junho de 1961 chegando a Luanda no dia 7 de Julho.

Após um pequeno período de adaptação logo se lançou na árdua luta em que se veria envolvido para desempenhar com brilho as missões que lhe foram confiadas, merecendo da parte dos Comandos Superiores referências muito elogiosas.

Foi assim que, entre 14 de Julho e 1 de Outubro de 1961, o E. Cav. 149 já tinha percorrido cerca de 1000 quilómetros, desobstruído e melho rado 400 quilómetros de itinerários tornados inacessíveis pela organização da UPA e sofrido as primeiras baixas: 4 mortos (2 sargentos e 2 praças) e 40 feridos.

A sua acção continuou sempre. E sempre com valentia.

A sua actividade manteve-se intensa. Os seus Pelotões eram destacados para variadíssimas zonas podendo-se afirmar que, desde 2 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 1962, forneceu escoltas nos itinerários dos Concelhos de Nambuangongo, percorrendo cerca de 2000 quilómetros por estradas de mau piso em época de chuvas torrenciais.

As operações executam-se com grande esforço, mas sempre com ânimo destemido. Em 36 dias, 6 operações! Separadas umas das outras por intervalos relativamente curtos que não permitiam uma recuperação completa ao desgaste físico a que o obrigavam.

Nem assim o seu entusiasmo abranda.

Na área do Posto Administrativo de Mucondo realizam-se acções de vários tipos, nas quais se englobam: patrulhas apeadas e em viaturas, escoltas, emboscadas e limpezas.

A sua acção passa depois ao concelho de Quiculungo. O seu estado moral é elevado. Passa, finalmente, à área da Circunscrição Administrativa de Viana. As missões a cumprir, por se tratar duma área totalmente pacificada, foram principalmente de guarnição, de patrulha e de controle e protecção às populações.

Porque o E. Cav. 149 foi incumbido de missões as mais variadas, a sua acção desenrolou-se em diferentes sentidos, pelo que, se pode esquematizar a sua actividade operacional nas seguintes fases:

— Desobstrução dos itinerários: Ambriz — Zala — Nambuangongo — Quipedro — Dange — Pedra Verde — Balacende — F.ª Margarido — F.ª Maria Fernanda.
— Escoltas a colunas de reabastecimentos e reforço a unidades de Escalão Superior, a nível de Pelotão.
— Missões a nível de Esquadrão, quer actuando como reforço, quer actuando isoladamente.
— Missões de quadrícula em zona não pacificada.
— Missões de quadrícula em zona considerada pacificada.
— Guarnição de posições.

E como reflexo do valor dessa actividade obteve as seguintes condecorações:

a) Cruz de Guerra de 2.ª classe: uma; de 3.ª classe: duas e de 4.ª classe: quatro.
b) Prata de Serviços Distintos com palma: uma.
c) Mérito Militar de 4.ª classe: cinco.

Mas foi pesado o tributo de glória que alcançou como se pode inferir dos seguintes números: 4 mortos e 40 feridos, dos quais 6 irrecuperáveis.

Para todos, a nossa comovida continência.

A CAVALARIA NA GUINÉ

São decorridos cerca de 36 anos, sobre os meus primeiros contactos com a Arma de Cavalaria, quando, saído do Colégio Militar, assentei praça no Regimento de Cavalaria 7 e depois servi no Regimento de Lanceiros 2.

Mais tarde, como oficial de Infantaria e do C. E. M., tive oportunidade, na Metrópole em várias comissões de serviço e em Moçambique, como Chefe do Estado-Maior — onde contribuí para a valorização e prestígio do Grupo de Dragões — de conviver e apreciar as qualidades e os méritos dos «Cavaleiros». Presentemente, nas funções de Comandante Militar da Guiné, foi-me dada a honra de ter sob as minhas ordens Unidades dessa Arma.

Durante esse período mudou o meio de transporte, vindo com o motor o acréscimo de velocidade, aumentou a potência de choque e de fogo, melhorou a capacidade de manobra, mas as missões e as características da Cavalaria mantiveram-se e o seu espírito nunca se alterou.

Arma que soube sempre reunir e agregar o oficial ao sargento e ao soldado, por forma a constituir com eles uma equipa sólida e homogénea com base nas virtudes de solidariedade, camaradagem e espírito de corpo, a Cavalaria dispõe de óptimas condições para actuar no tipo de guerra que se desenvolve no nosso Ultramar.

De facto, nesta luta, exigindo o predomínio dos factores morais, importa que os chefes e os subordinados convivam mais intensamente, compartilhem das dores e das alegrias, como constituindo uma família,

um todo, e tanto mais forte quando mais difíceis forem os momentos que estiverem a ser vividos.

Guerra de movimento e de oportunidade, em que a exploração imediata de uma informação é vital para a supremacia na acção e aniquilamento do cruel e traiçoeiro inimigo, ela requere dos combatentes as qualidades que devem ser apanágio de uma boa tropa cavaleira. E assim, a par dum arreigado espírito patriótico, boa formação moral e sólida instrução militar, é condição essencial uma completa

Avanço cauteloso no mato...

adaptação ao meio sem a qual não é possível a «mobilidade» a que deveu Mousinho os seus êxitos militares e que contribuiu, quase só por si, para a epopeia de Vow Lettow.

Na Guiné, a guerra que nos é imposta tem sido dura devido a um terreno excepcionalmente difícil pela existência de inúmeros cursos de água, canais e lodos, densas matas e mangais impenetráveis, e que um clima tropical, de temperaturas escaldantes e chuvas torrenciais, extenua e depaupera.

Defronta-se um inimigo resoluto, bem armado e apetrechado, com chefes doutrinados em países da «Cortina de Ferro» desde 1960, quando a clandestinidade da subversão se ia desenvolvendo no território da Província, por forma a conseguir alcançar em 1963 a fase das acções violentas.

Neste T. O., onde o martirológico atinge a percentagem mais elevada do nosso Ultramar, as nossas tropas e com elas as da Arma de Cavalaria têm-se distinguido esforçada e valorosamente, sendo credoras do nosso respeito e admiração pelos altos serviços que têm vindo a prestar às Forças Armadas e à Nação.

A actividade das Unidades de Cavalaria na Província, durante o ano de 1963, foi muito intensa e a sua excelente actuação mereceu o maior apreço dos comandos de sector e do Comando Militar. Assim:

A Companhia de Cavalaria n.º 252, regressada à Mãe-Pátria, desenvolveu a maior energia e decisão nos reconhecimentos, emboscadas,

Aspecto de campanha da C. Cav. 252

armadilhas, etc., na região fronteiriça do sub-sector de S. Domingos, onde o seu heróico Comandante — Capitão Machado do Carmo — perdeu a vida. Seguidamente na região do Oio tomou parte em numerosas operações, isoladas ou integradas no Batalhão, cumprindo eficientemente e em que vários dos seus elementos se destacaram pela sua bravura a ponto de receberem cruzes de guerra.

O louvor, conferido pelo Comandante-Chefe à Companhia, enaltece a brilhante actuação desta Unidade, durante os 27 meses em que serviu na Guiné.

O Esquadrão de Reconhecimento teve, igualmente, uma acção de realce pela actividade permanente das suas Auto-Metralhadoras e da

sua tropa nos vários sectores da Província, em especial na região de Xime-Bambadinca, em Aldeia Formosa e de Mansabá ao extremo Leste.

Deslocando-se ràpidamente para os locais em que a sua presença se tornava necessária, para missões de reconhecimento e de apoio a outras Unidades, o Esquadrão de Reconhecimento afirmou-se como um elemento valioso entre as F. A. da Guiné.

De igual modo os Pelotões de Reconhecimento, independentes, têm actuado, em especial no sector Sul, com um desembaraço, arrojo e valentia que bem enobrecem a Arma a que pertencem.

De mais recente data na Província, o Batalhão de Cavalaria alcançou os seus primeiros e destacados louvores na difícil região do Oio, onde durante meses, num esforço constante e inaudito, com enormes dificuldades materiais e lutando contra um adversário ardiloso e refugiado em matas densíssimas, prestou relevantes serviços e se afirmou como uma Unidade de «élite».

O comportamento da Unidade de Cavalaria vinda de Cabo Verde é digno de elogios pela forma como actuou na região de Binar e serve, presentemente, no sector Sul. Finalmente, merece especial destaque a acção da Companhia chegada em fins de 1963 que, em missão de intervenção num dos Batalhões do Sector Oeste, tem desenvolvido uma actividade permanente e extenuante criando, pelas suas acções de nomadização, uma constante insegurança ao inimigo. Apesar da sua curta permanência conta já um certo número de êxitos, que lhe vaticinam um lugar proeminente entre as melhores Unidades.

Ao concluir estas linhas, pedidas pelo Director da Arma de Cavalaria, reparo na miniatura do guião do Regimento do Cais, com a inscrição do n.º 888, que se encontra na minha secretária, e ocorre-me a figura do Alferes Comandante desse Pelotão de Reconhecimento, actuando algures junto à fronteira Sul.

E vejo nesse oficial, saído há menos de 3 anos da Academia Militar, o exemplo de uma juventude valorosa, devotada ao serviço das Forças Armadas e da Pátria, símbolo duma geração que se bate com a maior firmeza, coragem e abnegação, tudo sacrificando, incluindo a própria vida, pela sobrevivência da Nação.

Cavaleiro competente, destemido e audacioso, esse subalterno bem pode personificar as tropas da nobre Arma que, na Guiné, tem sabido honrar as suas gloriosas tradições e dignificar as virtudes e qualidades do Exército de Portugal.

Brigadeiro FERNANDO LOURO DE SOUSA

No emaranhado das florestas

a Cavalaria avança

Não haja dúvidas! Os Cavaleiros nem sempre gostam de escrever. E que coisas teriam para contar... As suas acções aqui nesta terra, onde o inimigo tem vindo a impôr uma guerra traiçoeira em terreno difícil e em clima inóspito, são inúmeras e qual delas a mais brilhante. Pois bem. Não sendo a pessoa indicada para vos relatar algo do muito que os nossos camaradas de Arma por cá têm feito, vou contar-vos uma acção ocorrida com um Esquadrão que na Guiné tem contribuído para elevar bem alto o nome da Arma a que pertence.

Tendo o Esquadrão chegado a algures no Sector Leste da Guiné foi informado que elementos terroristas se haviam deslocado para determinado local onde se acoitavam numa tabanca ali existente.

Imediatamente e no sentido de explorar ràpidamente essa informação, que oferecia certo grau de confiança, foi destacado para o efeito um dos seus pelotões.

A sua missão era detectar o inimigo aprisionando-o se possível ou aniquilá-lo.

O pelotão inicia a sua missão apeando das viaturas num cruzamento da picada que conduzia ao objectivo fazendo o resto do percurso a pé a fim de obter a surpresa. As viaturas posteriormente deveriam seguir até à tabanca após cumprida a missão.

O pelotão fez o cerco à tabanca tendo logo no início visto dois terroristas fugir, um dos quais armado, que se refugiaram na mata próxima.

Completado o cerco logo se verificou que a tabanca estava deserta. Havia, no entanto, que procurar o inimigo que se refugiara na mata.

O pelotão inicia a batida e logo encontrou uma «casa de mato» que havia sido abandonada e onde se encontrou armamento moderno deixado pelo inimigo. Na expectativa dos terroristas estarem próximo fez-se um reconhecimento pelo fogo mas que nada revelou.

Em face da situação as viaturas deixadas na retaguarda vieram à frente a fim de recolherem a força que tomara parte na acção.

Regressava o pelotão ao encontro do seu Esquadrão, já depois da missão cumprida, quando uma AM (Fox) se atascou. Era necessário montar a segurança a fim de proceder aos necessários trabalhos para a libertar.

Eis que de repente, a 10 metros, surge dum abrigo o inimigo traiçoeiro que abre fogo sobre as nossas tropas.

Não pensem que eram canhangulos. Nada disso. Eram nada menos que três metralhadoras, seis pistolas metralhadoras, várias espingardas e pistolas.

O pelotão em atitude firme reagiu mas o inimigo não dava mostras de retirar. Ocorre aqui relatar algo de pitoresco durante o combate: um soldado do Baixo Alentejo em dado momento enxerga um terrorista que manejava uma das metralhadoras que não deixava de disparar. Vai daí o nosso soldado aponta, dispara e exclama: «Falhê». Novo tiro e então cheio de contentamento nos contou: Foi mesmo nos «pêtos».

Entretanto o tiroteio fez-se ouvir na zona de reunião do Esquadrão que prontamente se pôs a caminho a fim de verificar o que se passava. Não ia muito longe quando lhe surgiram no caminho dois jeeps que vinham pedir reforços.

Confirmara-se o que se suspeitava e com tais reforços o inimigo começou a abrandar a sua pressão mas mesmo assim não desistiu às primeiras como é uso dizer-se.

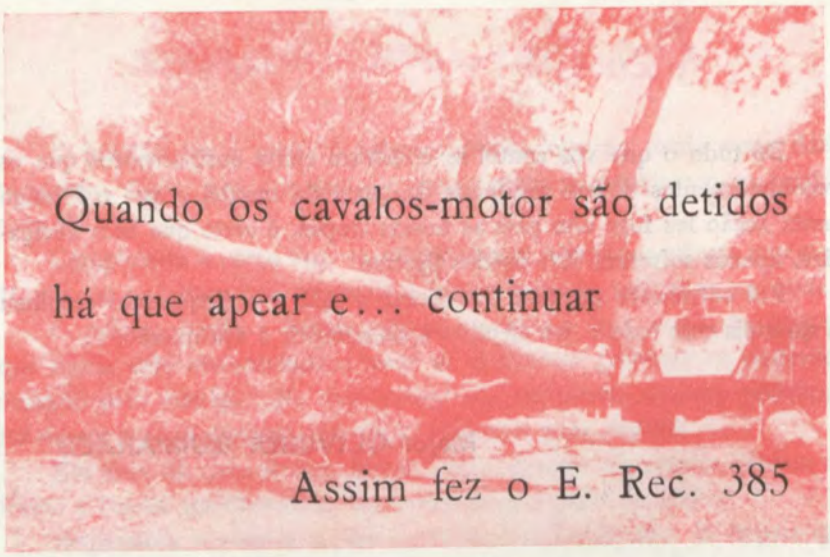
Assim o ataque inimigo começou às 17 horas, o reforço chegou às 22 e só às 24 horas o inimigo se calou.

Aguardou-se o alvorecer para efectuar a batida ao local tendo-se então verificado que o inimigo houvera abandonado uma metralhadora com cunhetes, vários cartuchos detonados bem como uma granada de mão. Pelos rastos de sangue encontrados deve o inimigo ter sofrido inúmeras baixas.

De tudo o que vos contei se colheram como ensinamentos que os reconhecimentos devem ser feitos da parte da manhã e que o inimigo nesta acção fez fogo alto pois as nossas tropas, é certo que bem abrigadas, apenas sofreram dois feridos ligeiros.

Foi entretanto possível desatascar a AM e o Esquadrão recolheu a quartéis com todo o seu efectivo após cumprir a sua missão.

Major OLIVEIRA GUIMARÃES



Quando os cavalos-motor são detidos há que apear e... continuar

Assim fez o E. Rec. 385

Quais as missões dum Pelotão de Reconhecimento na Guiné?

Diz-me a consciência e demonstrou-me a experiência que bem as poderemos desempenhar todas.

Senão vejamos:

1.º — *Apoio moral numa região que se sentia insegura. Chegámos e curámos de vez essa grave ferida. Como?*

Precisamente com o nosso «xadrez» de missões, em que «peões», «cavalos» e as «torres» foram pedras bem jogadas e sabendo-se adaptar às mais variadas situações dadas as nossas características cavalareiras.

Assim actuámos como atiradores em marchas extenuantes logo que chegámos ao mato até que os nossos cavalos-motor foram detidos por obstáculos e tivemos que apear, e entregar as montadas.

Adaptámo-nos às características dos Infantes que muito admirámos pelo seu espírito de sacrifício.

Com os nossos cavalos-motor reconhecemos toda a área do sector que nos foi confiada e se encontrava ainda desconhecida e ameaçada.

Aqui, no nosso saudoso campo de acção, em reconhecimentos caracteristicamente cavaleiros, colhemos dados preciosos para futuras acções que nos prestigiaram bastante. Metemo-nos por longínquos itinerários

e tivemos acções caracterìsticamente de sapadores, ao abrirmos caminhos, compondo pontões, concertando estradas, etc.

É certo que não somos artilheiros; porém fomo-lo na medida em que substituímos os obuses de campanha pelo nosso morteiro de grande alcance que teve os melhores sucessos.

Assim criámos uma constante insegurança nas zonas inimigas e criámos o mito de nos encontrarmos em toda a parte e até «cairmos do céu».

Mais uma vala, mais um obstáculo...

2.º — *Já ouviram falar das nossas «campanhas do arroz»?*

Foi a Cavalaria que em muitos deslocamentos trouxe para os fulas, carregamentos incontáveis do precioso cereal, sem o qual a fome tornar-se-ia um palpitante e tormentoso problema.

Ficaram-nos assim muito gratos, por este precioso auxílio, colhido em bolanhas bem distantes e em zonas inimigas.

A confiança, a simpatia, e o amor de toda a população fula foram fruto da nossa acção psicossocial.

Ouviu-se bem alto e com ardor o nome da nossa querida Arma ecoar pelos variados sertões africanos.

3.º — *Depois as missões de escolta a colunas de reabastecimentos são as mais vulgares e as que nos desagradam por nos massacrarem as nossas conhecidas características cavaleiras.*

Tiram-nos a flexibilidade, o poder de choque, a rapidez, e muitas outras pois estão em causa as viaturas escoltadas e não os «cavalos» e seus cavaleiros.

4.° — *Também as missões de socorro às tabancas atacadas e grandes distâncias é nossa missão característica e banal.*

Estas agradam-nos de verdade.

Quanto ao «poder de ronco» da cavalaria devemo-lo às autometralhadoras que tudo e todos põem em debandada.

Em coluna, numa estrada...

O «poder de choque» sempre foi uma característica primária da nossa Arma.

Com ele «ou vai ou racha»: há só um caminho a seguir: «Para a frente, à Carga!!!»

5.° — *Quanto às «emboscadas montadas» também provámos com pleno sucesso que as podemos fazer pois também caem peixes na «rede».*

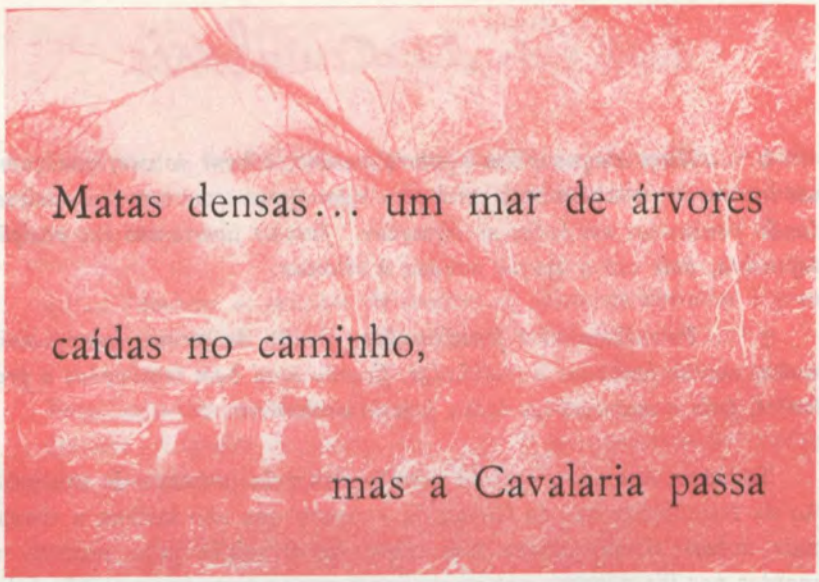
Vencemos assim os teóricos, com a prática, a astúcia e a persistência.

6.º — *Num ataque a um aquartelamento, é bom de ver, que quem nos incomoda, também será «visitado» «goss-goss» com setas cavaleiras, dando pontuadas em todas as direcções. Jamais ficaríamos em posição defensiva, pois «só o ataque conduz à vitória».*

7.º — *Patrulhamentos fraccionados, o mito de sermos intocáveis e muitas outras fantasias e realidades, ficarão aqui bem lembradas e presentes, pois a enumerá-las todas jamais acabariam.*

Todas as Armas se sentem moralizadas pela presença de um pelotão de reconhecimento de Cavalaria e espero que não tardem a chegar mais nossos «irmãozinhos» que muito contribuirão para pormos os «pontos nos iii» a quem nos quer tirar a paz, e assassinar o chão fula, que tão leal nos tem sido, através dos séculos.

Alferes CASTRO NEVES



Eis-nos algures no sul da Guiné... A manhã apresentava-se leda, suave e fria. O cacimbo da noite emprestara-lhe um aspecto metropolitano, fazendo-nos recordar com nostálgica saudade o Natal que se aproximava. Sentimos a frescura dessa neblina condensada durante a madrugada, mas à medida que o sol raiava e os quilómetros se iam avolumando, uma calidez progressiva nos invadia.

Depois de atravessarmos uma tabanca nativa surgiu-nos pela frente uma bolanha imensa com os seus arrozais, com as suas águas estagnadas e também com a sua incomparável beleza e monotonia tropical.

Para além dessa mesma bolanha, quase no horizonte, nossos olhos vislumbravam, por entre a neblina, uma vegetação rica e luxuriante.

Seguíamos em coluna, com as armas em bandoleira, cabeça levantada e olhar atento. Para além do descampado teríamos de ser cuidadosos...; era terreno suspeito onde provàvelmente se acoitavam elementos terroristas. Aproximámo-nos do términus da bolanha e à medida que o fazíamos os nossos passos eram cada vez mais firmes e cautelosos. O inimigo, invisível e traiçoeiro, usufruia da vantagem de ver sem ser visto, mercê da densidade da vegetação onde poderia estar emboscado. Repentinamente vários tiros ecoaram no espaço e as balas sibilaram por cima das nossas cabeças. O inimigo havia-se revelado e tínhamos que o neutralizar.

Localizada a sua posição e após uma rápida concentração de tiros de morteiro lançámo-nos ao ataque. O fogo inimigo continuava a fazer-se ouvir, mas os nossos soldados indiferentes ao tiroteio, progridem através da bolanha aproveitando os comoros dos arrozais para o mais ràpidamente possível cair sobre os bandoleiros refugiados na mata. Seguíamos agora em terreno coberto de capim e árvores, desconhecendo onde se teria escondido tão cobarde inimigo. Os nossos sol-

Todos os obstáculos são vencidos...

dados caminhavam atentos, de cabeça levantada com as suas armas prontas a ripostar contra qualquer investida inopinada.

Quando menos se esperava vários tiros soaram... Instintivamente os homens da frente dispararam. Alguns terroristas haviam sido vistos a menos de meia centena de metros e o capim impossibilitava-nos agora de saber se haviam tombado, fugido ou emboscado numa posição mais recuada. Fizemos mais alguns tiros que não obtiveram resposta e avançámos. No chão, junto à berma de um tortuoso carreiro, jazia inerte um terrorista armado... Os restantes, esses haviam debandado.

A nossa missão estava no começo, era muito mais longa... Por entre a pujança do capim e o matizado do arvoredo prosseguimos nossa caminhada. O sol havia já ultrapassado o Zenite e muitos quilómetros

tínhamos ainda que percorrer. Fome e sede faziam-se já sentir, mas pouco tempo tivemos para saborear as nossas rações de combate e beber alguns goles de água. A missão de que estávamos incumbidos ultrapassava tudo isso, a fome, a sede, o cansaço e toda a espécie de contrariedades. Prosseguimos de novo...

... O sol punha-se no Ocaso quando depois de penosa e longa caminhada alcançámos o primeiro objectivo, de onde o inimigo havia retirado perante a nossa aproximação. Aí teríamos de pernoitar para no dia seguinte prosseguirmos na nossa jornada conforme fora estabelecido. A escuridão das trevas foi-nos envolvendo. Tomadas todas as medidas de segurança, enquanto uns vigiavam os outros procuravam refazer-se dum dia repleto de fadigas e surpresas.

Mal havia rompido a manhã já nós caminhávamos em terreno desprovido de árvores e de capim relativamente baixo. À nossa esquerda num pequeno matagal onde abundavam tufos com enormes palmeiras, haviam sido localizados alguns elementos terroristas. Repentinamente, e quando já estávamos muito próximos, um..., dois..., vários tiros soaram. Havíamos sido emboscados e encontrávamo-nos numa posição difícil, sem uma árvore, sem um montão de terra que nos permitisse um abrigo satisfatório. Aguentámos com firmeza esse primeiro choque, se bem que as balas batessem perigosamente perto de nós atirando terra pelos ares. Uma pequena fracção contornou em seguida os diversos tufos deixando ao inimigo uma saída vigiada. Íamos bater o terreno... Uma cabeça negra se ergueu e um tiro certeiro a fez desaparecer... Continuámos avançando e no final alguns cadáveres jaziam na verdura do capim.

Esperáva-nos agora uma pequena localidade cujos nativos haviam sido atemorizados pela onda de terrorismo e que se encontrava abandonada.

O sol estava a pino... Viam-se rostos tisnados, o cansaço era enorme, a sede também e a fome, essa já a havíamos esquecido. Progredíamos agora por um estreito caminho ladeado de árvores gigantescas e capim altíssimo. Um leve rumor foi sentido no capim e um soldado disparou para o local suspeito. O inimigo, descoberto, fez fogo sobre nós das duas áleas do caminho. Aproveitámos o abrigo de algumas árvores e morros de baga-baga e as nossas armas vomitaram fogo. O inimigo pouco lutou; a sua peculiar cobardia impede-o de se empenhar.

Continuámos a nossa marcha... mais fome, mais sede, mais cansaço e mais vontade de cumprir. Trezentos... duzentos... cem metros

e eis-nos na povoação, um dos últimos objectivos. Aí nos reabastecemos da água tão desejada e descansámos um pouco. Após este pequeno alto, pusemo-nos de novo a caminho; faltava ainda atravessar uma enorme bolanha e só então a nossa missão terminaria.

Não tenho palavras que descrevam devidamente esta última etapa. Direi apenas que pó e suor alagavam nossos corpos exautos... E neste estado físico com a água torneando-nos a cintura, por mais de duas horas arrastámos nossos passos pelo lamaçal pútrido, infecto e viscoso daquela imensa bolanha. Os ténues reflexos do astro rei já mal se divisavam no Poente quando atingimos o objectivo final. A nossa missão havia sido integralmente cumprida.

Um Sargento de Cavalaria

Doutrina

e

Cultura

Militares

Preparação moral para a guerra

Tema tão conhecido, tema tão debatido que se receia falar nele.

Mas o certo é que o conhecimento e o debate, estão, quase sempre, situados no campo da teoria. Raramente atingem eficiência prática, real, convincente.

Por todos é reconhecido que no século das máquinas e das técnicas quase só conta o valor material das coisas, esquecendo-se, ou desprezando-se, o fundamental da vida, o espírito.

Assim, na vida e na guerra — expressão violenta da vida — cuida-se mais e melhor da instrução e da formação do técnico, do agente de ciência, do «robot» humano (expressão paradoxal mas verdadeira imagem do homem moderno) do que da formação do ser humano, sobretudo dos seus deveres morais, especialmente das suas responsabilidades espirituais.

Procura-se desenvolver uma esplêndida «cabeça» cheia de noções complexas, de esquemas extremamente compactos e concisos, de formulário para todo o problema, de leis e de regras que abarcam todos os elementos e suas relações, mas esquece-se que o homem é sobretudo espírito, alma que é, afinal, o fundamento da natureza e da acção do homem, motor e essência da cinética humana, intensidade e direcção da força distintiva da humana condição.

Sem alma, lá diz a sabedoria do povo, um homem é um «desalmado» ou um «desanimado», e pode dizer-se também que uma função ou uma tarefa está desanimada quando o homem não lhe põe a sua alma ao fazê-la.

Nota do Autor — No final deste trabalho apresentamos alguns conceitos, noções-sínteses a utilizar como «temas» repetidos pelo som, pela imagem em todos os momentos de trabalho, de distracção ou de lazer.

Nota da Redacção — Artigo escrito em Janeiro de 1963.

*

Bem sabemos que na educação, considerando-a informação da mente (instrução) e formação do espírito, há que dosear valores e tarefas.

Ainda há bem poucos anos me lembra bem de ter lido um discurso em que um catedrático de Universidade, professor da mais alta estirpe intelectual e moral, afirmava que as Escolas Superiores esqueceram o papel fundamental de facultarem, de um modo incisivo, a estrutura moral e espiritual indispensável aos seus pupilos, preocupando-se quase apenas em «fabricar» bons técnicos.

E, se assim é, se na fábrica dos indivíduos mais dotados não se cuida desse labor fundamental que é a construção do homem inteiro, com mente e espírito baseado e atento, o que acontecerá nas escolas médias e elementares, nas instituições e nas associações, nas agremiações e nas famílias?

O que será? O que todos nós sabemos. Entes almejando o que a matéria dá, prazer limitado, conquista passageira, objectivo não atingido porque nem ao menos pôde ser defendido, missão não cumprida porque não completamente enunciada, frustação no esforço e no sacrifício por que o caminho está desviado desde o início.

Tudo isto vem a propósito para se afirmar que é difícil às Forças Armadas formar o soldado quando o mancebo que é incorporado nas suas fileiras não é já um cidadão, não amadurecido é certo mas já esclarecido das suas obrigações humanas e sociais, verdadeiro colaborador na mantença e na defesa da sua Nação.

Poder-se-á assim dizer que o primeiro passo da formação moral dos elementos das forças militares, abreviadamente poderemos dizer da formação moral das forças militares, realiza-se na sua educação antes de entrar na vida militar.

A nós, Forças Armadas, cabe-nos completar e desenvolver a formação moral, iniciar e divulgar os princípios e as artes militares de modo a transformar o «cidadão» num «soldado».

E se estamos em guerra, como presente e realmente estamos, temos de desenvolver no soldado as qualidades guerreiras e assim obter um verdadeiro «combatente».

Isto não significa que a estrutura dos elementos das Forças Armadas em tempo de paz, não exija a existência das características do combatente, mas também é óbvio afirmar que o soldado formado no tempo normal não carece de preparação tão objectiva e imediata, no

corpo e no espírito, como o militar formado em tempo de guerra. É apenas por força de este reforço de acção, exigido pela circunstância-guerra, que eu distingo a formação elementar do «soldado» do tempo de paz (instrução militar geral, genérica nas bases e nas técnicas) da formação «reforçada» do combatente de tempo de guerra (instrução militar aplicada essencialmente ao combate no campo de batalha, que não é o mesmo que a instrução exigida por um campo de exercícios ou de manobras).

Digamos, para precisar melhor o que atrás foi exposto, «combatente» é um soldado a quem foi criado um especial estado de espírito pela instrução e formação adequadas e pelo ambiente de crise motivada pela guerra.

E sendo uma guerra subversiva aquela que nos envolve, temos de criar e dotar o nosso combatente com uma mentalidade de «contra-guerrilheiro», com o conhecimento das técnicas específicas que a guerrilha e contra-guerrilha exigem.

*

Temos assim uma verdadeira progressão na ordem dos valores morais para a criação do militar que a Nação precisa nesta emergência, para a defesa do seu Direito e da sua Justiça:

Cidadão
Soldado
Combatente
Contra-guerrilheiro

O Cidadão

Cabe às Escolas e às Famílias, sobretudo — órgãos da formação — e à Imprensa, Cinema, Teatro, Rádio, Televisão — órgãos de informação e de difusão, criar o Cidadão.

A nós, Forças Armadas, repetimos, apenas nos cabe completar, desenvolver e aplicar a formação moral e cívica do cidadão criado pelas entidades civis, e orientar essas qualidades já obtidas no sentido da formação militar.

Como por todos é sabido (anda escrito nos documentos oficiais, dito pela boca dos nomes mais representativos, comentado por quem cons-

trutivamente cuida e sofre com as nossas limitações), o português tem uma consciência de cidadania bastante incompleta.

Cabe a nós, Forças Armadas, a tarefa difícil, porque é simultânea quando devia ser sucessiva, de formar o cidadão e o soldado conjuntamente, pois não pode haver um soldado consciente onde não há uma consciência de verdadeira cidadania.

O Soldado

O soldado é um cidadão em armas para a defesa da Pátria.

Se é cidadão, é já um soldado em potência. Há que lhe ensinar então a arte militar, aplicadas ao corpo, à mente e ao espírito para bem utilizar as armas que possui para a efectiva defesa da Pátria.

E porque é cidadão e soldado, tem espírito, e porque tem armas, tem poder material para que a defesa da Pátria seja uma acção forte e fortemente executada, como é mister.

O Combatente

O combatente é um soldado apto a entrar, imediatamente, em combate.

Corpo e espírito sofreram todos os tratos para que o combate não seja um choque brutal, demolidor, arrasante, que crie logo no primeiro contacto um alarme, uma dúvida, um abatimento que ponha o soldado diminuído.

O primeiro combate será sempre, sem dúvida, um terrível embate, mas, o soldado preparado, trabalhado, endurecido, esclarecido, enfrentará com surpresa e com constrangimento — o matar e ver matar é um choque tremendo — mas ràpidamente dominará as suas primeiras reacções para se adaptar à dureza, à crueldade, à violência brutais da batalha, brutais mas sem alternativa de poderem ser evitadas ou diminuídas.

O Contra-guerrilheiro

«Conhece-te a ti mesmo e ao teu inimigo e estarás em condições de combater num campo de batalha sem sofreres derrota», diz uma máxima chinesa.

No nosso caso tem inteiro cabimento o velho aforismo da milenária China.

O contra-guerrilheiro só será verdadeiramente eficiente, quando conhecer o espírito e a técnica dos guerrilheiros.

Ser contra-guerrilheiro é ser também guerrilheiro, embora procurando um outro objectivo. Enquanto o contra-guerrilheiro não quiser ou não souber apreender o espírito do guerrilheiro, não poderá passar a deter nas suas mãos a iniciativa das operações. Jean Latérguy, o destacado jornalista e escritor francês de *Os Pretorianos, Os Centuriões* e *Os Mercenários,* pôs na boca dos seus protagonistas, oficiais com a dolorosa experiência da Indochina e da Argélia, as duras verdades que há que lembrar a quem for para o terreno onde se travam guerras de guerrilhas.

«É necessário que os combatentes se transformem, de caça, em caçadores».

«Fazemos a guerra deles, não há, infelizmente, duas maneiras de a fazer».

*

A traços largos, ao correr da pena, indicaram-se os aspectos principais dum tema, dum problema que urge enfrentar completamente por todos, aqueles que já conhecem, na prática, o valor desta preparação e que podem transmitir aos outros a sua experiência, os que se estão preparando para seguir para o campo de combate e até os que ficam, para que colaborem na criação do ambiente próprio acompanhando, sentindo e sofrendo a crise que nos envolve, nos martiriza e nos prejudica.

*

A guerra feita a uma Nação ou a uma parte dela, caso de Angola, afecta a qualquer cidadão e afecta tanto mais quando mais tarde cada qual se aperceber da sua gravidade.

Isto que é uma realidade, uma dura realidade, nem sempre entendida (apetecia-me dizer tão pouco entendida), deve orientar os Chefes para que deitem o fermento da informação na massa já batida, que o mesmo é dizer, na massa já formada para que ela aumente em volume e em valor.

*

Já lá vai o tempo em que o soldado era uma bela máquina de matar arrastada mais pelo prestígio dos Chefes — valor anímico —, pela cobiça das pilhagens e pelo soldo de mercenário — valores materiais —,

do que pelo dever de defender a sua Pátria, o Direito, a Razão e a Justiça da sua causa.

Hoje fanatizadas as massas (e as massas são somatórios de indivíduos, são conjuntos de homens a colocar em uníssono espiritual) pelo conhecimento duma razão, superior aparentemente superior que assiste à sua guerra, à justiça apregoada da sua causa, aos resultados edénicos, materiais e espirituais, dos seus combates, não se pode ter a veleidade de as enfrentar e derrotar sem uma contra medida suficientemente potente, sem um contra veneno fortemente antídoto que a todos cuide e convença.

Como? Colocando cada militar, seja qual for o seu conhecimento do mundo e dos homens, na presença das verdadeiras razões e dos objectivos visados pelos fautores dos conflitos em que o mundo tem estado envolvido.

Colocando cada militar, seja qual for a sua cultura, perante a posição do Português na actual conjuntura, fiel à sua História e às suas Tradições, à sua Lei e à sua Grei, definindo-lhe directrizes e tarefas, precavendo-o contra desvios e traições provocadas, quantas vezes inconscientemente, por incídias e armadilhas que a sua boa fé e ingenuidade não reconheceram a tempo.

Colocando cada militar, seja qual for o grau da sua hierarquia, perante as tradições das Forças Armadas — Escudo e esteio da Nação sobretudo nos transes da História —, perante as tradições da sua Arma, da sua unidade — base, da região onde nasceram os seus homens (a Beira, os Trás-os-Montes, o Alentejo, etc., cada região tem também as suas tradições castrenses).

Colocando cada militar, seja qual for a sua situação, conhecedor das técnicas modernas dos modernos campos onde a batalha se trava, que exigem um homem mais dotado física, moral, mental e espiritualmente.

*

Para se obterem os resultados que atrás enunciei, julgo que será necessário criar, desenvolver ou aperfeiçoar:

Espírito Ocidental — Cristão, num comentário breve e sucinto mas claro à situação Internacional. Definindo as nossas obrigações para com o passado, para com o presente e para com o futuro.

Espírito Nacional numa apreciação à situação criada no Ultramar Português, especialmente em Angola, tendo-a como o desafio pessoal,

individual e também colectivo feito a cada um de nós e à Nação, à nossa capacidade de possuirmos ou não o nosso Ultramar, que o mesmo é dizer à capacidade de o gerirmos e o valorizarmos com a amplidão e prontidão que os tempos exigem.

Ou somos bons Portugueses, descendentes dos fazedores de Impérios, homens com visão e com valor, braço dado ao trabalho, mente dada ao esforço, espírito dado às tarefas do Bem, ou teremos de abdicar nesta luta cruente pela preservação do nosso lugar no conjunto das Nações.

Hoje não se vive porque ainda não se morreu, há que renascer cada dia com vigor redobrado ou então, a exigência dos tempos faz-nos passar à situação de desaparecidos.

Esta será então a base geral, do indivíduo-pensante, sabedor do andar dos tempos, do cidadão sabedor não só dos valores e dos direitos da sua terra e da sua gente mas também dos deveres que o inexorável voltar das páginas das Histórias exigem aos homens atentos e diligentes.

Vem agora a preparação especìficamente militar com a formação e a informação de:

Espírito Militar — Espírito de Arma — Espírito de Corpo — Espírito de Combatente — Espírito de Contra-Guerrilheiro, cada um deles com o seu conjunto de noções, de princípios e de regras, de processos e de meios a usar para provocar, criar e desenvolver cada um destes valores.

Assim, no *Espírito Militar* é preciso criar em cada soldado a noção convincente, individualmente, pessoalmente convincente, que é uma honra e uma graça ser-se um homem válido em que os outros depositam confiança e a quem prestam homenagem para e pela defesa das pessoas e das instituições, das vidas e dos bens, da ordem e do valor das nossas coisas, da Razão e da Justiça que nos assiste.

Ele soldado, ele só, pequeno, pobre na estatura e na cultura, é um elemento indispensável na defesa da Pátria pois sem ele a muralha para antepor ao invasor ficará mais pequena e mais fraca.

Ele soldado, ele só, representa o que a Nação possui de melhor para a sua afirmação no mundo, afirmação pelo esforço, pelo trabalho, pelo sacrifício da vida se necessário for, para que a Pátria continui a ser o que tem sido sempre.

Ele soldado, ele só, é também um pouco de Portugal, pequeno na dimensão física como ele Portugal, mas enorme na missão que Deus

nos confiou e nunca negámos e em que ele soldado, compartilha e anima com todo o seu ser e em cada momento que vive.

Ele soldado, ele só, também é criador de História, talvez da História que não se lê mas que se conhece, pois bem é sabido que só existem heróis iluminados quando outros, obscuros, trabalharam e sofreram para que os feitos dos primeiros subissem às culminâncias onde brilha o Sol das Batalhas.

Ele soldado, cada um deles, é necessário que se saiba e que se entenda, é um elemento forte das Forças Armadas, é um pedaço vivo da Nação, e que Forças Armadas e Nação não podem existir e subsistir se cada cidadão não se orgulha de tentar ser um soldado se cada soldado não procurar ser, verdadeiramente, «um soldado».

E para isso as virtudes nacionais e militares ilustradas por feitos históricos dos grandes homens e nas grandes batalhas, farão com que cada um se identifique com os valores passados que nos mostram a responsabilidade de ser Português.

Havendo Portugueses, não tendo terminado Portugal, nós hoje, todos nós também podemos escrever História, porque os homens de ontem, aqueles que forjaram a História de que nos orgulhamos, aqueles no seu corpo e no seu espírito não eram diferentes, tinham um só corpo e uma só alma, embora mais caldeados por trabalhos e sacrifícios, e se foram valentes até à morte, também sentiram o temor da vil carcassa. E sabendo todos nós que História se escreve com suor do rosto e com o sangue das veias e tendo nós suor a dar e sangue para poder verter só resta a decisão de os empregar para que a História continui.

Espírito de Arma, velho e debatido tema de todas as Forças Armadas em todos os Exércitos do Mundo.

Força anímica de extraordinário valor, quando bem orientada. Força derrubante de boa harmonia interarmas quando mal aplicadas.

Força Espiritual que temos de ter presente para preservar valores e tradições que se identificam com o valoroso historial militar, deve ser como que orgulho de família que não se arroga aos quatro ventos mas que se desenvolve e acarinha no seio dos familiares, estruturando-os com virtudes, edificando-os com exemplos que a todos colhe, valorizando-os e incentivando-os para altas tarefas e difíceis missões.

A Cavalaria das sortidas da Fundação; os ventres felpudos da Batalha do Salado; os Pés em Terra de Aljubarrota; os mestres de Fortificação que espalharam pelo Mundo Fortes e Fortins, Castelos e Muralhas que ainda hoje o são em locais que a todos espanta; os

Mestres de fundição que eram disputados em todo o Oriente para o fabrico da Artilharia que defendeu a Ordem da Pirataria naquelas efervescentes paragens; o Estado-Maior do Infante que concebeu e planeou as operações das Descobertas; os Mareantes para quem brumas, negrumes e lendas de terror eram apenas histórias para espantar meninos e que deram novos mundos ao mundo; a Infantaria e a Artilharia dos quadrados febris de África; os Cavaleiros que desbarataram gentio quando a cobiça do mundo, como agora, ambicionava o Império que os Portugueses criaram, são alguns exemplos que nos devem encher de orgulho íntimo mas não que se não apregoa no violento da vaidade humana, guarda-se no escaninho da alma, como relíquia antiga da família que lembra e resume as melhores virtudes dos entes passados.

*

Cada unidade constituída deve ser um corpo individualizado. O Comando define-lhe e vivifica-lhe o espírito, os Quadros dão-lhe a estrutura fundamental, as Tropas enche-lhes os vazios, ligando peças, articulando charneiras, potencializando elementos. O Espírito de Corpo é pois um valor a contar para a valorização do conjunto que sendo sempre grupo, termina por ser uma família que liga homens, prende almas pela vida inteira.

*

Ao homem que vai entrar no combate não lhe serve apenas a consciência de cidadão e a formação de soldado. É necessário criar-lhe um estado de espírito especial que lhe garanta a devida eficiência e a completa integração na difícil circunstância do campo de batalha onde se decidem não só vidas humanas e a honra dos homens — e já era tanto — mas também a vida e a honra da Nação.

Desenquistar o que de mais nobre e mais sublime existe no fundo da alma humana, trazê-lo à superfície e fazê-la aplicar à circunstância-guerra, eis uma das tarefas mais importantes nesta crise de guerra tendo em vista criar Espírito Combatente.

Nietzche dizia a propósito: «Deixa viver o herói que está dentro da tua alma».

*

Mas quando o combate não é o clássico, onde as forças que se medem frente a frente, não utilizam os meios de que dispõem segundo

um código de Honra e as Leis da Guerra que as nações civilizadas sempre respeitaram, há que criar nos combatentes uma disposição de espírito diferente.

Ensinar-lhe que vão enfrentar o embuste, a traição, a crueldade, a brutalidade, a fuga. Atingidos sem saber como nem donde, não podendo a maior parte das vezes, reagir, por não haver onde nem a quem, há que explicar e fazer entender o que é guerrilha e o guerrilheiro, o que pretende e como trabalha. E depois ensinar a contra-medida, a acção decisiva, vária e variável, diferente cada dia em cada local, apenas com uma constante: ou há acção ou nem podemos ter reacção. Em linguagem de contrastes dizer «a melhor reacção é tomar a acção».

Espírito Guerrilheiro, poderemos chamar disposição de espírito a obter pelo esclarecimento e pelo entreinamento aturado e incisivo, duro e exigente.

*

Processos há aos milhares para aplicar este esboço de programa, mas há uns meios que são fundamentais usar nesta verdadeira Acção Psicológica.

A sistemática difusão de noções-sínteses que sejam lidas, vistas e ouvidas por todos em todos os dias, a fim de alertar e avivar o espírito para uma realidade fundamental que é o nosso estado de guerra no Norte de Angola, para as ameaças que pesam sobre o Ultramar Português para o qual todo o militar tem de estar preparado a enfrentar, é processo que julgamos oportuno utilizar, dado o resultado certo que se obtém.

*

Breves e incompletas estas palavras apenas resumem o que mais me tem impressionado em tudo quanto tenho lido, tenho ouvido de aqueles que pisaram os terrenos onde se travam os escaldantes combates desta guerra e — porque não? — uma pequena experiência havida com os homens que comandei e procurei «pôr em fase» com a responsabilidade de ser Português e ser Militar numa aguda crise nacional.

Só poderão ter um mérito, suscitar de outros mais esclarecidos e mais dotados, correcções e ampliações aos simples conceitos, regras elementares, comentários ligeiros a uma preparação que sendo fundamental deve ter firmeza, a força de suporte e a larga base de um alicerce a partir do qual se possa construir um belo edifício firme e seguro.

Podemos terminar invocando a sabedoria do grande filósofo francês Gustave le Bon:

«As guerras utilizam armas materiais, mas os verdadeiros motores são as forças psicológicas. Cada canhão, cada baioneta, está envolvido duma atmosfera de forças invisíveis, dirigindo os sentimentos e as acções dos combatentes».

Conceitos — Máximas — Regras

1) **Para o meio Militar**

Na guerra, a arma faz parte do homem.

As balas são a base da luta.
Sem elas tudo o resto é inútil.
Não deves desperdiçar uma só que seja, porque um dia a que não desperdiçaste salvar-te-á a vida ou a dos outros e permitir-te-á cumprir a tua missão.

Nesta campanha, elemento que perca a ligação, é elemento perdido.

Silêncio e imobilidade, duas armas do guerrilheiro.

Um código de sinais convencionais bem conhecido é um dos melhores meios para conseguir uma força ligada, activa, flexível, oportuna.

Transforma a noite em tua aliada. Não lhe permitas que o seja do teu inimigo.

Afeiçoa-te à noite, vive e trabalha com ela, acompanha-a. O mesmo é dizer que terás de marchar, de montar emboscadas, armadilhas, cercos, batidas, rusgas, buscas, combates, acampamentos a coberto da escuridão.

Os explosivos tanto podem ser amigos como inimigos. Raramente são neutros.
O necessário é conhecê-los e tratá-los com cuidados, com consideração.

A surpresa não é sòmente uma questão de Segredo mas também de Rapidez.

O Segredo e a Rapidez podem ser, por vezes, incompatíveis. Cabe ao Comando decidir.

O guerrilheiro mata seleccionando.

O Guerrilheiro não tem por objectivo o Terreno. Raras vezes o disputa. O que conta para ele é a destruição do adversário, sobretudo dos seus quadros, e a recolha do seu armamento.

No combate normal, a Surpresa é um factor importante de sucesso. Na contra-guerrilha é pràticamente o único factor.

A tropa e os quadros devem possuir uma mentalidade de caçador, de caçador furtivo.

É preferível matar dois ou três guerrilheiros, do que fazer fugir um bando.

Enganar os observadores guerrilheiros e os seus informadores é uma exigência do segredo das operações a cumprir por todos os combatentes.

Uma emboscada bem sucedida é, para os guerrilheiros, ocasião de conquistar prestígio e animar os partidários pela campanha de descrédito que eles nunca desprezarão.

Ligação representa não só possibilidade de combater, mas também de sobreviver.

Instrução constante, completa, minuciosa, dura e séria.
Meios para o combate, Razões da Vitória.

Nas Forças Armadas as distinções de Armas e Corpos são virtudes e valores de Família que se vivem mas não se apregoam.

2) **Para o meio Militar e Civil**

Entrar numa guerra sem fé na Vitória, é preparar a Vitória do inimigo.

Um soldado é um Homem, com armas, para a Defesa da Pátria.
Ser Homem, é ser Forte.
Ter Armas, é ter Força.
Defender a Pátria, é forçar o Inimigo à Derrota.

Ser Soldado é ir para a guerra, é honra que só tem os homens válidos que são capazes de enfrentar o Inimigo e a morte.

Soldado, é o título mais viril e mais nobre, que a um homem válido pode ser dado, quando a Pátria está ameaçada.

Estamos em guerra, é uma realidade. Na guerra vence-se ou se é vencido, é uma verdade.
Temos de vencer esta guerra é uma necessidade. Necessidade histórica.

Os Portugueses nunca desejaram a guerra. Mas quando ela os envolve, enfrentam-na com coragem e com fé na vitória.
Não fora isso e os Portugueses existiriam hoje apenas, na História.

Os Portugueses do passado, na Guerra como na Paz, foram Grandes como os Maiores do mundo.
É preciso que os Portugueses do Futuro digam o mesmo de nós, Portugueses do Presente.
Ontem e hoje os Portugueses são os mesmos, a mesma carne e o mesmo espírito, as mesmas fraquezas e as mesmas grandezas.

As tradições Gloriosas da nossa História, foram forjadas por homens como tu.

A História escreve-se com suor e o sangue das vidas.
Tu também tens suor a dar, sangue para verter, se necessário for, para que a nossa História não termine.

Em tempo de guerra, não há militares profissionais e milícias.
Há combatentes, só combatentes.

Na guerra, todos somos combatentes.
Ou tomamos todos parte no combate, na frente ou na retaguarda, ou desistimos de obter a Vitória.

Deus, Pátria, Família, não é uma frase, para os Portugueses. É uma directriz para a sua vida.

Os Portugueses foram sempre poucos em número, nunca foram ricos em bens. Mas fizeram sempre muito a muitos, nunca regatearam ajuda a ninguém.

Portugal foi sempre maior, quando os outros o quiseram fazer mais pequeno.

Na guerra, como na doença ou na dificuldade, é que se medem os homens.
Serenos ou confusos, firmes ou vacilantes, decididos ou desanimados, homens ou farrapos.

A juventude é a seiva da Nação.
Impetuosa e nobre, generosa e vibrante ela transforma sempre os transes da Pátria em razão dos seus combates.

A Nação que conhece e utiliza a sua Juventude, é sempre uma Nação jovem.

Um povo sem Juventude interessada e actuante, é um Povo sem Futuro. Mas Futuro quer dizer também valores do Passado, trabalhados com técnicas do Presente, para obter obra no Futuro.

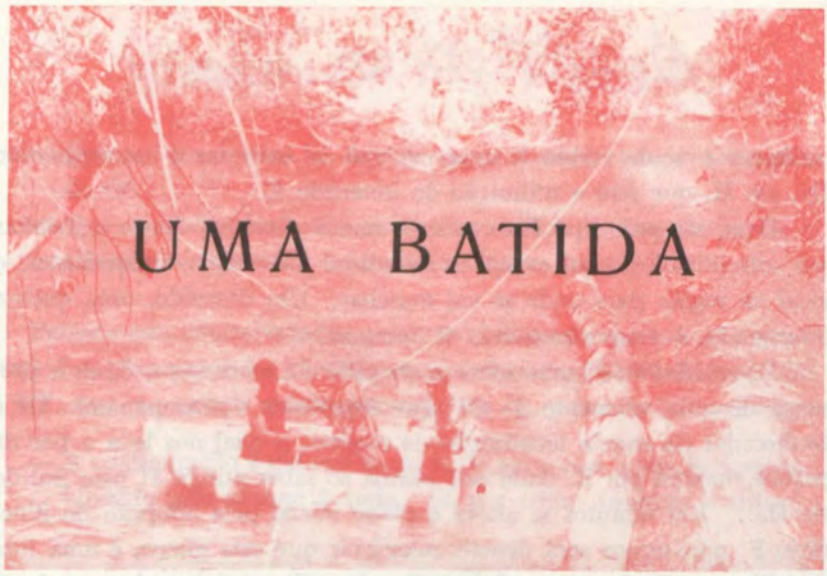
A Juventude é o complemento que a velhice carece para que seja construído hoje, o que servirá amanhã.

Esta é uma Guerra Revolucionária.
Sejamos Revolucionários também.
Revolucionários nos Processos, mas Clássicos nos Princípios.

Cada Português deve tomar, esta crise que atravessamos, como que um desafio pessoal à capacidade de possuirmos o nosso Ultramar, que o mesmo é de o gerirmos e o valorizarmos.

Angola é nossa não é só um grito, embora um grito de alma.
É também uma realidade amalgamada no labor e no sacrifício do Passado, do Presente e também o será do Futuro.

Ten.-Cor. MIRANDA DIAS



UMA BATIDA

Breve apontamento e bastantes ensinamentos

«... o CV localizou acampamento inimigo Norte rio D... imediações confluência com L... (... 0730-... 15) prepare batida aquela região executar imediatamente...»

Ainda nesse dia dois grupos de combate são postos em movimento, já que a rapidez é sempre factor a considerar. Sem ela dificilmente existirá segredo e a consequente surpresa. Quanto menos preparativos se fizerem, melhor. Razão que obriga a procurar manter a Unidade permanentemente estruturada e organizada de molde a conseguir articular dois ou três grupos de combate, num curto espaço de tempo, prontos e autónomos para toda e qualquer operação.

Recebida a mensagem por volta das 12 horas, é expedido um rádio pedindo a comparência de guia conhecedor do local exacto onde a operação irá desenvolver-se, pois será fora da ZA desta Companhia de Cavalaria, e é ordenado que os grupos de combate A e B se aprontem para sair «desde já».

Posta a máquina a andar, o Comandante da Companhia reune-se com o alferes C, que comandará o grupo B e, na carta, planeiam a

melhor forma de acesso à zona em que se encontra o acampamento IN, em H, que será a utilização do itinerário E.

Deve ser preocupação constante nunca dizer ou deixar adivinhar aos subordinados, com excepção do oficial ou oficiais comandantes, o local ou região para onde se vai marchar. Um descuido, uma quebra do segredo, é sempre possível. É humano.

Decorridas três horas sobre a chegada da mensagem, dá-se a presença do guia, elemento do CV que descobrira o acampamento IN e conhecedor da exacta localização do mesmo, o qual nos leva a pôr de parte a marcha por E, dado que afirma só saber atingir H pelo Sul do rio Da... Em minutos se altera o plano inicial pela adopção do itinerário F, pois nunca será demais relembrar que esta guerra é uma luta de trilhos e não de zonas. Sem trilho de nada servirá conhecer a localização de determinada mata, estar-se mesmo a vê-la.

Pretender romper na mata, na verdadeira mata, à catanada, é uma loucura. O pessoal arrasa-se, o que para militares briosos seria o menos, mas a verdade é que tal método não conduz a coisa alguma.

Terá ares de feito épico um pelotão romper caminho à força de catanadas, num despique de desbravamento da selva bruta pela força bruta. Mas... e os resultados? Nenhuns. Primeiro, a progressão será lenta, inùtilmente lenta. Quantos dias para avançar uns escassos milhares de metros?... E os problemas que esta forma de operar cria?... E, para remate de tudo isto, o IN, rindo-se, em passo descansado, como num inocente jogo do «gato e o rato», lá se vai, na calma, pelos trilhos que ele muito bem conhece... Pudera não!!! Para quê, pressas e preocupações?... Então não vão lá os nossos soldados, exaustos mas teimosos, depauperados mas sempre querendo, com o seu tantã gigante (o barulho das catanadas), avisando, em cadência de desespero, da sua aproximação?...

Assim, exactamente três horas e trinta minutos depois da chegada da mensagem que ordenava a operação, a coluna lança-se no itinerário F.

Chega, já em marcha apeada, ao local da travessia do rio Da..., na margem esquerda deste, em G, verificando então que o IN destruira a ponte gentílica, ali existente ainda há bem poucos dias. Explorado o local, conclui-se:

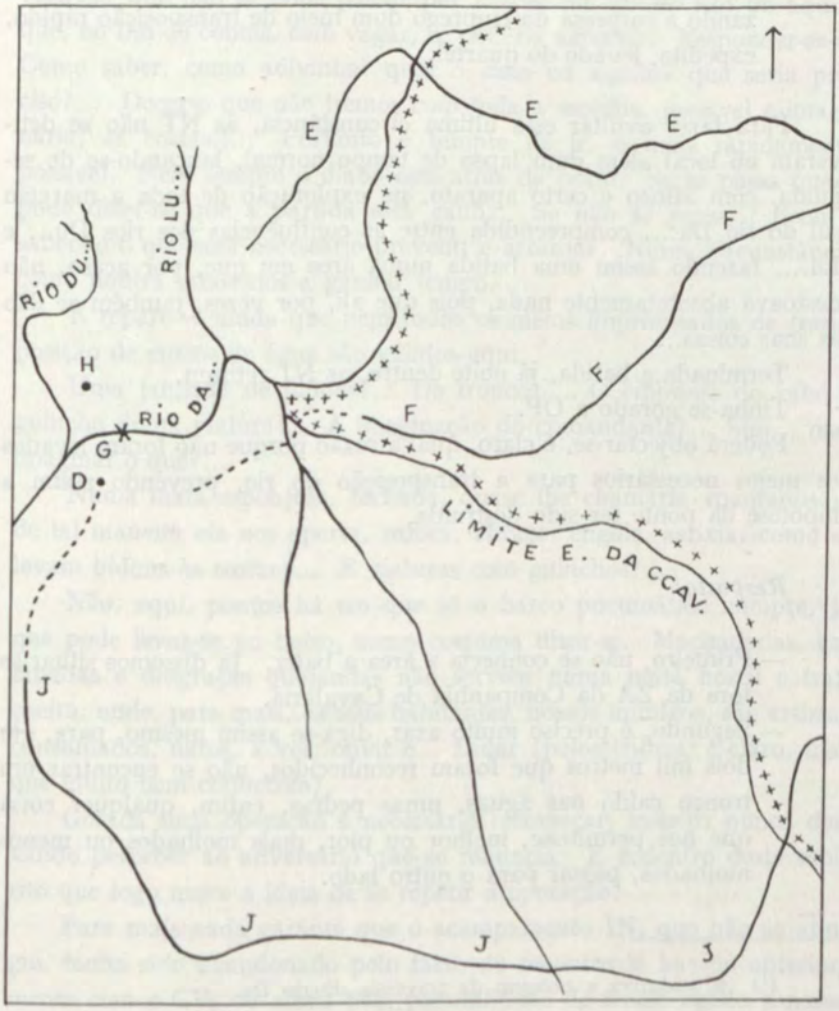
— Que a travessia do rio é de todo impossível, dada a largura que apresenta, a profundidade e a impetuosidade da corrente.

— Que no local não há árvore que, abatida, vença a largura do rio.

— Que, reconhecidos mil metros para cada lado daquele ponto, a situação se mantém: transposição impraticável.

Perante esta contrariedade, no entanto devendo dizer-se não totalmente fora das previsões, decidiu-se abandonar a finalidade primeira da OP, que era atingir o acampamento em H, pelas razões seguintes:

— A configuração e dimensões da mata garantem a sua inexpugnabilidade pelo ataque à zona. Só por trilho (sempre o trilho).



— As margens do rio, são agrestes, maciças, derramando-se a mata por cima das águas, impedindo a abordagem em qualquer outro ponto que não o G, pois caso contrário, nem que se atravessasse o rio uma dúzia de quilómetros abaixo ou acima, bastar-nos-ia marchar na direcção conveniente, ao longo da margem, para, còmodamente, nos apossarmos do ambicionado trilho em G. (1).

— A preparação duma passagem seria morosa e de tal modo espalhafatosa, pela envergadura, que, praticá-la, seria o mesmo que avisar o IN com um clamoroso «lá vamos»...

— Deixar de pé condições válidas para uma nova tentativa, utilizando a surpresa do emprego dum meio de transposição rápido, expedito, levado do quartel.

Para fazer avultar esta última circunstância, as NT não se detiveram no local além dum lapso de tempo normal, lançando-se de seguida, com afinco e certo aparato, na exploração de toda a margem sul do rio Da..., compreendida entre as confluências dos rios Du... e Lu..., fazendo assim uma batida numa área em que, por acaso, não destoava absolutamente nada, pois que ali, por vezes, também se dão as suas coisas...

Terminada a batida, já noite dentro, as NT retiram.

Tinha-se gorado a OP.

Poderá objectar-se, é claro, qual a razão porque não foram levados os meios necessários para a transposição do rio, prevendo assim a hipótese da ponte ter sido destruída.

Resposta:

— Primeiro, não se conhecia a área a bater. Já dissemos situar-se fora da ZA da Companhia de Cavalaria.

— Segundo, é preciso muito azar, diga-se assim mesmo, para, em dois mil metros que foram reconhecidos, não se encontrar um tronco caído nas águas, umas pedras, enfim, qualquer coisa que nos permitisse, melhor ou pior, mais molhados ou menos molhados, passar para o outro lado.

---

(1) Elucidativa a imagem da travessia do rio Da.....

— Terceiro, porque não dispúnhamos imediatamente dum barco pneumático, tampouco duma armação de capota de jeep e um encerado (parece incrível mas é verdade) que nos facultassem a improvisação duma jangada. Nada... E a rapidez, em Angola sobretudo, é um factor a considerar. Se virmos uma coluna de fumo, suspeita, emergindo da mata, não podemos esperar que a mesma se apague. Temos de ser nós a apagá-la. Se lhe damos tempo para que morra, perdeu-se a referência, o que vale dizer, perdeu-se a oportunidade.

Dir-se-á se valerá a pena ir a correr para o local para no fim se verificar que não se pode passar por não se ter levado isto ou aquilo que, no fim de contas, com vagar, se poderia arranjar. Responder-se-á: Como saber, como adivinhar qual o «isto ou aquilo» que seria preciso?... Decerto que não iremos com toda a mobília, possível e imaginária, às costas!!... Portanto é sempre de ir, o mais ràpidamente possível. Nem sempre o diabo está atrás da porta. Se se passa quase pode dizer-se que a partida está ganha. Se não se passa... ficou a saber-se o que será necessário prevenir e arranjar. Numa circunstância como noutra estaremos a ganhar tempo.

E repare-se ainda que nem todos os meios improvisados de transposição de cursos de água são válidos aqui.

Uma jangada de bidons?... De troncos?... O emprego do cabo e guincho duma viatura?... A imaginação do comandante?... Sim... mas imaginar o quê?...

Numa mata esponjosa, fechada, quase lhe chamaria «pantanosa», de tal maneira ela nos aperta, sufoca, abraça, engole, asfixia, como se levam bidons às costas?... E viaturas com guinchos?...

Não, aqui, pontos há em que só o barco pneumático cumpre, já que pode levar-se no bolso, como costuma dizer-se. Machadadas, catanadas e desgraças quejandas não servem numa mata hostil e traiçoeira, onde, para mais, os seus habitantes, nossos inimigos, são artistas consumados, natos, a ver, ouvir e... andar (pelos trilhos, é claro, mas que muito bem conhecem).

Gorada uma operação é necessário recomeçar, insistir, nunca deixando perceber ao adversário que se renuncia. E é dentro deste espírito que logo nasce a ideia de se repetir a operação.

Para mais nada garante que o acampamento IN, que não se atingiu, tenha sido abandonado pelo facto do recontro lá havido anteriormente com o CV, ou ainda pela possibilidade de terem ligado a nossa

anterior operação à ideia duma tentativa de desforço das NT, que na realidade existiu mas não se concretizou pelo abatimento da ponte gentílica.

Que o IN previu a possibilidade duma aproximação das NT, disso não há dúvidas. A destruição da ponte é disso uma prova bem clara. Mas mesmo que o IN tenha ido ao ponto de abandonar o acampamento H, uma coisa será certa: fê-lo temporàriamente e não o destruiu, antes o reservou para acampamento de alternativa. Tal como nós, quanto mais bases tiver, melhor. Daí lhe advirão segurança, flexibilidade e mobilidade, entre outras vantagens.

Por consequência destruir o acampamento, mesmo já abandonado, será acossar o IN, criar-lhe a insegurança, diminuir-lhe as tais condições de flexibilidade e mobilidade e, o que é bem mais, demonstrar-lhe que a todo o lado o iremos procurar e combater.

Será pois de insistir, de atingir H custe o que custar, destruir o acampamento e explorar todos os trilhos que dele partirem.

Assim, decorridos doze dias, espaço de tempo considerado como o mínimo para o IN de novo se deixar amarrar pela rotina, efectua-se nova operação.

Pelas 13 horas, dois grupos de combate marcham, desta feita pelo itinerário J. Com isto se procurou diluir as viaturas no tráfego normal das forças da Companhia de Cavalaria «Z», nas suas diversas actividades operacionais e de reabastecimento, tentando iludir o IN quanto à nosso proveniência e destino, com uma aproximação o mais natural e despercebida possível, para isso ainda se incluindo um movimento por infiltração.

Atingido o ponto D pelas 18 horas.

Às 0200, os grupos de combate, a pé, já numa situação de contacto iminente, atiram-se à mata, consigo levando cinco elementos indígenas que serviam na Fazenda L..., próxima de D. Servirão como carregadores, já que transportarão o pequeno saco do barco, revezando-se, um rolo de corda, etc. Não se pense daqui que a coluna não se bastaria sòzinha para transportar o pequeno barco e o rolo da corda. Seria ridículo. Não. A razão, a verdadeira razão é bem outra. É que nunca devemos deixar para trás, nas proximidades das áreas onde vamos actuar, nenhum indígena, vadio.

Entre a violência de reter dois ou três indígenas, por um dia ou dois, e a possibilidade de sermos denunciados, não há que escolher. Porque a verdade é esta: sem telefones, rádios, ou outros meios avançados, as notícias, na mata, correm céleres como o raio. Como?...

Todos nós o sabemos. Ora é um indígena, conhecedor da zona, que se mete a um trilho e nos corta as voltas, ora é uma fogueira inofensiva que dá o sinal, etc.

Claro que não se prendem. Que ideia!... Muito simplesmente se «contratam», para pequenos serviços...

As NT atingem G pelas 0530 horas.

Montada a segurança necessária, o saco é aberto. E uns metros de borracha amorfa dão um barco.

Acampamento numa mata

Ainda estou a ouvir os oh! oh!, abafados, dos carregadores, à medida que a coisa tomava feitio. Nunca eles tinham sonhado o que levaram às costas.

Lá vai ele, com quatro elementos a bordo. Ruma contra a corrente, guina à esquerda, desce de novo. Chega à outra margem no ponto exacto. A ponta da corda que leva é aí bem amarrada e os remos guardados, pois não voltarão a servir.

Está assim lançado um cabo de margem a margem que, além de vaivém para o barco, será o meio de descida e subida nas margens.

Em quarenta minutos os sessenta homens da força, incluídos, como não poderia deixar de ser, os cinco carregadores, encontram-se na margem direita do Da...

Uma secção reforçada fica emboscada, competindo-lhe:

— Prevenir a tentativa de destruição do barco, que se deixou bem à vista, como chamariz.

— Rechaçar os elementos IN que surjam. Nada impede que estes abram alas, se furtem ao combate e, depois da nossa passagem, refluam ao trilho e tentem escapar-se para Sul.

— Assegurar e cobrir a posterior travessia do rio sem flagelações IN.

Os restantes elementos metem-se ao trilho, sem perdas de tempo, mas sem tropeções. Fila indiana, elástica, atenta, sempre dentro das normas de segurança e ajuda requeridas.

A dada altura o trilho subdivide-se em dois, um mais batido, em frente, outro menos vincado, flectindo sobre a esquerda.

O acampamento IN, nosso objectivo principal, segundo as informações do guia, está muito próximo. Assim mesmo as forças são divididas, seguindo um grupo em frente, o outro pela esquerda. Decorridos dez minutos de marcha, o grupo que progredira em frente, depara com o acampamento IN, onde morrera o elemento do CV. Mas cedo se verifica estar abandonado. Constituído por cerca de 15 cubatas, aqui se aguardam notícias do outro grupo. Ei-lo que surge, na máscara da mata circunjacente. Tinha encontrado, a uns escassos cinquenta metros do local onde nos encontrávamos, outro acampamento, igualmente abandonado e intacto, composto por 45 cubatas.

Curioso portanto verificar que o trilho menos batido era o que levava ao acampamento mais importante.

Num como noutro não são encontrados quaisquer documentos ou elementos de interesse, tudo demonstrando que o IN, na retirada, teve a preocupação de não deixar vestígios da sua presença, natureza e destino.

Do acampamento onde nos encontrávamos partia um único trilho. Andados mil e quinhentos metros deparámos com terceiro acampamento, com mais de 200 cubatas, estas apresentando indícios de abandono mais recente. Também aqui não são encontrados quaisquer documentos ou objectos de valor militar. Tudo sistemática e rigorosamente limpo, numa afirmação clara, eloquente, de retirada esclarecida.

Como os anteriores, dispunha de terreiro para reuniões, com os clássicos cadeirões para os chefes, e de local para a instalação duma sentinela.

Explorado o terreno, verificámos que este acampamento se situava muito próximo dos dois primeiros, separado destes por uma faixa de mata com aproximadamente cem metros de profundidade, muito embora tivéssemos feito um percurso de pelo menos mil e quinhentos metros. Tínhamos assim descrito uma curva que nos levava quase ao ponto de partida.

Consumidas algumas rações de reserva, a exploração do trilho continua. De novo se divide em dois. Breve se verifica que o da esquerda não tem qualquer interesse, acabando por se diluir na mata. Já o mesmo não se passa com o da direita que começa a apresentar indícios de uso, com pequenos cortes nas árvores, ainda frescos, e pequenas aparas de madeira no chão, como se alguém por ali tivesse passado entregue ao passatempo de se ir distraindo com um canivete e um pedaço de ramo verde.

Atentos ao mais pequeno ruído ou movimento suspeito, encontramos, repentinamente, meia dúzia de pequenos frutos silvestres, ainda gotejando seiva pelos pés. Com efeito, alguns centos de metros à frente, e até ali sempre enterrados na mata, nada mais vendo que uns curtos metros de trilho à frente, pois logo ali se cerra o horizonte, assim se diga, que de céu nem cheirá-lo, somos surpreendidos pela quebra repentina da mata e pela aparição, imensa, de alto morro, recoberto a capim, com uma ou outra árvore de grande porte. Em duas delas, a cerca de 400 metros, vemos duas sentinelas, empoleiradas no mais alto das copas.

Tensa, num autêntico jogo de «móveis-imóveis», a coluna imobiliza-se, confundindo-se com a mata, que ainda não deixara. Ràpidamente se decide não as abater. Até porque, dada a grande distância a que se encontravam dois tiros não bastariam, e muito principalmente porque havia que surpreender o IN, agora que o sabíamos perto, e ainda por nada ter demonstrado, até ao momento, que tivéssemos sido detectados pelas sentinelas.

Mas eis que estas pulam das árvores, correndo capim fora, sobre a nossa esquerda. Ter-nos-iam visto?... Com certeza. Mau grado todos os cuidados havidos e a perfeita execução da progressão, tínhamos sido detectados, como seria forçoso, diga-se. Pois que, como veio a verificar-se, esse morro gozava dum comandamento de vistas extraordinário sobre quase toda a área que tínhamos percorrido desde o terceiro acam-

pamento!!... Daqui se conclui ter sido perfeita a progressão, a ponto de só já em cima das sentinelas e quando se transita repentinamente da mata para o capim, como num truque cinematográfico, estas nos pressentirem.

Sem informações, absolutamente desconhecedores da fisionomia da compartimentação do terreno naquela área, difícil nos seria suspeitar da existência de tal morro, e por conseguinte dum local propício à instalação de sentinelas (o guia só conhecia o trilho até ao primeiro acampamento).

Lá vão correndo. Não as vemos. Vemos sim o ondular característico do capim a ser aberto.

Sem hesitações, agora que a sorte nos voltou as costas, lá vamos nós também. Cegos, num capim que se fecha sobre as nossas cabeças, respirando como locomotivas. É uma autêntica corrida. Acaba-se o capim e de novo somos tragados pela mata. Percorridos cerca de dois quilómetros neste inferno, pois ainda hoje perguntamos como se galgaram encostas, subindo-as como se as descessemos, deparamos com vários elementos IN, ao longe, mais os sentindo e ouvindo que vendo, tendo então sido aberto fogo, marchando.

Aqui surge verdadeiro trabalho de simulação: o trilho ramifica-se abruptamente, num emaranhado de trilhos, recobertos de arbustos recém-cortados, a fim de criar a confusão. Só percorridos mais uns duzentos metros deste labirinto, a contas e turras com galhos, lianas e ramos partidos, é que encontramos a verdadeira causa da fuga veloz do IN: um quarto acampamento, constituído por 50 cubatas, onde já ninguém é visto ou ouvido, não obstante em muitas delas ainda se encontrarem as panelas ao lume.

Este acampamento dispunha igualmente de local para reuniões, tendo ainda um PO numa árvore de grande porte. Por ele se fazia a ligação pela vista com as duas sentinelas do morro, estas em eficaz segurança afastada.

Motivos pelos quais não foi possível a surpresa sobre o IN, que retirou com armas e bagagens, aproveitando o tempo que levámos do local das sentinelas ao acampamento. Estas, quando pularam das árvores, já tinham dado o alarme.

Claro que escusado será dizer que a perseguição pertinaz e imediata fora feita, sem perda de tempo, mas também sem resultados, embora se tivesse prolongado até ao declinar do dia seguinte.

Nas ruelas do acampamento encontravam-se abundantes rastos de sangue. Tínhamos feito feridos.

Todos os acampamentos ofereciam a particularidade de se encontrarem ocultos na mata, numa implantação estudada, a coberto mesmo das vistas aéreas. Oportunamente todos foram destruídos, à medida que as NT retiravam.

Estava terminada mais uma operação. Feridos alguns elementos IN, destruídos quatro acampamentos totalizando mais de 300 cubatas, destruídos ou capturados utensílios domésticos, ferramentas, catanas e roupas. É alguma coisa, mas pouco em relação à nossa determinação.

*

Este pequeno apontamento não procura fazer doutrina. Nem trazer alguma coisa de novo.

Simplesmente se destina a dar uma pálida ideia do muito trabalho que é preciso desenvolver e da teimosia que é preciso imprimir à nossa actuação, em que todos os cuidados e sacrifícios sempre serão poucos (no pequeno artigo não falámos de calores, sedes e outros brindes da mata, por não virem ao caso), destinando-se particularmente a mostrar que todos são feitos e sofridos tantas vezes para tão magros resultados.

Mas é preciso saber obter pequenos resultados. Além de que estes sempre atingem, mais ou menos, o IN, ainda nos fornecem tema para meditação dos erros cometidos e dão ou confirmam um ou outro conhecimento.

Por exemplo:

— Um pequeno acampamento IN, embora perfeitamente acabado, muitas vezes esconderá a existência dum outro muito maior e importante, que sempre devemos procurar.
— Não deixar para trás testemunhas da nossa passagem numa área crítica. «Contratá-las voluntàriamente», «seduzi-las», é a grande medida.
— O IN evolui e aperfeiçoa-se. Simulação, falsas obras, como seja a existência dum acampamento pequeno para esconder ou quebrar a pesquisa dum outro, ocultação, segurança afastada, etc., etc., disso nos dão ideia.
— Analisar muitíssimo bem todos os indícios, vestígios e pormenores dum trilho. Falam como gente.
— Um barco de borracha, mesmo desses de praia, muitas vezes é meio único.

— Não pretender «comer a mata». A mata é quase uma teia, poderemos ficar nela. Pesquisar a sua orla, procurando todos os sinais de entradas e trilhos. Depois deste trabalho o IN só dormirá na mata se nós quisermos ou não dispusermos de força para o expulsar. É certo que ele tem sobre nós inúmeras vantagens no capítulo sobrevivência na mata. Não admira. Nasceu nela. Mas daí a volatilizar-se vai uma grande distância. Tal como nós, tem pés, anda pelo chão. E quem anda pelo chão precisa de trilhos, arranja trilhos.

Recomeçar. Insistir. Repetir. Nunca renunciar. E acima de tudo grupos, muitos grupos decididos, explorando todos os trilhos que encontrarem...

Cap. Mil.º de Cav.ª JOÃO DA SILVA ROCHA PINTO

Uma refeição na floresta

Disciplina em Campanha

Nada mais errado pensar que no mato, em campanha, se pode afrouxar a disciplina. Bem pelo contrário, é precisamente nessas alturas que ela se torna mais necessária.

Mas, para que ela persista nas situações mais trágicas, é imprescindível que venha sendo alimentada desde os primeiros tempos, e nunca sofra soluções de continuidade.

Tem-se verificado, que uma das situações que mais favorece o afrouxamento da disciplina é exactamente a viagem de barco. O homem parte por vezes com receio do desconhecido, com a imaginação cheia de histórias piegas e exageradas. Este estado de espírito agrava-se com as saudades da família e recordações da terra, da qual nunca, até à data, se afastara.

Enquanto alguns comandos se preocupam em aproveitar ao máximo este tempo precioso· que é a altura mais propícia para cativar o soldado, mantendo-o sempre ocupado, ajudando-o a resolver os seus problemas pessoais, outros quase os abandonam, pura e simplesmente. Refugiando-se em jogos de cartas nas salas de 1.ª classe, nem sequer cuidam de saber primeiro se os homens comiam em condições ou estavam razoàvelmente instalados.

Ao desembarque segue-se, normalmente, uma curta estada para a necessária aclimatação e organização da unidade após ter sido distribuído o material e o armamento. Se nesses escassos dias se não deita a mão aos homens, então... nunca mais!!!

Há que aproveitar essa ocasião única para treinar o pessoal e adaptá-lo ao novo meio exterior. Todos os dados colhidos são preciosos. Aconselho-vos mesmo a aquisição dum bloco de apontamentos onde anotareis todas as opiniões, mais ou menos abalizadas que fordes ouvindo até, e mesmo após, entrardes em acção. A pouco e pouco ireis completando-as com as vossas próprias observações e, à força de meditardes nesses assuntos, achareis a vossa própria linha de conduta que será baseada na experiência dos outros e amoldada pela vossa personalidade e pela do vosso pessoal.

Igualmente se verifica ser de preciosa utilidade outro bloco em que ficará mencionado o resenho de cada homem da unidade e em que, dia a dia, se irão apontando as nossas opiniões sobre cada um. Só um *profundo conhecimento de todo o pessoal* nos permitirá tirar o máximo rendimento de cada um. Nunca nos esqueçamos que os soldados não são máquinas, mas sim homens como nós, sujeitos a tentações e a reacções humanas. Nós, porém, é que não podemos ser como eles. No dia em que assumirmos um comando deixamos para trás o nosso «eu» para nos identificar apenas com eles e com tudo o mais que é necessário ao cumprimento da nossa missão. O oficial tem um pouco de *padre e de médico* nessa espinhosa, mas tão elevada, missão de *condutor de homens!*

Tem que, portanto, a disciplina ser *sempre constante*, no quartel e no combate. *Nunca deixeis passar a mínima falta sem a respectiva correcção!* É útil que o soldado repare que nós estamos sempre com os olhos postos nele e prontos a corrigi-lo ou a louvá-lo conforme a sua conduta. Algumas palavras com que se chame a atenção para determinado facto, bem ou mal feito, são de grande vantagem para o futuro dele, nosso e de toda a unidade.

Unidades que viajaram no mesmo navio e que se encontram lado a lado no mato, adoptam, por vezes, linhas de procedimento muito diferentes quanto a disciplina.

Poderá também parecer escusado focar outro aspecto muito importante que ninguém ignora — *o exemplo*. A realidade, todavia, tem por vezes encarregado de desmentir esse conhecimento.

Em todos os chefes, apesar dos seus distintivos estarem camuflados, a obrigação de dar sempre um bom exemplo a quem neles confia, persiste até ao fim. Os soldados são feitos da mesma massa que nós. Que obrigação têm, mais que nós, de servirem de alvo aos terroristas? Um facto é certo: *sem chefe à altura nenhuma tropa se poderá portar em condições*. Isto não implica, contudo, o extremo oposto: o chefe não tem, também, obrigação de executar as missões de todos os seus homens. Ele não é mais valioso por isso. Nesse caso iria sòzinho para uma missão.

E nunca vos esqueçais que o chefe não está em combate para dar tiros, mas para comandar, isto é, avaliar ràpidamente a situação, decidir e conduzir a manobra com bom senso e com firmeza até à derrota do inimigo.

Tenente BARÃO DA CUNHA

Guerra Moderna

I — O movimento — Factor de Segurança

Parece que já ninguém duvida de que a guerra moderna, chamada revolucionária ou subversiva, começa muito antes de qualquer manifestação superficial. É, pois, na sua fase de silêncio, quando tudo decorre ainda nas camadas profundas da sociedade, que todas as forças terão de se conjugar no sentido de susterem a subversão que se prepara, em atitude de permanente prevenção, numa busca constante dos mais ténues indícios da actividade inimiga, e, também, no reconhecimento dos anseios e carências que possam constituir linhas de fractura do nosso sistema defensivo, o que é extraordinàriamente importante.

Dir-se-á que, nesta fase, o problema não é militar mas essencialmente político-social, e que, por isso, a prevenção deve caber, em princípio, à polícia e à administração.

Assim poderá ser, de facto, em territórios onde as sociedades já estejam estruturadas, e a existir convenientemente enquadradas por instituições que abranjam todos os seus sectores.

Porém, onde quer que tal equilíbrio se não verifique, onde haja ainda grandes diferenças de carácter social ou étnico, ou onde, por razões diversas, internas ou externas, o campo seja propício ao estabelecimento duma campanha daquele tipo, as instituições policiais ou administrativas, ou mesmo os organismos de promoção social que porventura se criem, nunca serão bastantes para prevenir contra as infiltrações do adversário.

Haverá, por isso, que recorrer a forças militares, às quais competirá completar o dispositivo da defesa, quer através duma distribuição ajustada às exigências do meio físico e humano a defender, quer por uma vigília e apreciação constante dos factos, dos fenómenos e das coisas.

A Informação, completada pela ligação — espiritual, intelectual e material — e o Dispositivo, distribuição das forças pela zona de acção, são factores de segurança indispensáveis onde quer que se tenha de suster uma campanha subversiva, mas esses factores nunca poderão garantir verdadeira segurança, se os núcleos de força se mantiverem, mesmo que prevenidos, como bombeiros em seu quartel, prontos mas quietos.

O Movimento — circulação constante de núcleos de força — a expandir o dispositivo estático, a buscar activamente todos os indícios, a reconhecer, em toda a parte e a todo o momento, os anseios e as carências, e, também, as veleidades, e a levar a todos — amigos, indiferentes e inimigos — uma presença feita de respeito, poderá considerar-se, de facto, a par da informação e do dispositivo, um factor de segurança imprescindível.

Só desta maneira, se poderá evitar permanentemente o que pode acontecer, que, nesta nova forma de fazer a guerra, não se deve só esperar o que acontece. Se o inimigo chegou à explosão superficial da sua maldade, já alcançou êxito notável, se não decisivo, muito difícil de neutralizar.

*

Algures no Ultramar, viveu-se, ao tempo dos acontecimentos de Angola, na previsão constante de que os mesmos se repetissem em vastas áreas onde bem escassas eram as nossas forças e onde já se haviam verificado há bem poucos meses factos graves.

Desde que começámos a escrever estas linhas, manteve-se no nosso espírito a recordação daquele período crítico em que foi o Movimento — e quase só o movimento — a desencorajar os nossos adversários. Extraordinária e constante actividade de reconhecimentos, saídas de emergência frequentes, missões especiais numa intensa pesquisa de notícias, presença psicológica móvel a descansar os espíritos e, quiçá, a quebrar malévolas intenções. Ao fim e ao cabo, uma intensa vontade na acção impimida por comandos conscientes da sua missão e da sua responsabilidade, ràpidamente assimilada pelas tropas que se empenharam entusiàsticamente.

Passaram anos, consolidaram-se conhecimentos, fortaleceram-se e ampliaram-se dispositivos, mas mantém-se esta certeza de que uma força, seja ela qual for e esteja onde estiver, só vale realmente se não estiver parada. E não é só o espírito da Arma que nos conduz a esta convicção de que Movimento é factor de segurança, mas aquilo que já vimos e o que nos contam os nossos camaradas...

II — O Terreno Humano

É já um lugar comum dizer-se que o terreno das campanhas modernas deixou de ser o meio físico em que as forças se estabeleciam e movimentavam, para passar a ser o meio humano em que a guerra se faz — as populações. Aquele terreno físico, será agora, pois, o apoio, a sustentação das massas humanas a manter sob controle, a defender ou a conquistar. É, de facto, no seio das massas populacionais que os combatentes dos dois partidos se instalam e manobram, tal «como peixes na água», segundo a simbólica e feliz comparação de Mestre Mao. «Como peixes na água», quer dizer, vivendo no seio das populações e não apenas com elas, fazendo parte integrante dos agregados sociais, confundindo-se com as massas em todos os escalões, em todos os sectores sociais, em toda a parte e constantemente.

Tempos houve, em que, para dominar os povos, se conquistavam os territórios, bastando para tanto que os exércitos ali assentassem arraiais; que ocupassem pontos dominantes; que barricassem passagens obrigatórias; que vigiassem estradas e caminhos; ou, que tomassem as cidades mais notáveis. Os teatros de operações dividiam-se em compartimentos de terreno, e o êxito das batalhas dependia essencialmente da posse dos objectivos que sucessivamente se fossem atingindo.

Agora não é tanto assim. Os teatros de operações são mais o meio humano que se distribui pelo terreno físico de acordo com as possibilidades e disponibilidades económico-sociais das regiões, e os compartimentos são, assim, os agregados, as sociedades, os grupos étnicos, as comunidades formadas por anseios, interesses, ou, até, calamidades e misérias comuns. A compartimentação deixou de ser definida por linhas de alturas ou cursos de água, para ser delimitada subjectivamente pelas razões — falsas ou verdadeiras — que as massas tenham para lutar ou apoiar a luta, pelos motivos latentes ou já manifestados, que, nas populações, transformem os homens em soldados e as casas em quartéis deste ou daquele partido.

Poderá, mesmo, estabelecer-se uma comparação entre os compartimentos geográficos, e estes, humanos, a que nos vimos referindo, que onde houver miséria há-de ser pântano difícil de conquistar; que onde houver grandes desníveis sociais, hão-de ser montes e vales difíceis de transpor; que onde houver injustiça, há-de ser zona de emboscadas e ardís; que onde houver padrões de vida dignos e equilibrados, bastará

possuir os pontos-chave, para manter a paz e a ordem nas cidades e nos campos...

Assim chegamos à conclusão de que o meio humano tem de ser estudado com igual atenção e cuidado como o tinha que ser o terreno físico das campanhas formais, isto é, detalhadamente, escrupulosamente, interessadamente, e, também, observando-o do lado do inimigo, que ainda é a melhor maneira de tomarmos dele verdadeiro conhecimento.

Só depois deste estudo, se poderão conceber e levar a efeito os trabalhos de organização a desenvolver nos campos social, económico e psicológico, e executá-los honestamente, numa base de verdade e de justiça ajustada às características do meio, garantindo-se, deste modo, com plena consciência, o êxito das missões. Só assim poderemos aperfeiçoar constantemente o nosso dispositivo de defesa, implantando e movimentando nele, com o preciso àvontade, as nossas forças, já que teremos sempre completo conhecimento das dificuldades e condicionamentos que lhes estejam impostas.

Pelo estudo profundo e inteligente do terreno humano — e também do terreno físico — será possível afastar a surpresa dos caminhos, e, ao mesmo tempo, retirar a iniciativa ao adversário, que *surpresa* e *iniciativa*, são, sem dúvida, as armas mais perigosas que pode assestar contra nós.

III — Tropa de Reconhecimento

Continuamos a sustentar que a tropa de reconhecimento de Cavalaria é, pelo seu espírito e pelas características técnicas que detém, uma tropa adequada à guerra moderna. De resto, este ponto de vista é confirmado pelo facto de ter sido até agora uma das que melhor passaram das concepções formais para os conceitos revolucionários sem alterações notáveis, quer no que respeita à orgânica, quer no que se refere aos meios de acção.

Efectivamente, as Unidades de reconhecimento mantêm-se inalteráveis nas suas características fundamentais, do antecedente definidas pelos Regulamentos da Arma, o que não quer dizer que não haja ajustamentos a fazer e correcções a efectuar.

Em princípio, as Unidades de reconhecimento destinam-se a garantir a segurança pelo reconhecimento e pela cobertura. Ou de reconhecimento, ou de cobertura são, pois, as suas missões clássicas, como

o serão, também, as das campanhas de tipo subversivo, tais como as que presentemente nos estão impostas.

Convém, no entanto, notar, que, pela parte que nos toca consideramos que uma campanha desta natureza sempre começa muito antes dos primeiros contactos directos, isto é, que ela se desenrola no tempo e por largo período, muito antes de haver forças directamente empenhadas nos combates.

Sem nos prendermos a designações didácticas, aliás muito variáveis, diremos que a guerra subversiva, tomada no ponto de vista militar, tem uma fase de silêncio em que a subversão decorre no âmbito do aliciamento, uma fase de perturbação em que as acções adversas borbulham com mais ou menos frequência e intensidade, e uma terceira fase em que as operações se verificam com relativa sequência, e em que já é possível estabelecer uma ordem de batalha, ainda que flutuante.

Seja como for, o natural é que os acontecimentos se sucedam com certa progressividade, a menos que o adversário consiga, por incúria nossa ou muito propício ambiente para ele, surpreender-nos com uma explosão de violência. Claro que isto só acontece — ou deve acontecer — uma vez, o que nos permite agora admitir ou prever aquelas três fases.

Acontece também que a fase do silêncio coincide muitas vezes com a fase ebuliente, pelo que temos de nos remeter ao início da campanha, nas nossas considerações, isto é, ao momento em que o inimigo decide entrar em acção, o que é sempre previsível quando se sabe e se quer.

*

Naturalmente que, quando tudo é silêncio, a utilidade das Unidades de reconhecimento é puramente psicológica, já que se aproveita nessa altura, o carácter espectacular dessas Unidades, obtido através da robustez dos seus blindados, do calibre das suas armas, e da mobilidade do seu material. E não se diga que isto não tem importância, pois já vimos o efeito produzido pelos nossos pelotões de reconhecimento em populações com elementos afectos, indiferentes e, até, desafectos. Esta presença psicológica terá de ser forçosamente uma presença móvel e muito activa, que pode, só por si, contribuir para que o silêncio nunca se chegue a quebrar.

Mas, admitindo que o silêncio se quebrou e se verificam já acções superficiais num borbulhar desordenado de água fervente, teremos as nossas subunidades de reconhecimento a acorrer a toda a parte, em

operações de socorro, de busca, de reconhecimento e de cobertura, no desempenho de missões mais adequadas ao seu espírito e características.

Será nesta fase que a Cavalaria de Reconhecimento se realizará melhor, pois que é para operações daquela natureza que está especialmente organizada e equipada. E teremos as nossas Unidades de reconhecimento sempre prontas e operacionalmente capazes, com os seus pelotões de reconhecimento em constante circulação, a resolver problemas, a colher informações, a guardar fazenda, a garantir itinerários, a buscar, perseguir e neutralizar o adversário, onde quer que ele esteja.

O equilíbrio entre a potência e a mobilidade, permite a essas pequenas unidades a realização de operações quase milagrosas, e o estarem, se não em toda a parte ao mesmo tempo, em qualquer lado inesperadamente.

Finalmente, se não tiver sido possível suster a subversão na fase silenciosa, nem dominar a fase ebuliente, teremos a Cavalaria a trabalhar mais intimamente com as outras tropas, no cumprimento das suas missões formais de reconhecimento e de cobertura, de guardas de flancos e de retaguardas, de garantia de itinerários e defesa de pontos importantes. Mas isto é só no fim, quando não tiver sido possível alcançar-se, em devido tempo, uma vitória definitiva.

*

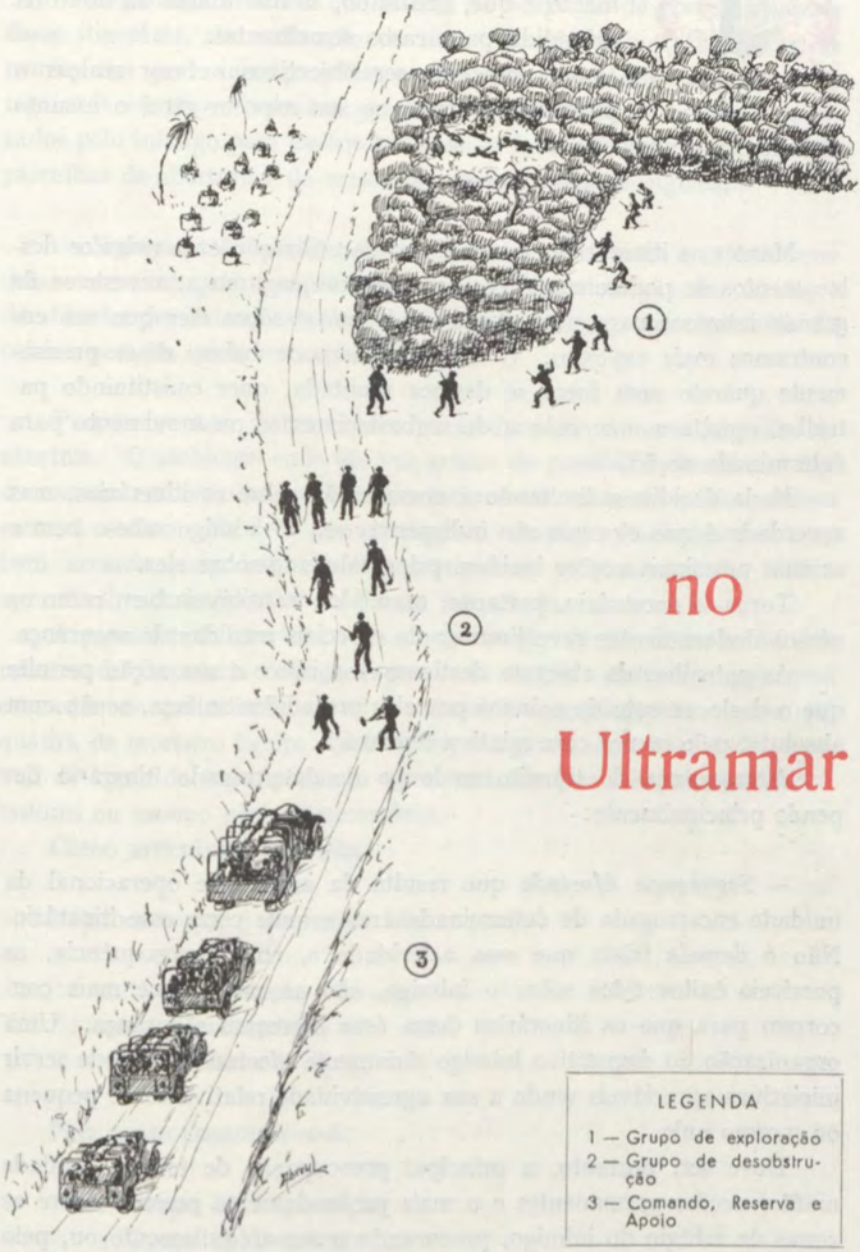
O emprego da tropa de reconhecimento terá, portanto, que estar de acordo, não apenas com as situações particulares, mas, sobretudo, com as situações gerais. São estas que condicionam a sua aplicação e o mal está muitas vezes em se aplicarem as Unidades de Cavalaria, e em se conferirem as respectivas missões, com o mesmo espírito de concepção com que se empregam as Unidades das outras Armas.

É por isso que nem sempre se justifica a muito conhecida e emergente solução táctica de pôr os Esquadrões na reserva ou em posições de flanco ou retaguarda de última hora.

Seja na fase de silêncio, da perturbação desordenada, ou das manobras formais, a tropa de reconhecimento de Cavalaria existe e deve ser mantida para o movimento, e é por isso que está organizada e equipada para transportar em si mesma o próprio quartel, e para nunca parar por largos períodos, e para saltar daqui para ali em toda uma zona de operações, que é, normalmente, o conjunto das zonas de responsabilidade de muitas outras unidades, algumas de escalão superior.

Capitão DIAS MACHADO

Patrulha de Abertura no Ultramar



LEGENDA

1 — Grupo de exploração
2 — Grupo de desobstrução
3 — Comando, Reserva e Apoio

Fig. 1

Tudo o que se passa a descrever não tem o intuito de ser doutrina. É um modo de proceder, baseado em estudo e experiência, que se verificou ter rendimento e que, analisado, se não afasta da doutrina difundida para casos semelhantes.

Vamos procurar ser objectivos e fazer realçar o pormenor, porque no seu aspecto geral o assunto não oferece dúvidas.

*

Manter os itinerários em condições de utilização e de neles os deslocamentos se poderem realizar com relativa segurança, reveste-se de grande interesse para nós. Tanto mais que é sobre eles que nos encontramos mais expostos. O maior número de baixas dá-se precisamente quando uma força se desloca montada, quer constituindo patrulha, escolta a uma coluna de reabastecimentos ou movimento para determinada acção.

Nada decidimos limitando a nossa acção sobre os itinerários, mas a verdade é que eles nos são indispensáveis. O inimigo sabe-o bem e as suas principais acções incidem principalmente sobre eles.

Torna-se necessário, portanto, mantê-los transitáveis bem como os nossos deslocamentos revestirem-se de especiais medidas de segurança.

As patrulhas de abertura destinam-se a isso e a sua acção permite que o deslocamento de colunas por elas precedidas se faça, senão com absoluta, pelo menos com relativa segurança.

A segurança do trânsito ao longo de determinado itinerário depende principalmente:

— *Segurança Afastada* que resulta da actividade operacional da unidade encarregada de determinada área e onde corre esse itinerário. Não é demais frisar que essa actividade e, como consequência, os possíveis êxitos tidos sobre o inimigo, são as causas que mais concorrem para que os itinerários dessa área ofereçam segurança. Uma organização ou dispositivo inimigo sèriamente afectado não pode servir iniciativas apreciáveis sendo a sua agressividade relativamente pequena ou mesmo nula.

Deve ser, portanto, a principal preocupação de toda a unidade manter acções permanentes e o mais profundamente possível sobre as zonas de refúgio do inimigo, procurando o seu aniquilamento ou, pelo menos, a sua desorganização.

Ter bem presente, que quem mais actuar no interior, com mais segurança pode utilizar os itinerários.

— *Segurança Próxima* que resulta da ocupação de pontos sensíveis desse itinerário, da realização de uma rede de emboscadas sobre as penetrantes que o inimigo utiliza para alcançar esse itinerário, da montagem de contra-emboscadas em locais propícios e normalmente utilizados pelo inimigo para emboscadas, de se fazer preceder as colunas de patrulhas de abertura e da realização de patrulhas de vigilância.

— *Segurança Imediata* que resulta de escoltas feitas a colunas que delas necessitam, da disciplina de marcha, da articulação da coluna, e da difusão de instruções sobre a atitude a tomar pelos elementos da coluna perante qualquer acção inimiga.

Propusemo-nos, de momento, tratar da acção de uma patrulha de abertura. O ambiente onde ela vai actuar dá possibilidades ao inimigo de montar emboscadas sobre o itinerário, bem como de colocar minas sobre o mesmo. Na área percorrida pelo itinerário o inimigo revela-se bem armado, com assinalável agressividade e uma conduta táctica apreciável, actuando com uma certa frequência.

A patrulha de abertura tem a organização de um Pelotão de Atiradores de Cavalaria reforçado por uma secção constituída por uma esquadra de metralhadora, uma esquadra lança-foguetes e uma esquadra de morteiro ligeiro. Este reforço depende da necessidade eventual de apoio de fogo, podendo ser substituído por uma secção de Atiradores ou mesmo não ser necessário.

Como articular a patrulha?

Vejamos o que é necessário não esquecer:

1.° — Exploração
2.° — Desobstrução
3.° — Reserva e Apoio.

Para tanto constituir-se-á:

1 Grupo de Exploração
1 Grupo de Desobstrução
Comando com reserva e apoio.

O grupo de exploração é constituído por uma secção de atiradores, actuando apeada, fazendo a exploração na frente, ao longo do itinerário e reconhecendo as áreas que dominam este e se prestam a serem ocupadas por grupos inimigos emboscados. Articula-se, por sua vez, em dois grupos de 4 homens, apoiando-se mùtuamente e que actuam por acções de envolvimento sobre as áreas perigosas.

À retaguarda deste grupo, desloca-se o grupo de desobstrução, realizando a pesquisa de engenhos explosivos sobre o itinerário e as desobstruções necessárias que faz já sob a segurança montada pelo grupo de exploração. O grupo de desobstrução deve deslocar-se à vista do grupo de exploração e poder passar imediatamente a apoio deste.

Em seguida segue o comando com uma secção de reserva e uma secção de apoio, deslocando-se, por lanços sobre viaturas. Destina-se a permitir rendições dos grupos da frente bem como a reforçá-los e apoiá-los, caso o inimigo actue sobre eles (ver figura 1).

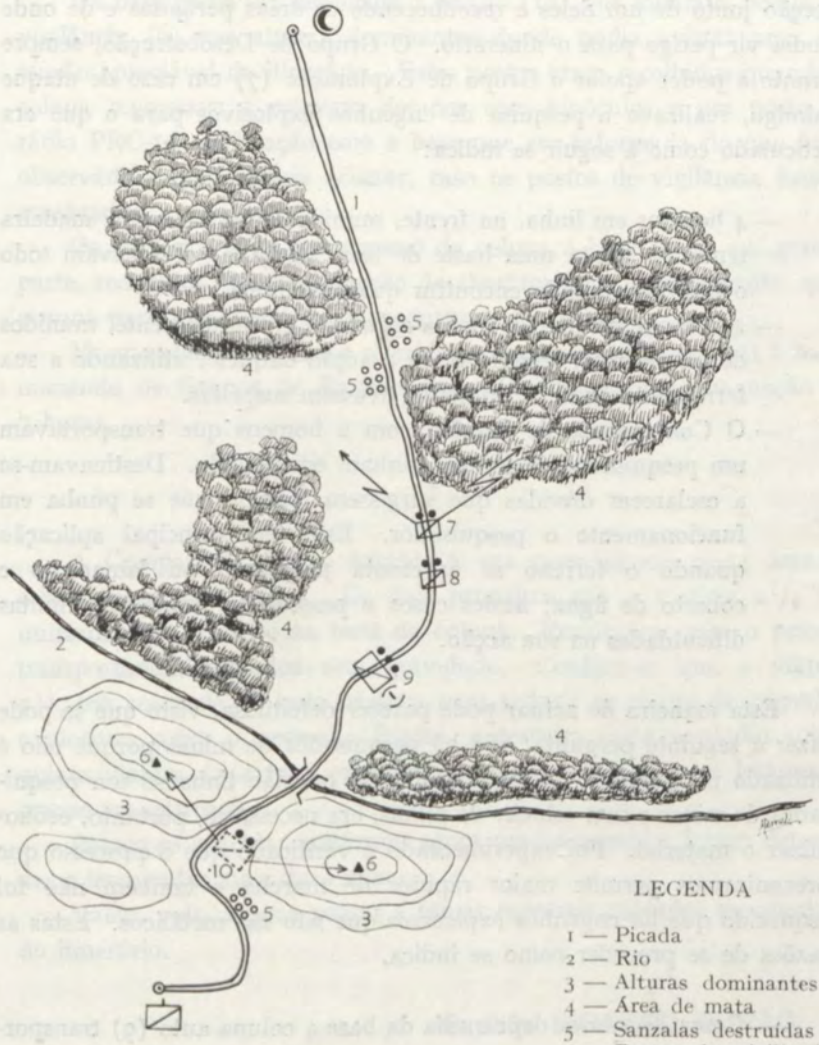
É evidente que o pessoal desta patrulha é sujeito a grande desgaste e não pode dar rendimento ao longo de um itinerário demasiado extenso. Pode ser necessário colocar à retaguarda desta patrulha, forças de reserva sobre viaturas que a ultrapassam passando a operar como novas patrulhas de abertura.

A solução mais adequada é dividir o itinerário em troços e encarregar as unidades com bases ao longo do mesmo, de patrulhar o troço a seu cargo.

Descrição de um caso real (ver figuras 1 e 2)

Uma Companhia de Cavalaria ocupava uma base que distava 25 km da localização do Destacamento de Intendência que a apoiava. O itinerário que a servia não era demasiadamente coberto, tinha mesmo extensões consideráveis que eram vistas de algumas elevações que o dominavam, contudo existiam alguns pontos que se prestavam à realização de emboscadas por parte de grupos inimigos. O inimigo actuava, quer colocando engenhos explosivos sobre o itinerário, quer montando emboscadas, revelando estar bem armado e manifestando apreciável agressividade. A área a percorrer apresentava aproximadamente o aspecto indicado na figura 2.

— Mal amanhecia eram lançados, apeados, ao longo do itinerário os Grupos de Exploração (7) e Desobstrução (8). Ambos se deslo-



LEGENDA

1 — Picada
2 — Rio
3 — Alturas dominantes
4 — Área de mata
5 — Sanzalas destruídas
6 — Postos de vigilância
7 — Grupo de exploração
8 — Grupo de desobstrução
9 — Comando, Reserva e Apoio
10 — Secção destacada

Fig. 2

cavam à vista, trabalhando o Grupo de Exploração, como já foi indicado, articulado em dois grupos de 4 homens, com o comandante de secção junto de um deles e reconhecendo as áreas perigosas e de onde podia vir perigo para o itinerário. O Grupo de Desobstrução, sempre pronto a poder apoiar o Grupo de Exploração (7) em caso de ataque inimigo, realizava a pesquisa de engenhos explosivos para o que era articulado como a seguir se indica:

— 4 homens em linha, na frente, munidos de um cabo de madeira tendo na ponta uma haste de ferro aguçada. Tacteavam todo o piso procurando encontrar qualquer mina.
— 2 homens em linha e logo a seguir ao grupo da frente, munidos de pá-picareta, completavam a acção daquele, utilizando a sua ferramenta onde os primeiros tivessem suspeitas.
— O Comandante de Secção, com 2 homens que transportavam um pesquisador de minas, vinham em seguida. Destinavam-se a esclarecer dúvidas que surgissem, para o que se punha em funcionamento o pesquisador. Este tem principal aplicação quando o terreno se apresenta pedregoso ou lamacento e coberto de água; nestes casos o pessoal da frente tem muitas dificuldades na sua acção.

Esta maneira de actuar pode parecer defeituosa, visto que se pode fazer a seguinte pergunta: «Se há pesquisador de minas porque não é utilizado na frente?». A Companhia em questão tinha só um pesquisador de minas e sem «stock» de pilhas, era necessário, portanto, economizar o material. Foi experimentado e verificado que o processo que preconizamos permite maior rapidez de marcha e também não foi esquecido que há engenhos explosivos que não são metálicos. Estas as razões de se proceder como se indica.

— Cerca de 1 hora depois saía da base a coluna auto (9) transportando o restante pessoal (2 secções) e constituída por: 1 viatura $2\,^1/_2$ ton (preparada com sacos de terra que se destinavam a reduzir os efeitos da explosão de qualquer engenho) na testa e que, no regresso, transportava os géneros do Destacamento de Intendência; 3 viaturas 3/4 ton. A coluna fazia alto ao alcançar os grupos de Exploração (7) e Desobstrução (8) e passava a deslocar-se por lanços. Os grupos referidos (7 e 8) eram rendidos logo que necessário. A coluna auto (9) encontrava-se dotada de um posto de Rádio AN/GCR-9 para ligação com a

base que se encontrava em escuta permanente e onde estava um grupo de Combate prevenido para acorrer se necessário.

Da base podia ser destacada 1 secção (10) que montava postos de vigilância (6) nas alturas dominantes donde podia avistar uma extensão apreciável do itinerário. Estes postos eram recolhidos quando a coluna regressava e estavam dotados com binóculos e um posto de rádio PRC-10 em ligação com a base que era informada do que fosse observado e que poderia acorrer, caso os postos de vigilância fossem ameaçados.

Os cuidados a ter no regresso da coluna à base eram, em grande parte, reduzidos, quer pela acção de abertura feita anteriormente, quer porque parte do itinerário se encontrava já vigiado.

Mesmo com os cuidados referidos, o pessoal vinha almoçar à base, iniciando os Grupos de Exploração e Desobstrução a sua acção às 7 horas.

*

A Companhia sofreu, durante a sua permanência nesta área, 3 rebentamentos de minas. Os dois primeiros sob a viatura $2^1/_2$ ton utilizada para o efeito na testa da coluna. Resultaram para o pessoal transportado ferimentos sem gravidade. Confiou-se que a viatura $2^1/_2$ ton colocada na testa bastava para reduzir os efeitos de engenhos explosivos sobre o pessoal. Porém, a terceira mina explodiu sob a quinta viatura (3/4 ton) causando a morte a 6 homens e ferimentos graves em outros 6.

Passou-se a actuar conforme agora preconizamos e foram detectadas e levantadas mais duas minas.

Valeu, pois, a pena passar a tomar especiais cuidados na abertura do itinerário.

Capitão RICARDO DURÃO

ÉTICA MILITAR

Por definição filosófica o homem é «um ser iminentemente social». Isto obriga desde logo à existência, em qualquer sociedade, de princípios próprios e tradicionais, adaptados ao nível respectivo, princípios orientadores de toda aquela actividade que o homem vai desenvolver no mesmo agrupamento. Com andar dos tempos tais princípios, com suas normas, estão de tal modo enraizadas que quase constituem preceitos legais cuja conservação é imposta à sociedade por cada um dos seus membros e individualmente pelo conjunto. Tais instituições passaram, então, a ser costume e este só difere das normas legais pelo facto simples de estas serem impostas e garantida a sua execução através do poder organizado.

Eis o fundamento da Moral ou Ética, conforme derive do latim «mos moris» (costume) ou do grego «Ethos» (costume também). É através deste costume que o homem tenta dirigir a sua actividade para atingir todas as suas finalidades espirituais: o bem, a felicidade, a virtude, o dever, enfim, todos os variadíssimos anseios que, tanto em momentos difíceis da vida como nas suas mais ingénuas manifestações, vão permitir responder às constantes e inevitáveis interrogações da sua consciência. A Moral é, portanto, uma ciência estreitamente ligada à nossa vontade.

É sabido que, geralmente, a nossa vontade supera todas as outras manifestações inaptas ou tendenciais do ser humano, como o instinto, a influência do meio social, quantas vezes a própria ignorância. E como ninguém é mau senão por ignorância, como dizia Sócrates, eis que a vontade é um poder interno, constantemente devotado ao nosso serviço e sempre apto a dirigir as nossas acções no sentido mais útil para as diversas finalidades. Se assim é então, cada um de nós vai, frequentemente, pôr esse poder em actividade e no sentido que mais lhe pareça realmente adaptado às condições que o rodeiam e, abstraída a ignorância, parece que «a priori» essa orientação será, individualmente, a melhor e a única de melhor sentido prático. E se cada um se preocupar

em exercitar o melhor possível a sua vontade, no sentido mais realista e prático para si e para os outros, então, indubitàvelmente, será frutífera, útil, produtiva a actividade desenvolvida e o resultado obtido.

Mas onde encontrar uma orientação unitária e social como esta? Qual será a sociedade onde as acções individuais, de tal modo concatenadas e orientadas, irão contribuir no todo para o bem comum? Não nos esqueçamos que a virtude moral no mundo físico, real e imperfeito é tantas vezes sobrepujada pelo egoismo, pelo mal, pelo prazer, pelos interesses mais diversos e prejudiciais! Esta é a sociedade positiva; a outra seria a irreal, a perfeita, aquela a que tendemos espiritualmente.

Mas entremos agora na nossa sociedade prática, positiva, naquela única que pode ter existência material e aí encontraremos as mais diversas organizações. Dentro dela existe uma Ética própria, plena de subdivisões, consoante a necessidade de adaptação dos seus preceitos àquelas diversas organizações; temos uma moral logo para o próprio Estado, uma moral no trabalho, no comércio, na indústria, uma moral nas relações privadas dos seus membros, uma moral militar. Abstraiamos de todas as outras e vejamos ùnicamente a existente naquela parte da sociedade a que, com propriedade, deveríamos chamar a família militar, em qualquer país que seja.

O que é a Moral existente nessa sociedade? Porque nasceu? Quais as suas determinações, os seus meios e os seus fins? Tudo isto são questões que nos propomos e que tentarei solucionar seguidamente.

Falou-se, há pouco, no homem como um ser iminentemente social; deste modo, e para que não se desumanize, ele tem de cumprir a missão que a sua sociedade lhe impõe, através duma escala de princípios a que se deve obdecer. A missão do homem está bem sentenciada no Génesis que, depois de o colocar acima de tudo quanto existe na terra, lhe chama pó e o condena a voltar ao mesmo pó. Sendo assim, o homem vai preparar-se para cumprir o que lhe foi imposto pela sua própria origem, lançando mão do seu poder espiritual e material, procurando o seu sustento numa colaboração mútua de esforço e trabalho.

Ele tem direitos e obrigações para consigo e para com os outros e vai ser objecto de alegrias e sofrimentos através da sua evolução constante nessa sociedade. Tem de respeitar os outros para se defender a si próprio ou procurar armas de defesa quando os outros tentam sobrelevar-se. A evolução prossegue no seu ritmo para o infinito e as raças e as sociedades principiam a entrechocar os seus ideais e os seus instintos e o homem tem de arvorar-se em soldado para se pôr na defensiva; mas ao mesmo tempo ele cria também a ofensiva e dos erros

desta só mais tarde os seus sucessores virão a sofrer os efeitos. Mas a tendência para o lado belicoso é cada vez maior e, apesar de se reconhecerem os inconvenientes enormes das lutas já passadas, o homem, assim mesmo, continua a lançar-se em novas lutas. A guerra e a força deixam de ser princípios totalmente contraditórios da justiça social para passarem a ser respeitados e impostos como direitos. Cada Estado soberano luta pelo pacifismo mas amarfanha-se na guerra, sempre em nome dos seus direitos sagrados e os exércitos surgem para defender a discórdia lavrada pelas superiores razões políticas. Populações inteiras são chacinadas e aniquiladas civilizações, sobretudo nas lutas coloniais dos séculos passados, só por não quererem aceitar submissão duma filosofia de superioridade e são invocados direitos como legítima defesa ou como a posse legitimada; e tudo isto em nome duma justiça positiva, real, feita pelo homem e para o homem, cujos princípios mais sãos vão ser objecto, através dos tempos, de contorsões e arranjos diversos para se adaptarem melhor à realidade e servirem de capa protectora aos defensores desse Direito. Isto, todavia, apesar de quase legítimo ou, pelo menos, real não é Moral, não se contem dentro dos princípios da Ética, qualquer que ela seja e, muito menos, naquela Ética rígida e disciplinada que orienta as relações castrenses. Mas a Ética, já o disse, não é coactivamente assegurada e daí só pelas nossas consciências e pela nossa formação poderá ser seguida.

Onde veremos nós um chefe militar, desprovido dos mais basilares princípios de Ética, conseguir dominar pela sua vontade os homens que comanda e que lhes devem obediência? Onde encontrar uma massa militar homogénea, com espírito de corpo, criada por alguém que desconhece tais princípios? Para dominar homens e conduzi-los ao combate é preciso primeiro prepará-los, criar vigor nos seus íntimos, orientá-los inteligentemente como soldados, dar-lhes sólidos princípios morais, tudo através duma acção disciplinada, de forte raciocínio compreensivo. O factor moral nos exércitos é um dos mais importantes para alcançar a vitória ou saber sofrer a derrota; a acção conjunta, coordenada, numa compreensão mútua de resolução de problemas e situações prepara os exércitos para a vitória; a glória está ao seu alcance e a fama vai cobri-los de prémios e de louvores. Mas se faltou o valor moral, essa acção de conjunto, a organização tìpicamente militar e o exército é batido, então os seus chefes serão apodados de responsáveis e é o próprio poder constituído, quantas vezes, a acusá-los de inúteis e incompetentes, aquele poder a que competia dirigir superiormente a formação das falanges e que, porventura, nessa acção não soube empregar

os seus melhores esforços na criação e educação dos homens para a paz e para a guerra, errando, mas em nome dos que agora acusa.

Tem, portanto, de haver na constituição de um exército, uma razão forte de estrutura moral. Se a diplomacia de um país é impotente para solucionar esta ou aquela questão externa de importância basilar, pode o exército vir a ser instrumento de defesa da integridade nacional, e isto, sejam quais forem os ideais políticos dessa nação ou os seus princípios doutrinários e governativos. O exército é, agora, a única fé existente e com ele se vão fazer todos os esforços, despender todos os sacrifícios para salvaguardar a honra, o prestígio, o bom nome nacional. Mas se o exército é um núcleo onde se congregam todos estes esforços então a Nação não deve poupar-se a sacrifícios, na paz como na guerra, para possuir sempre uma força que, posta a actuar, a vá resgatar dos vexames e das indignidades a que foi votada. O exército deverá ter o máximo em conforto moral e físico, em organização, em dignidade, para ter sempre estímulo para continuar, para cumprir nas piores contingências, para nunca desfalecer.

Pode um exército dispor do material mais moderno, pode o seu conjunto estar o mais adestrado tècnicamente, se não houver a consciência perfeita do dever militar e da disciplina, não pode haver espírito combativo. Este não se faz à força no homem, só se adquire com uma aturada educação e preparação moral e esta só se alcança através duma Ética militar de princípios sólidos, bem orientada e seguida que será a principal preocupação dos comandantes e, primeiro que tudo, dos dirigentes nacionais. Sem uma forte formação moral bem enraizada não há exército que prossiga e leve a bom termo a alta missão de desafrontar o seu país, de lhe devolver a honra e o prestígio perdidos ou ameaçados. É por este facto que são sempre repudiados os exércitos de mercenários. Um exército é uma força nacional e esta terá de ser construída por valores nacionais que compreendam os seus problemas pátrios e que tenham a vontade firme de os resolver pelo seu sangue, se necessário for. E nada mais natural para se começar do que o próprio amor pátrio que existe nato em cada um de nós, às vezes recalcado, mas sempre com vida nem que seja latente. Necessário é, depois, uma acção bem dirigida e coordenada para pôr em alto nível esse valor esmorecido. Demos, pois, ao exército tudo o que ele precisa, rodeêmo-lo das comodidades mais elementares, façamos sacrifício para bem dotar a nossa força nacional; não nos poupemos a esforços para que o soldado se sinta sempre bem. Assim teremos a consciência de contribuirmos com o nosso melhor para a valorização nacional que é a afirmação do nosso

próprio valor e da nossa dignidade. Nada de ser mesquinho, egoísta, interesseiro; valorizemos a tropa pois que, indirectamente, nos estamos a elevar.

E isto tudo apesar do exército ser uma necessidade imprescindível; mas já que a humanidade se deixou chegar ao ponto de o constituir, ele é agora uma força, a mais legal, que temos plena obrigação de valorizar com o nosso melhor esforço, já que a mútua compreensão é impossível neste nosso orbe imperfeito, rudimento, talvez, de um mundo melhor.

E com todo este esforço colectivo, com a tarefa que pertence aos chefes, de modelar as almas e os corpos, de fazer nascer uma crença, de robustecer aqueles homens rudes que vão lutar pela Nação, de estimular as suas virtudes e os disciplinar, consegue-se obter uma sólida formação moral que, tanto na paz como na guerra, nas suas casas ou nos quartéis como nos campos de batalha, fará lembrar aos mesmos homens, para toda a vida, aquela triste figura que eram dentro da sua antiga ignorância. E foi a máquina militar que, tentando fazer homens dignos para a defesa da Nação, conseguiu esta obra brilhante e mais valiosa ainda que as vitórias que possam alcançar sobre o inimigo. Fizeram-se homens para a Nação, que são nossos irmãos, acalentados pelos nossos mesmos ideais; elevou-se o nível daquela casta ignorante agarrada às tradições seculares, incapaz de se cultivar para si própria, e a tal ponto que se fizeram duas obras: dignificou-se o homem para a nação e a esta deu-se a dignidade para que ela continui a atribuí-la aos seus filhos.

E foi através da educação militar, do esforço e da perseverança, do amor pátrio e do bom senso que se conseguiu obter uma obra assim.

Há que ter, pois, sempre em grande atenção, os factores morais da educação dos exércitos; primeiro é necessário uma devoção pela causa que se defende, depois há que lhe aplicar a nossa melhor parte de inteligência para se conseguir, através dum comando eficiente e duma disciplina bem coordenada, uma forte camaradagem, amor próprio e pátrio, orgulho e espírito de coesão e de força.

E dentro disto não nos esqueçamos jamais, ou melhor, que os poderes constituídos nunca o esqueçam, daquela frase célebre do nosso maior Poeta:

«O FRACO REI FAZ FRACA E FORTE GENTE»

Ten. Mil.º SANTOS VALE

BLINDADOS DE CAVALARIA

Por ocasião da visita que fizemos a França, Inglaterra e Alemanha, fazendo parte da missão chefiada por Sua Ex.ª o General Chefe do Estado-Maior do Exército, tivemos ocasião de assistir a experiências com vários tipos de viaturas militares de indiscutível interesse.

Referir-nos-emos apenas às que sejam de emprego corrente nas Unidades de Cavalaria, cumprindo-nos esclarecer que, quanto a preferências, emitimos apenas a nossa opinião pessoal e que dela apenas somos, portanto, os responsáveis.

FRANÇA — Vimos vários tipos de viaturas, interessando especialmente as seguintes:

A. M. L. — 245 — Panhard

Carro de Combate A. M. X.

Vejamos a **A. M. L. — 245 — Panhard.**

Tem duas versões:

a) *A. M. L. — 245, equipada com 1 canhão de 90 mm, 1 metralhadora coaxial 7,62 (ou 7,5) e 1 metralhadora anti-aérea.*

Peso: 5000 kg em ordem de combate, caixas automáticas (sem pedal de embraiagem), com 6 velocidades para a frente e 1 para trás, voltando num raio de 5,250 m.

Munições do canhão: Carga oca perfurante com dispositivo estabilizador anti-rotação (descrito adiante).

Autonomia: Em estrada: cerca de 600 km; Em terreno variado: cerca de 7/8 horas.

Guarnição: 3 homens (condutor, atirador e chefe de carro-operador rádio).

Velocidade: 95 km, máxima em estrada; 40 km, velocidade média.

Blindagem: Anti-espingarda e anti-estilhaços; Perfil adaptado a aumentar os ângulos de incidência dos projécteis (superior e inferiormente).

Travões: Hidráulicos eficazes.

b) *A. M. L. — 245, equipada com 1 lança-granadas de 6 cm de carregamento pela culatra e 2 metralhadoras 7,62 (ou 7,5).*

Nota: As 2 metralhadoras podem ser substituídas por 1/12,7.

Peso: 4500 kg em ordem de combate.

Restantes características: Iguais às do modelo indicado em *a*).

Considerações: Não foi possível à missão verificar as condições de habitabilidade da torre e lugar do condutor; demonstrou boas condições para todo o terreno; os pneus depois de furados aguentam 80 km; tem duas portas laterais de saída para a tripulação, o que é muito de considerar em caso de acidente; quer um, quer outro modelo possuem condições de poder e mobilidade de fogo quer em alcance, quer em direcção.

Nota: A construção duma A. M. L. TP, para 6 pessoas, com as características e chassis da A. M. L., parece ter sido abandonada pela Fábrica.

Carros de combate A. M. X. (também conhecidos pela família las 13 Ton.):

Foram-nos mostradas várias versões assentando sobre o mesmo chassis:

a) *CC A. M. X. 13 Ton. com canhão de 105.*

Peso: Em ordem de combate: 14850 kg.
Velocidade em estrada: Máxima, 60 km/h; Média, 40 km/h.
Velocidade em terreno variado: Cerca de 8 horas.
Motor: 8 cilindros horizontais arrefecidos por água.
Consumo: Em estrada: 130 litros/100 km; Em todo o terreno: 55 litros/hora.
Autonomia: Em estrada: 340 km; Em todo o terreno: 8 horas.
Transmissão: Caixa clássica, com 5 velocidades para a frente e 1 para trás.
Pontarias: Hidráulica e manual, tanto em elevação como em direcção. Ângulos de tiro de $-6°$ a $+13°$.
Velocidade de rotação da torre: 360° em 12".
Munições: 35 granadas de 105; 18 carregadores de metralhadora de 200 tiros cada.
Armamento: Canhão de 105, de velocidade inicial de 800 m/s, com capacidade perfurante de 360 mm a qualquer distância e de carregamento semiautomático por rodísios (semelhante ao EBR); 1 metralhadora coaxial 7,62 ou 7,5; 1 metralhadora antiaérea ou de defesa imediata do mesmo calibre; 4 tubos lança-fumos.
Guarnição: 3 homens.

b) *CC A. M. X. 13 Ton., com canhão de 75, de 1000 m/s de velocidade inicial para a granada perfurante e 800 m/s para a explosiva.*

Perfuração: 170 mm a 1000 m; 140 mm a 2000 m.
Munições: 37 granadas de 75 mm.
Restantes características: Iguais às do modelo indicado em *a*).

c) *CC A. M. X. 13 Ton., com canhão de 75 e lança SS-11 (anticarro).*

Peso: 15300 kg, em ordem de combate.

Em tudo semelhante aos anteriores, está equipado com uma rampa de lançamento de mísseis SS-11, em número de 4, com o alcance de 3000 m e com um dispositivo de pontaria para os mísseis comandado da torre.

d) *Canhão autopropulsionado de 105.*

Peso em ordem de combate: 16250 kg.

Armamento: 1 obus de 105.

Alcance máximo: 14500 m.

Peso do projéctil: 16 kg.

Aparelho de pontaria: 1 goniómetro corrector de desvios até 170 mm; 1 luneta anticarro.

Defesa próxima: 1 torreta com 1 metralhadora de 7,62.

Munições: 56 granadas.

Guarnição: 5 homens.

Autonomia: Em estarada, 320 km; Em terreno variado, 7 a 7,30 horas.

Restantes características: Semelhantes às dos modelos anteriores.

Utilização: Clássica e para dotação das Unidades Blindadas e de Reconhecimento.

e) *Canhão autopropulsionado com casamata rodante de 105.*

Casamata protegida contra armas automáticas e estilhaços de granada.

Pode variar os elementos de tiro quer em alcance quer em direcção.

Cadência de tiro: 6 tiros em 20".

Disparo: Electromecânico.

Restantes características: Iguais às do modelo indicado em *d*).

f) *Veículo blindado de TP.*

Peso: 14 Ton.

Capacidade: 12 homens armados mais o condutor, podendo o pessoal atirar e observar o terreno, a coberto da blindagem.

Torreta armada com metralhadora 7,62, 7,5 ou 12,7.

O interior do veículo pode ser pressurizado, permitindo a travessia duma zona contaminada.

Restantes características: Iguais aos CC A. M. X.

Nota: Uma versão para carro de comando admite a instalação de 1 PC, com mesa para escrever, por cartas, etc. Transporta ainda 2 operadores-rádio, tendo uma capacidade total de 9 homens e 1 condutor.

g) *Veículo blindado porta-morteiro 120 PEPA.*

Permite o tiro de morteiro feito de bordo ou do terreno, para o que dispõe de um prato-base.

Guarnição: 4 homens e 1 condutor.

h) *Veículo de carga blindado.*

Destinado ao transporte de munições e de material. Pode rebocar um atrelado lagarta de 3 Ton.

Guarnição: 2 homens e 1 condutor.

i) *CC A. M. X. de desempanagem.*

Pode levantar 5 e rebocar 15 Ton.

j) *CC para transporte de feridos.*

Permite o transporte de 7 feridos (3 deitados e 4 sentados), além de 2 enfermeiros e 2 homens de tripulação.

Restantes características: Iguais às do TP A. M. X., podendo o seu interior ser pressurizado.

Considerações sobre a família A. M. X.:

Àparte um «porta-ponte» que me pareceu excessivamente carregado e que não se descreve por não estar ainda, ao que parece, inteiramente provado e experimentado, esta série de material apresenta-se com características muito interessantes.

Dotado de grande mobilidade em terreno variado e de notável velocidade em estrada, o CC A. M. X., pelo poder do seu armamento (especialmente o equipado com o canhão de 105), pode fazer frente a carros

muito mais pesados, como os da família «PATTON» (M47, M48 e M60) que não estão melhor armados.

Além do mais, há tipos de munições do canhão 105 que estão, segundo fomos informados, carregados com cargas ocas, tendo os projécteis, ou as cargas, dispositivos especiais anti-rotativos.

Parece tratar-se dum dispositivo helicoidal do reservatório da carga oca de passo igual e de sentido inverso do das estrias numa versão; e da saída automática de «aillettes», logo que o projéctil deixa a boca de fogo, noutra.

No entanto, não pode a missão informar-se da eficácia deste tipo de munições, por não lhe terem sido mostradas, nem o seu funcionamento explicado em detalhe.

Como principais inconvenientes deste tipo de material, poderá apontar-se:

1 — Fraca blindagem, especialmente da torre.
2 — Caixas de velocidades clássicas (sem automatismo), o que representa a necessidade duma prolongada aprendizagem e consequente desgaste do material.

Apesar destes inconvenientes, quem dera poderem-se equipar com A. M. X. as nossas unidades de carros, especialmente as secções e os esquadrões de carros das unidades de reconhecimento.

INGLATERRA — Apenas se fará aqui referência às três viaturas blindadas de reconhecimento:

«FERRET» — «SARAGEN» — «SALADIN»

1 — **Ferret**

Foram-nos mostradas as 3 versões: MK1/1, MK1/2 e MK2/3.

Descreveremos a última das versões, dado que as duas primeiras não têm torre blindada, não interessando portanto para unidades de reconhecimento, especialmente nos teatros de operações ultramarinos.

FERRET MK2/3

Equipada com 1 metralhadora 7,62 (ou 7,5), montada sobre uma torre blindada de deslocação manual.

Peso: 4395 kg em ordem de combate.

Transmissão: Caixa pré-selectiva com 5 velocidades e redutor com inversor de marcha, voltando num raio de 11,59 m.

Autonomia: Em estrada, cerca de 300 km; Em todo o terreno, cerca de 3 horas.

Guarnição: 2 homens (condutor e chefe de carro, operador rádio e atirador).

Velocidade: Máxima em estrada: 90 km; Média 72 km (???).

Blindagem: Antiespingarda e antiestilhaços. Perfil adoptado a aumentar a incidência dos projécteis na parte superior, sendo na inferior quase plano.

Travões: Hidráulicos (servo freio) e eficazes.

Considerações: A habitabilidade da guarnição é boa. Demonstra boas condições para o terreno variado. Os pneus depois de perfurados aguentam cerca de 90 km. Não tem saída de emergência. Só pela torre o que representa uma grande inconveniência, sob o ponto de vista de segurança da tripulação. Tem fraco poder de fogo.

O facto de só comportar 2 homens de guarnição é um inconveniente grave, especialmente nas províncias ultramarinas. A inutilização de um membro da guarnição implica a neutralização, ou do poder de fogo, ou do movimento da viatura.

Tem arrefecimento por água, o que também é inconveniente, especialmente nos climas quentes, tanto mais de assinalar, quanto é só de 20 e poucos litros a capacidade do depósito. É, no entanto, uma viatura que deu as suas provas, quer na Argélia, quer no Quénia, quer na Birmânia.

Se a Panhard não fabricar carro TP assente em chassis A. M. L., a aquisição desta autometralhadora dará a vantagem de possuir peças em comum com a «Saracen», que se descreve a seguir.

2 — Armoured Carrier 6 × 6 MK 2 (Saracen)

Peso: Cerca de 10 Ton. em ordem de batalha.

Transmissão: Caixa com mudanças pré-selectivas de facilidade de condução.

Boa habitabilidade no interior, equipado com ventoinhas de refrigeração de ar.

Muito boa conduta em terreno variado (pode andar sem duas das seis rodas, desde que não sejam do mesmo lado).

Equipado com uma torreta com 1 metralhadora Browning 7,62 (ou 7,5) e dispositivo para 1 metralhadora antiaérea e de defesa próxima.

Transporta 12 homens e 1 condutor.

3 — **Armoured Car 6 × 6 MK 2 (Saladin)**

Pràticamente com as mesmas possibilidades e peso do anterior.

Boa habitabilidade da torre que tem uma blindagem à prova de bala de metralhadora e de estilhaços de granada de artilharia.

Armado com 1 canhão de 76 mm, de tiro rápido e 2 metralhadoras 7,62 (ou 7,5), uma das quais acoplada.

Guarnição: 2 homens com as mesmas funções que na Ferret.

*

Meses depois da nossa visita a França, precisamente na parada do 14 de Julho, desfilaram alguns carros de combate A. M. X. 30, que não vimos mas de que já tínhamos ouvido falar.

Segundo as características que vieram a público, parecem ser realmente de muito interesse, pois, com peso relativamente limitado, apresentam grandes possibilidades quanto ao poder de fogo, mobilidade e protecção contra radiações atómicas.

A Inglaterra apresentou também recentemente, um tipo de autometralhadora «Dragon» e o carro de combate pesado «Chieftain», que não vimos por ocasião da nossa visita.

O «Dragon», segundo o catálogo, apresenta alguns melhoramentos de interesse, como, por exemplo, o motor policarburante, bom comportamento em todo o terreno, etc., etc.

Não se sabe, pelo catálogo, do seu peso, e este detalhe, para utilização no Ultramar, tem muito interesse.

Quanto ao CC «Chieftain», com um peso em ordem de combate da ordem das 52 Ton., apresenta-se com uma silhueta moderna (muito baixa) e com um forte armamento (canhão de 120 mm com grande velocidade inicial).

Pelo seu preço e características, não interessa especialmente ao nosso exército.

Conclusões Finais:

Nos materiais que observámos, há que distinguir particularmente a A. M. L.-245 (especialmente na versão em que é equipada com 1 lança-granadas de 6 cm e 2 metralhadoras 7,62) e a Scout car Ferret MK 2/3.

Destas duas, aquela que mais interesse apresenta é a A. M. L.-245 Panhard, quer sob o ponto de vista de concepção, quer no de poder de fogo, quer no de facilidade de fornecimento, quer ainda no de facilidade de manutenção e reparação, tendo em vista que os seus sobressalentes são mais fáceis de encontrar no mercado.

Emprego destas viaturas nas Províncias Ultramarinas — No caso de não se fabricar nas Oficinas de Panhard um auto TP sobre o mesmo chassis da A. M. L., poderá recorrer-se, por exemplo, ao Unimog, a que se aplicariam blindagens laterais e inferiores, dado que o seu custo é muito inferior ao de quaisquer outras viaturas destinadas ao mesmo fim. No entanto, é óbvia a vantagem de montar com o mesmo material os Pelotões de Reconhecimento.

Deverá ter-se igualmente em consideração que as viaturas blindadas de reconhecimento (A. M. L.-245 ou outras), devem estar organizadas em Esquadrões de Reconhecimento, que por sua vez se fragmentarão em Pelotões e estes em Secções.

A orgânica deverá ser estudada de modo a assegurar a eficaz manutenção destas viaturas, pois, sem isso, não haverá material que resista e ter-se-ão dispendido somas importantes em pura perda.

Essas unidades seriam colocadas estratègicamente de modo a poderem cobrir as áreas que mais interessassem e a fornecer, dentro delas, as missões de que fossem incumbidas.

Torna-se necessário dotar cada Esquadrão com 1 Pelotão de Manutenção e que a todos os membros da guarnição das A. M. L. sejam ministrados ensinamentos de mecânica, de manutenção e de condução.

Assim, cada E. Rec. teria, além dos órgãos de comando, 3 Pel. Rec., com a seguinte composição:

— Comando: 1 viatura A. M. L.;
— 2 Secções, podendo cada uma ser assim constituída:

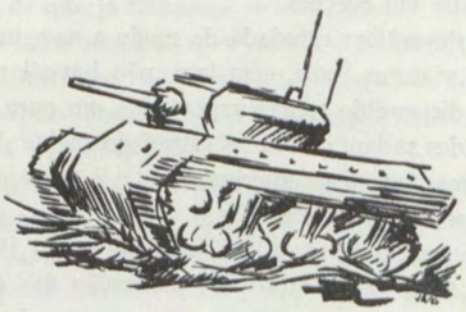
1 viatura A. M. L.;
2 viaturas UNIMOG.

Deste modo poderia o Pel. Rec. ser fragmentado em 2 secções, prestando-se a várias combinações:

— 2 A. M. L. (uma do Comando) e 2 TP;
— 1 A. M. L. e 2/3 TP, etc., etc.

Atribuir com carácter permanente viaturas blindadas a batalhões ou grupos, sem lhes fornecer meios mecânicos especializados, parece ser erro grave que convém evitar.

Coronel REYMÃO NOGUEIRA



Instrução Individual do Combatente

Tiro Real em terreno variado

Tendo em consideração que a finalidade do combate é pôr o adversário fora do campo de batalha causando-lhe o maior número de baixas, este objectivo só será conseguido através duma elevada concentração de massa de fogos ou da realização dum tiro de precisão — tiro a matar — ou seja grosso modo aquele em que o atirador onde põe a vista coloca o projéctil.

A parte final desta afirmação é tanto mais verdadeira quanto é certo que a campanha que desenvolvemos no nosso Ultramar é de moldes totalmente diversos da guerra clássica e em que o adversário excepcionalmente se encontrará concentrado, mais ainda, nunca se sabe o momento e as circunstâncias em que surge.

Daqui resulta a necessidade de os nossos soldados na sua totalidade, e particularmente os ali destinados — a hipótese de não poder ser extensiva a todos — receberem uma instrução de tiro extraordinàriamente cuidada, e na qual não só se ministre o tiro de carreira quer básico, quer de aperfeiçoamento, mas sim o «tiro real em terreno variado» no qual se associam as missões de tiro pròpriamente ditas às de combate, o que além do mais, criando uma situação tão real quanto possível da do combate, desperta o interesse do atirador, afastando-o da monotonia das linhas de fogo da carreira de tiro, e daí a consequente elevação da sua eficiência como combatente.

Executado inicial e individualmente o tiro real em terreno variado, aliás preceituado pela Repartição de Instrução do EME, deverá ser, posteriormente, efectuado por grupos de atiradores (equipas de combate) ao nível de secção integrados dentro de situações tácticas muito simples.

Estamos convencidos que a sua aplicação alteraria favoràvelmente a diminuta percentagem aproximada de 10% de «bons atiradores» verificada nas unidades destacadas no nosso Ultramar.

*

No GDCC e integrado na instrução de Tiro do Quadro Permanente relativo ao ano findo, por proposta de um oficial então recentemente regressado do Comando duma Companhia em acção na Província de Angola, foi executado, a título experimental, (depois da realização das restantes tabelas de tiro do P. B. T. como complemento destas) o «tiro real em terreno variado» para aquelas praças que particularmente poderiam, em primeira instância, ser chamadas a intervir no Ultramar, ou sejam das especialidades de «atirador-explorador, condutor-auto e armas pesadas».

Realizou-se apenas para o atirador isolado e verificaram-se então graves erros de execução por parte deste e que, no campo de batalha se pagam caro e redundam em detrimento de eficiência operacional das unidades a que pertencem. Assim citam-se os mais salientes:

— O atirador batido pelo fogo inimigo não se deita imediatamente e procura um abrigo donde possa utilizar a sua arma, mas sim fica muito simplesmente de pé e oferecendo a totalidade do seu corpo como alvo!
— Pouco cuidado em dosear as munições — disciplina de fogo.
— Esquecimento de carregar a arma (caso particular da espingarda de repetição) depois de ter passado um grupo de alvos.

A realização deste tiro implica a selecção do terreno que convém ser ravinado (segurança de tiro) e para o qual se apresenta a seguir um esquema duma região com condições para este género de instrução de tiro descrito (fig. 1). Como é evidente não se pode olvidar a montagem da segurança em torno da região.

Numa 1.ª fase ao atirador isolado (depois secção) que se desloca segundo um determinado percurso surgem-lhe a distâncias entre os 100 e os 50 m, sucessivamente e por tempo determinado, alvos (fig. 2) que estão ocultos no mato e são accionados por um cordel dum abrigo por um simples dispositivo constituído por um carro de linhas vazio (servindo de roldana) pregado numa árvore e contra os quais terá de fazer o tiro ajustado.

O atirador que é controlado na sua deslocação por um graduado que o segue e anota as suas reacções e resultados do tiro efectuado, é alertado do início por um tiro com bala simulada, após o que começam a surgir os alvos figurando o inimigo.

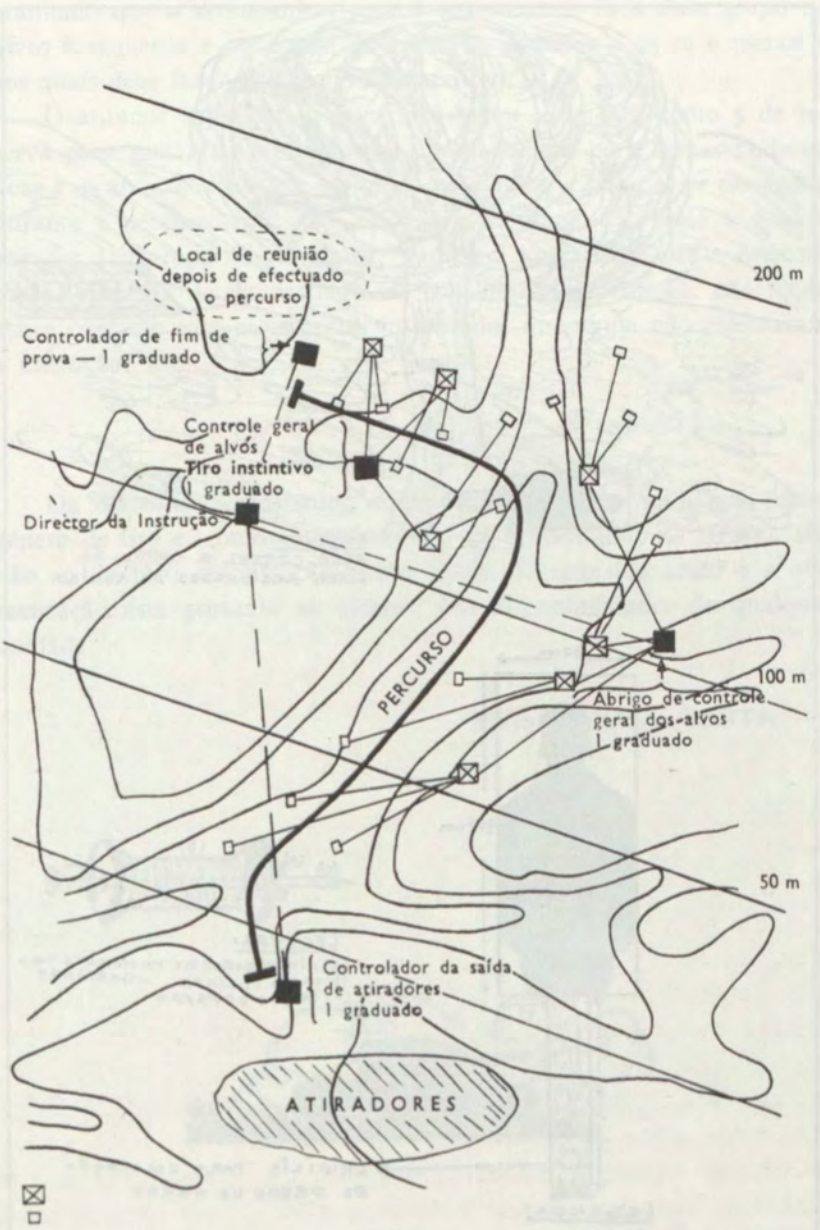

Local de reunião depois de efectuado o percurso
Controlador de fim de prova — 1 graduado
Controle geral de alvos Tiro instintivo 1 graduado
Director da Instrução
PERCURSO
200 m
100 m
50 m
Abrigo de controle geral dos alvos 1 graduado
Controlador da saída de atiradores 1 graduado
ATIRADORES

Fig. 1

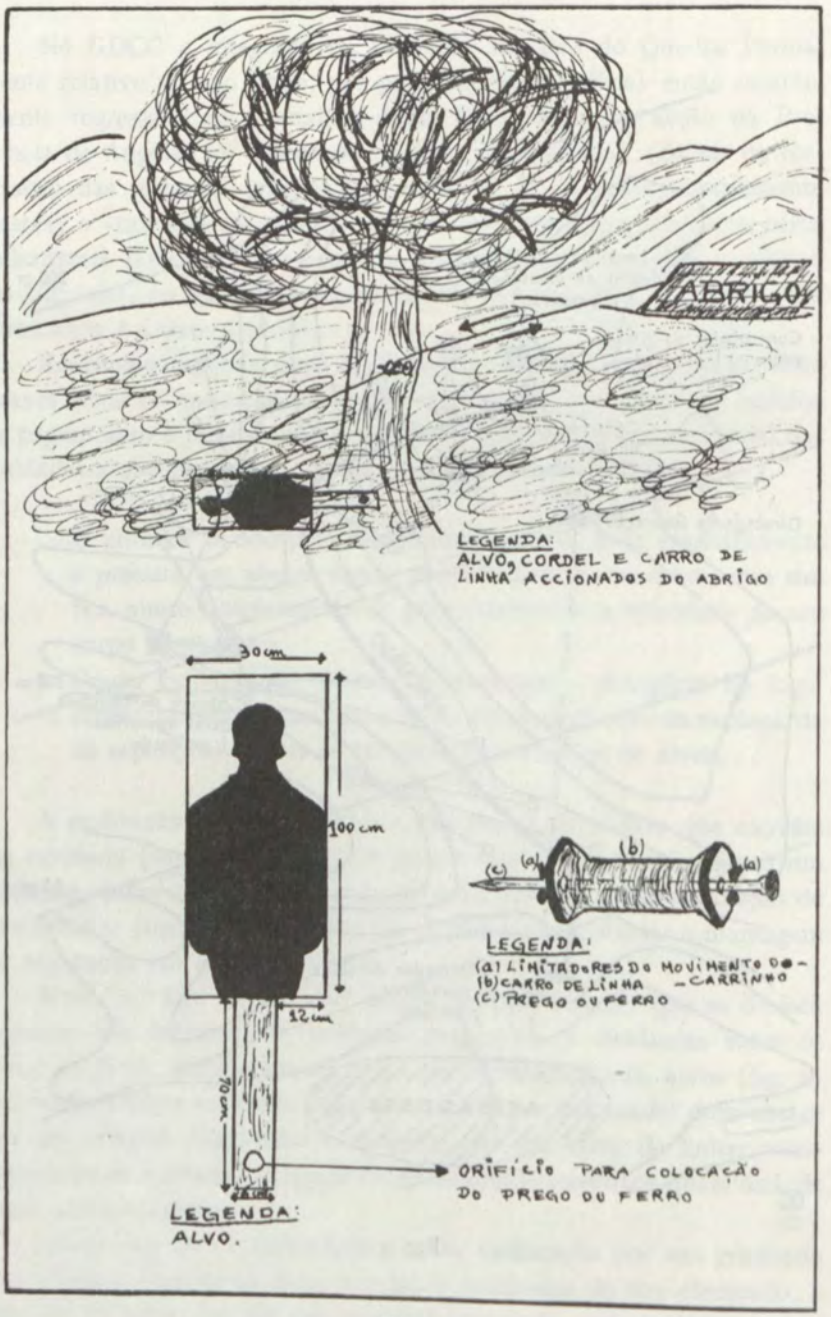

ABRIGO
LEGENDA:
ALVO, CORDEL E CARRO DE LINHA ACCIONADOS DO ABRIGO
30 cm
100 cm
12 cm
70 cm
ORIFÍCIO PARA COLOCAÇÃO DO PREGO OU FERRO
LEGENDA:
ALVO.
(a)
(b)
(c)
LEGENDA:
(a) LIMITADORES DO MOVIMENTO DO CARRINHO
(b) CARRO DE LINHA
(c) PREGO OU FERRO

Fig. 2

Numa 2.ª fase o atirador novamente em progressão (à ordem do graduado que o acompanha) recebe um ou mais tiros dum grupo de alvos à esquerda e ou direita do percurso situados a 25 m e menos e aos quais deve fazer face com tiro instintivo.

O atirador transportará 2 cartuchos por alvo bem como 5 de reserva para armas de repetição ou o proporcional para armas automáticas e os alvos deverão ser tantos que obriguem a arma a ser carregada durante o percurso que só é efectuado num sentido, findo o qual o atirador (ou grupo de atiradores) reune em local prèviamente determinado (diferente do da partida) até conclusão da instrução, não tendo assim contacto com os restantes instruendos que ainda não efectuaram a instrução.

*

Os dispositivos acabados de descrever para a realização deste género de tiro e, como já foi referido, experimentados no GDCC, são não só de fácil manufactura como ainda de reduzido custo e a sua realização está portanto ao alcance das disponibilidades de qualquer unidade.

Major SOUSA COSTA

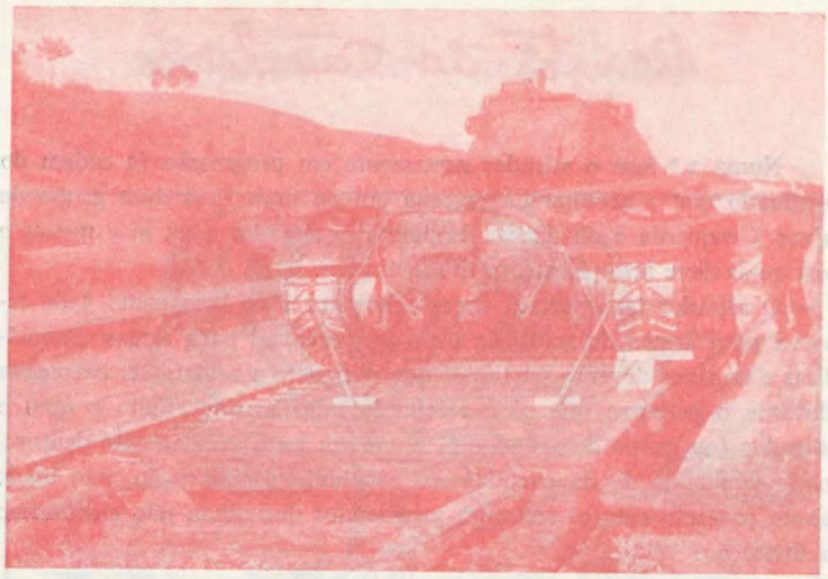


Fig. 1

Embarque em Caminho de Ferro de um Carro de Combate M47

É sabido já que quando há uma distância grande a percorrer — superior a 200 km — com uma unidade equipada com carros de combate não se faz um deslocamento, por via ordinária, a não ser que não haja outro meio. Seria muito moroso e além disso seria um enorme gastamento para este material. Então o que se faz? Faz-se o transporte. Este pode ser feito utilizando diversos meios tais como os aviões, os helicópteros, os barcos, as zorras automóveis e o caminho de ferro. É este último que irei focar.

Vejamos então o que é preciso fazer para embarcar a nossa Unidade com o nosso material.

Vamos abstrair do número de viaturas que temos de transportar e de tudo o que se relaciona com preparações a fazer pelos adjuntos do Esquadrão sejam elas sobre o que forem. Vamos sim tratar do embarque pròpriamente dito de *um* CC M47.

Para o tal CC que vamos embarcar temos de preparar um certo material que poderá ser mais ou menos aperfeiçoado conforme a situa-

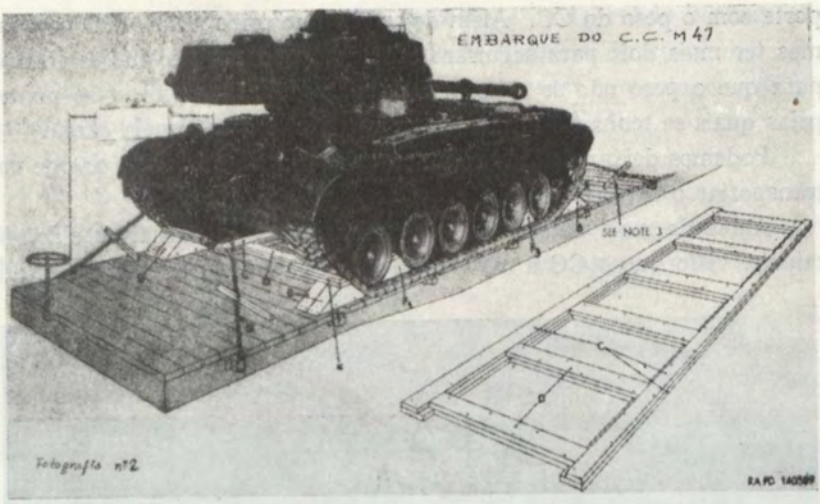


Fig. 2

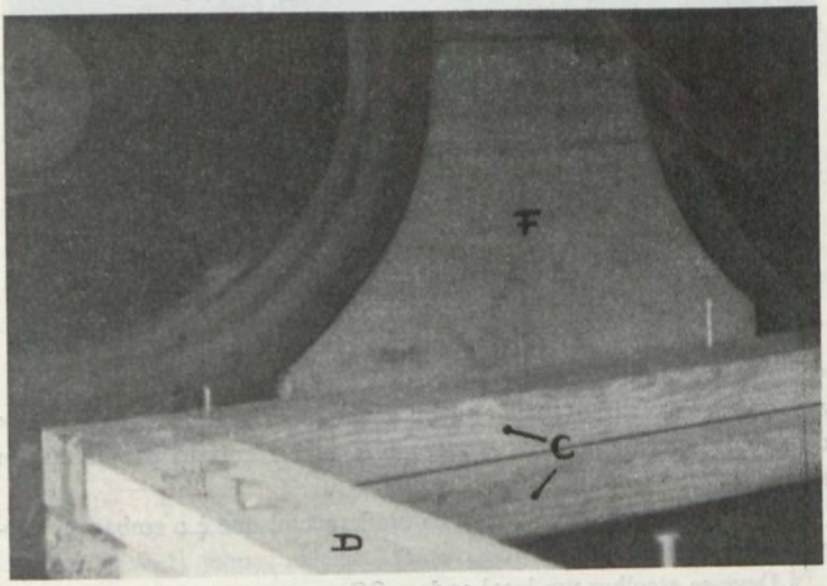


Fig. 3

ção em que nos encontramos e conforme também as disponibilidades em tempo e materiais.

Antes de continuarmos a tratar dos materiais acessórios vamos colocar o CC no vagão. Este tem de ser naturalmente, um vagão que su-

porte com o peso do CC. Além do vagão que transporta o CC precisamos ter mais dois para seguiram vazios na composição que se formar para que o peso não se concentre num pequeno intervalo e as pontes pelas quais se tenha de passar possam aguentar com aquela carga.

Podemos deixar de lado os dois vagões a mais e falar só no que vai transportar o carro de combate.

Antes de mais nada temos de retirar, se já o não tiver sido, os taipais, visto que o CC é mais largo que os vagões normalmente utili-

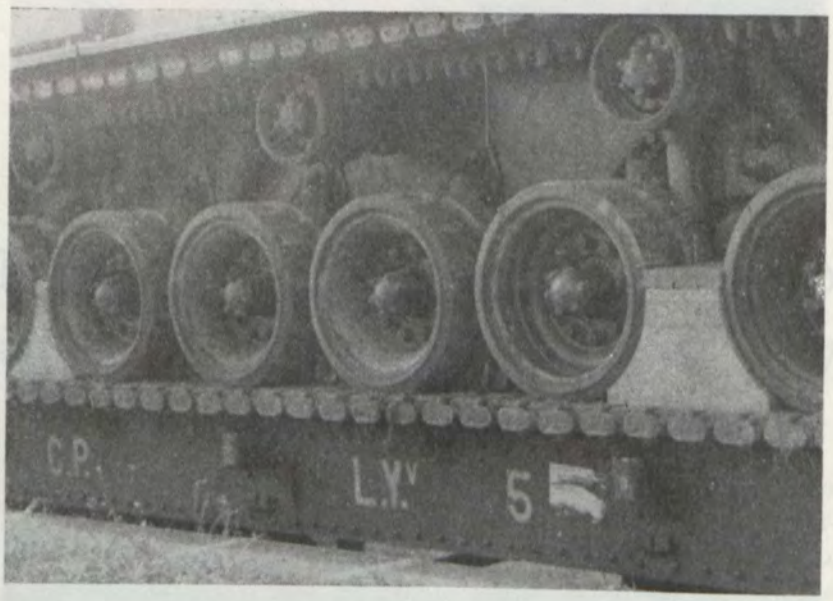


Fig. 4

zados para o seu transporte e, além disso, se irem utilizar como pontos de apoio os locais onde os prumos dos taipais entram para se poder espiar o CC.

Agora entremos no que é mais fundamental que é o embarque pròpriamente dito.

Deve-se escolher um local onde o CC possa entrar de topo e sempre de modo que passe do cais de embarque para o vagão sem ter desníveis a vencer.

No intervalo entre o vagão e a plataforma e sobre os pára-choques colocam-se tantas chulipas quantas as necessária para dar uma continuidade entre esta e o soalho do vagão. Este tem de ser travado e calçado.

Deve-se fazer com que o CC se coloque de tal modo no cais que entre para o vagão sem ter necessidade de mudar a direcção.

Depois do CC estar no vagão vai-se proceder à montagem de um caixilho duplo, dos calços e de o espiar.

O que é e como é constituído este caixilho?

É um conjunto de tábuas de diferentes medidas que após a sua montagem por baixo do carro e entre as lagartas são pregadas ao soalho do vagão para limitarem movimentos laterais do carro de combate.

A sua constituição é a seguinte:

— 2 tábuas de 387 × 15 × 5 (C)
— 6 tábuas de 204 × 10 × 5
— 2 tábuas de 387 × 10 × 5 (C)
— 6 tábuas de 191 × 9 × 5 (D)

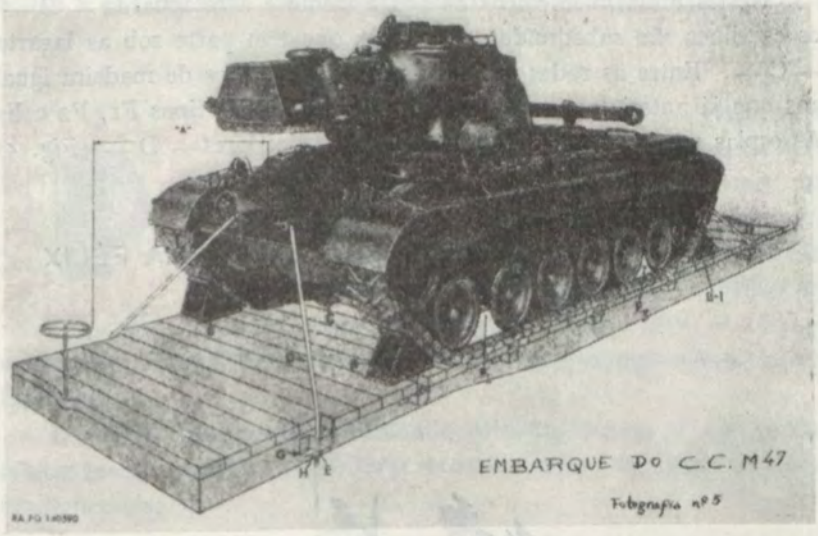


Fig. 5

Em seguida vamos calçar o CC e então vamos utilizar uma série de calços.

Os calços a utilizar são os seguintes:

— Tipo B *(Fig. 1)* 8
— Tipo F1 *(Fig. 2)* ..... 2 utilizáveis à frente do lado esquerdo
— Tipo F2 *(Fig. 3)* ..... 2 utilizáveis à frente do lado direito
— Tipo F3 *(Fig. 4)* ..... 4 utilizáveis à retaguarda

Os calços de tipo B não são suficientes e então sobrepõe-se-lhes duas tábuas em cada pá e ao mesmo tempo estas servem para tornar o par mais solidário.

Entre os calços F1, F2 e F3 que também são um par entre cada duas rodas de trilho consecutivas se coloca uma tábua a pregar futuramente para o mesmo fim das anteriores.

Além deste material em madeira ainda temos a considerar mais 4 ripas cujas medidas são 100 × 10 × 4 que servirão para esticar os cabos que vão espiar o CC.

Depois de todas estas operações concluídas o CC estará pronto para que o seu transporte seja efectuado.

Este foi um processo que já utilizámos, mas há outro que é mais cómodo para a sua utilização e também mais rápido, mas que requer material mais dispendioso e oficinas especializadas para o fazer.

Nestes utilizam-se calços de aço à frente e à retaguarda — B — e os caixilhos são substituídos por calços que têm parte sob as lagartas — C —. Entre as rodas de trilho utilizam-se calços de madeira iguais aos que já anteriormente foram referidos sendo dos tipos F1, F2 e F3. As espias neste caso são substituídas por esticadores — D — *(Fig. 5)*.

Asp. a of. LIMA FÉLIX

Cavalaria a Cavalo em Angola?

Por muito estranha e descabida que a pergunta possa parecer, ouso formulá-la com perfeita consciência do ridículo que sobre mim poderei fazer cair, mas também com a certeza de que, se um tal assunto vier a merecer um estudo profundo e as conclusões conduzirem a uma resposta positiva, poderiam daí advir extraordinários benefícios para o cumprimento da missão que as Forças Armadas estão desempenhando nesta Província.

O estudo deste assunto, facilitado pela experiência de campanhas relativamente recentes, necessitaria de incidir sobre os seguintes pontos fundamentais:

1.° — *Adaptação dos animais* ao clima e profilaxia de doenças tropicais.

2.° — *Alimentação*.

a) Sob o aspecto veterinário;
b) Sob o aspecto logístico;
c) Aproveitamento dos recursos locais.

3.° — *Aspectos económicos*.

4.° — *Utilidade operacional*.

a) Estudo do terreno relativamente à permeabilidade e possibilidades de manobra e fogo da tropa montada;
b) Aplicação da tropa montada em zonas pacificadas;
c) Aplicação da tropa montada em zonas de guerrilha activa.

Relativamente ao n.º 1 e à alínea *a*) do n.º 2 do referido estudo, sòmente um médico veterinário se poderá pronunciar, mas as opiniões que aos mesmos me tem sido dado ouvir, e o conhecimento indirecto de experiências passadas, e o directo de algumas presentes, permitem-me concluir que o problema nestes aspectos está longe de ser insolúvel.

Embora muito superficialmente, passemos a analisar os seguintes números deste estudo:

2.º — *b*) — O volume de rações a transportar para reabastecimento de destacamentos localizados em zonas mal servidas por vias de comunicação, em face da carência de desgaste dos meios auto, constituiria sem dúvida um dos problemas de mais difícil solução atenuado porém pelas possibilidades a que me refiro na alínea seguinte.

c) — Caberia a vez a um engenheiro agrónomo de se pronunciar quanto ao aproveitamento dos recursos locais para a cultura de forragens, nas regiões em que o emprego do cavalo fosse considerado de interesse militar.

A realização de tais culturas, além de solucionar, pelo menos parcialmente, o problema posto na alínea *b*) contribuiria para o desenvolvimento económico da região em causa (e entramos assim no n.º 3), além de se conseguir um objectivo não menos importante, e de resultados já provados com outras culturas como a do algodão: a fixação do indígena à terra, e um estímulo para o seu trabalho por meio da justa remuneração.

Voltamos a chamar o veterinário, e agora também o lavrador angolano, para o interesse que haveria em encontrar o tipo de cavalo com as características mais adaptáveis ao seu emprego na Província para fins militares, e porque não desportivas? Afigura-se-me desnecessário salientar os benefícios de ordem económica, além de outros, que uma criação de cavalos, organizada e conscienciosa poderia trazer para economia de Angola. Bastaria para tanto, estudar as melhores soluções técnicas para a criação cavalar entusiasmo dos lavradores e o necessário apoio dos governantes.

4.° — *a*) — O conhecimento que tenho das regiões de Angola que já tive oportunidade de percorrer, e as informações que tenho procurado colher sobre aquelas de que não tenho ainda conhecimento directo, permitem-me afirmar que, com excepção do Noroeste da Província, das zonas de mata cerrada que nas outras regiões se limitam a pouco mais do que às proximidades imediatas dos cursos de água, de algumas encostas de regiões montanhosas e de pequenos maciços rochosos, todo o restante terreno é perfeitamente permeável à tropa a cavalo, permitindo a realização de manobras rápidas e a realização de fogos eficazes com as armas que o emprego deste meio permite. Em terrenos desérticos ou semi-desérticos, a falta de água constituiria uma importante limitação ao emprego destas tropas, mas a escassez de população nas mesmas zonas também tornaria menos premente o seu emprego nas situações consideradas nas alíneas seguintes.

4.° — *b*) — Perante camaradas com perfeito conhecimento das características da Guerra Revolucionária, não com o risco de apresentar hipótese parodoxal; o emprego de tropa em operações, em zonas pacificadas ou não sublevadas militarmente. Nestas zonas de facto, a acção da tropa baseia-se, como é do conhecimento geral, na sua contínua presença junto das populações indígenas impondo-se pelo prestígio e surpresa que devem caracterizar essa presença, pela correcção e firmeza com que essas populações devem ser vigiadas e por vezes controladas. Ora nos patrulhamentos, destinados a atingir estes fins, o emprego de viaturas permite um suficiente raio de acção, mas não se coaduna com a surpresa, e nem sempre as viaturas existentes ou operacionais, são bastantes para a satisfação das necessidades logísticas e tácticas. Nos patrulhamentos a pé, verificam-se as características inversas e nos mistos, não deixam de existir os inconvenientes dos primeiros. Ora os patrulhamentos a cavalo, seriam precisamente aqueles que permitiriam, com grande prestígio para a tropa, o seu aparecimento frequente e por surpresa, em locais pràticamente inacessíveis às viaturas pela falta de vias de comunicação, e à tropa apeada, pela distância a que se encontram. Seria o meio intermediário, que permitiria preencher uma importante lacuna no emprego dos meios de que actualmente se dispõe. Poderá dizer-se que existem já meios mais modernos e muito mais eficazes para esse fim, como o helicóptero. Creio que ninguém poderá pôr em dúvida tal vantagem, no que respeita a eficácia, mas julgo também que nunca nos será possível dispor de tal meio em quantidades suficientes e por largo tempo e muito menos com as vantagens econó-

micas que o cavalo oferece. E não podemos deixar de encarar como normal, a necessidade de uma tal actuação por largo tempo, por razões que julgo desnecessário focar.

c) — Numa zona de guerrilha activa, se esta for de densas florestas, como se expôs em *a*), está desde logo excluída a possibilidade de um emprego eficaz de tropa a cavalo. Nas zonas de mais fraca densidade florestal, se em Angola os meios de que dispomos se têm evidenciado até à data como suficientes para desencorajar o aparecimento da guerrilha, a existência da tropa a cavalo, pelas possibilidades de perseguição que a sua permeabilidade em todo o terreno lhe permite, constituiria sem dúvida um meio óptimo para o aniquilamento daqueles bandos, caso viessem a aparecer. Tal facto porém, não parece dever constituir uma razão fundamental mas apenas secundária.

Com o único desejo de contribuir, embora de forma insignificante, para o aumento de eficiência do Exército e da Arma a que pertenço, na guerra a que fomos forçados, deixo este breve apontamento baseado numa reduzida experiência e no natural desejo de cumprir uma missão, o mais eficientemente possível. Se outros julgarem digno de atenção o meu intuito, que mereça a forma do texto, poderão talvez corrigir, melhorar ou esclarecer com as suas opiniões, conhecimentos e experiência própria.

Cap. FERRAND DE ALMEIDA

Polícia Militar

«Operação F. B. I.»

Esta acção não teve nome oficialmente. Foi uma de tantas que nós realizámos e assim lhe chamo porque foi esta a alcunha que lhe foi posta pelo pessoal que nela tomou parte e por toda a Companhia.

Numa manhã dum Domingo de Agosto, procuraram-me em minha casa, 2 soldados: um era da minha Unidade, o outro de um Batalhão que estava no Norte. O meu Soldado apresentou-me o camarada e disse-me que ele tinha um problema muito grave a apresentar. Interroguei-o e ele começou a falar um pouco a medo, mas foi ganhando coragem à medida que o fazia.

Contou-me que, havia dois meses, quando a sua Unidade estava ainda em ....., um seu amigo, lhe pedira para levar um saco de praia contendo um embrulho, a um indivíduo de nome S....., que estava num Hotel da localidade. Levou-o e entregou-lhe o saco no seu quarto. Quando o S..... o abriu, o Soldado verificou com espanto que o saco continha munições de armas ligeiras. Calou-se porque teve medo, mas mais tarde, interrogou o amigo insistentemente, sem nada de concreto

ter apurado. Continuou a insistir durante vários dias até que soube que o S..... pagava as munições a 15$00 e as granadas de mão a 250$00.

Era um bom negócio!

As munições, segundo lhe disse, era para um fazendeiro amigo do S....., que necessitava delas para caçar e se defender dos terroristas (!).

Depois, a sua Unidade teve de ir para o mato e quase esqueceu o assunto.

Agora que voltou à localidade, lembrou-se de abordar o S....., dizendo-lhe que já sabia do negócio e que tinha uma «encomenda» para ele.

Queria averiguar por sua conta, meter-se na rede que pressentia e denunciá-la com todos os pormenores.

Assim, disse ao S..... que queria desertar e ele ensinou-lhe um caminho para sair pela fronteira, e aconselhou-o a juntar-se aos mercenários, para mais fàcilmente contactar com o inimigo, como já o haviam feito outros. O S..... disse-lhe ainda para no Domingo às 20 horas, ir ter com ele ao quarto e lhe levar a «encomenda» para juntar às que já lá tinha.

Porém, teve medo que o S..... descobrisse o seu jogo e, assim, contou ao meu soldado tudo o que sabia, tendo-o ele aconselhado a expor-me o assunto.

Quando terminou a sua narrativa, fiz-lhe várias perguntas, pedi pormenores e disse-lhe, para o encorajar a falar, que procedera bem e prestara um bom serviço, embora logo no início devesse ter contado tudo ao seu comandante. Assim, ele abriu-se mais, contou de novo, pormenorizou.

Havia agora que aproveitar a informação.

Procurei o comandante de quem dependia operacionalmente, a quem contei o que se passava, e, por não haver tempo a perder, ele encarregou-me de preparar um assalto ao Hotel, com o meu pessoal procurando apanhar o S..... em flagrante.

Mas quase nada se sabia do interior do Hotel. Precisávamos de uma planta e de alguém nosso lá dentro. Escolhi um sargento e um cabo que constituíram a equipa H e que se vestiram à paisana, pegaram numa mala e ali se foram hospedar, com a missão de:

— Localizar o quarto do S.....;
— Localizar o quarto de 2 criados suspeitos de ligação com o S..... em que o soldado me falara também;

— Localizar o quarto onde se iam hospedar e que seria o nosso P. C. durante o assalto;
— Demais pormenores que permitissem fazer uma planta do Hotel, a fim de estudar o modo de actuar.

Marquei-lhes um encontro às 16 horas num café e até essa hora, como todos conhecíamos o aspecto exterior do Hotel, o qual ocupa todo um quarteirão com 4 frentes, fez-se um estudo sumário da acção e uma estimativa do pessoal necessário:

— Uma praça para me acompanhar (equipa A);
— Dois oficiais para revistarem os quartos do S..... e dos 2 criados, no que seriam acompanhados, cada um, por um homem à sua escolha (equipas B e C);
— Um sargento que chefiaria o cerco ao bloco ocupado pelo Hotel, no que teria de empregar 9 praças (equipas F1, F2, F3, F4 e F5);
— Dois sargentos com 2 praças, constituiriam 2 equipas de identificação e registo de todos os indivíduos que saissem do Hotel, enquanto a operação decorria (equipas D e E).

Os oficiais procederam à escolha do pessoal e mandaram-nos apresentar às 18,30 horas à paisana e armados de pistola, pois não se sabia o que nos esperava.

Eram necessárias viaturas civis e «mobilizámos» as dos oficiais e a de um sargento que tomavam parte no assalto.

Com 4 carros, o problema da deslocação, estava resolvido.

Depois, enquanto um dos oficiais começava a elaborar a planta, outro foi ao encontro que se tinha marcado com a equipa H. Ali se conseguiu saber tudo o que se queria e mais, que era necessário alguém que detivesse o empregado da recepção, por se ter tornado também suspeito à equipa.

Foi nomeado mais um sargento e uma praça para esse fim (equipa G).

Em poder destas informações, planeou-se definitivamente a acção:

— Todas as equipas, exceptuando a H, partiriam do Quartel pelas 19,40 horas, nas viaturas civis, que foram numeradas (1, 2, 3 e 4);

— A n.º 1, transportaria o pessoal das equipas C, F1 e F2, devendo estar às 19,55 no cruzamento das ruas Y e Z;
— A n.º 2, transportaria as equipas B, E e G, cumprindo o mesmo horário e estacionando no mesmo local;
— A n.º 3, transportaria as equipas A, F3 e F5, devendo estar estacionada na Rua U, às 19,55 próximo do cruzamento com a Rua Y;
— A n.º 4, transportaria as equipas D e F4, fazendo como a n.º 3.

— As equipas saíram das viaturas, tendo prioridade as equipas F. Às 20 horas, a equipa B entrava no Hotel e um dos elementos da H (H1), estacionado na recepção, iria indicar o caminho para o quarto de S....., seguindo para lá logo que surgisse à porta aquela equipa. Depois esse homem voltaria ao local inicial. Precedia a equipa B, o soldado que contara toda a história, o qual iria levar ao S..... a tal «encomenda» de que lhe falara: Um embrulho contendo 2 G. M. Of. e 2 caixas de 50 cartuchos de 9 mm que nós lhe déramos para servir de isca.
— Às 20,01 entrara no Hotel a equipa C e o outro elemento de H (H2) estacionado junto da escada principal e procedendo de modo idêntico ao de H1, indicaria o quarto dos 2 criados suspeitos.
— Às 20,03 entraria no Hotel a equipa G, que por indicação de H1, que já devia ter regressado à recepção, entrava em contacto com o empregado suspeito, pedia-lhe o registo de hóspedes e detinha-o, levando-o para o P. C.
— Às 20,04 entraria a equipa A e seria guiada por H2 ao quarto ocupado por esta equipa.
— Entretanto, as equipas D e E, já teriam ocupado os seus postos e seguiriam todos os que saissem do Hotel e, a alguma distância deste, interpelavam-nos e identificavam-nos. Seria, certamente, necessário identificarem-se também no que usariam o seu cartão de P. M. (cartão de identidade laminado, pequeno, com as letras P. M., uma fotografia e uma faixa diagonal verde e vermelha a saltarem bem à vista).

Após o planeamento, avisou-se a equipa H da sua missão e deu-se-lhe uma ideia geral da operação e pelas 18,40 reuniu-se o restante pessoal. Disse-se qual a organização das equipas e a ideia geral do que iria passar-se. Foi dado conhecimento a

todos que havia uma hipótese, ainda que remota, de haver resistência ou tentativa de fuga, de algum dos suspeitos. Nós não queríamos violência e muito menos tiros. Quem fugisse, teria de ser apanhado à mão. Fogo, só se alguém o fizesse primeiro sobre nós e não fosse possível desarmá-lo doutro modo.

Em seguida, a cada um, separadamente, foi dada com rigor a respectiva missão, indicada a viatura em que se deslocaria, o percurso a seguir da viatura ao local onde desempenharia a missão e a localização das equipas vizinhas.

Partimos em seguida e tudo se passou como fora previsto.

A equipa B, entrando de repente no quarto, apanhou o S..... no momento exacto em que recebia a «encomenda» das mãos do Soldado. Prendeu os 2 e revistou o quarto, apreendendo algumas centenas de munições de espingarda e pistola e documentos vários pelos quais se veio a saber que o homem era um funcionário público que fora suspenso.

Um dos documentos, era uma cópia duma reclamação que ele redigira em nome de um amigo, a quem, dias antes, a P. S. P. assaltara uma fábrica de «cadingôlo» (bebida gentílica muito forte e que foi utilizada a drogar os nativos que tomaram parte em assaltos anteriores.

A equipa C, nada encontrou de suspeito.

A equipa G, levou ao P. C. o empregado da recepção que disse que, dos criados suspeitos, um saíra de L..... na véspera para ir cumprir o seu tempo de serviço militar obrigatório. O outro, estava a servir à mesa, pois era a hora de jantar. Mandou-se chamar este último e, como durante o interrogatório a que foi submetido, se contradisse várias vezes, foi detido.

Entretanto, um dos elementos de H, foi ao quarto de S..... buscar o soldado delactor, trazendo-o para o nosso P. C. Fiz-lhe duas ou três perguntas às quais ele respondeu enterrando-se, propositadamente. Fingiu bem o moço!

Ao mesmo tempo, a equipa G, copiava no P. C. o registo dos hóspedes, enquanto os elementos de H, saíam de vez em quando para verem o que se passava com as equipas B e C, enquanto estas continuavam a busca nos quartos em que estavam.

Impunha-se interrogar o dono do Hotel e depois de o mandar chamar, identifiquei-me, e fiz-lhe algumas perguntas. O seu espanto era enorme. O criado de mesa era seu filho e nada sabia das suas actividades nem das do S.....

Depois de todas as equipas que actuavam no Hotel estarem reunidas no P. C., saímos, levando o S....., o soldado delactor e o filho do dono do Hotel. Eram 22 horas quando entrámos no carros, levando também a equipa H, para regressar ao Quartel.

Chegados ali, esperava-nos o Comandante operacional e um outro oficial. Começaram os interrogatórios e elaborou-se o relatório.

O S..... foi entregue na P. I. D. E. tal como o filho do dono do Hotel. O soldado foi enviado no dia seguinte ao seu Batalhão.

Tempos depois e graças a ele foram descobertos alguns indivíduos que vendiam munições.

O pessoal das equipas E, D, e F, cumpriu bem as suas missões, segundo nos disse o próprio Comandante operacional que passou pelo local, propositadamente, durante a acção.

Tudo correu bem e a sorte foi-nos favorável. A surpresa foi uma vez mais, a melhor arma.

Todos cumpriram exactamente as suas missões, mas não posso deixar de salientar o trabalho das praças que faziam parte das equipas D, E e H, que muitas vezes tiveram de actuar sòzinhas. As primeiras a abordar e identificar quem saía do Hotel no que tinha que haver muito tacto. A última, no reconhecimento e pesquisa de informações antes da acção e depois, durante esta, nos muitos serviços que teve de fazer.

Capitão GOMES DA SILVA

História de uma noite de chuva

Encolheu-se o mais que pôde contra a parede e enrolou-se na manta. Fazia frio e havia humidade no ar.

Olhou à volta. Deitados sobre o cimento, mais vinte e dois homens esperavam. Esperavam uma incógnita que começaria a resolver-se às três da madrugada.

Olhou o relógio de ponteiros luminosos.

— Dez horas! Ainda mais cinco à espera!

O cheiro acre dos excrementos de morcego que atapetavam o chão, fazia-lhe náuseas. Resolveu fumar para que o cheiro do tabaco encobrisse o outro. Meteu a cabeça dentro da manta a que estava enrolado para que a chama não pudesse ser vista de fora, e acendeu um cigarro. Depois, levantou a cabeça e olhou as silhuetas esfumadas pelo escuro, dos homens espalhados pelo pavimento do que fora uma Igreja. Via-os agitar-se vagamente.

— Quase ninguém dorme! Esta espera estoira com os nervos a qualquer tipo.

Na parede oposta e quase na sua frente, uma janela debruçava-se para a noite, com os vidros miraculosamente intactos. A silhueta de uma bananeira recortava-se à luz da Lua.

Sem pensar, inteiramente abstracto, ficou-se a olhá-la.

«A bananeira já não é verde. É quase negra. A luz da Lua reflecte-se nas folhas e dá-lhes uma cor prateada. É bonito».

Sem dar por isso, deixou outra vez de pensar. Olhava só os reflexos prateados da Lua nas folhas da bananeira...

O tempo escoou-se no silêncio. Pesado, iniludível.

Uma mão pousou levemente nas costas. Não se sobressaltou ao ser chamado à realidade. Voltou-se calmamente, como se já o esperasse, como se tudo fosse natural. E era. Ali nada parecia extraordi-

nário. Tudo carecia de significado. A incógnita tornava tudo extremamente simples. Até a morte.

O alferes tinha chegado junto dele e agachara-se.

— A Lua está contra nós, sussurrou-lhe. Se continua assim vai ser difícil passarmos despercebidos.

— Ainda é cedo e daqui a pouco as nuvens encobrem a Lua. Acho até que vai chover.

O alferes tornou a falar deixando apenas ver a brancura dos dentes. O rosto e as mãos perdiam-se no escuro, misturavam-se na sombra sob a camada do negro de fumo da «camouflage» que as cobriam.

— Talvez... Bem, já sabe. Às três sai com a sua secção. Eu seguirei pouco depois. Quanto ao resto proceda de acordo com as instruções.

— OK!

O alferes levantou-se e, silenciosamente, voltou a perder-se no escuro de onde tinha saído.

Olhou de novo para fora. A Lua continuava a brilhar. Os reflexos de prata saltitavam ainda nas folhas da bananeira.

Esqueceu o alferes. Esqueceu tudo. Até ele mesmo.

«O que fará agora a minha mulher? Em que pensará? Talvez já durma. Fiz bem em nada lhe dizer da operação. Assim estará mais descansada. E se apanho um tiro? Ora...».

«Afinal, viemos todos pela mesma estrada. Tinha um pó horrível, vermelho. Quando cheguei aqui nem a minha mãe, se me visse, me reconheceria. Mas porque penso eu nisto?».

Um sopro de vento fez ondular a bananeira.

«Amanhã a esta hora já saberei o que terá acontecido. Se me sucedeu alguma coisa. O tempo passa e leva os acontecimentos. Os futuros tornam-se passados. Há gente agora viva que amanhã será cadáver. Outros porém, continuarão a viver. A todos os instantes há alguém que nasce. Quem sabe onde estará amanhã, se verá chegar o dia seguinte? Não vale a pena preocupar-me com isso. É tudo questão de sorte. Logo, quando sair, já saberei o que me vai acontecer. A minha intuição não me engana. Quando tiver de morrer, sabê-lo-ei com antecedência. Então, sentirei medo. Só quando sentir medo é que morro. Antes não. A angústia que sinto agora, este aperto no coração, não é provocada pelo medo. É da espera. Do tempo que o Tempo leva a passar. Logo não vou sentir medo. É sempre assim. só depois de tudo passado é que penso nos riscos que corri e no que me poderia ter acontecido».

2

Um relâmpago cortou o céu chocando com a sua abstracção, pondo-o de chofre cara a cara com a realidade. Um trovão explodiu a seguir fazendo-o estremecer.

A Lua, agora, era apenas um arco de círculo esfumado, perceptível apenas na claridade das nuvens que a encobriam. O resto do céu estava negro. Na bananeira só um raro reflexo quando um raio de luar conseguia atravessar a barreira de nuvens. Só então se apercebeu da mudança operada no firmamento. Consultou o relógio.

«Uma hora! Já falta pouco. A Lua está encoberta e em breve estará tudo escuro. Queira Deus que a tempestade não passe...».

Os reflexos tinham fugido da bananeira. Com as folhas rasgadas nos bordos parecia um fantasma esfarrapado perdido nos destroços da sanzala.

Começou a chover e levantou-se vento. A bananeira estremeceu como se despertasse e começou a ondular, agitando as folhas. Mais adiante uma palmeira fez farfalhar as suas folhas.

«Um par de espectros vegetais, dançando à chuva na sanzala destruída, executam a dança da morte», pensou.

A chuva continua a cair batendo o telhado de zinco da igreja com um ruído que acalma, que embala e sossega os espíritos dando-lhes uma sensação de tranquilidade e de fictícia segurança.

«Linda noite para morrer... A natureza sabe e está triste. A chuva são as lágrimas, os relâmpagos os seus olhos e os trovões a sua cólera... Há gente que morre a cada instante...».

O alferes chegou junto dele.

— Prepare os homens. Está quase na hora.

Olhou para o relógio.

— Três menos dez. Suspirou. Como o tempo passa...

Levantou-se e foi chamar os soldados, dando-lhes as últimas instruções. Depois voltou ao lugar onde tinha estado sentado, dobrou a manta e colocou-a no canto.

Mentalmente rezou uma oração. Meu Deus, fazei que eu volte.

Pôs o capacete de aço e pegou na arma. Com o olhar verificou as granadas presas ao cinto. Depois foi colocar-se junto da porta por onde ia sair. Olhou para fora. A noite estava escura.

— Ainda bem, pensou.

Pela última vez voltou-se e contou os homens que em fila indiana estavam atrás de si. Nove.

O alferes foi colocar-se na outra ombreira da porta e olhou-o.

— Faltam dois minutos, disse.

Acenou com a cabeça num mudo sinal de compreensão. Sem saber porquê lembrou-se vagamente de uma frase que lera no Dr. Jivago.

«As crianças brincavam ao mais perigoso dos jogos: A guerra». Era pouco mais ou menos isso.

Encolheu os ombros. Olhou o relógio. Faltavam poucos segundos.

— Boa sorte, disse o alferes.

Não respondeu. Levantou o braço.

— Agora, exclamou. E saiu a correr.

Da casa viram-no correr agachado durante algum tempo e depois atirar-se para o capim a cerca de quarenta metros da porta. Depois deixaram de o ver.

Os soldados saíram a seguir, um por um e foram juntar-se-lhe no capim.

Quando o último soldado chegou junto dele deitou um derradeiro olhar para a bananeira. Depois fez um sinal e perdeu-se no capim.

.....

3

A chuva continua a bater o telhado de zinco num toque de repouso. O vento é brando e tépido. Tudo o mais está silencioso.

De repente, lá longe, o estrondo de uma enorme explosão logo seguido de rajadas de matralhadora e de gritos esbatidos que o vento trás.

A bananeira continua a executar os passes fantasmagóricos da sua dança macabra .....

.....

O ruído lá longe vai, aos poucos, diminuindo de intensidade. Agora só de vez em quando se ouve uma curta rajada.

Um raio caiu sobre a bananeira pulverizando-a...

Há gente que morre a cada instante...

(Do Jornal *Dragões*)

Furriel Mil.º Cav.ª VICTOR MANUEL SABINO

E. P. C. — Sistema

ROCIARPA

para travessia de viaturas sobre vãos

Um dos problemas a resolver pela tropa, especialmente em África, é a travessia de cursos de água ou de cortaduras. Quando se dispõe de meios adequados, esses problemas são sempre de fácil resolução, embora, às vezes, morosa, mas a Engenharia não pode acorrer a toda a parte e, mesmo que pudesse, nem sempre seria prático ou o justificava a natureza da tropa a passar para o outro lado.

Têm-se usado em África muitos meios de recurso que têm provado o desembaraço e a imaginação dos que têm tido de recorrer a eles. Mas não se pode estar sempre a contar com a improvisação de cada um a quem, até podem faltar aqueles meios mínimos para a resolução

Fig. 1

do problema. Pretender que todas as colunas disponham dos meios convencionais ou mesmo bidons, tábuas ou lonas, é fantasia. No entanto, há muitas colunas em que uma das viaturas, ou Unimog, ou Jeepão ou GMG tem um guincho com um cabo de aço com cerca de 90 metros e que tem uma força de tracção de cerca de 6500 quilos.

Fig. 2

Dentro desta ideia experimentou-se na E. P. C. a passagem de viaturas de 1/4 Ton. sobre vãos bastante largos (a largura depende da extensão do cabo). Para se conseguir, bastaram, além do cabo duma GMG, duas roldanas e umas cordas.

O esquema mostra bem como se faz para que a viatura G atravesse o vão A.

O cabo do guincho da viatura D passa por cima das árvores B, que devem ser fortes, altas, ter o tronco vertical, ter ramos em força

por onde possa passar o cabo e afastadas das margens do vão A o suficiente para a viatura G poder manobrar. Este cabo vai prender à base da árvore C, ou a mais que uma árvore, ou, ainda, a uma âncora do tipo das que fazem parte da palamenta dos pronto-socorros.

Para se suspender a viatura usam-se duas ou até só uma roldana. No caso da viatura 1/4 o sistema de suspensão pode ser o mostrado

Fig. 3

nas figuras. A suspensão à rectaguarda foi feita como mostram as figuras, para não amolgar a viatura, mas, em caso de necessidade, pode-se prender directamente à mesma. Deve haver dois cuidados na suspensão da viatura. Deixar as rodas livres, pois que são necessárias para a viatura rodar até ficar suspensa ou quando chega ao outro lado e, até, pode ser necessário o motor como mostra a *Fig. 4*. O outro cuidado será o de evitar que a corda escorregue no gancho da roldana desequili-

brando a viatura. Para isso, basta darem-se dois nós e meter o gancho no meio como mostram as *Figs. 1 e 2*. Convém ligar as cordas E e F à viatura para que esta não desça muito depressa e não aterre do outro lado com violência, no caso de desnível entre as margens, ou, então, para puchar a viatura a partir do meio, no caso de não haver desnível entre as margens.

Do que atrás ficou descrito vê-se que o único material que seria necessário dotar as unidades, além daquele que já têm, seriam as rol-

Fig. 4

danas, cujo peso e volume não incomodariam muito, mesmo que poucas vezes tivessem de ser usadas para este fim, mas, que nunca estão a mais em colunas auto.

Ao descrever este processo simples de atravessar vãos, não tivemos outra intenção além da de contribuir de qualquer maneira para a sua divulgação. Embora nunca tivéssemos ouvido falar neste sistema calculávamos que, pelo simples que é, já tivesse sido utilizado muitas vezes, e, de facto, tínhamos acabado de começar este artigo quando um oficial nos disse: «tem piada, quando estive num curso na América vi lá fizerem isso». Se esta frase por um lado nos faz pensar no desperdício de ensinamentos devido à não difusão do que alguns aprendem lá fora, por outro lado, e justamente porque lá fora se faz, somos levados a crer que alguém experimentará este sistema.

Hipismo

SUMÁRIO

Coronel Mena e Silva
S. C.

O Ano Hípico de 1963
S. C.

Galeria dos Vencedores

Festival Militar em Lourenço Marques

Hipismo no Ultramar
J. M.

Coronel Mena e Silva

Perdeu o Hipismo português um verdadeiro e apaixonado homem de cavalos no dia 4 de Agosto de 1963, o Coronel de Artilharia Luís F. de Mena e Silva. Para a Cavalaria portuguesa foi sempre um cavaleiro simpático e valoroso entre todos os cavaleiros civis e militares. Na parte equestre muito se distinguiu, e bem conhecido foi nos campos Nacional e Internacional onde competiu, tanto nas provas de Obstáculos tendo feito parte de várias equipas, como nas provas de equitação de escola. Quer numa modalidade, quer noutra, foi cavaleiro olímpico tendo em 1936, montando a égua anglo-árabe *Fossete*, feito parte da equipa que em Berlim ganhou a Medalha de bronze na prova de Obstáculos e também em 1948 em Londres uma medalha idêntica na prova de Ensino. Ainda em 1962 chefiou em Berlim a equipa de cavaleiros Juniores ao Campeonato de Juniores da Europa. Não tinha quase outra preocupação senão manter-se ligado aos assuntos equestres, onde de facto era Mestre.

Para a sua Memória, a comovida continência da *Revista da Cavalaria*.

Coronel SOUZA COUTINHO

O ANO HÍPICO DE 1963

O Ano de 1963 sob o aspecto de competição equestre em número de concorrentes foi bastante medíocre atendendo a que os concorrentes militares que tomaram parte em provas nos diferentes concursos hípicos nacionais foram poucos.

Apesar de tudo o concurso hípico militar de Mafra teve em competição cerca de 35 Oficiais concorrentes e 57 cavalos, número este superior ao que se esperava. Nalguns dos concursos hípicos nacionais as organizações, certamente atendendo à circunstância da diminuição do número habitual de concorrentes, apresentaram por vezes provas de baixo nível. Deixou também de se realizar o C. H. I. das Pedras Salgadas por se ter previsto a falta de concorrentes para nele participarem. Certamente penalizou a Comissão Organizadora, que à última hora teve de suspender o seu trabalho, e bem assim a costumada equipa Espanhola que nos visita nessa ocasião.

Também não nos parece vantajosa a realização de provas de Juniores em número superior a duas ou três durante os concursos hípicos de Seniores e sobretudo disputadas nos mesmos dias.

Em alguns dos concursos hípicos é provável que se tenham organizado provas de Juniores para preenchimento do programa tapando a falta do número de concorrentes Seniores.

Assinalamos com agrado que as comissões que organizaram os Jumpings do Porto e de Lisboa obtiveram êxito pois estes festivais atraíram bastante público e satisfizeram plenamente. Pena é que se torne tão dispendiosa a organização destes certames sobretudo em Lis-

boa que apenas pode ser levado a efeito no Pavilhão das Indústrias cuja associação cobra por aluguer diário uma soma fabulosa além de por vezes levar percentagem sobre as entradas.

Semana Equestre de Mafra — Realizou-se num ambiente de franca camaradagem hípica e pena foi que não se juntassem para o Campeonato equestre militar número de concorrentes que proporcionassem uma boa e animada competição. De facto não se justifica a realização de uma prova deste género que não reuna pelo menos um mínimo de 6 cavaleiros e isso para não nos esquecermos em definitivo deste tão interessante conjunto de provas que o constitui.

As provas de Equitação de Escola, mesmo assim, ainda tiveram alguns concorrentes tendo decorrido bem. Para animar a inscrição neste género de provas é de prever a organização de uma prova correspondente à de Ensino do C. C. E. tipo Regulamento F. E. I. que não é complicada e pode interessar a grande número dos concorrentes às provas de obstáculos.

Na prova «S. Jorge» classificou-se em 1.º lugar o Major Henrique Callado montando *Martingil* e no «Grande Prémio de Ensino» o Ten.-Coronel Reymão Nogueira montando *Greek Warrior*. A prova «Conde de Avranches» foi ganha pelo Major Joaquim Barreto montando *Duquesa;* nas provas de «Obstáculos» os cavalos que mais se fizeram notar foram:

Konak, Mon Tyrol, Lord Robert, Joc-de-L'ile, Labrador, Tágide, Hula-Hoop, Duquesa, Anómalo, Antje e *Nimbus*.

C. H. I. O. de Lisboa — Realizado de 8 a 16 de Junho teve poucos concorrentes nacionais e estiveram presentes duas equipas estrangeiras, uma Holandesa e a costumada equipa Espanhola e bem assim um cavaleiro Sul Africano, bastante ganhador, o Capitão Robert Grayston, que trazia dois bons cavalos em que se classificou noutros concursos da Europa. A equipa Holandesa compunha-se de 3 cavaleiros, um deles já bastante antigo, o Capitão Gruppelaar e dois outros jovens, Misse. Englebert e Sr. Warner Philips. A equipa Espanhola compunha-se do Sr. Alvarez Bohorques, e dos Capitães E. e J. Vallejo, Queipo de Llano e Javier Lobo.

A equipa Holandesa esteve um tanto fraca, mas animou o ambiente por ser a primeira vez que vinha ao C. H. I. O. de Lisboa.

Para a «Taça de Ouro da Península» a nossa equipa encontrava-se em melhores condições que a equipa Espanhola facto este que fazia

prever a vitória. Assim o próprio chefe da equipa adversária definiu bem o resultado, dizendo que a sua equipa «Espanhola, não ganhou a prova mas sim nós é que a perdemos».

Espanha, 40 pontos — 6′ 52″ 2; Portugal, 40 pontos — 7′ 46″ 3.

Os cavalos que mais se distinguiram foram: *The Buccaneer* pertencente a Robert Grayston, *Janita* e *Quizas* de Alvarez Bohorques, *Infernal* de Queipo de Llano, *Konak* e *Lord Robert* de Henrique Callado, *Grand d'Espagne* de E. Martinez Vallejo, *Incompris* de Warner Philips.

Também estiveram bem *Joc de L'ile* do Major Henrique Callado, *Jeune France* do Capitão Duarte Silva e *Labrador* do Capitão R. Lobo da Costa.

Concurso Hípico de Sintra — O campo de futebol não estava mau e tem um bom e bonito pano de fundo: Castelo dos Mouros e da Pena. O campo de aquecimento é grande mas faz por vezes muito pó. O terreno de concurso estava bom, mas talvez seja pena que os traçados dos percursos fossem quase iguais em cada dia. Também um membro único na organização nem sempre consegue prover a todas as dificuldades que se apresentam e muito menos aos desejos de cada um. O Sr. Ten.-Coronel Carvalhosa tem conseguido manter, à custa da sua persistência este concurso hípico que por estar próximo de Lisboa leva ali bastantes concorrentes embora a assistência não seja em número correspondente à zona de Turismo da região.

Mostraram-se bem os cavalos:

Mistral, Labrador, Passa-Pé e *Prince Igor*.

Concurso Hípico de Oeiras — Organizado sob o patrocínio da C. M., nas provas de Seniores não teve grande concorrência mas satisfez o público. Embora sem grande nível merece ser amparado porquanto junto do campo foi já construído um picadeiro o que demonstra existir na região gosto pela equitação.

Os concursos hípicos com características modestas têm as suas vantagens pois levam a competir cavaleiros de menores exigências.

Estiveram bem os cavalos:

Masarino, Lord Robert, Martingil e *Passa-Pé*.

Concurso Hípico de Matosinhos — Foi um concurso simpático para os concorrentes, mas por ter sido organizado incluindo provas nocturnas, sofreu do mal destes concursos realizados à noite mesmo durante o Verão. Quando se conta com calor a assistência por vezes tirita de frio

e assim aconteceu. Por nossa parte concursos hípicos à noite só dentro de recintos cobertos. Em França, na Praia de La Baule, este ano em Agosto também assistimos a umas provas nas mesmas condições, de cobertor às costas.

A iluminação do campo em Matosinhos também deixou um tanto a desejar, possìvelmente por faltas à última hora dos fornecedores de projectores; contudo, os cavalos conseguiram saltar à meia-luz sem consequências graves.

Por parte da organização houve todo o interesse em agradar e já isso é um grande passo em frente. Os percursos não estavam difíceis mas a assistência esteve interessada e será um concurso que sob os auspícios da C. M. poderá ter continuidade desde que tenha campo próprio e alojamento adequado para os cavalos. Pode ser que de acordo com o Centro Hípico do Porto, este possa até utilizar durante o ano o respectivo campo de Matosinhos desenvolvendo o interesse hípico na região.

Os cavalos que mais se fizeram notar: as três montadas do Major Henrique Callado; *Mistral* do Tenente Lopes Mateus; *Labrador* do Capitão R. Lobo da Costa; *Urano* do Capitão R. Pereira Coutinho e ainda *Anómalo* com o Capitão Xavier de Brito, que nos deu o prazer da sua presença depois de recuperado dos seus ferimentos em campanha.

Concurso Hípico de Cascais — Realizado como sempre no seu campo próprio construído a expensas da C. M. que em devido tempo planeou com interesse e cuidado o seu traçado, é pela sua situação um centro de reunião mundana e encontra-se num local aprazível.

Pode talvez ser considerado o nosso melhor campo para estas provas, para que se encontra reservado. Assim ali acorre bastante público que poderá aumentar uma vez que como C. H. I. tenha a presença de alguns cavaleiros estrangeiros. Encontra-se num centro de turismo agradável certamente para os cavaleiros convidados.

O piso normalmente é bom e os traçados das provas foram regulares. Há que fazer referência à vala de água que necessita ser refeita pois a sua construção merece reparos.

A organização deste concurso hípico deve-se ao esforço desde há bastantes anos de um grande entusiasta, o Sr. Manuel Possolo, que por vezes desacompanhado se encontra em dificuldades. De facto a realização de grande parte dos nossos concursos hípicos deve-se à boa vontade e esforço de uma só pessoa em geral, o que não é suficiente. O trabalho de organização devia ser repartido pelo menos por três membros

um ocupando-se da logística, outro da parte administrativa e o terceiro da parte técnica pròpriamente dita.

Os cavalos que mais se distinguiram, entre outros, foram:

Fox-Glove com o Tenente Brito da Cruz; *Lord Robert, Joc de L'ile* e *Konak* com o Ten.-Coronel Henrique Callado; *Urano* com o Capitão R. Pereira Coutinho e *Pampilho* com o Capitão Marques Pereira.

Concurso Hípico da Figueira da Foz — É um dos C. H. que se deverá manter desde que a sua organização dependente da C. M. consiga ter a seu lado elementos como os Srs. Ten.-Coronel R. Sérgio e C. Carreiras, conhecedores sobretudo das dificuldades.

Conta-se porém de futuro com novo terreno destinado especialmente para tal fim. A par disso espera-se poder dispor de instalações próprias para os cavalos junto do campo.

Há que ter em conta a dificuldade actual de em quase todas as terras alojar os cavalos de concurso. Desde que essa instalação não se encontre em boas condições é melhor pôr de parte a ideia de organizar um concurso hípico.

Apesar de ter chovido umas vezes por outras terminou-se este concurso com a ideia de que no próximo ano poderemos ali voltar. Estes concursos longe da Capital têm a vantagem de estabelecer uma melhor ligação entre os concorrentes, mantendo por isso maior espírito de camaradagem e de desportivismo trocando-se ao mesmo tempo um certo número de impressões técnicas que podem tornar-se úteis. As provas estavam bem traçadas, os obstáculos já são conhecidos e o público por vezes também

Parte do público tem oportunidade de se instalar num ponto agradável do campo onde têm dispostos uns chapéus de sol e ao mesmo tempo têm arborização de sombra.

Este ano também ali não se realizou o «Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos» por falta de concorrentes para o efeito.

Esta prova tem o seu interesse e naquele concurso já constituia quase um hábito. Os cavalos que ali estiveram mais em evidência foram *Castiço, Lord Robert, Joc de L'le* e *Passa-Pé*, montados respectivamente pelos seus habituais cavaleiros.

Concurso Hípico de Elvas — Tendo modificado a sua data de Junho para Outubro levou a incerteza da sua realização até ao último momento tendo como consequência a presença de um restrito número de cavaleiros. Deve-se a sua realização ao grande esforço da Sociedade

Lebreira cujos Directores, Srs. Dr. Sousa Pereira e Vicente Caldeira se devem ter dado por felizes levando a bom termo o Concurso Hípico de Elvas já com alguma tradição.

Este ano devido a factos estranhos à vontade da Organização não houve a participação de cavaleiros Espanhois que apenas estiveram presentes na assistência bem como as autoridades Espanholas Civis e Militares de Badajoz.

Embora o terreno do Campo de Concurso não seja dos melhores, estava bem preparado e os obstáculos não desagradaram nem tão pouco os percursos. Existia uma Banqueta, não difícil, cuja presença num ou noutro concurso não é prejudicial desde que esteja bem construída. (De apresentação agradável).

Nota curiosa — A maioria dos cavalos militares estiveram alojados nas cavalariças do Batalhão de Caçadores por o Regimento de Lanceiros 1 apenas díspor duma cavalariça para uns 12 solípedes.

Dos cavalos Militares que naquele concurso hípico tomaram parte destinguiram-se *Libby* (vencedora do «Grande Prémio», montada pelo Alferes Vasco Ramires), *Passa-Pé*, *Melody*, *Urano* e *Ufir*.

No final deste concurso hípico teve lugar na Sala de Oficiais do R. L. 1 um Porto de Honra oferecido pela Sociedade Lebreira em que estiveram presentes as Autoridades Espanholas de Badajoz, as Portuguesas de Elvas e os concorrentes.

Concurso Hípico Nacional de Lisboa — Realizado em Outubro, organizado pela S. H. P., não apresentou grande interesse para o público, nem talvez para alguns cavaleiros que a ele faltaram tornando a concorrência diminuta. Para os cavaleiros que nele tomam parte, foi mais um treino que fizeram; talvez até conviesse mais organizar em sua substituição um concurso hípico para cavalos sem handicap e principiantes. Com este concurso terminou a época de concursos hípicos no nosso País em 1963.

Distinguiram-se os cavalos *Ufir* montado pelo Sr. Helder Matias que ganhou duas provas, *Passa-Pé*, *Castiço* e *Rovuma*.

— Este ano a nossa Equipa Militar saiu ainda em Novembro para disputar o C. H. I. O. de Genéve.

Representação da nossa equipa nos C. H. I. O. de 1963

A nossa presença no C. H. I. O. torna-se indispensável desde que se pretenda manter cavaleiros e suas montadas em condições de poder competir em provas internacionais.

Só o contacto directo com os cavaleiros estrangeiros nos podem levar a tirar conclusões mais ou menos concretas sobre a forma como se encontram os nossos cavaleiros.

A ideia e necessidade de prepararmos cavaleiros para a constituição de Equipas só aparece desde que se pretenda participar em provas no estrangeiro.

Só o Ministério do Exército tem adquirido em mercados estrangeiros cavalos de preço elevado com características que nos levam a supor poder conseguir cavalos de classe Internacional, outro fim não tem senão o de manter alguns dos nossos Oficiais com montadas capazes de se apresentarem nos Concursos Hípicos Internacionais em boas condições.

Parte da preparação dos Oficiais, cavalos e bem como a sua selecção hípica é feita através das provas nos nossos concursos hípicos nacionais e assim se torna indispensável que em alguns destes C. H. algumas das provas apresentem características semelhantes a provas correntes em C. H. de outros países.

Nem sempre se pode conseguir a constituição duma equipa a contento de todos, nem mesmo obtendo esta bons resultados em todos os C. H. I. em que toma parte.

O que se pretende todavia numa equipa é uma representação agradável no conjunto e que os seus elementos não destoem demasiadamente uns dos outros.

Torna-se porém necessário que tanto cavaleiros como cavalos estejam em condições de disputar a maioria das provas em que devem tomar parte de maneira a não destoar das outras equipas; assim nos aconteceu no ano corrente.

Também as classificações obtidas por vezes não satisfazem os leitores dos jornais e até alguns entendidos em assuntos equestres; contudo os resultados conseguidos por uma equipa são melhores por vezes não tendo havido um primeiro prémio, do que aqueles em que aparece um primeiro prémio, por acaso, sem outras classificações.

No corrente ano os cavaleiros militares tomaram parte em três C. H. I. O.; o de Madrid, pràticamente obrigatório, o de Aix-la-Chapelle e pela primeira vez no de Genéve em Novembro último da temporada na Europa.

Tanto no de Madrid como no de Genéve, a equipa teve uma actuação boa na «Taça das Nações»; neste último entre 10 equipas ficou a nossa em 5.º lugar com diferença de 2 pontos da 3.ª e a nossa 2.ª mão foi a melhor de todas as equipas.

Em Aix-la-Chapelle não levámos equipa para a «Taça das Nações»; ali o Major Henrique Callado conseguiu além de outros prémios dois primeiros e um 2.º e o Capitão Duarte Silva classificou-se bem em duas provas das três em que pôde tomar parte visto ter de interromper a sua participação no concurso por doença da sua montada.

A este C. H. I. O. concorreu também o Ten.-Coronel Reymão Nogueira montando o seu cavalo *Greek Warrior* em 4 provas de ensino tendo feito umas provas bastante agradáveis.

O Major Henrique Callado teve uma actuação brilhante nestes C. H. I. O. montando os seus cavalos *Konak, Joc de l'Ile* e *Lord Robert,* podendo considerar-se ainda um dos melhores cavaleiros da Europa, assim reconhecido através de algumas crónicas de Revistas estrangeiras de hipismo; também se pode considerar *Joc de l'Ile* o seu cavalo mais seguro.

O Capitão Duarte Silva montando a égua *Jeune France* constituiu um conjunto bastante útil sobretudo em provas de equipa.

O Alferes Vasco Ramires que fez parte da equipa a Genéve mostrou bem o que poderá vir a fazer no futuro e foi bem apreciado naquele concurso hípico tendo sido alvo de boas referências nas revistas estrangeiras.

O Tenente Pimenta da Gama que também fez parte da equipa a Genéve apresentou-se com um bom cavalo, *Masarino,* que fez uma boa prova na segunda mão da Taça das Nações.

O Major Henrique Callado levando os seus três cavalos deslocou-se ao C. H. I. de La Baule, em França, aonde foi convidado.

Apenas conseguiu montar *Joc de l'Ile* na principal prova daquele concurso hípico, «Derby», em que ficou em 4.º lugar, boa classificação e atendendo à dificuldade da prova e seu estado físico de momento pois teve uma queda aparatosa com *Konak* na primeira prova do primeiro dia tendo tido que estar em repouso três dias.

A constituição das nossas equipas a estes três C. H. I. foram as seguintes:

C. H. I. O. de Madrid:

Ten.-Coronel Fernando Cavaleiro montando *Liffey Bank, Mon Tyrol* e *Granadeiro.*

Major Henrique Callado montando os cavalos *Joc de l'Ile, Konak* e *Lord Robert.*

Capitão Duarte Silva montando a égua *Jeune France.*

Tenente Pimenta da Gama montando *Passa-Pé* e *Masarino.*

Capitão Lobo da Costa montando *Labrador.*

C. H. I. O. de Aix-la-Chapelle:

Ten.-Coronel Reymão Nogueira montando *Greek Warrior.*

Major Henrique Callado montando os cavalos habituais.

Capitão Duarte Silva montando *Jeune France.*

C. H. I. O. de Genéve:

Major Henrique Callado montando os cavalos *Joc de l'Ile, Konak* e *Lord Robert.*

Tenente Pimenta da Gama montando os cavalos *Passa-Pé* e *Masarino.*

Alferes Vasco Ramires montando os cavalos *Libby* e *Labrador.*

Prémios ganhos nos C. H. I. O.

Madrid — (5 cavaleiros com 10 cavalos):

2.os Prémios	1	(do «Grande Prémio»)
3.os Prémios	4	
4.os Prémios	2	
5.os Prémios	2	
Outros Prémios	10	
Total	19	Prémios

«Taça das Nações» — 5 Países — Portugal ficou em 3.º lugar.

A «Copa General Milans del Bosche» para o Oficial de Cavalaria que montando o mesmo cavalo tenha sido o melhor classificado no concurso foi ganha pelo Capitão Duarte Silva com *Jeune France.*

A «Copa Vetivers» para o cavaleiro melhor classificado no concurso foi ganha pelo Major Henrique Callado.

Aix-la-Chapelle — (2 cavaleiros de Obstáculos com 4 cavalos e 1 cavaleiro de ensino com 1 cavalo):

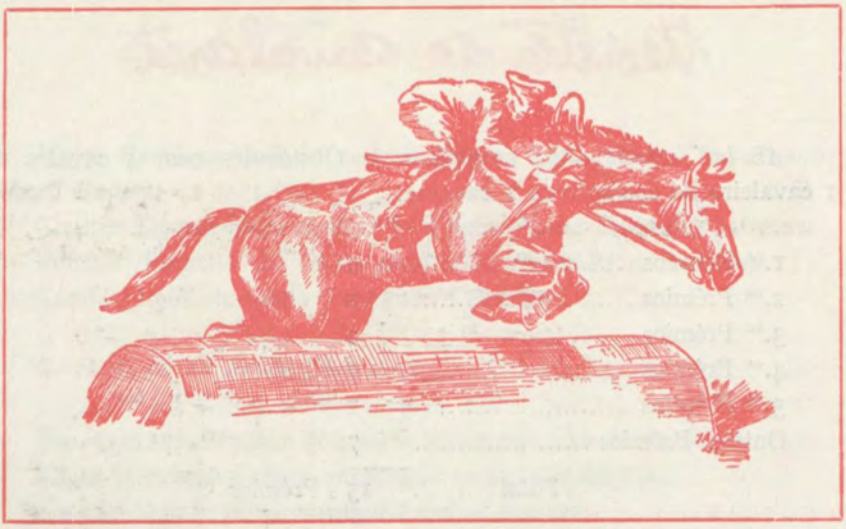
1.os Prémios	2	
2.os Prémios	1	
3.os Prémios	2	
4.os Prémios	2	
5.os Prémios	1	
Outros Prémios	7	
Total	15	Prémios

Genéve — (3 cavaleiro com 7 cavalos):

4.os Prémios	2	
Outros Prémios	5	
Total	7	Prémios

«Taça das Nações» — 10 Países — Portugal 5.° lugar.

Coronel SOUZA COUTINHO



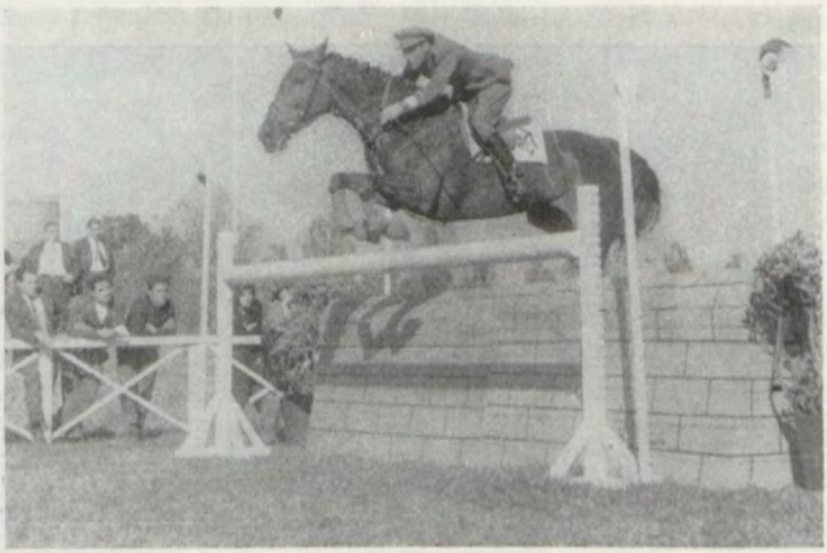
Galeria dos Vencedores

Certames	Cavaleiros	Cavalos
C. H. M. Prémio C. de Avranches	**Maj. Joaquim Barreto**	*Duquesa*
C. H. I. O. Lisboa	**Maj. Henrique Callado**	*Konak*
C. H. Matozinhos	**Ten. Lopes Mateus**	*Mistral*
C. H. Oeiras	**Maj. Henrique Callado**	*Lord Robert*
C. H. Sintra	**Ten. Pimenta da Gama**	*Passa-Pé*
C. H. Cascais	**Maj. Henrique Callado**	*Joc de l'Ille*
C. H. Figueira da Foz	**Maj. Henrique Callado**	*Joc de l'Ille*
C. H. Elvas	**Alf. Vasco Ramires**	*Libby*
Jumping do Porto	**Ten. Brito da Cruz**	*Prince Igor*
Jumping de Lisboa	**Maj. Henrique Callado**	*Konak*
C. H. I. Barcelona	**Ten. Pimenta da Gama**	*Passa-Pé*
C. H. I. O. Madrid	**Maj. Henrique Callado**	*Konak*
C. H. I. O. Aix-la-Chapelle	**Maj. Henrique Callado**	*Joc de l'Ille*
C. H. I. O. Genéve	**Maj. Henrique Callado**	*Joc de l'Ille*

Ten.-Coronel Henrique Callado montando Lord Robert

Tenente Pimenta da Gama montando Passa-Pé

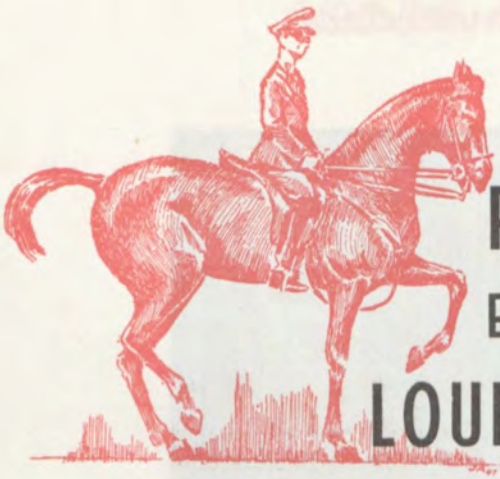
Tenente Lopes Mateus montando Mistral



Alferes Vasco Ramires montando Libby

Major Facco Viana Barreto montando Selecto II

Tenente Brito da Cruz montando Prince-Igor



FESTIVAL MILITAR EM LOURENÇO MARQUES

A semelhança do que já se havia feito em 1962, realizou-se nos últimos dias de Dezembro um Festival Militar em que participou a quase totalidade das Unidades da Guarnição Militar de Lourenço Marques.

Ele foi, antes de mais, uma insofismável demonstração do alto nível atingido pelo Exército em Moçambique. Ele foi para além de tudo mais um elo de ligação entre o meio civil e o militar.

Ele foi acima de tudo uma «parada» de «tecnicismo» de «forma física» de «ecletismo» que decisivamente contribuiu para elevar e engrandecer o prestígio do Exército em terras de Moçambique.

*

O programa foi elaborado por forma a que se apresentassem ao público laurentino dentre as múltiplas facetas da actividade do soldado as mais espectaculares.

E assim após uma guarda de honra prestada pelo Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques a fim de no mastro de honra ser içada a Bandeira Nacional dava-se início ao primeiro número: desmontagem e montagem dum Jeep e dum canhão de 7,5 que rebocava; operação que a Companhia de Manutenção de Material executou em menos de 20 minutos, e que o imenso público que encheu literalmente o Estádio Paulino Santos Gil aplaudiu delirantemente.

Enquanto os mecânicos procediam àquela operação, a Banda da Região Militar e as Fanfarras de diversas Unidades ao som de marchas militares executaram variadas evoluções de belo efeito.

O Centro de Instrução de Cães de Guerra apresentou seguidamente os seus *pastores alemães* que nos mais diversos exercícios quer de comando à distância, quer de transposição dos mais difíceis obstáculos quer ainda no ataque aos «fora de lei» revelaram um alto nível de instrução. Prosseguiu o espectáculo com a apresentação de 70 soldados

Reprise de Ensino. Reconhecem-se na fotografia, os Majores Vasconcelos Porto e Correia Mathias

naturais de Moçambique, da Companhia de Comando e Serviços do Q. G. em exercícios de Ordem Unida e auto comandados. Os vinte minutos que durou a apresentação passaram-se como por encanto tal o interesse e a atenção que as evoluções sempre variadas, sempre distintas, plenas de ritmo que a tropa de cor consegue, mereceram de todo o público. Foi este número sem dúvida e sem favor um dos «clous» do Festival.

Uma classe de ginástica de mais de 300 soldados fez seguidamente uma curta lição a que se seguiram os saltos de plinto, bok, trampolim, etc.

«À semelhança da Escola Espanhola de Viena, do Cadre Noir de Saumur, da Escola de Mafra...» e sobre um círculo iluminado por potentes holofotes um grupo de 6 oficiais de Cavalaria apresentou uma curta *reprise* de ensino onde toda a arte e beleza da equitação ficou uma vez mais bem patenteada e a que o público em prolongados aplausos testemunhou o seu apreço.

Fechou a 1.ª parte do programa com um carroussel de Jeeps, trabalho executado pelo Esquadrão de Reconhecimento e pela Polícia Militar.

Com todo o recinto, ora iluminado, ora às escuras, com lindos efeitos produzidos pelos faróis dos Jeeps, desenhando belas figuras, desenvolvendo para cruzamentos arriscados, este carroussel foi outro dos momentos altos do Festival.

Após o intervalo, um grupo de 8 oficiais apresentou uma *reprise* de obstáculos saltando cruzado, por 2, por grupos de 4 e terminando por um salto em linha dos 8 cavaleiros e que constituiu um espectáculo de muito movimento e cor.

Seguidamente o Capitão Jorge Mathias sob a luz dum projector e ao som de músicas clássicas apresentou «Game Cock» num *reprise* de ensino decalcada no Grand Prix Olimpique de Dressage.

Os caçadores especiais iniciando a sua actuação por uma descida de «slide» do alto do Hotel Girassol (80 metros) maravilharam a assistência com o seu alto grau de preparação física e desembaraço ao transporem os mais diversos obstáculos que à volta do campo estavam armados, ao saltarem por meio do fogo, ao subirem e descerem para as viaturas em movimento.

O Exército em apoio da autoridade civil nos aspectos de eliminação de motins, foi primorosamente demonstrado através das mais típicas formações e modos de actuação pelo Esquadrão de Reconhecimento e Polícia Militar, espectáculo que tomou muito de realidade com a presença de «meliantes» e «desordeiros» que na pista simbolizaram os que infelizmente podem aparecer.

O último número foi, digamos, o número-surpresa do Festival de 63.

«Um pequeno fortim inimigo impedia às nossas tropas a passagem dum curso de água». Surgiram então do meio da escuridão dois helicópteros que transportando elementos de combate alguns dos quais munidos de lança-chamas reduziram a escombros o fortim inimigo.

E então, eliminada a resistência, eles aí vêm de novo pelo ar transportando «pontoneiros» e flutuadores. E assim se foi montando sobre o rio a ponte por onde as nossas tropas passariam.

O público «viveu» todo este espectáculo inédito e que tanto o entusiasmou.

Tinha o Festival chegado ao fim. De novo o Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques em impecável formatura fez a sua en-

O Esq. Rec. de Lourenço Marques presta continência à Bandeira

trada para prestar guarda de honra à bandeira nacional que ia ser arreada!

Este, o espectáculo que durante 3 noite, a última das quais oferecida ao público laurentino, se desenrolou no Estádio Santos Gil.

Na *Revista da Cavalaria* não ficará despropositado «confessarmos», o alto contributo que os oficiais, sargentos e praças que usam espada na gola deram à sua realização.

Todos trabalhámos o melhor que soubemos e podemos durante dias e semanas para que o Festival fosse mais uma forma de prestigiar o Exército que servimos.

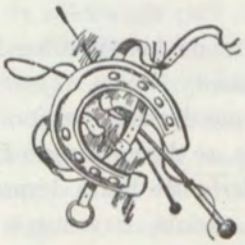
E se todos nós tivemos uma quota parte de trabalho na preparação e apresentação, o Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques impulsionado pelo Cap. Vasconcelos Porto, multiplicou-se em esforços, desdobrou-se em acção, excedeu-se a si próprio ao participar em mais de metade dos números apresentados o que por Sua Ex.ª o Comandante da Região Militar General Caeiro Carrasco foi devidamente apreciado e pùblicamente reconhecido através do louvor que com a devida autorização transcrevemos:

Louvo o Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques pela forma a todos os títulos brilhante como actuou no Festival Militar há pouco realizado.

Participando em mais de metade das apresentações teve este Esquadrão, para atingir o nível que a si próprio impôs, de desenvolver uma excepcional actividade nos treinos onde e uma vez mais pôs à prova as altas qualidades de espírito de corpo, resistência física, aprumo militar e compenetração total dos seus deveres e responsabilidades que são o orgulho da Unidade.

Fica-lhe a Região Militar de Moçambique credora pelo alto nível imprimido a todas as suas apresentações que contribuiram decisivamente para o aumento de prestígio do Exército em terra de Moçambique.

Cap. VASCONCELOS PORTO



HIPISMO NO ULTRAMAR

Os cavaleiros de Moçambique e a Época Internacional de 1963

Integrados nas equipas que representaram Moçambique nos diversos concursos internacionais realizados no Sul da África passamos seguidamente a descrever aqueles certames bem como ainda as provas do Centro Hípico de Lourenço Marques e o campeonato de Moçambique do cavaleiro de obstáculos.

RAND EASTER SHOW

A nossa deslocação ao Rand Easter Show da África do Sul era-nos particularmente agradável, e a expectativa era enorme.

Ao Concurso Hípico Internacional dali, acorre tudo quanto há de bom nas Rodésias, Sudoeste Africano, e, na própria África do Sul e de Moçambique.

As proezas de alguns cavaleiros portugueses, ganhando o Championship, a mais alta consagração dum cavaleiro na África do Sul, mais acicataram em nós o desejo de assistir e participar.

Iremos dar-vos aproximadamente uma ideia de cada uma das provas em que participou a equipa portuguesa, que era constituída pela Sr.ª D. Maria Fernandes *(Altivo* e *Calipso)*, Capitão Vasconcelos Porto *(Harpagão* e *Intruso)*, Capitão Jorge Mathias *(Pegasus* e *Limpopo)*,

Capitão Alfredo Cunha *(Harpa* e *Ideal)* e Capitão Gabriel Dores *(Helénico* e *Jau)*.

Às provas de «Ensino» concorreram os Capitães Vasconcelos Porto no *Intruso*, na «Elementar», e Jorge Mathias no *Limpopo*, na «Média».

As provas tinham um total de 30 concorrentes mas o nível técnico na «Elementar» foi superior ao da «Média». Nesta última *Limpopo* arrancou um destacado 1.º lugar, que para nós Portugueses foi muito dignificante.

Às provas de grau C, concorreu o único cavalo que levámos naquele grau — *Helénico*.

Entre 35 concorrentes nas duas provas, *Helénico* classificou-se em 5.º lugar que premiou uma bela prova do Capitão Gabriel Dores. Neste lote de cavalos só um nos chamou a atenção que foi *Copperfield* — todos os outros não se afiguraram futuros *craks*. As provas para cavalos B reuniram 36 cavalos dos quais só três se evidenciaram: *Caliban, Freedome* e *Sanny Jim*.

Foi nestas provas que a nossa equipa conseguiu melhores resultados. Depois de intensas chuvas caídas nos últimos dias o piso apresentava-se delicado acrescido do facto dos nossos cavalos estarem pouco habituados a saltar de noite, só a partir do 3.º dia de provas começaram a *carburar* bem.

Uma pneumonia veio impossibilitar o cavalo *Calipso* de entrar, as melhores classificações foram para *Pegasus, Limpopo* e *Ideal*. *Pegasus* fez um tempo extraordinário na prova «Caça» tendo batido o de Bob Grayston, o vencedor, mas um inglório toque no último obstáculo roubou-lhe a ambicionada vitória.

Limpopo também marcou a sua posição na prova «Escolha o seu salto» em que também averbou outro 5.º lugar. O cavalo *Ideal* foi o mais destacado da nossa equipa pois com um 3.º na «Caça» foi-lhe permitido participar no Championship que reunia os 12 melhores cavalos do lote B e em que conseguiu um belo 3.º posto. Foram no entanto as provas para cavalos A as que mais interesse tiveram e que constituiram para nós uma dupla surpresa.

Surpresa esta porque imaginávamos que os percursos eram concebidos sob obstáculos isolados e grandes um pouco à semelhança de como em Madrid se apresentava à volta de 1950. Fomos no entanto encontrar percursos complicados, podemos dizer mesmo difíceis com dimensões equiparadas aos concursos de 1.ª plana da Europa.

O lote de cavalos que disputam estas provas é de alto nível, a maior parte dos cavalos são puros-sangue já corridos e produtos duma selecção apurada.

Dos cavaleiros que vimos, e que mais nos entusiasmaram pomos à cabeça Mickey Low, jóvem de 21 anos que certamente na Europa marcaria posição.

Depois Bob Grayston que, sem ser nenhuma criança ainda deu que falar. A cavaleira rodesiana Ângela Edwards é sem dúvida a melhor da sua equipa e nada inferior aos cavaleiros atrás apontados. O público sul-africano deixou-nos encantados pelo seu entusiasmo e pelo seu desportivismo.

«O SHOW DE SALISBURY»

Na capital da Rodésia do Sul tivemos um concurso particularmente agradável pois os nossos cavalos e, nós próprios, mais «rodados», puderam realizar um conjunto de provas que uma vez mais honraram o nosso hipismo.

O campo de Salisbury é uma maravilha e o «gazon» que forma o relvado estava tratado de forma impecável.

Os saltos muito variados, alguns deles constituindo um verdadeiro «bouquet» de flores tal a sua profusão e colorido.

Os percursos variados, bem concebidos, menos fortes que em Johannesburg excepto talvez a «Potência» que na última barrage tinha dimensões «internacionalí ...ssimas».

Um reparo ao percurso da «Taça das Nações», demasiado fácil quer na sua concepção quer ainda nas dimensões dos obstáculos.

Em pista, quase todas as grandes figuras que actuaram em Johannesburg e ainda o lote de cavaleiros rodesianos, que em nível médio é inferior ao sul-africano.

As provas de seniores foram divididas em 2 grupos: um destinado aos cavalos de grau C e o outro aos de grau B e A.

No lote dos «C» a grande triunfadora foi Mrs. Codrington, uma senhora que já não é criança nenhuma, mãe de 6 ou 7 filhos e que monta com grande decisão e frescura. Os seus animais *Mossadegh* e *Davil Chance* estão muito bem postos, estendidos e galopando calmos.

Nas provas de graus «B» e «A» *Usutu*, que David Stubs começou a conhecer melhor, não deve ter dado um toque neste concurso.

É um animal mal posto, não aparentando grandes recursos, mas senhor duma elasticidade, energia e facilidade que aliadas a ser dos animais mais limpos que nos lembramos de ver lhe confere uma posição de primeiríssimo plano.

Também o outro cavalo de Stubs, o *Fingo* esteve muito bem, bem como a parelha de Micky Low *Juirgo* e *Trigger* embora em plano menos destacado que em Johannesburg.

Os nossos cavalos estiveram francamente bem com relevo para *Harpagão* do Capitão Vasconcelos Porto e *Limpopo* por mim montado.

Este último cavalo com um primeiro lugar, dois segundos e um terceiro marcou uma bela posição apesar de estar longe de nos agradar no seu estilo a saltar.

Recordemos com alegria a «Potência» onde na última barrage com uma quádrupla cancela com 1,60 m de alto por 2,40 m de largo e um muro a 1,92 m nos quedámos 3.os só ultrapassados pelos dois animais de Stubs.

A cerimónia de encerramento do «Show» de Salisbury merece duas palavras. Ele foi acima de tudo a consagração de todos os campeões do ano e de todas as modalidades. Desde os campeões dos «Cavalos de Sela» passando pelos «Stars» do «Turf» rodesiano, pelos «Trotadores», equipas vencedoras de Polo, etc., até ao adeus aos velhos triunfadores já «aposentados», tudo perpassou perante o público rodesiano que teve a felicidade de assistir a um espectáculo que ainda hoje recordo com saudade.

«O SHOW DE BULLAWAYO»

O «show» de Bullawayo está integrado na grande exposição-feira da Rodésia do Sul. Os concursistas que disputaram em show, foram os que fizeram o de Salisbury e mais alguns conjuntos residentes em Bullawayo.

O campo onde as provas se disputaram embora relvado estava excessivamente duro pois ali se havia feito um grande «Tattoo» que nós ainda vimos, e que castigou imenso a relva.

Os obstáculos em apresentação, construção e variedade estiveram bastante aquém dos de Salisbury.

Na África do Sul e na Rodésia não se dá a mínima importância ao problema de aquecimento do cavalo. Os campos para este fim são por vezes «impossíveis», com um salto único normalmente uma sebe e vara e que nos últimos dias tem um buraco antes e outro depois de ali ser saltada centos e centos de vezes. Julgo ser um problema a rever pelos organizadores.

Os percursos em Bullawayo sem grande variedade nos seus traçados, apresentaram-se ora fáceis, ora difíceis.

Harpagão e *Limpopo* continuaram a corresponder inteiramente ao que deles esperávamos, tendo o primeiro saltado neste concurso por forma surpreendente.

Algumas classificações colhidas premiaram as suas actuações nomeadamente um 2.º na «Caça» e um 4.º numa prova de barrage.

O *Limpopo* por seu turno com um 2.º já averbado, volta a ficar em 3.º na «Potência» perdendo no último salto do «Grande Prémio» uma hipótese de se candidatar a uma vitória na prova máxima.

David Stubs com *Fingo* e especialmente com *Usutu* foi o grande triunfador do show de Bullawayo. O progresso que este cavaleiro veio marcando com esse extraordinaríssimo *Usutu*, correspondeu a uma constante que o levou neste «Show» a ganhar não sei se 5 ou 6 primeiros prémios.

Micky Low continuou a revelar-se um cavaleiro muito dotado mas falta-lhe ser «homem de cavalos» para saber quando deve retirar um cavalo para o fazer descansar. E *Jurigo* e *Trigger* bem o precisavam.

Este concurso foi duro para os rodesianos pois a sua grande estrela — e que o é mesmo — Ângela Edwards esteve em eclipe total!

Terminou o Show de Bullawayo com a «Taça das Nações».

A nossa equipa eliminando quase totalmente a grande diferença que acusara em Johannesburg «discutiu» a vitória até ao último percurso com as equipas sul africanas e rodesianas tendo a diferença de 1/4 de ponto impedido que obtivéssemos a classificação ambicionada.

Enfim, as velhas contingências próprias do Desporto.

CONCURSO HÍPICO INTERNACIONAL DE LOURENÇO MARQUES

Rodeou-se da mais viva expectativa o Concurso Hípico Internacional de Lourenço Marques realizado no magnífico Hipódromo do Centro Hípico, e muito especialmente depois dos concursos de Bulawayo e Salisbury em que os nossos cavaleiros tiveram actuações de muito mérito. Para tornar mais excitante o certame a presença de cerca de 30 cavaleiros das Rodésias e África do Sul.

As mais variadas provas de obstáculos enchiam o programa para os seus 5 dias de concurso, e ainda uma prova de «Ensino» segundo o esquema da Reprise Olímpica de concurso completo.

Se não fosse a tradicional auréola da Piazza de Siena de Roma, gostaríamos de estabelecer comparação com o Hipódromo do Centro Hípico, quer em dimensões, piso e beleza natural. Os obstáculos são

variadíssimos, alegres e sólidos, não havendo, segundo cremos, na Metrópole, concurso nenhum nem nenhuma organização com tão variado lote de saltos como o do Centro Hípico daqui.

Com a assistência das mais representativas entidades da Província teve o C. H. I. de Lourenço Marques a sua cerimónia de abertura. Com toda a solenidade e com todos os cavaleiros alinhados, procedeu-se à cerimónia do içar das bandeiras da África do Sul, Rodésias e Portugal, no mastro de honra, ao som dos respectivos hinos.

Depois duma curta saudação lida ao microfone e ao som duma Banda Militar assistiu-se ao desfile das várias equipas ovacionadíssimas e que iríamos ver nos próximos dias. Pelas 14,30 horas prefixas entrava em pista o 1.º concorrente à «Prova Esquadrão de Reconhecimento de Lourenço Marques». Foi sempre com o maior interesse que se assistiu às provas sempre variadas dado o eterno despique que se pode observar entre os cavaleiros para fazer subir a bandeira do seu país no mastro de honra.

Nas provas para cavalos de grau C distinguiu-se a jovem Sul Africana Miss Bobo Cracknell com os seus rapidíssimos *Ali BáBá* e *Tonka*. Foram as provas dos «Craks» que mais nos impressionaram e de que mais detalhadamente iremos falar.

A «Caça» foi uma prova de luta emocionante pois D. Maria Fernandes esteve bastante tempo em 1.º e 2.º com *Adónis* e *Altivo* até que Hayward com dois enormes recortes se creditou no melhor tempo. Veio depois o Capitão Vasconcelos Porto com *Harpagão* e no seu galope largo e descontraído limpando salto sobre salto nos deu a sensação que iria ser o vencedor.

Um inglório toque no muro em crista fê-lo porém perder a prova não o impedindo, no entanto de se classificar em 2.º lugar. A prova de «Ensino» disputada por 12 concorrentes deu a vitória a *Limpopo* com o Capitão Jorge Mathias seguido do Major Iwanowsky. O segundo dia tinha para os «craks» dificuldades progressivas e diga-se de passagem, estava mesmo difícil.

A prova era disputada com uma Tab. A. sem cron. e com barrage para o 1.º lugar. Candidataram-se para esta, *Harpagão* com o Capitão Vasconcelos Porto, *Ademption* e *Ranie* com Ângela Edwards, *Limpopo* com Jorge Mathias, *Caliph* com E. Hayward e June Fitzpatrick no *Liberette*. Voltou a estar à cabeça Hayward com um percurso sem faltas e um tempo record. Em 3.º e 6.º classificaram-se respectivamente o Capitão Vasconcelos Porto no *Harpagão* e Capitão Jorge Mathias no *Limpopo*.

Para a maior prova do concurso, o «Grande Prémio», armámos um percurso forte e a exigir condução cuidada. Com 6 obstáculos a 1,50 e um duplo de oxers e um triplo de muro-e-vertical de barras, este «Grande Prémio» resultou em cheio. Forneceu um único percurso limpo — Telma Fernandes com *Calipso* — tendo sido absolutamente seleccionado quem montou bem ou tinha cavalos para o disputar.

Foi incontestada a vitória de Telma Fernandes, e, embora conheçamos há pouco tempo esta jovem cavaleira, julgamos falar verdade se dissermos que terá sido o melhor percurso da sua vida. E dizemos isto porque melhor seria difícil fazer...

Nos postos de honra Ângela Edwards com *Shane* e Capitão Vasconcelos Porto com *Harpagão*. A «Potência» reuniu um seleccionado número de cavaleiros e cavalos num total de 12 pois era destinada aos cinco primeiros classificados das provas antecedentes. E podemos dizer que, para além das alturas a que subiu Triplice com 1,80 × 1,80, Muro 1,85 e oxer 1,30 × 1,80 × 2,00, a «Potência» deste C. H. I. foi uma autêntica homenagem ao «sexo fraco».

Ùnicamente senhoras as classificadas e pela seguinte ordem: Miss Gutherie no *Boll Fighter*, Telma Fernandes no *Calipso* e Mrs. Ângela Edwards.

Estes resultados mostram-nos ainda mais a extraordinária categoria do cavalo sul-africano que com base no puro-sangue é, podemos afirmá-lo, igual aos melhores saltadores europeus. No último dia de provas disputaram-se as «Parelhas» constituídas por dois C ou um C e um A ou B. Também um pouco difíceis estes percursos como os resultados confirmam. Uma única parelha sem faltas e portanto a vencedora: Capitão Jorge Mathias na *Harpa* e Tomás Santos Gil no *Pickwick*.

A prova fecho do concurso foi a «Taça das Nações». Há exactamente 6 anos que a equipa portuguesa não ganhava e a consequente expectativa era enorme. A nossa equipa foi constituída por D. Maria Fernandes no *Altivo*, Telma Fernandes, sua filha, no *Calipso*, Capitão Vasconcelos Porto no *Harpagão* e Capitão Jorge Mathias no *Limpopo*.

A África do Sul com Miss Guthrie no *Bold Fighter*, Hayward no *Lapayette*, Maria Iwanowska no *Freedoom* e Cooper no *Murphy*. A Rodésia com Mrs. Fitz Patrick no *Liberette*, Mrs. Codrington no *Davil Chance*, Mrs. Edwards na *Ranie* e Miss Piuzzi no *Ademption*. No fim da 1.ª parte a África do Sul seguia com um toque menos que Portugal e a Rodésia mais afastada. A meio da 2.ª mão contávamos com os per-

cursos limpos de *Altivo* e *Calipso* e restáva-nos um percurso limpo ou com um toque de *Harpagão* ou *Limpopo* para ganharmos, porquanto a 2.ª mão dos cavaleiros sul-africanos tinha sido inferior.

E, na realidade *Harpagão* limpou dando-nos a enorme alegria de ouvirmos o Hino Nacional e desfilarmos ao som dos maiores aplausos do numerosíssimo público que traduzia bem quanta alegria sentiu com esta vitória.

Terminara o C. H. I. de Lourenço Marques! Embora não tivéssemos ganho a maioria das provas quisemos reservar para nós as mais importantes — «Grande Prémio» e «Taça das Nações» — o que somando a dois outros primeiros — «Ensino» e «Parelhas» — e a outras classificações de primeiro plano, nos levam uma vez mais a afirmar que o Hipismo soube honrar Portugal.

A ÉPOCA NACIONAL

O movimento hípico em Lourenço Marques foi enorme.

Além do C. H. I. a que já detalhadamente fizemos referência, levou a Direcção do Centro Hípico a efeito a disputa de várias taças destinadas a cavaleiros ou cavalos de várias idades ou graus.

A Taça «Alexandre Quintão» destinada aos cavalos de grau C e disputada como as restantes em 10 poules deu como vencedor o Capitão Gabriel Dores no *Helénico*.

A mais importante de todas as Taças a «Dr. Torres Fevereiro», essa proporcionou uma espectacular vitória ao Capitão Vasconcelos Porto no *Harpagão*.

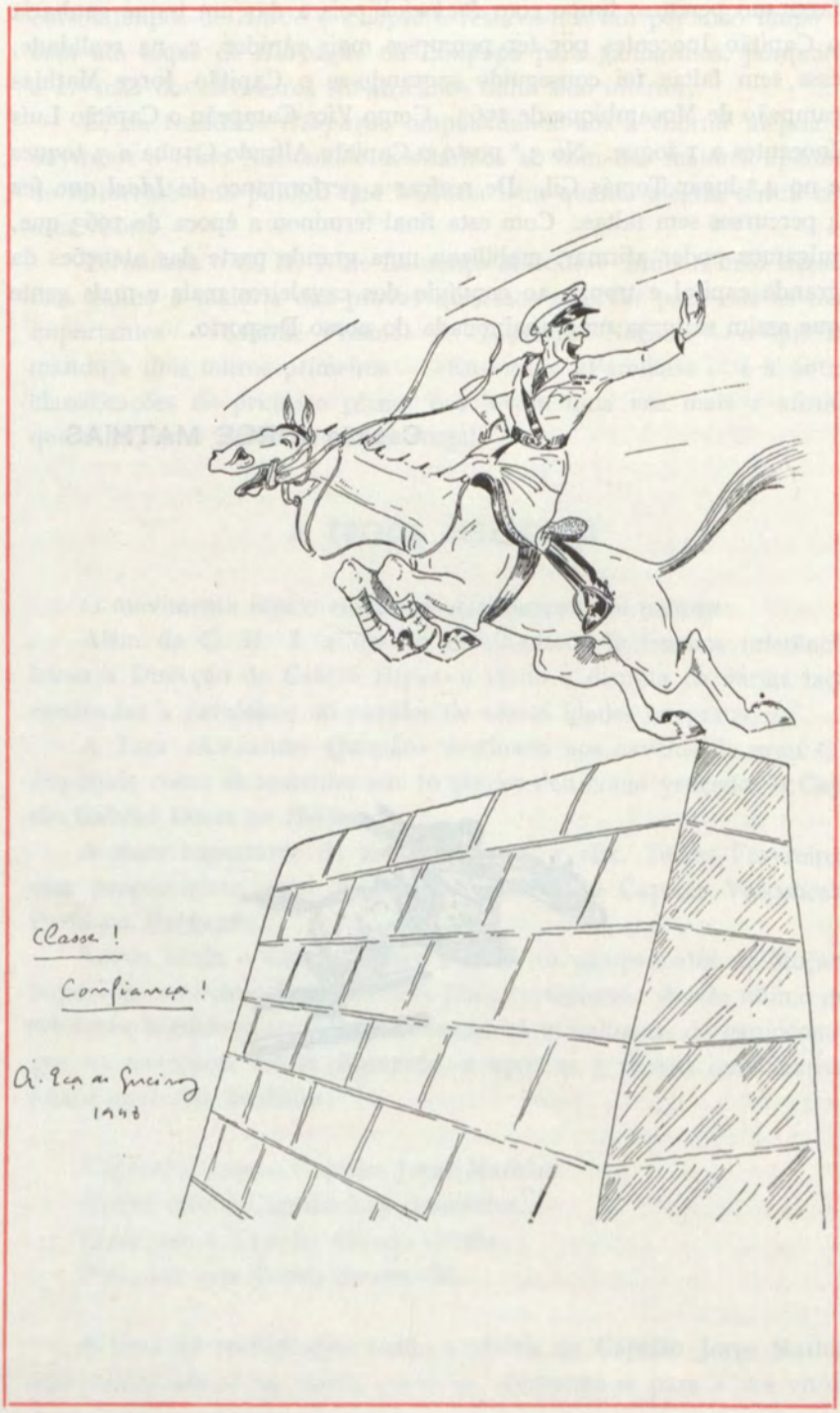
Levou ainda o Centro Hípico a efeito os campeonatos de Moçambique dos cavaleiros de obstáculos, júnior e seniores. A este último nos referimos seguidamente. Regulamentado à semelhança do campeonato que na metrópole temos disputado, e após as 3 provas qualificativas foram apurados finalistas:

Copperfiel com o Capitão Jorge Mathias.
Harpa com o Capitão Luís Inocentes.
Ideal com o Capitão Alfredo Cunha.
Pickwick com Tomás Santos Gil.

A final foi renhidíssima tendo a vitória do Capitão Jorge Mathias sido conseguida só no último percurso. Impunha-se para a sua vitória

fazer um percurso limpo com *Pickwick* pois a dar um toque ganharia o Capitão Inocentes por ter percursos mais rápidos, e, na realidade, esse sem faltas foi conseguido sagrando-se o Capitão Jorge Mathias campeão de Moçambique de 1963. Como Vice-Campeão o Capitão Luís Inocentes a 1 toque. No 3.º posto o Capitão Alfredo Cunha a 3 toques e no 4.º lugar Tomás Gil. De realçar a performance de *Ideal* que fez 4 percursos sem faltas. Com esta final terminou a época de 1963 que, julgamos poder afirmar, mobilizou uma grande parte das atenções da grande capital e trouxe ao convívio dos cavaleiros mais e mais gente que assim se torna uma apaixonada do nosso Desporto.

Capitão JORGE MATHIAS


Classe!
Confiança!
A. Eça de Queiroz
1948

Jornais revistas livros

CAMPANHA DO SANGUE

Do Instituto Nacional de Sangue

Pronto a dar o seu sangue pela Pátria, em combate, também o nosso Soldado se prontifica generosamente a dá-lo pelo seu semelhante em tempo de paz. Por isso lembramos a todos o que nos diz o Instituto Nacional de Sangue:

— **Colaborar na Campanha de solidariedade no sangue é contribuir para a própria segurança e para a segurança da colectividade.**

— **Sabe porque é que todos devem dar sangue? Porque graças ao progresso da investigação científica, da técnica, da medicina e da cirurgia a transfusão de sangue salva por ano milhares de doentes, operados e acidentados.**

— **O sangue é vida! Dar sangue é levar saúde às Maternidades onde as mães e as crianças esperam a transfusão salvadora; aos hospitais onde os doentes, operados e acidentados sem essa transfusão não poderiam ser recuperados para a sociedade.**

REFERÊNCIAS

O nosso número de 1962 mereceu à Imprensa, Rádio, TV e destacadas Entidades elogiosas referências que penhorados agradecemos.

De entre elas destacamos:

— Do Jornal «O Século» de 29 de Dezembro de 1963

«REVISTA DA CAVALARIA»

Recebemos mais um número, referente ao ano de 1962, da «Revista da Cavalaria», cuja apresentação gráfica e interesse dos textos seleccionados, o elevam a um nível merecedor de apreço e elogios. Uma «nota da Redacção» adverte que «razões de segurança militar» obrigaram a severas limitações. Contudo, assim mesmo, o presente número apresenta um sumário que não desmerece das tradições que criou. De salentar a lista dos heróis da Cavalaria Portuguesa que, em combate se distinguiram e foram galardoados por actos de bravura.

— TV

12-9-1963

Meu General e Ex.mo Amigo

Recebo agora mesmo a «Revista da Cavalaria», direi melhor o excelente número da «Revista da Cavalaria».

— Do Ex.mo General Narciso de Sousa

... Também felicito o seu ilustre Director pela publicação do excelente número da nossa Revista.

— Do Ex.mo Coronel Luiz Soares de Oliveira, Chefe da Rep. do Gabinete do Ministro do Exército

... permite-se felicitar o Ex.mo Director da Arma pelo número da «Revista da Cavalaria» referente a 1962.

«DRAGÕES»

O Grupo de Reconhecimento de Angola (Dragões) publica nas poucas horas vagas dos labores de serviço, o seu jornal, magnífico órgão de imprensa, de elevado sentido militar e patriótico.

Dele publicamos a sua primeira página, nossa modesta homenagem a tão valorosa Unidade de Cavalaria.

DRAGÕES

MENSÁRIO MILITAR | REDACÇÃO e ADMINISTRAÇÃO QUARTEL EM SILVA PORTO | DIRECTOR E EDITOR TENENTE CAPELÃO | PROPRIETÁRIO GRUPO DE RECONHECIMENTO DE ANGOLA | ANO I — N.º 1 | COMPOSTO E IMPRESSO GRÁFICA DO BIÉ, LDA.

UMA VOZ CULTURAL, INFORMATIVA E RECREATIVA

OS MEUS VOTOS

Sai hoje o primeiro número deste jornal, depois de vencidas não poucas contrariedades e dificuldades, como prémio do esforço duns quantos presentes nas fileiras do nosso Grupo.

Vai procurar ser o jornal de quantos pertencem e pertenceram a esta Unidade, a única de Cavalaria da Guarnição Normal de Angola.

Ele quer ser o traço de união entre todos os «Dragões» de Angola, presentes e passados, cimentando cada vez mais aqueles laços de solidariedade, camaradagem e amizade, que ligaram a ligar quantos tiveram, um dia, a honra de poderem ser chamados «Dragões».

Terá, também, como finalidade — essa foi a ideia que presidiu à sua criação — tornar mais viva e cada vez mais forte aquela coesão que existe entre os que servem ou serviram nesta Unidade — coesão estabelecida nas horas boas e horas más, longe ou perto do inimigo.

Tenente Coronel Pedino de Magalhães Correia

Deve ainda servir para realçar aquela firmeza de sentimentos, capaz de nos transformar num só corpo ou numa só alma, e que nos dará a força e ânimo suficientes para, arrostando contra todas as dificuldades e perigos, nos conduzir sempre ao mesmo pensamento — servir cada vez mais e melhor — na defesa dos interesses sagrados da Pátria, que amamos e juramos defender.

Vai tentar levar, se possível, a todos os recantos do nosso País aonde exista um Dragão, a certeza de que a sua passagem pelas fileiras do nosso Grupo não foi em vão, lem-

(Continua na página 2)

O DISCURSO DE SALAZAR

Comentado no Estrangeiro

Nos momentos conturbados da época presente, em que a maneira de pensar no mundo se torna duvidosa, Salazar falou aos portugueses... e falou porque Portugal, mercê da sua presença de há séculos em Africa, está sendo cobiçado naquilo que de mais honroso lhe deixaram os homens de «antes quebrar que torcer».

Assim, os órgãos informativos de todo o mundo, comentaram largamente as palavras do Presidente do Conselho de Ministros e, não esses comentários que passamos a inserir:

No noticiário das 07.00 horas de 15 de Agosto último, a B. B. C. de Londres iniciou o seu boletim informativo com largas referências às

(Continua na página 2)

Então?

Deslocou-se a Luanda o 1.º Cabo Fernando Farinha, elemento da redacção deste jornal, com a finalidade de arranjar naquela cidade alguns colaboradores militares.

Trouxe dois nomes. Um de Cavalaria, do 1.º Esquadrão ali destacado; e um outro de infantaria, já que ouvimos e recebemos prato o trabalho de um colaborador daquela Arma.

Infelizmente, — e apesar das «promessas» e das «facilidades» — não nos foi possível registar neste primeiro número qualquer colaboração daqueles dois elementos, o que lamentamos sobremaneira, principalmente só que toca ao nosso Esquadrão.

(Continua na página 2)

Major Barros e Cunha

Tendo sido transferido desta Unidade os Ex.mos Srs. Majores Calafate e Tufeis Laranjeira, encontra-se a ocupar o lugar de 2.º Comandante do G. R. A. o Ex.mo Snr. Major Barros e Cunha.

O nosso jornal cumpre o honroso dever de lhe apresentar os seus respeitos com votos de felicidades infindas no seu novo cargo.

INCORPORAÇÃO

Veteranos receberam recrutas

Apontamento de MANUEL MONGE — Alferes de Cavalaria

N. R. — É com muito agrado que publicamos este apontamento do alferes Manuel Soares Monge.

Infelizmente, lamentamos, sinceramente, não podermos mais contar com a sua colaboração.

Nesta hora de regozijo para todos nós, ainda mais, alguém, que tão bem quanto a dedicada, vai à ramalhã da Metrópole, de regresso,

(Continua na página 2)

MARINHO FALCÃO

Da mesma forma, não podemos deixar de mencionar o nome tão popular de Marinho Falcão, oficial estimado por todos quantos o conhecem.

Também ele terminou a sua comissão. Regressou à Metrópole.

Marinho Falcão.

Manuel Soares Monge.

Grandes amigos e dois nomes que ficarão na História deste Grupo.

Por isto, nunca serão esquecidos.

ADEUS 2.º ESQUADRÃO

Ao sair este número do nosso «JORNAL», encontrar-se-á o 2.º Esquadrão prestes a sair, para mais uma missão na nossa imensa Angola. Não sabemos quando o teremos de regresso a Silva Porto; mas do que não temos dúvidas é que todos os componentes daquela sub-unidade, saberão manter a fama adquirida em 61, quando, nas picadas e montes do Norte, fizeram relembrar esse grande Cavaleiro que foi Mousinho de Albuquerque, hoje patrono da Cavalaria Portuguesa. E, nós cremos, firmemente, que antes bravos que vão partir, o farão com todo o orgulho e desejo de «vencer ou morrer», mas sim dizer-lhes, para além tumulo, que estão cá para gritarem bem alto e do fundo do coração: «Camaradas, não seremos dignos de vós».

Haverá de voltar um dia, e escutaremos o Estribilho e a Cavalaria mais orgulhosa por terem, nas suas fileiras, soldados de escol de um Mousinho ou de um Capitão Correia, que, em Moçambique e na Guiné, demonstraram como são os portugueses. Disso não nos resta a menor dúvida.

A nossa vida vai ser mais dura,

Até ao Regresso

terão muitas horas difíceis, mas o que é isto perante o orgulho de ter presente para defesa do território pátrio, quando tal se tornou se-

(Continua na página 2)

A Entrevista deste mês:

CAVALEIRO INTERNACIONAL,

obteve prémios em concursos hípicos

que lhe grangearam uma posição de relevo naquela modalidade

Deixar de destacar, neste primeiro número, um cavaleiro internacional e olímpico, cujas classificações em concursos hípicos, quer no país quer no estrangeiro, lhe grangearam uma posição de relevo entre os nossos melhores praticantes da modalidade, seria uma falta da Redacção deste jornal. E seria uma tremenda falta — chamemos-lhe, mesmo, «falta de vista» — porque existia a oportunidade porque o assunto revelou-se digno de grande interesse, e, finalmente, — aproveitamos este facto era suficiente — a pessoa a que nos referimos é um ilustre oficial do Grupo, o Reconhecimento de Angola, «Dragões», que muito estimamos.

(Continua na página 2)

REFLEXÕES SOBRE A ARMA BLINDADA

pelo Comandante R. DE LAVALETTE

Estas reflexões não incidem sobre o conjunto de problemas inerentes à Arma Blindada; visam exclusivamente alguns aspectos que no momento actual nos parece revestirem uma importância fundamental.

Os progerssos da técnica e as prespectivas nucleares originam modificações estruturais de que a Arma Blindada não pode alhear-se com soluções de continuidade. Acresce ainda que sendo as condições tácticas dum conflito dificilmente previsíveis, as nossas orientações fundamentais, no que se refere ao material, estruturas e emprego, devem entrar em linha de conta com o futuro e, salvaguardar todas as possibilidades da Arma Blindada.

*

Debrucemo-nos primeiro sobre a técnica, que normalmente é considerada como elemento motor da evolução. Constatamos logo uma diversidade crescente de armas e materiais de todas as categorias, caracterizando-se por uma melhor adaptação aos homens que as servem e às missões a cumprir, e por um aperfeiçoamento técnico que lhes aumenta o rendimento através da especialização. Este sistema não surpreende, se atentarmos a que ele se estende a todos os ramos da actividade humana. O número e o tipo das armas tende a aumentar, paralelamente ao desejo duma execução mais perfeita e rápida das missões a cumprir, ao mesmo tempo que para lhes aumentar o potencial destrutivo, conservando-lhes a manejabilidade, é forçoso recorrer-se a constantes aperfeiçoamentos que acabam por transformá-las em instrumentos de grande complexidade.

A diversidade e complexidade, cujo único limite parece situar-se exclusivamente nas possibilidades financeiras, deveriam, em princípio, conduzir a uma aceleração considerável do ritmo do combate e a uma permanência das operações. Mas esta conclusão lógica não deve levar-nos a aceitar todos os aperfeiçoamentos sem qualquer restrição, se atendermos a que as técnicas são falíveis.

Há concepções bastante sedutoras cuja fragilidade não resiste ao primeiro embate e, como é óbvio, os mecanismos complicados têm que ser servidos pelo homem cujos reflexos e possibilidade tendem a diminuir cm os choques e fadigas inerentes ao combate.

Somos pois levados à preferência pelos materiais de simples utilização e à adopção de técnicas seguras. A necessidade de opção é evidente se atendermos à vasta gama de possibilidades que a técnica nos oferece. A escolha é difícil, impondo por vezes sacrifícios, mas deve subordinar-se à preferência pela simplicidade de emprego, com vistas a um melhor rendimento em combate.

Colocada face a estes problemas de especialização a Arma Blindada teve que traçar o seu rumo.

No que respeita ao CC levou a cabo a construção de um de 30 toneladas, equipado com uma peça clássica de 105.

A escolha do armamento fez-se considerando as possibilidades comparadas dos dois tipos de armas de que actualmente a Arma Blindada dispõe: o canhão clássico e o míssil.

Tanto quanto os nossos actuais conhecimentos nos permitam afirmar o canhão mantém o seu lugar e está longe de cedê-lo ao míssil. Graças à facilidade de pontaria e à pequena duração de trajectória do projéctil, o canhão, com os seus últimos melhoramentos, é duma eficácia quase absoluta até aos 1500 metros, podendo ainda ser de bastante rigor até aos 2500 metros.

O míssil teleguiado de carga oca, faz nas mesmas condições de campos de tiro, uma cobertura de alvos de 80%, entre os 1500 e 3000 metros, assegurando-lhe a importância da sua carga, uma probabilidade de destruição do inimigo, superior à do canhão, mas, a sua propulsão mais lenta diminui-lhe as probabilidades de atingir um alvo móvel e exige que o atirador assista ao projéctil durante um espaço de tempo ainda considerável, o que nem sempre será possível em combate, devendo acrescentar-se ainda que é difícil a sua utilização a certas distâncias e que o seu custo é elevado. Todos estes argumentos obstam a que o míssil se torne, de momento, a arma de que se exige uma destruição de objectivos de toda a espécie, tiro de cadência elevada e remuniciamento fácil.

Note-se contudo que a Arma Blindada não renuncia à sua utilização como arma anti-carro de grandes possibilidades a grande distância (1500 a 3000 metros).

De momento os mísseis foram adaptados ao carro ligeiro AMX 13 para valorizar a sua missão de caçador de CC, mas trata-se de uma solução fortuita.

É possível que sejamos levados a conceber um engenho especial, um carro-míssil, adaptado ao seu emprego táctico e técnico, mas no quadro actual este novo tipo ainda não está votado a um grande desenvolvimento. É contudo de encarar a hipótese e estudar a longo prazo um carro cujo armamento reuna as qualidades do canhão e as do míssil.

Por outro lado, as considerações tácticas e técnicas impõem a concepção dum engenho adaptado às missões de reconhecimento, que seja ligeiro (8 T), silencioso, anfíbio, T.T., armado com um canhão que permita o tiro anti-carro e dotado, evidentemente, de grande autonomia. Seria de grande utilidade para a Cavalaria Ligeira Blindada e ressuscitaria as possibilidades em zonas largas e de grande profundidade.

Nas condições técnicas e financeiras actuais este sistema blindado parece ser aceitável; contudo não devemos considerá-lo como a melhor solução possível, dado que numa futura guerra tal como a concebemos — mobilidade, ritmos acelerados, vastas zonas, dispersão, etc. — será difícil dispor, no momento e na zona que se desejar, do tipo de material mais adequado às condições tácticas do combate. Para sermos realistas, impõe-se a concepção dum tipo único de CC apto para a execução das várias missões, normalmente atribuídas aos blindados.

A opção por um carro único levar-nos-á a quebrar velhos hábitos e a escolhas difíceis. No capítulo das possibilidades deverá procurar-se que a potên-

cia e a «polivalência» não sejam conseguidas à custa de aperfeiçoamentos técnicos que tornem a serventia difícil.

O caminho tem que ser percorrido por fases, mas podemos desde já antever um sistema blindado em que a ossatura de todas as unidades blindadas seja constituída por um tipo único de CC coexistindo com um ou dois tipos de engenhos de técnica mais avançada em número reduzido que sirvam de auxiliares no combate dos blindados. No domínio táctico a adopção dum único tipo de CC levará provàvelmente à concepção de novas orgânicas das nossas unidades e à revisão das doutrinas tácticas.

*

A apreciação da arma nuclear tem sido feita desde o começo considerando o seu potencial destrutivo. As concepções militares orientaram-se neste sentido pel arecordação dos efeitos das bombas de Hiroschima que causaram os prejuízos que todos conhecemos e inéditos numa situação de guerra. Mas essas bombas tiveram carácter estratégico e não se possui hoje em dia experiência do seu emprego táctico.

É inegável o acréscimo de potencial que as armas nucleares mais de que qualquer outra arma nos trouxeram, mas impõe-se que tenhamos perfeita consciência das dificuldades que o manuseamento de projécteis nucleares acarreta para o combate terrestre.

O emprego de fogos nucleares em benefício directo dos primeiros escalões comporta enormes dificuldades — aquisição de objectivos nucleares, probabilidades de os atingir, percentagem de perdas infligidas ao inimigo e segurança das nossas tropas. Os progressos técnicos no domínio do reconhecimento aéreo, os radares e as transmissões reduzirão o tempo que medeia entre a aquisição do objectivo e o tiro para o atingir, mas a crescente mobilidade do adversário e a aceleração do ritmo de combate actuarão em sentido contrário e subsistirá ainda uma margem irredutível. Somos assim forçados a admitir que os efeitos globais d oprojéctil nuclear e as percentagens de perdas inimigas são incertas e função dum grande número de incógnitas.

O problema da manobra a executar — nem cedo demais nem demasiado tarde — para subtrair as tropas do primeiro escalão aos efeitos do fogo amigo, apresenta-se de difícil solução. Será pois necessário, nos casos limite, arriscar, sendo indispensável contar com um nível elevado de preparação das tropas. Nos casos em que o fogo nuclear é utilizado contra tropas em reserva, desaparecem em parte as dificuldades citadas, mas neste caso o potencial nuclear não intervém directamente no combate e é preciso que os escalões em contacto disponham dum «potencial clássico» suficiente para explorar os efeitos do projéctil nuclear «à distância média».

São estas as servidões próprias da arma nuclear e os limites do seu emprego, que não podemos nem devemos esquecer, sob pena de desaires.

Por estas e outras razões, de ordem política por exemplo, (quem tomaria a responsabilidade de autorizar, a priori, o emprego «incondicional» dos projécteis nucleares logo no início das hostilidades?) devemos encarar a possibilidade de combater sem o apoio de fogos nucleares. Pode e deve antever-se a eventualidade de uma batalha em que o fogo nuclear não constitua senão excepção ou

o epílogo do combate, sendo pois necessário que nos preparemos para sustentar com as mesmas armas e as mesmas unidades, um combate, seja ele convencional ou nuclear.

Basta encarar a hipótese duma intervenção «marginal», fora do teatro de operações europeu, em que o risco nuclear poderia ser fraco ou mesmo inexistente no início da crise.

Temos igualmente que nos preparar para um combate nuclear e dessa forma enfrentar todos os problemas daí decorrentes, ao mesmo tempo que se deve salvaguardar a nossa capacidade de combate sem armas atómicas, sob pena de sucumbirmos a uma agressão, ou de fracassarem os nossos empreendimentos por nos termos fechado em estruturas rígidas e paralizantes; por estarmos em suma, preparados para um só tipo de combate. O nosso dispositivo deve ser bivalente e conversível. stes factos não trazem uma revolução à Arma Blindada mas impõem que se considere na incerteza em que estamos quanto à força de que se revestirá o próximo combate, e nos efeitos reais de fogos atómicos.

A perspecticav dum combate atómico impõe à Arma Blindada a concepção de materiais que se comportem satisfatòriamente perante os efeitos nucleares e especialmente que ofereçam o máximo de protecção contr aas radiações e as poeiras radioactivas. Parece que o problema da protecção da guarnição será, com o tempo, satisfatòriamente resolvido. No que respeita ao comportamento do material, repetimos o que já dissemos acima quanto à exigência duma técnica segura e à rejeição de qualquer realização engenhosa mas inconsciente. Neste assunto é preciso ser-se realista e não aceitar senão técnicas que beneficiem duma grande percentagem de probabilidades de sobrevivência às vicissitudes do combate.

No plano táctico, a Arma Blindada deve em todos os casos salvaguardar a sua mobilidade e o seu poder de choque, o que significa que deverá manter intacta a sua característica de «concentração instantânea» a fim de se superiorizar em massa ao inimigo e batê-lo no momento e no ponto escolhido.

Na guerra clássica, é evidente que são os CC com o concurso das outras armas que darão a maior contribuição ao poder de choque e destruição, que se procura alcançar.

Na guerra nuclear, caberá o papel principal aos projécteis destinados a romper a nosso favor o equilíbrio das forças, criando-se com o seu efeito uma situação favorável ou talvez só uma presunção de situação favorável que os nossos elementos terão que explorar. Sem exploração, nada se conseguirá, só ela permitirá verificar quais os efeitos do fogo atómico e daí tirar todas as possíveis vantagens para a manobra.

São as forças blindadas, que em nosso entender, deverão constituir essa reserva de potencial, tomando a seu cargo a segunda fase da manobra de ruptura; podendo transformar uma situação favorável em sucesso decisivo.

Esta situação ambígua entre o atómico e o clássico confere à mobilidade das unidades blindadas uma renovada importância. Permitirá rapidez e «souplesse» aos movimentos de concentração e dispersão graças aos quais a Arma Blindada poderá simultâneamente enfrentar a ameaça nuclear e agir em força para uma exploração ou ruptura.

Diz-se geralmente que um próximo conflito nos virá surpreender na defensiva, e que nos bateremos portanto no nosso próprio terreno, em dispositivo

longamente preparado. Os planeamentos terão sido minuciosamente concebidos e as soluções terão tirado todo o partido possível do terreno, de que resultará certamente para nós uma vantagem indiscutível, mas que só parcialmente compensará a superioridade numérica inicial do agressor.

Teremos indiscutìvelmente que lançar mão do combate retardador que comportará clàssicamente fases em que a progressão do inimigo será refreada, alternando com os nossos «contra-ataques».

Só poderemos contar com estes contra-ataques para destruir o inimigo e quebrar-lhe a vontade. Serão eles que produzirão o efeito decisivo; dependendo deles ainda se o combate nos será favorável ou desfavorável.

Quer os projécteis atómicos intervenham efectivamente na defensiva quer se mantenham como potencialidades, isso não faz desaparecer a necessidade imperiosa, para o exército em defensiva, de se superiorizar, no local e no momento escolhidos, ao inimigo e derrotá-lo. Admite-se actualmente que os projécteis nucleares produzem especialmente nas unidades blindadas e no combate móvel, efeitos destrutivos e neutralizadores que não são de molde a privá-los, pelo menos em grande escala, da sua capacidade de combate. O contra-ataque não constituirá assim, na maior parte dos casos, uma simples conquista do terreno, aliás sem significado, mas uma fase capital do combate, que poderá apresentar-se em novos aspectos sobre os quais é mister reflectir. Os contra-ataques não se sucederão num ritmo mais rápido que antigamente? Não serão executados de preferência de noite? Não incidirão sobre objectivos situados a maior profundidade do dispositivo inimigo? Não combinarão a acção destrutiva sobre o inimigo com a recolha sistemática de informações? Estas missões ofensivas serão levadas a cabo por forças blindadas constituídas além dos CC por meios de reconhecimento, de infantaria e de engenharia blindada, por forma a permitirem uma melhor adaptação às circunstâncias de combate e às condições do terreno.

*

A defensiva que acabamos de encarar em moldes esquemáticos corresponderia indubitàvelmente à fase «ordenada» do combate, que poderia evoluir ràpidamente para uma situação táctica inteiramente nova para a qual os critérios usuais do combate defensivo, ofensivo ou situação estabilizada poderiam não se aplicar.

Embora não seja possível dar uma ideia precisa deste tipo de combate, sabemos contudo que os seus aspectos característicos resultariam da interpenetração íntima dos dispositivos amigos e inimigos, duma ruptura de ligações e comunicações, dum parcelamento de campo de batalha. Apareceriam logo «zonas de combate», repartidas irregularmente no terreno e superfícies desiguais separadas por intervalos desmedidos. As unidades empenhadas nestas zonas deveriam poder bater-se emtodas as direcções, tendo em conta a destruição duma certa percentagem dos meios de comandamento e um reabastecimento precário e insuficiente. Não perdendo de vista estas hipóteses, vamo-nos debruçar sobre as consequências desta evolução na Arma Blindada.

Em primeiro lugar, ressalta a maior importância que assumiriam *as missões de reconhecimento*, na «sondagem» dos instervalos, penetrando-os profunda-

mente, na preparação do empenhamento das reservas, na cobertura da sua acção e até no estabelecimento ou restabelecimento das ligações essenciais. No escalão de Grande Unidade, dispõe-se, em princípio, dos meios para assegurar estas missões: é o *Regimento de Cavalaria Ligeira Blindada* que vamos encontrar ao nível de Corpo de Exército e de Divisão. Cremos contudo que este regimento, na sua forma actual, não está apto a fazer face à multiplicidade e à diversidade das missões possíveis tornando-se necessário encarar a modificação do seu material e estrutura. O reconhecimento de vastas zonas deve dispor de blindados T.T. e anfíbios de grande autonomia, equipados com uma peça capaz de intervir com grande precisão e cadência de tiro, a 2000 metros sobr eo pessoal e a 1200 metros sobre carros inimigos.

Além disso, o reconhecimento hoje em dia já não pode passar sem a terceira dimensão. É imperioso que o *helicóptero* se conte no número dos engenhos de reconhecimento; ele completa e prolonga a acção das viaturas em terra, dando à recolha de notícias, mais ligeireza e precisão ao mesmo tempo que a sua vulnerabilidade requer a utilização de métodos que lhe assegurem uma percentagem razoável de sobrevivência. A estrutura dos nossos regimentos de reconhecimento devia modificar-se no sentido de *incluirem helicópteros ligeiros* armados, a fim de lhes permitir uma melhor adaptação a situações caracterizadas pel oimprevisto, diversidade e multiplicidade das missões. As necessidades em reconhecimento dos escalões inferiores serão, como tudo leva a crer, muito importantes, sem o que o C.A. ou a Divisão possam fazer algo para as satisfazer. Temos que admitir que num grande número de casos, no terreno, as unidades isoladas e fraccionadas terão que lançar mão dos seus meios disponíveis, isto é, carros de combate ou VTT, certamente AMX. Devemo-nos pois preocupar em orientar as unidades de CC e sobretudo as formações de cavalaria transportada, para missões de reconhecimento executadas com «os meios próprios» mas com um espírito ofensivo. A infantaria blindada deverá adaptar-se para tomar estas missões à sua conta e para se lhes associar com todos os meios.

•

Seja qual for o fraccionamento e as modificações do dispositivo ou as preocupações de informação, as unidades deverão independentemente do seu grau de isolamento, prosseguir o combate. Neste estado de coisas, o essencial não é tanto tentar reagrupar os elementos isolados e a coesão do dispositivo, mas sim a destruição do inimigo — o inimigo imediato, o que está ao alcance das espingardas, das peças ou dos mísseis.

Os comandantes de escalão inferiores, impossibilitados de terem uma visão conjunta da situação, não podem assumir as atitudes adequadas e remediar. O restabelecimento eventual duma situação mais normal, mais clássica, far-se-á sentir sob o efeito de medidas tomadas pelos escalões Divisão ou Corpo de Exército. Os outros escalões recebem ordens muito simples: eliminar o inimigo por todos os meios, e informar.

No grau actual dos nossos conhecimentos, o CC tal como o concebemos (CC de 30 toneladas), é o único engenho capaz de sobreviver ao combate caracterizado pela mobilidade e pela surpresa; só as unidades de carros poderão en-

frentar as meaças que surjam de várias direcções; realizando prontamente concentrações de fogos e explorando qualquer fraqueza do inimigo.

Tendo os CC estas possibilidades para o desempenho duma missão tão importante, é óbvio que não poderão fazer face a uma situação tão inconstante e imprevisível sem o apoio constante de outras armas. O combate será, por excelência, inter-armas e devemos estudar com afinco todas as fórmulas adequadas que assegurem uma cooperação constante e estreita entre a Arma Blindada e as outras armas. A este respeito devemos dizer que a Arma Blindada ressente-se mais do que nunca da necessidade de meios orgânicos adequados para o combate a pé. «Cavaleiros» ou «elementos transportados» (não interessando a sua origem) devem adir-se à unidade elementar de carros e fazerem parte integrante dela.

Estes «transportados» recebem as principais missões de reconhecimento e ligação; os TT blindados com lagartas, os radares de vigilância e os faróis infravermelhos torná-los-ão aptos para o cumprimento destas missões.

*

O terceiro aspecto para o qual queremos chamar a atenção é o da ligística. A deslocação dum dispositivo e a ruptura das linhas de comunicação fazem com que as unidades blindadas corram o risco de se agarrarem ao terreno por falta de carburante ou de movimentarem no campo de batalha armas inúteis por falta de munições. O risco afigura-se tanto mais real quanto é certo que as distâncias aumentarão e que o combate é essencialmente móvel. A Arma Blindada não pode pois desinteressar-se das medidas adequadas que garantam o reabastecimento nos períodos mais críticos e nas situações mais anormais.

Formações de helicópteros de carga, resolveriam, segundo parece, a maior parte das dificuldades, mas não podemos esperar que a sua utilização seja sistemática; só os casos limites, e julgados de importância primordial pelos comandos ,beneficiariam delas. Somos assim levados para soluções mais clássicas: VTT essência e VTT munições, acompanhariam as unidades mais de perto, ou então, ficando na retaguarda uniriam à frente quando fossem requisitadas.

Estas breves considerações indicam exclusivamente onde se situam as preocupações da Arma Blindada no momento em que a França ensaia os primeiros passos dum exército «tipo nuclear».

Supomos que o evento atómico ou pelo menos a ideia bastante aproximada que temos dele, confirme as forças blindadas na sua missão de combate, desde que se adequem com um alto grau de mobilidade e um potencial de fogo superior ou pelo menos igual ao do adversário. A mobilidade e o potencial devem ser garantidos não sòmente pelo material mas também pela estrutura das unidades; é essencial que a Arma Blindada não se feche dentro de soluções tácticas que a paralisem, e que as estruturas adoptadas não consagrem irremediàvelmente o esmagamento dos seus meios. Estamos certos que por vocação e por formação, a Arma Blindada tem por maior virtude, saber adaptar-se ràpidamente às situações mais inesperadas. Não se pode, seja porque for, privá-la desta virtude, devendo prepará-la em alto grau para o combate.

Consciente da sua missão, a Arma Blindada não desdenha a contribuição das outras Armas. A cooperação Infantaria-Carros deve ser ainda aperfeiçoada

tanto dum lado como doutro. Devem-se estudar e pôr em prática novas fórmulas de cooperação inter-armas, porque sem elas, é impossível às unidades blindadas serem verdadeiramente móveis.

Não esqueçamos, finalmente, que os combates do futuro, tal como se prevêem, exigirão que os postos principais sejam ocupados por um pessoal qualificado e experimentado, sobretudo com moral elevado e espírito agressivo. Temos que ter estes imperativos em conta em todos os planeamentos, sem o que as unidades blindadas, no momento preciso, não serão capazes de ocupar o lugar que lhes está reservado, porque nada se faz, em definitivo, sem o homem.

(Tradução livre da Revista L'Armée *n.º 29 de Agosto de 1963, pelo Tenente J. Mendes Rodrigues).*

A GUERRA DO HELICÓPTERO NO «SOUTH VIET NAM»

A autora Dickey Chapelle começou a sua carreira como correspondente de guerra em Iwojima durante a Segunda Guerra Mundial. O «Overseas Press Club» distinguiu-a recentemente, com a sua maior condecoração, a «George Polk Memorial Award», pelas suas reportagens de guerra no «South Viet Nam».

Logo que naquela manhã levantámos voo no helicóptero, senti imediatamente o sabor do perigo. As reportagens dos jornais nos E. U. sempre me pareceram frias e sem vida.

«As tropas do exército do South Viet Nam foram hoje transportadas a bordo de helicópteros dos E. U. e empenhadas em combate contra as guerrilhas vermelhas».

Para me consolar, lembrei-me que todo o pessoal que me rodeava era profissional. A tripulação do helicóptero era da marinha dos E. U. — o chefe e mais dois pilotos — e a força de combate, era uma secção de veteranos combatentes do exército do South Viet. Desviei a vista dos homens e passei a olhar através da vigia quadrada da parede direita da fuselagem. Os arrozais da Província de Ba Xuyen sob os primeiros raios de luz da alvorada, pareciam afundar-se debaixo de nós, enquanto a formação dos dezasseis helicópteros desenhava imagens de libelinhas no espelho das águas. Esta serenidade aumentou a minha tensão.

Estava um dia muito lindo para morrer, matar, ou perseguir a caça humana. Era no entanto para isso que aqueles homens ali estavam, e eu tinha ido para os fotografar e contar a sua história.

O brilhante panorama através da vigia não era o de um filme colorido nem de um ecran de televisão. A missão que iamos cumprir não ia acabar com um anúncio de propaganda comercial. Dez dias antes, metade dos helicópteros de uma missão como esta, tinham sido atingidos pelo fogo de armas ligeiras de terra.

O aparelho em que eu ia, ainda trazia as cicatrizes das balas da guerrilha. Isto era a verdadeira frente do mundo livre, onde o povo do South Viet Nam, com a ajuda dos E. U., estava a combater os comunistas conduzidos pelo North Viet Nam.

Na década seguinte à da Segunda Guerra Mundial, as forças nacionalistas e comunistas unidas para o mesmo fim, lutaram e ganharam a sua independência após anos do domínio francês. Quatro novas nações emergiram: Laos, Cambodja, North Viet Nam e South Viet Nam. Sòmente o industrial North Viet Nam iniciou o seu governo abraçando o comunismo. Pouco depois, guerrilhas vermelhas, apoiadas pelo North Viet Nam, começaram a actuar pelo terror. O agrícola South Viet Nam, o pró-ocidental governo do Presidente Ngo Dinh

Diem, aceitou o combate. Os E. U. iniciaram um imediato apoio económico e militar.

É este hoje o lugar onde o destino de milhões de pessoas está a ser decidido em sangue. Sangue do homens que me rodeiam. Se eles vencerem as suas batalhas, o Sudoeste da Ásia será livre; se as continuarem a perder, os comunistas em breve dominarão todo o Viet Nam para se lançar em seguida no resto da península indo-chinesa.

Através do barulho do rotor, o silêncio da incerteza pesava sobre todos nós. Alguém ia ser ferido ou morto. Cada um de nós já tinha resolvido: não vou ser eu, a tripulação do nosso helicóptero, nem a nossa secção, ou este fotógrafo, acrescentei eu, secamente.

Sentada de pernas cruzadas sobre o metal ondulado do pavimento do aparelho, enquanto mudava o filme da minha máquina fotográfica, olhei de revés para o piloto, major da marinha, Philip M. Crosswait, veterano da guerra da Coreia.

O lugar do piloto é tão alto que os tacões das suas botas ficavam à altura dos meus olhos. Apesar disso eu consegui ver a cara do major. Perguntei a mim mesmo se ele teria mascado a pastilha elástica, na mesma cadência lenta com que o fazia agora e se lhe saberia igualmente bem.

Eu tinha-lhe sido apresentada no «briefing» uma hora antes, na tenda dos mapas na base americana de Khanh Hung, uma cidade a 100 milhas da ponta mais a sul do Viet Nam. Foi lá que eu tomei conhecimento do que é que nós íamos fazer hoje. Os antecedentes da acção já me eram familiares por eu já por cá ter andado durante 7 meses — 1961. A aldeia do objectivo, Ap. My Thanh, já tinha sido uma vez um ponto forte, o dos piratas no rio e agora dava guarida às guerrilhas comunistas que impunham pesadas contribuições e aterrorizavam os habitantes.

Os «South Vietnamese» tinham conhecimento que um batalhão regular do Viet Cong — como são conhecidas as forças comunistas — se tinha infiltrado do Norte.

Duas semanas antes, a aldeia tinha sido «passada a pente fino» por forças do South Viet e capturado uns poucos de suspeitos. Hoje a aldeia estava novamente infestada de guerrilheiros comunistas.

A nossa missão resumia-se ao seguinte:

— Cada helicóptero, transportando cerca de treze homens, uma secção, far-se-ia ao ar, para desembarcar o pessoal o mais depressa possível e o mais perto possível de Ap. My Thanh. (muitas destas secções eram enquadradas por pessoal técnico do exército dos E. U.). O Oficial de informações da marinha tinha acentuado que anteriores missões desta natureza, tinham encontrado fraco fogo de terra. As suas últimas palavras foram:

— *«Só abram fogo depois de provocados».*

Logo que tomei lugar no helicóptero, com os 13 combatentes, reparei no Sargento Nelson West, o Chefe da Tripulação responsável pela complexa manutenção do aparelho. No seu fato de voo, cheio de «zips», botas de combate, e capacete de plástico pintado com riscas amarelas, West sentou-se em frente da vigia aberta, imóvel como uma estátua. Mas em terra todos o conhecíamos como

um homem de decisão; era ele que decidia quando e quantos combatentes entrariam a bordo e quando saltariam em terra.

Ao lado da figura imóvel de West, sentou-se o Comandante da Secção com os joelhos e cotovelos muito encolhidos no seu impecável uniforme. Embalava a sua arma, apontada para cima, com o leve oscilar do helicóptero. Eu tinha ouvido o seu nome no momento do embarque — cabo Nguyen —, era natural de North Viet Nam, e não estava com certeza no calmo fulgurar dos seus olhos, a causa da minha apreensão.

Olhei para o relógio, 08H15, o momento exacto previsto para deixarmos a nossa confortável altitude de cruzeiro e começar a deslizar para baixo.

O Major Crosswait começou a mascar em ritmo mais acelerado. O sargento West continuou a olhar calmamente através da vigia aberta. Os soldados lentamente começaram a mexer-se. Tinham vindo sentados, agora estavam agachados prontos a saltar. À medida que o aparelho se inclinava, o verde do chão começou a passar através da vigia, a uma centena de milhas por hora. O barulho do motor parecia atirar para nós o calor da terra. Sùbitamente sofucava-se no interior do aparelho. Notei que o pessoal pareceu não notar este novo desconforto. O cabo Nguyen, especialmente, mantinha-se impenetrável.

Neste momento o cabo mudou de posição. Como se um fotógrafo fizesse parte da mobília de cada helicóptero dos E. U., Nguyen agarrou-se ao meu pulso, e avançou para o rebordo da vigia. A sua mão traiu-o, estava gelada e húmida.

O barulho do rotor elevou-se num zumbido estridente, possìvelmente no mais alto ruído capaz de ser suportável pelos ouvidos humanos. Suavemente pousamos no solo. Instantâneamente o compartimento tornou-se numa explosão de movimento. West ajudava cada um dos Soldados a saltar atenuando a cada, com o braço, o salto por escassos momentos. Eu também usei o seu braço quando saltei. Senti o helicóptero a subir atrás de mim quando me levantei preocupada em juntar as minhas máquinas fotográficas e acessórios. Olhei em redor à procura do pessoal que eu devia acompanhar no assalto. As minhas ordens eram para acompanhar o técnico americano e a sua secção que vinham no helicóptero atrás de nós. Com excepção da secção de Nguyen não se via ninguém. Os helicópteros tinham descarregado o pessoal e elevavam-se no ar. No meio do alto capim não tive outra alternativa senão incorporar-me na secção do cabo. Ouviram-se os primeiros tiros. Uma rajada de arma automática à nossa esquerda. Nessa altura eu já corria tão depressa que me não apercebia quem disparava. Disseram-se mais tarde que tinha sido o nosso próprio pessoal a disparar para aquilo que julgaram ser a guarda da retaguarda do inimigo. Eu tropecei na linha de atiradores da secção. O cabo Nguyen fez sucessivamente três sinais.

— Para os seus homens: — não façam casos dos tiros.
— Para mim: — Vá para o terceiro lugar a contar da esquerda.
— E para todos nós, implacàvelmente: — Para a frente.

Trotando, a frente sobre um terreno recém-lavrado de cultura de arroz eu estava impressionada pela maneira como avançava a linha de atiradores da secção. O pessoal mexia-se em ordem dispersa, do meio aos extremos, segundo o manual de combate dos E. U. Os tiros atrás de nós cessaram, e em breve

tomámos contacto com as primeiras cubatas do extremo da aldeia. Em cada casa tudo se continuou a passar calmamente enquanto os Soldados ali entravam, as mulheres, crianças, cães, galinhas e porcos. Vimos ùnicamente um homem, muito velho. As pessoas não me pareceram admiradas nem com medo, sòmente pacientes. Davam a impressão de que já estavam habituadas a visitas deste género e... estavam. Mostravam ter confiança nos soldados do governo. Não tinham medo que os matassem ou roubassem.

A nossa secção descobriu 50 ninhos individuais para atiradores, cuidadosamente camuflados, òbviamente uma vez já ocupados pelos Viet Cong, mas agora vazios. Três outras secções capturaram prisioneiros.

Assisti aos interrogatórios e vi soltarem dois. O terceiro não tinha papéis que dissessem que pertencia à aldeia de Ap. My Thanh, tendo em contra-partida uma nota de uma piastra South Vietnamese (vale um poucomenos do que um U. S. penny).

Disseram-me que notas como aquela já tinham sido encontradas nos comunistas; parece tratar-se de um sinal de reconhecimento entre os inimigos. Por isso este prisioneiro, com os braços atados, foi levado para o comando para ser interrogado. Esta pequena ocorrência como a de Ap. My Thanh, transformou os ventos da guerra.

Dois anos antes, a população dos centros urbanos isolados não tinha qualquer noção do esforço que o seu governo fazia para os defender. Agora um outro mundo estava sendo desvendado, com enxames de helicópteros rodopiando por cima, caçando as guerrilhas do Viet Cong, ou despejando de vez em quando as tropas disciplinadas do batalhão.

Durante 17 dias consecutivos eu estive com os helicópteros militares. Fomos quatro vezes alvejados de terra. Tive possibilidades de organizar a «minha operação», primeiro com os helicópteros da marinha, em profundas incursões nas planícies do Sul e mais tarde nas montanhas do Norte com uma companhia de helicópteros do Exército.

O meu aparelho evacuou feridos, distribuiu alimentos, munições, e transportou artilharia para os postos fronteiriços que de outra maneira não poderiam sobreviver.

Um dia eu acompanhei um grupo camuflado das forças especiais dos E. U. que foi transportado por helicópteros a um local profundamente internado na província dominada pelos comunistas. A sua missão era organizar e instruir uma força de combate. O médico foi o melhor recruta. Era a única pessoa que a população das redondezas tinha visto com modernos conhecimentos sobre tratamento de doentes ou feridos.

A rotina básica dos helicópteros americanos, é transportar tropas em operações idênticas à de Ap. My Thanh. Numa manhã, porém, a história foi tràgicamente diferente.

Tínhamos saído ao amanhecer como parte de uma missão aerotransportada, quando alguns minutos após termos levantado, o motor começou a falhar.

Depois de se ter reparado a avaria, constatou-se ser já muito tarde para nos podermos juntar ao resto do grupo.

Voltámos para trás, para Khanh Hung. Aí, quando me encontrava perto da tenda do «briefing», um homem muito excitado saltou de um jeep em plena corrida. Era o major Nguyen Ngoc Thanh, o chefe ou o governador da Pro-

víncia de Ba Xuyen. O problema, ele explicou ao capitão da marinha dos E. U., Paul Moreau, era Vinh Quoi, uma aldeia numa confluência do rio, 30 milhas a oeste.

A aldeia tinha um chefe de distrito, uma companhia de guarda civil e alguns combatentes. Não respondiam às chamadas de rádio. Podia ser que houvesse avaria no transmissor ou... a causa era outra...

O major Thanh perguntava se os nossos helicópteros poderiam dar uma volta em reconhecimento. A resposta do capitão Moreau foi pronta e simples — Sim.

Cerca de uma hora depois, nós estávamos próximo de Vinh Quoi — cada helicóptero transportava uma secção de atiradores ràpidamente organizada com o pessoal da guarda de defesa do próprio major. Ele e eu ocupávamos o aparelho da frente com o capitão Moreau a pilotar. Um ligeiro nevoeiro cobriu a terra durante quase todo o percurso. De repente, abriu-se. Quando olhámos para baixo deparámos com um espectáculo horroroso. Vinh Quoi estava em chamas. Línguas de fogo saiam das fortificações e das casas completamente cilindradas pelos comunistas. As detonações das espingardas diziam-nos que os vermelhos ainda atiravam na aldeia e atiravam contra nós. O chefe da tripulação gritou para um metralhador Vietnamese que empunhava uma espingarda automática Browning; o soldado iniciou imediatamente o fogo. O matraquear da sua arma sobrepôs-se ao ruído do rotor e dos tiros de terra. Só me apercebi que o chefe também estava a disparar quando o cano da sua arma entrou a estremecer no meu campo visual.

Logo que os dois cessaram fogo, eu peguei nuns auscultadores que estavam pendurados na parede. A voz do capitão Moreau chegou até mim: — «Vejam como eles correm, aposto que são mais de duzentos».

Os fugitivos ficavam cada vez mais pequenos à medida que o capitão elevava o helicóptero para fora do alcance das suas armas, mas apesar disso os meus olhos de míope ainda conseguiram ver vários grupos deles. Dispersavam através da aldeia num largo círculo. Via-se logo tratar-se de tropa disciplinada e bem instruída. Havia outro indício infalível de que se tratava de tropa regular. Usavam capacetes e mochilas. Nós estávamos a ver o que tinha sido um fantasma para a maioria dos americanos: forças convencionais comunistas profundamente internadas para além da fronteira de onde nunca deveriam ter saído, em virtude do tratado de paz existente.

A nossa intervenção deve ter interrompido a pilhagem e morte em Vinh Quoi. O pessoal nos dois helicópteros rangia os dentes de raiva por não poder fazer nada. Amigos estavam a morrer justamente por baixo de nós. Nada poderíamos fazer contra duas companhias inimigas. Voltámos para trás à procura de reforços. Em menos de duas horas, em Khanh Hung, organizou-se uma força de combate de mais de 100 combatentes. A marinha transportou-os à aldeia em vagas sucessivas. Foi tarde demais.

O «raid» tinha começado cerca das três horas da manhã e já tinha acabado. Os vermelhos retiraram pelas 14H30 quando o primeiro pelotão Vietnamese reforçado com três «U. S. advisers», carregou por entre os destroços da aldeia. No meio dos escombros das cubatas encontraram-se 27 mortos, 23 feridos e 900 sobreviventes, agora pràticamente sem lar. Os últimos raios de sol tornavam-se cada vez mais vermelhos da fumarada do braseiro.

Desloquei-me até onde tinha sido o posto da guarda. Foi lá que o corpo do chefe do distrito, amigo íntimo do major Thanh, foi encontrado. Mais de 60 combatentes tinham-se simplesmente evaporado com o fumo das ruínas. Sete jaziam mortos, dos outros nem rasto. Provàvelmente foram capturados e evacuados juntamente com os feridos, embora não se pusesse de parte a ideia de deserção para o lado do inimigo.

As famílias da guarda civil de Vinh Quoi, tinham-se refugiado dentro das fortificações, e ali foram vítimas dos vermelhos que as mutilaram até à morte. Os sobreviventes enrolavam os corpos em esteiras de junco, a tradicional mortalha da região. Murmuravam pesadamente contra a horrorosa evidência do massacre à baioneta. Não foram só os homens, as vítimas: contei os corpos de 6 mulheres e crianças.

Na morgue, eu vi o único prisioneiro apanhado durante todo o dia: uma mulher que tinha aparentemente vindo com a força incursora, como médica.

O barulho de um rotor em marcha, chegou até mim, vindo de um local de capim próximo da aldeia e que servia de campo de aterrisagem do nosso helicóptero. Os feridos estavam prontos a serem evacuados para o Hospital da província, assim como os mortos para serem enterrados na sua terra natal.

A população da aldeia lamentava a sua dor.

Duas das recentes viúvas, tinham sòmente chegado a Vinh Quoi, há cerca de algumas semanas com os seus maridos soldados. Uma sentou-se com os olhos cheios de lágrimas, ao lado dos restos amortalhadors do seu marido, com um filho de um ano agarrado ao peito.

Quando entrámos no helicóptero eu peguei na criança e foi com ela nos meus braços que aterrámos em Khanh Hung onde a mãe tinha parentes amigos.

Quatro dias depois, segui numa missão de helicóptero que foi um completo sucesso. Começou da mesma maneira com uma visita ao «briefing room» do capitão Richard A. Jones, «U. S. adviser». Ele usava o distintivo de «Ranger» e as asas de pára-quedista. Com ele estava outro americano e cerca de 60 combatentes do Veit Nam. Projectava-se uma caçada ao homem de helicóptero. A força de manobra seria conduzida pelo Ten.-Coronel Archie J. Clapp, comandante do esquadrão. O pessoal do capitão Jones tinha estado fora em perseguição de determinados elementos Viet Cong que trabalhavam com as guerrilhas vermelhas como resposta aos «U. S. advisers». Havia informações de que alguns deles tentariam passar nas próximas horas numa determinada área de campos de arroz. Quantos? Em barcos no canal? A pé pelo campo? Ninguém sabia.

Não podiam ser capturados numa manobra de conjunto. Ter-se-ia de voar muito baixo, procurar alguma coisa de suspeito para se aterrar imediatamente e enviar a tropa para reconhecer. Esta era a táctica.

— «Se pudermos aterrar... acrescentou o capitão com algumas dúvidas, por causa da lama, minas ou atiradores especiais.

— «Nós desembarcaremos», assegurou o coronel, estarei sempre ligado consigo. Quando desejar regressar faça sinal com os braços ou com qualquer coisa. Descerei imediatamente.

Quatro helicópteros fizeram-se ao ar. Eu ocupava o aparelho do coronel Clapp juntamente com o capitão Jones. Durante toda a tarde o pessoal foi desembarcado quatro vezes numa área próxima da aldeia de Vinh Loi, onde os

vermelhos poderiam ser detectados. De cada vez a rotina foi sempre a mesma: saltariam em tera, explorariam o terreno a pé e regressavam para os aparelhos sem nada a assinalar a não ser o que sucedeu com outro «U. S. advisers», o capitão Jack R. (Red) Cantrell, que eu já conhecia há uns anos atrás como sendo um pára-quedista do Fort Bragg. Uma mulher do campo aterrorizada com o barulho dos rotores e a gritaria dos soldados, deu à luz mesmo ao lado de um canal de irrigação. Cantrell não teve outro remédio senão fazer de parteira. Sem hesitação cortou ele próprio o cordão umbilical com a faca de mato. A mãe e a criança — uma rapariga — estavam óptimas quando as deixou.

Foi no entanto a secção do capitão Jones que fez da missão um sucesso. Em determinada altura vimos um grupo de homens a caminhar pelos taludes dos diques sem aparelhagem da lavoura. Assim que nos viram desataram a fugir em direcção a uma aldeia, abrindo fogo contra nós debaixo das árvores. Um deles continuou a fugir a descoberto. Através dos auscultadores chegou até nós a voz do coronel Clapp:

— «Vamos apanhar aquele, não deixem ninguém disparar».

Em dez segundos os helicópteros dispersaram o nosso pessoal em círculo em volta do desgraçado. Carregando por todos os lados, armas prontas a disparar, os «South Vietnamese» acompanhados pelo Capitão Jones que, como é seu hábito, transportava às costas o rádio — ràpidamente aprisionaram o vermelho. Pouco tempo depois a secção regressava com o prisioneiro já com os cotovelos fortemente atados atrás das costas.

Foi-lhe encontrada uma carteira com documentos que não deixava quaisquer dúvidas de se tratar de um chefe de guerrilheiros.

O inimigo foi transportado de volta, depois de se lhe ter vendado os olhos com a bandeira do North Viet Nam, que lhe foi encontrada num dos bolsos.

*

Perto de Can Tho eu pedi no Quartel General da divisão para me deixar entrar em contacto com um «advisers» que se encontrasse bastante desviado da acção directa dos helicópteros. Eu sabia que muitos «advisers» viviam profundamente internados no campo em «aglomerados estratégicos», novas comunidades formadas para proteger as populações rurais «Vietenamese» dos ataques da guerrilha.

— Qual é o «adviser» mais exposto de todos? perguntei. Todos concordaram com um nome, Mc Curley.

Eu fui encontrar o major Henry H. Mc Curley em Kha Quang, uma aldeia com uma só linha de defesa de sentinelas entre si e os campos em frente, onde por duas vezes eu veria a bandeira inimiga hasteada.

Para o major a sobrevivência diária era um problema. Incapaz de tragar a comida asiática, já há quatro meses que vivia de rações de reserva. Na tarde que eu cheguei, depois de presunto com feijões e café, o major confessou-me que nunca tinha visto antes um correspondente de guerra na zona de operações. Depressa descobri porquê. O major tinha estado *sempre* muito à frente. Como oficial subalterno já o major comandava uma subunidade de reconhecimento

avançada da ponta de lança dos tanques do general George S. Patton, durante a segunda guerra mundial.

Agora, no South Viet Nam, ele vivia numa cabana de pedras em ruínas. Um cubículo do tamanho de uma cela, assim escolhido para poder estar junto do posto de comando do regimento, do qual ele era «adviser». O seu único contacto com o mundo era o seu rádio.

Dois operadores americanos, o veterano M/Sarg. Jones Horno e o Sarg. William Riley, mantinham permanentemente o rádio no ar, nos seus próprios alojamentos a uma centena de passos de distância.

A missão deste regimento «Vietnamese» era proteger uma linha de oito novos aldeamentos habitados por mais de 10 000 trabalhadores de cultura de arroz, compelidos a terem que abandonar as mais dispersas e indefensáveis fazendas.

O Quartel General do Regimento ficava mesmo no centro da aldeia, Kha Quang, e possuia morteiros americanos de 105 mm dispostos para poder proteger quatro aglomerados numa direcção, e três noutra. O Regimento tinha ordens para defender os aldeamentos aé cada um poder construir as suas próprias defesas e treinar os seus homens.

Kha Quang era o primeiro desses pontos estratégicos que eu tinha visto. Todos os dias o major e eu dávamos uma volta e depois passávamos pela rua principal, chapinhávamos na lama dos diques ou fazíamos equilíbrio nos troncos que atravessavam os canais de irrigação.

Uma vez entrámos numa casa de chá que mais parecia um balcão de quinquilharias.

O Comandante do Regimento não aprovava os passeios do Major.

— «O vosso país dá-nos uma grande honra por nos ter enviado tão qualificado soldado para nos ajudar, mas não sabe quanto o inimigo gostaria de o ver morto». «Se os Viet Cong vissem como ele anda sempre por aí sem nenhuma protecção... uma granada de mão no mercado e arrumava o caso».

A isto respondeu-me o major, de que era mais importante para a sua missão que toda a gente o visse como símbolo vivo da aliança americana, do que evitar aceitar o risco que ela comportava.

— «Nós todos compreendemo isso, replicava o comandante, mas nunca o esperávamos de um ocidental».

Todos os dias eu observava o major dando instrução individual do combatente ao pessoal, e táctica aos oficiais. Era táctica ofensiva, com vista ao dia em que os aldeamentos seriam capazes de se defenderem por si póprios, de maneira a libertar o Regimento para então este poder atacar em conjunto os vermelhos.

Durante a minha estada, os morteiros abriram fogo duas vezes. Numa delas foi para flagelar uma concentração de inimigos, que numa confluência do rio, tentava interceptar o movimento de mercadorias entre aldeamentos e o mercado.

Depois de quatro dias, um helicóptero veio-me buscar e eu deixei o major Mc Curley, com a sensação de ter abandonado um teatro antes da cortina ter sido levantada. Tenho esperanças de um dia voltar.

*

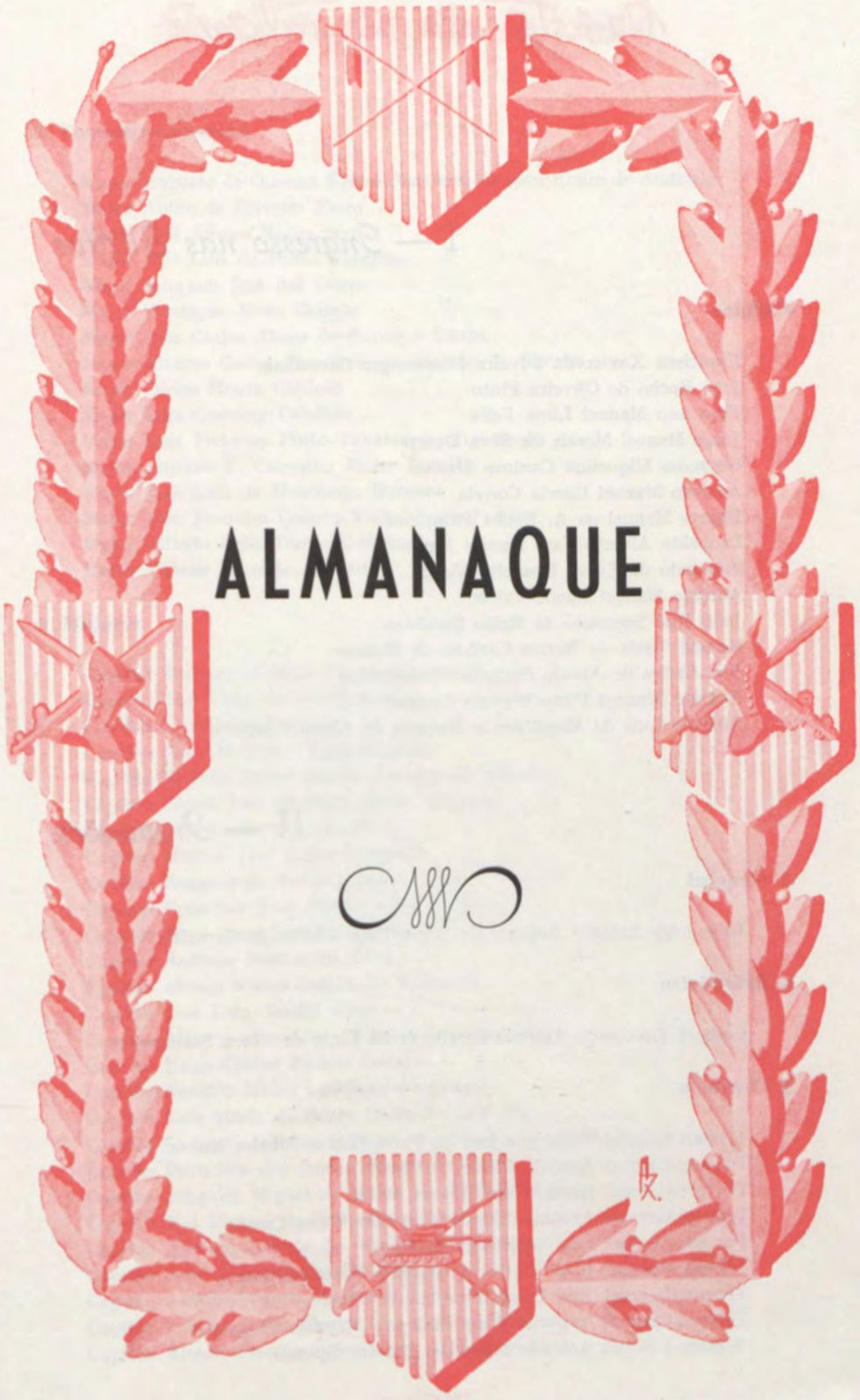
Em Saigon ,capital do South Viet Nam, voltei outra vez a sentir o prazer da limpeza, deitar-me sem o receio de acordar no meio do sono aos tiros e de usar saltos altos. De vez em quando recordo com emoção os tempos em que palmilhei a Hungria, Algéria, Cuba, Laos, Coreia e Formosa sob o signo das baionetas. Desta vez sentia que qualquer coisa, de muito pessoal, tinha feito de Viet Nam uma missão diferente das outras.

Uma noite em Khanh Hung, três «marines» vieram ver-me por diversas vezes à porta da messe onde comíamos. Eram rapazes muito novos, que disseram ser este o seu serviço militar no ultramar. Então quase inacreditàvelmente, cada um deles confessou-me que eu já era conhecida das suas famílias. Os seus pais tinham-me conhecido durante as batalhas de Iwo Jima e Okinawa durante a segunda guerra mundial.

Não sem emoção, apercebi-me que estava na presença de uma segunda geração de combate dos «marines», acompanhando-os outra vez no campo de batalha, meio mundo longe de casa.

Só um factor se tinha mantido inalterável: O sempre ameaçado direito humano de liberdade.

(Tradução de um artigo de Dickey Chapelle do National Geographic, *de Novembro de 1962, pelo Capitão José Maria de Mendonça Júnior).*



ALMANAQUE

I — Ingresso nas Fileiras

Cadetes

Francisco Xavier da Silveira Montenegro Carvalhais
José Rocha de Oliveira Pinto
Francisco Manuel Lima Felix
Jorge Manuel Morais da Silva Duarte
Germano Miquelina Cardoso Simões
António Manuel Garcia Correia
Duarte Manuel da A. Rocha Pamplona
Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto
Fernando da Costa Monteiro Vouga
António Manuel Conde Falcão
João José Segurado de Rolão Candeias
Manuel Maria de Barros Cardoso de Meneses
José Carlos de Ataíde Pinto de Mascarenhas
António Manuel Pinto Ferreira Gomes
António Luís de Magalhães e Meneses de Abreu Coutinho

II — Promoções

A General

Brigadeiro António Augusto de Sousa Dias Ribeiro de Carvalho

A Brigadeiro

Coronel Tirocinado António Camilo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor

A Coronéis

Tenente-Coronel Francisco José de Faria Hintze Ribeiro Nunes
Tenente-Coronel António Vasco da Costa
Tenente-Coronel Homero de Oliveira Matos
Tenente-Coronel António Vaz de Carvalho Viana Crespo
Tenente-Coronel Luís Soares de Oliveira
Tenente-Coronel Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Tenente-Coronel José Lopes Ferreira da Silva
Tenente-Coronel António Maria Malheiro Reymão Nogueira
Tenente-Coronel António Sebastião Ribeiro Spínola

A Tenentes-Coronéis

Major Augusto de Oliveira Ferraz Noronha Meneses Freire de Andrade
Major Abílio de Oliveira Ferro
Major José Afonso Rodes Sérgio
Major José Luís de Pinho Canelhas
Major Joaquim José das Dores
Major Henrique Alves Callado
Major Luís Carlos Abreu de Barros e Cunha
Major Alberto Carlos Perestrelo de Alarcão da Silveira
Major Carlos Moura Cardoso
Major Luís Cesariny Calafate
Major Luís Federico Pinto Tavares de Figueiredo
Major António F. Carvalho Freire Damião
Major José Luís de Mendonça Ramires
Major José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira
Major Alfredo Leão Tomás Correia
Major Viriato Mamede de Brito

A Majores

Capitão Rodrigo de Melo Tudela Laranjeira
Capitão José Vítor da Costa Morais
Capitão Luís Leite Ferreira
Captião João de Castro Enes Ferreira
Capitão Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira
Capitão Carlos José Machado Alves Morgado
Capitão José Carlos Sirgado Maia
Capitão Manuel José Lopes Cerqueira
Capitão Augusto da Fonseca Laje
Capitão Francisco José Falcão e Silva Ramos
Capitão Jorge Luís Ferreira Osório
Capitão António Pereira da Silva
Capitão Álvaro Nunes Lemos da Fontoura
Capitão José Luís Trinité Rosa
Capitão Alfredo Alexandre Fernandes Ordaz Mangas
Capitão Nuno Caldas Franco Duarte
Capitão António Malta Leuchner Fernandes
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia
Capitão Carlos Correia de Sampaio de Vasconcelos Porto
Capitão Francisco dos Santos Farrusco Júnior
Capitão Joaquim Miguel de Matos F. Duarte Silva
Capitão Rui Manuel de Brito Limpo Serra
Capitão António Lobato de Oliveira Guimarães
Capitão Raul Augusto Paixão Ribeiro
Capitão António Varela Romeiras Júnior
Capitão Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões
Capitão Álvaro Francisco Torres de Andrade e Silva

Capitão José Francisco Milho Ferro
Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva
Capitão Joaquim Mendes B. Ribeiro Simões

A Capitães

Tenente Carlos Alberto Pereira Gomes da Silva
Tenente Jorge de Gouveia Falcão
Tenente Jorge Alberto Gabriel Teixeira
Tenente Eduardo Roque da Cunha
Tenente Rui Gonçalves Soeiro Cidrais
Tenente João do Nascimento de Jesus Pato Anselmo
Tenente Manuel Correia Arrabaça
Tenente Fernando Trindade Rei

A Tenentes

Alferes Lino Augusto Carneiro Júdice da Costa
Alferes Fernando António Marques Abreu
Alferes Manuel Eduardo Alves Botelho
Alferes Mário Arnaldo de Jesus da Silva
Alferes João António Branco M. da Rosa Garoupa
Alferes Jorge Manuel Bicudo e Castro Valério
Alferes Manuel Soares Monge
Alferes Rui da Costa Ferreira
Alferes Vasco Luís Pereira Esteves Ramires
Alferes Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão
Alferes Carlos José de Campos Andrade
Alferes João Luís Pereira Piçarra
Alferes António Vital Fernandes Faia
Alferes Rúben de Almeida Mendes Domingues

A Alferes

Aspirante-a-Oficial José Rocha de Oliveira Pinto
Aspirante-a-Oficial Francisco Manuel Lima Felix
Aspirante-a-Oficial Jorge Manuel Morais da Silva Duarte
Aspirante-a-Oficial Germano Miquelina Cardoso Simões
Aspirante-a-Oficial António Manuel Garcia Correia
Aspirante-a-Oficial Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona
Aspirante-a-Oficial Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto
Aspirante-a-Oficial Fernando da Costa Monteiro Vouga
Aspirante-a-Oficial António Manuel Conde Falcão
Aspirante-a-Oficial Manuel Maria de Barros Cardoso de Meneses
Aspirante-a-Oficial António Manuel Pinto Ferreira Gomes
Aspirante-a-Oficial António Luís Magalhães e Meneses de Abreu Coutinho
Aspirante-a-Oficial Francisco Xavier da S. Montenegro Carvalhais
Aspirante-a-Oficial João José Segurado de Rolão Candeias

A Sargentos-Ajudantes

1.º Sargento Carlos Gomes
1.º Sargento Aníbal Bernardino Proença
1.º Sargento Domingos Cardoso Janeiro
1.º Sargento Zeferino da Costa Macedo
1.º Sargento Manuel Ferreira de Amorim
1.º Sargento Manuel António Dias Gonçalves
1.º Sargento António Maria Elavai
1.º Sargento Armindo Ribeiro dos Santos

A Primeiros Sargentos

2.º Sargento João Manuel Figueira Pinheiro
2.º Sargento Francisco Farinha Alves
2.º Sargento Manuel Pais Amaral
2.º Sargento José Francisco da Glória
2.º Sargento Francisco Marcelo Burgos
2.º Sargento Carlos da Silva Almeida
2.º Sargento Lúcio Lopes Dias
2.º Sargento Francisco António Alho
2.º Sargento Luís da Conceição Marques Rilhó
2.º Sargento José António Godinho Casaco
2.º Sargento Ludgero Augusto Malveiro
2.º Sargento Rogério da Fonseca Santos
2.º Sargento José Cabaço Leitão

A Segundos Sargentos

Furriel Manuel da Cunha Ferreira
Furriel João Domingos Miguel
Furriel João Firmino Dinis Gonçalves
Furriel Adelino Moreira Raimundo
Furriel Manuel Fonseca Afonso
Furriel António Azenhas Trindade
Furriel Moisés Dionísio
Furriel José Pedro Miguel Camilo
Furriel José Mendes Trindade Bagorro
Furriel José Bimbas dos Santos
Furriel Manuel de Jesus Gonçalves
Furriel Serafim Francisco dos Santos
Furriel António Costa Teixeira
Furriel Augusto Loureiro da Assunção
Furriel Joaquim Augusto de Areda Simões
2.º Sargento graduado Jorge Augusto Reis
Furriel Ávilo Joaquim Ramos Cadete
Furriel Manuel João Fróis Caldeira
2.º Sargento graduado Francisco da Silva Braz

2.º Sargento graduado Francisco Soares
Furriel António Gomes Frade
Furriel Mário Fernandes dos Santos
Furriel António da Silva
Furriel Albano Serrano
Furriel Jaime Rodrigues de Sousa
2.º Sargento graduado Humberto Jorge Mota Nogueira
Furriel José da Silva Neves
Furriel Joaquim Manuel Germano Ganhão
Furriel Eurico Romeu Teixeira Pereira
Furriel Atílio Fernandes Pinto
Furriel Emílio Cervantes Júnior
Furriel Francisco Quintano Freire
Furriel José Carlos Galamas Rosado
Furriel Cipriano da Silva Santos
Furriel Francisco Manuel Tomás Correia
Furriel João Maria Franco Pombeiro
Furriel António José Almeida
Furriel António dos Santos Paulo
Furriel José Ramos
Furriel António Joaquim C. Boné
Furriel José Mexia Loureiro
Furriel Joaquim José Colaço
Furriel Joaquim Rondão Bagulho
Furriel Joaquim António Baptista Moedas
Furriel Manuel António Soares
Furriel António Maria Rodrigues
Furriel Joaquim António R. Mata
Furriel Manuel Joaquim da Silva
Furriel Lúcio Paulino Amiguinho
Furriel António Marques das Neves
Furriel João José Gonçalves Santos
Furriel Álvaro Assunção Valverde
Furriel António Fortes Balangueiras
Furriel António José Velez Mourinho
Furriel Álvaro Peixoto
Furriel Joaquim da Silva Pinto
Furriel Manuel J. da Silva Teixeira
Furriel Adriano Augusto Tadeu
Furriel António Fidalgo Canaveira
Furriel José Maria
Furriel José Borralho Arvana
Furriel Joaquim de Deus Pereira
Furriel Luís de Jesus Gonçalo
Furriel Vítor Manuel Pereira da Guia
Furriel Edmundo Santos Pinto Tibério
Furriel Ângelo Luís de Almeida
Furriel Manuel Pereira Neto

Furriel José Pimenta Gama
Furriel Ramiro Trindade Carvalho
Furriel Mário Henriques Martins
Furriel Manuel António Ramos Fernandes
Furriel Jerónimo Francisco Riço Abegoaria
Furriel Gabriel de Jesus Magalhães Pascoal
Furriel José Fróis Reibeiro
Furriel Amílcar Teixeira
Furriel Manuel Augusto Ferreira
Furriel Mariano da Costa Nicolau Dias
Furriel Joaquim Soeiro Grilo
Furriel José Beja Martins
Furriel Manuel Figueiredo de Carvalho
Furriel João Dias Esteves
Furriel José Gomes Miranda
Furriel Joaquim António Arrifes Saloio
Furriel José Joaquim França
Furriel José Canhão Grenho
Furriel Elídio Ferreira de Faria
Furriel Joaquim António Encarnação Valentim
Furriel Ângelo Pereira das Candeias
Furriel João Ribeiro Brás Arroteia
Furriel Manuel Rodrigues Trindade
Furriel Jeremias da Conceição Burrinhos
Furriel António Duarte Camboias Roxo
2.º Sargento graduado Manuel Joaquim da Silva
Furriel José Francisco Moreira Pinto
Furriel Joaquim Manuel Estêvão Mendes
Furriel Rui Joaquim Trindade Baixa
Furriel João Silva Fradinho
Furriel António Serafim
Furriel Joaquim António Marcelino
Furriel José Maurício Teixeira
Furriel José Maria Pedro Saldanha
Furriel Luís Faria
Furriel Joaquim Fernando
Furriel Manuel da Conceição Simões
Furriel Domingos de Paz Carvalho
Furriel Adelino Januário Marques Mandriana
Furriel António Angélico David Varela
Furriel Armindo Joaquim Martins Monteiro
Furriel Joaquim António Coelho da Mata
Furriel João Cristóvão Cabaço
Furriel Helvídio Raimundo Lobinho Cachatra
Furriel Vicente Esteves Dias Ribeiro
Furriel António Rodrigues Pires
Furriel Albertino Francisco Carvalho Simões
Furriel Augusto José Paulino Gordo

Furriel Leopoldino António Sardinha Mexia
Furriel Luís da Conceição Beleza
Furriel Norberto António Rodrigues
Furriel Joaquim Catarino Lageira
Furriel José António Cordeiro Lopes
Furriel João Henrique da Conceição Passão
Furriel Joaquim Eduardo Barbado Leal
Furriel Altino Augusto Modas
Furriel José Cruz de Oliveira
2.º Sargento graduado António Candeias Godinho
2.º Sargento graduado Edmundo Laurentino Américo Santos
Furriel José Diogo Tomás
Furriel Paulino da Rosa Carvalho
Furriel Manuel Constantino Mira Baioneta
Furriel Domingos de Paz Carvalho
Furriel Joaquim Gonçalves Lopes Monteiro
Furriel Demétrio Joaquim Pardal
Furriel Faustino Manuel da Conceição José
Furriel José Júlio Roque Lages
Furriel Maximiano Augusto Rodrigues
Furriel Jaime Carrola Filipe
Furriel António José Geraldes
Furriel Manuel Sanches Marcos
Furriel Manuel Afonso de Jesus
Furriel Joaquim Dias
Furriel António das Neves Bandola
Furriel Aureliano do Nascimento Calisto
Furriel Manuel Alves Martins
Furriel António João Moedas Pisa Flores
Furriel Joaquim José Drogas
Furriel Manuel Amaro Cristo da Conceição
Furriel José Joaquim Clemente de Oliveira
Furriel José Maria Manuelito
Furriel José Lourenço Carapinha Parelho
Furriel Silvério José Falcão Murta

A Furriéis

1.º Cabo José Joaquim Lopes Barbosa
1.º Cabo Mário do Céu Santinhos
Furriel QC. Luís dos Santos Morais

III — Condecorações

1. POR FEITOS EM CAMPANHA

a. Valor Militar, Com Palma

(1) *De Prata*

Tenente-Coronel António Sebastião Ribeiro de Spínola
Capitão Ricardo Fernando Ferreira Durão
Tenente Jorge Manuel Cabeleira Filipe (a título póstumo)
Tenente Miliciano Álvaro Manuel Alves Cardoso

(2) *De Cobre*

1.º Cabo Armando Joaquim Paradela
Soldado José Fernandes Martins
Soldado Florentino José dos Santos

b. Cruzes de Guerra

(1) *De 1.ª Classe*

Furriel Miliciano Carlos Fontes de Carvalho
Soldado Manuel José Teodoro
Soldado Ramiro Ferreira Pereira

(2) *De 2.ª Classe*

Capitão Fernando Alberto C. Pinto Xavier de Brito
Capitão Manuel Joaquim M. Engrácia Antunes
Capitão António Lopo Machado do Carmo (a título póstumo)

(3) *De 3.ª Classe*

Capitão Joaquim Rodrigo Nest Arnaut Pombeiro
Captião Rui Mamede Monteiro Pereira
Tenente Eduardo Roque da Cunha
Alferes Rúben de Almeida Mendes Domingues
Alferes Miliciano José Manuel Júdice Pontes
Alferes Miliciano Rui Manuel Machado da Cruz
Alferes Miliciano Jorge Manuel Ribeiro de Aragão
Alferes Miliciano Luís Amaral de Morais Ramos da Silva
Soldado Joaquim Rodriguo Gonçalves

(4) *De 4.ª Classe*

Furriel Miliciano Fernando da Conceição Nunes
Furriel Vicente Esteves Ribeiro Dias
1.º Cabo José Alexandre de Castro Soares
1.º Cabo Elisiário Guerreiro Candeias
1.º Cabo João de Jesus Belchior
1.º Cabo Artur Nunes Barreto
Soldado Francisco Anacleto António
Soldado José Artur Machadinho da Silva Neto
Soldado Marcelino Cardoso Dias
Soldado Joaquim Ropolho Carvide
Soldado Júlio Afonso Gonçalves Pereira
Soldado António Zeferino Alves Carneiro
Soldado Gabriel Pereira Coelho

c. **Medalha Militar de Serviços Distintos, Com Palma**

(1) *De Prata*

Brigadeiro Manuel Pereira Peixoto da Silva
Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
Major Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira
Capitão Henrique Bernardino Godinho
Capitão José Maria de Mendonça Júnior
Capitão João Ramiro Alves Ribeiro
Capitão Alexandre Manuel Gonçalves Dias Lima

(2) *De Cobre*

Furriel Miliciano Rodolfo dos Santos Domingos
Furriel Adelino Januário Marques Mandriana
Soldado José Joaquim Antunes Lourenço

2. **POR DIVERSOS MOTIVOS**

a. **Mérito Militar**

(1) *De 2.ª Classe*

Tenente-Coronel António Vasco da Costa
Major Alfredo Leão Tomás Correia
Major José Afonso Rodes Sérgio

(2) *De 3.ª Classe*

Capitão João de Almeida Bruno
Capitão António Pereira da Silva

Capitão da Reserva Jorge Augusto de Barros e Vasconcelos Esteves
Capitão Ricardo Fernando Ferreira Durão
Capitão Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões
Capitão João Luís Moreira Arriscado Nunes
Capitão Mário Avelino Sardoeira Delgado

(3) *De 4.ª Classe*

1.º Sargento Virgílio Morgado
2.º Sargento José Cabaço Leitão
2.º Sargento Marçalo António
2.º Sargento José Afonso Rebelo

b. **Medalha de Prata de Serviços Distintos**

Brigadeiro Albertino Carlos M. Ferreira Margarido
Major Alfredo Leão Tomás Correia

c. **Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar**

Brigadeiro João Eduardo Gamarro Correia Barrento
Coronel Américo Chamiço Dias Heitor
Coronel António Vaz de C. Viana Crespo
Coronel António Vasco da Costa
Tenente-Coronel Adriano Augusto Thadeu Ferreira
Capitão da Reserva Abel António

d. **Medalha de Prata Comemorativa do 5.º Centenário da Morte do Infante D. Henrique**

Tenente-Coronel José Afonso Rodes Sérgio
Tenente-Coronel Henrique Alves Callado

e. **Oficial da Ordem do Infante D. Henrique**

Capitão Rui de Orey Pereira Coutinho

f. **Cruz de 1.ª Classe de Mérito Militar de Espanha**

Capitão José Miguel de Cabedo e Vasconcelos

g. **Comendador da Ordem de Mérito Civil de Espanha**

Major Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

IV — Louvores em Campanha

1. **Pelo Ministro do Exército**

15 Dez 63	Capitão Alexandre Manuel Gonçalves Dias de Lima
26 Nov 63	Capitão Ricardo Fernando Ferreira Durão
15 Out 63	Tenente Álvaro Manuel Alves Cardoso
25 Jun 63	Tenente-Coronel António Sebastião Ribeiro de Spínola
18 Dez 63	Tenente Jorge Manuel Cabeleira Filipe
30 Mar 63	Soldado José Fernandes Martins
30 Mar 63	Soldado Florentino José dos Santos
10 Out 63	1.º Cabo Armando Joaquim Paradela
21 Mar 63	Capitão Manuel Joaquim Engrácia Antunes
26 Nov 63	Soldado Ramiro Ferreira Pereira
26 Nov 63	Soldado Manuel José Teodoro
26 Nov 63	Furriel Carlos Fontes de Carvalho
11 Out 63	Major Bernardo Raposo Botelho de Sá Nogueira
15 Out 63	Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
15 Out 63	Capitão João Ramiro Alves Ribeiro
15 Out 63	Capitão José Maria Mendonça Júnior
02 Jul 63	Capitão Henrique Bernardino Godinho
17 Set 63	Brigadeiro Manuel Pereira Peixoto da Silva
02 Jul 63	Soldado José Joaquim Antunes Lourenço
02 Jul 63	Furriel Rodolfo dos Santos Domingos
02 Jul 63	Furriel Adelino Januário Marques Mandriana

2. **Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa**

10 Jun 63	Capitão António Lopo Machado do Carmo
15 Out 63	Furriel Miliciano Carlos Fontes de Carvalho
15 Out 63	Soldado Ramiro Ferreira Pereira
15 Out 63	Soldado Manuel José Teodoro
15 Out 63	Alferes Miliciano António Norberto Coelho Brasil
15 Out 63	Alferes Miliciano Fernando António da Silva Correia
15 Out 63	Soldado Diogo Augusto dos Santos
15 Out 63	Furriel Miliciano Serafim da Conceição dos Reis Ferreira
12 Set 63	Alferes Miliciano Manuel Martins Abrantes
12 Set 63	1.º Cabo Carlos Alberto da Silva Rodrigues
12 Set 63	Soldado António Joaquim Solda dos Passos
21 Set 63	Soldado Manuel Pereira
31 Jun 63	Soldado Felisberto da Encarnação Santos
19 Jul 63	Alferes Miliciano Fernando Jácome Bernardes Soares
19 Jul 63	Soldado Júlio Branco Pereira
08 Out 63	Soldado Luciano Matias Peres Benedito
08 Out 63	1.º Cabo Carlos Fernandes Serra

08 Out 63	1.º Cabo Manuel Serafim das Neves Ferreira
08 Out 63	Furriel Miliciano António Neves João
08 Out 63	2.º Sargento Amílcar Teixeira
08 Out 63	Alferes Miliciano Joaquim Guilherme Pignatelly Videira
08 Out 63	Alferes Miliciano Joaquim Almeida M. de Azevedo
08 Out 63	Alferes Miliciano António Assis Belchior Amadeu do Serro
29 Nov 63	Alferes Miliciano José Eduardo Figueira de Castro Neves
29 Nov 63	Capitão António Varela Romeiras Júnior
23 Dez 63	1.º Sargento João de Jesus Rodrigues Cabeças
23 Dez 63	Furriel Miliciano Pacífico de Sá Teixeira
23 Dez 63	1.º Cabo Abel Narciso dos Santos
23 Dez 63	1.º Cabo Francisco José Glórias Faia
23 Dez 63	Soldado João Firmino Martins Correia
31 Dez 63	Alferes Miliciano Adilson Augusto Cardoso
31 Dez 63	Furriel Miliciano João Alves
31 Dez 63	Furriel Miliciano António de Jesus Rodrigues da Cova
31 Dez 63	1.º Cabo José António Pires
31 Dez 63	1.º Cabo António Fernandes

3. **Pelo General Comandante da Região Militar de Angola**

31 Jan 62	Tenente Manuel Júlio Matias Barão da Cunha (*a*)
18 Fev 63	Tenente Manuel Júlio Matias Barão da Cunha
15 Jan 63	Soldado Francisco Anacleto António
15 Fev 63	Soldado Joaquim Rodrigues Gonçalves
15 Fev 63	Soldado António José Abreu Cardoso
15 Fev 63	Capitão Joaquim Rodrigues Nest Arnaut Pombeiro
18 Fev 63	Alferes Joaquim José Machado Ferrão
25 Fev 63	Guia Nativo Lopes Cabanda
13 Mar 63	Tenente Armando Eduardo Augusto Loureiro
24 Abr 63	1.º Cabo Gabriel Pereira Coelho

4. **Pelo General Comandante da Região Militar de Moçambique**

08 Fev 63	Furriel Miliciano Ramiro Fortes Ribeiro
08 Fev 63	1.º Cabo Eurico Marchã da Conceição
08 Fev 63	1.º Cabo Francisco José de J. Henriques
08 Fev 63	1.º Cabo João José Mendes dos Santos
08 Fev 63	1.º Cabo Alfredo Armando Morgado
08 Fev 63	Soldado Amândio Maria
08 Fev 63	Soldado Manuel António Rala
08 Fev 63	Soldado António dos Santos Teixeira
08 Fev 63	Soldado Francisco Dias Costa
08 Fev 63	Soldado Guardino P. da Silva Figueira
08 Fev 63	Soldado Francisco Manuel Costa
08 Fev 63	Soldado Manuel de Brito Baptista

(*a*) — Não foi mencionado, por lapso, no número anterior da Revista da Cavalaria

08 Fev 63	Soldado Francisco Maria Banza
08 Fev 63	Soldado José Domingos Carrasquinho
08 Fev 63	Soldado José de Sousa Rocha
08 Fev 63	Soldado José Manuel de J. Fernandes
05 Set 63	Capitão António Gabriel Teixeira

5. **Pelo Comandante Militar do C. T. I. da Guiné**

15 Out 63	Alferes Miliciano Joaquim G. Pignatelly G. Videira
15 Out 63	Alferes Miliciano Joaquim Almeida M. de Azevedo
15 Out 63	Alferes Miliciano António Assis Belchior A. Serro
25 Set 63	Alferes Miliciano Manuel Martins Abrantes
15 Out 63	2.º Sargento Amílcar Teixeira
15 Out 63	Furriel Miliciano António João Neves
25 Set 63	1.º Cabo Carlos Alberto da S. Rodrigues
25 Set 63	1.º Cabo António Joaquim S. dos Passos
15 Out 63	Soldado Luciano Matias P. Benedito
27 Set 63	Soldado Manuel Pereira
15 Out 63	Soldado Carlos Fernando Serra
15 Out 63	Soldado Manuel Serafim das Neves

6. **Pelos Comandantes dos Sectores Operacionais**

26 Fev 63	Furriel António Ponciano de Brito
26 Fev 63	Alferes José Guilherme Duarte Gomes de Freitas
01 Mar 63	Furriel Joaquim Gonçalves Baltazar
01 Mar 63	Furriel António Rodrigues Pires
30 Mar 63	Capitão Serafim da Cruz Duarte Pinto
11 Mar 63	Soldado José Francisco Gil Estrela
27 Jun 63	2.º Sargento Eduardo Nobre Isidro
12 Mar 63	1.º Cabo António José Martins Castiço
12 Mar 63	1.º Cabo Joaquim José Domingos Balsa
11 Jul 63	Soldado Cristiano José Francisco
15 Jul 63	Soldado João Emídio Dias Canhoto
15 Jul 63	Soldado António Joaquim M. Canhoto
22 Mar 63	1.º Cabo Américo de Jesus Pereira da Silva
30 Mar 63	Furriel João Manuel Brito Escabelado

7. **Pelos Comandantes dos Batalhões ou Grupo de Esquadrões**

03 Jan 63	1.º Cabo Joaquim José Lobinho Granito
28 Jan 63	Alferes António Assis Belchior Santos
14 Fev 63	1.º Cabo Rodrigo Silvino Mendonça
15 Jan 63	Furriel Alfredo Augusto Guarita Gomes
05 Mar 63	1.º Cabo Miguel Lima Alves
15 Jan 63	Furriel Carlos Manuel Cabeleira Neves
18 Jan 63	Furriel José Oliveira Galrinho
03 Mai 63	Capitão João da Silva Rocha Pinto

20 Jan 63	1.º Cabo Victor Manuel de Azevedo Ventura
20 Jan 63	Furriel João Rocha Simões
11 Fev 63	Tenente Álvaro Manuel Alves Cardoso
17 Jun 63	Furriel António Ramos dos Santos
25 Fev 63	1.º Sargento Joaquim Gonçalves Valente
15 Jul 63	1.º Cabo António Domingos Reis
20 Jul 63	Soldado Diamantino Lopes Benvindo
25 Fev 63	2.º Sargento José Luís Catarino
03 Out 63	Capitão Luís Alberto do P. Moura dos Santos
26 Set 63	2.º Sargento Miliciano Pedro Luís Fernandes Agudo
15 Out 63	Furriel Miliciano Orlando de Jesus da Silva
18 Out 63	Furriel Miliciano José Fernando Franco Martins
26 Fev 63	1.º Cabo José Rodrigues de Oliveira
26 Fev 63	1.º Cabo Alberto Ferreira Tavares
27 Fev 63	Furriel Victor Manuel Calado Cebola
27 Fev 63	Furriel Henrique Suzarte Matos e Sousa
28 Fev 63	1.º Cabo David Lopes Guedes de Amaral
28 Fev 63	1.º Cabo António dos Santos
07 Mar 63	Capitão Luís Alberto do Paço M. dos Santos
16 Mai 63	Furriel Carlos Fontes de Carvalho
25 Mai 63	Soldado César das Dores O. Cascalheira
07 Mai 63	Soldado Luiz Gonzaga
26 Out 63	1.º Cabo António Gil Mestre
03 Mar 63	1.º Cabo Manuel Francisco da Silva
03 Mar 63	1.º Cabo José Joaquim de Oliveira e Silva
03 Mar 63	1.º Cabo António Graciano Morais
05 Mar 63	Furriel Antero Augusto Torres Sampaio
11 Mar 63	Soldado José Júlio Amaro Zacarias
12 Mar 63	Tenente Carlos Guilherme da Conceição Ribeiro
13 Mar 63	Furriel António Ribeiro de Albuquerque
19 Mar 63	Furriel João Pedro Marques de Abreu
23 Mar 63	2.º Sargento Manuel Carreiras Rato.
18 Out 63	1.º Cabo António Rosa Caldeira
18 Out 63	1.º Cabo Manuel Fernandes Martins
26 Set 63	1.º Cabo Manuel Fernando Lança da Silva
18 Out 63	1.º Cabo Manuel Sant'Águeda Madaleno
26 Set 63	1.º Cabo Sérgio Pinguinhas Neves
18 Out 63	Soldado Silvino Joaquim António
26 Set 63	Soldado Domingos José Martins Rosado
26 Set 63	Soldado Manuel dos Santos Paiva
26 Set 63	Soldado Francisco Cândido Crespo
15 Out 63	Soldado Valdmiro José G. Alves
26 Set 63	Soldado António Inácio P. Prates
15 Out 63	Soldado Isidro Oliveira dos Santos
26 Set 63	Soldado Manuel dos Santos Paiva
26 Set 63	Soldado Manuel Mendes Domingos
15 Out 63	Soldado Victor H. Quintino dos Anjos
18 Out 63	Soldado Fernando dos Santos Vicente

26	Set 63	Soldado Alexandre Francisco de Moura
30	Out 63	Soldado João Emílio C. Rocha Ferro
30	Out 63	Soldado Arlindo A. dos Santos Susana
25	Mar 63	Major Miguel Carlos Tenório Caldeira de Carvalho
30	Mar 63	Capitão João Ramiro Alves Ribeiro
30	Mar 63	1.º Sargento José António Roberto e Silva
02	Abr 63	Soldado Sebastião Augusto Flora
02	Abr 63	Furriel Rui Fernando Cabalero y Serôdio
03	Abr 63	Tenente Manuel Maria Ferraz da Veiga Ferreira
04	Abr 63	1.º Cabo Armando Joaquim Paradela
11	Out 63	1.º Cabo Manuel Reis Gonçalves

8. **Pelos Comandantes dos Esquadrões**

03	Mai 63	2.º Sargento Bernardino de Jesus Moreira
16	Out 63	Tenente Manuel Júlio Matias Barão da Cunha (*a*)

V — *Transferências*

PARA OUTROS QUADROS

Analista de Segurança de Transmissões

2.º Sargento José Correia Lopes

Q. A. E.

1.º Sargento João Gonçalves Rola
1.º Sargento Álvaro Passos Simas
1.º Sargento Ildo Simas
1.º Sargento Levi Ribeiro Alcobia
2.º Sargento Raul da Conceição Xavier
2.º Sargento António Sebastião
2.º Sargento Eduardo Antunes de Souto
2.º Sargento José Fernandes

Quadro de Infantaria

Capitão José Alberto dos Santos Teixeira
Major Luís Carlos Abreu de Barros e Cunha

(a) — Por lapso, não tinha sido publicado no número anterior da Revista da Cavalaria.

Força Aérea (Regimento de Caçadores Pára-quedistas)

Tenente José Henrique Catroga Inês

Corpo de Estado-Maior

Capitão Luís Alberto Santiago Inocentes
Capitão Joaquim Lopes Cavalheiro

PARA OUTRAS SITUAÇÕES

Reserva

Brigadeiro João da Cunha Baptista
Coronel Jacinto Isla de Montalvão Santos e Silva
Coronel António Joaquim Rodrigues Queirós
Coronel Mário Jaime Machado Faria
Coronel Antonino Fernandes Pereira da Cruz
Coronel Américo Chamiço Dias Heitor
Coronel Amílcar Hermínio Rosas
Coronel António José de Araújo Leite de Castro Sampaio Vaz Vieira

Reforma

Coronel Mário Rodolfo Ravisioni Ramires
Coronel Jorge Mário Melo Castro e Sousa
Coronel Luís de Figueiredo
Tenente-Coronel Miliciano António José Sobral Ribeiro
Major Francisco José Morais
Capitão Francisco Martins
Capitão Jaime Rosado Semedo
Capitão Jorge Augusto de Barros e Vasconcelos Esteves
Capitão António Simões Freire
Capitão Rúben Marques de Andrade
Alferes Lereno Antunes Barradas
Alferes José Duarte S. Manso Gomes Palma

Situação de Disponibilidade

2.º Sargento António Baltazar
2.º Sargento António Gonçalves Marques
2.º Sargento Arnaldo Augusto Malveiro

Situação de Licenciado

2.º Sargento Guilherme da Conceição Silva

VI — *Abates às Fileiras*

ÓBITOS

Coronel da Reserva João do Sacramento Monteiro
Tenente-Coronel José da Costa Gomes
Capitão António Lopo Machado do Carmo
Capitão da Reserva António Gomes
Capitão Fernando Trindade Rei
Alferes da Reserva Manuel Proença Robalo Lisboa
Alferes Milicano Joaquim José Machado Ferrão
1.º Sargento José Nuno de Moura Leite
2.º Sargento Alexandre Cecílio da Costa
2.º Sargento José Pinto Fontes Guedes